

 R. Cittadella – Jardim Guarujá



Sociossemiótica dos modos de vida da população em condições de riscos de desastres no Boulevard da Paz

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

Nilthon Fernandes

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica

NILTHON FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR

**Sociossemiótica dos modos de vida da
população em condições de riscos de desastres
no Boulevard da Paz, M'Boi Mirim, São Paulo**

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

SÃO PAULO
2021

NILTHON FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR

**Sociossemiótica dos modos de vida da
população em condições de riscos de desastres
no Boulevard da Paz, M'Boi Mirim, São Paulo**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do grau de doutor em Comunicação e Semiótica sob a orientação da Professora Doutora Ana Claudia Mei Alves de Oliveira.

SÃO PAULO

2021

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos,
a reprodução total ou parcial desta tese de doutorado por
processos eletrônicos ou de fotocopiadora.

São Paulo, 13 de dezembro de 2021.



Nilthon Fernandes de Oliveira Junior
nilthonfernandes@gmail.com

Oliveira Junior, Nilthon Fernandes de

Sociossemiótica dos modos de vida da população em condi-
ções de riscos de desastres no Boulevard da Paz, M'Boi Mi-
rim, São Paulo. / Nilthon Fernandes de Oliveira Junior - São
Paulo: [s.n.], 2021.

No páginas. 365: il; color.

Orientadora: Ana Claudia Mei Alves de Oliveira.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação
e Semiótica.

1. Áreas de riscos. 2. São Paulo (Boulevard da Paz). 3. Regimes
de sentido, interação e risco. 4. Figuratividade e enunciação.
5. Presença e narratividade. I. de Oliveira, Ana Claudia Mei
Alves. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pro-
grama de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semió-
tica. III. Título.

Folha de Aprovação

NILTHON FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR

Sociossemiótica dos modos de vida da população em condições de riscos de desastres no Boulevard da Paz, M'Boi Mirim, São Paulo

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e aprovada em 13 de dezembro de 2021.

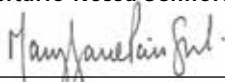


Professora Dra. Ana Claudia Mei Alves de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Banca Examinadora



Professora Dra. Maria Paula Piotto da Silveira Guimarães
Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio



Professora Dra. Mary Jane Paris Spink
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



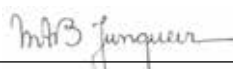
Professora Dra. Fabiane Marroni
Centro de Pesquisas Sociosemióticas - CPS



Professor Dr. Eugênio Rondini Trivinho
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Suplentes

Professor Dr. Alexandre Marcelo Bueno
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Professora Dra. Maria Aparecida Junqueira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Cógigo de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Número de processo 140049/2018-5

*Às pessoas de boa vontade que
se dedicam a evitar, salvar e
socorrer vidas pelo mundo*

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha professora e orientadora Ana Claudia de Oliveira pela indulgência e mais ainda pelas proposições de diferentes percursos que foram trilhados ao longo da pesquisa.

À professora Maria Paula Piotto da Silveira Guimarães, do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, por ter me carregado da semiótica do mundo natural ao do mundo da política.

Ao professor Alexandre Marcelo Bueno, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que mostrou como ver melhor os conceitos da semiótica e os sentidos provenientes da vida em Três Marias II.

À professora Mary Jane Paris Spink, da Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por aceitar e compor minha defesa de tese.

À professora Fabiane Villela Marroni, do Centro de Pesquisas Sociosemióticas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

À professora Maria Aparecida Junqueira, da Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao professor Eugênio Rondini Trivinho, da Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Aos líderes comunitários Luis Jorge de Jesus e Maria Aparecida Santos de Jesus (Cida) que possibilitaram o contato direto com as pessoas e área de riscos de deslizamentos de terra de Boulevard da Paz.

Aos colegas e amigos do Centro de Pesquisas Sociosemióticas, Carlos Alfeld, Rodrigo Neiva, Rafael Alberto e Eduardo Ornellas.

À Cida Bueno que sempre me apoiou e acreditou na minha pesquisa.

Aos funcionários da copa, biblioteca, audiovisual, do espaço físico, secretarias etc., todos da PUC-SP que cruzaram as minhas atuações diversas na universidade propiciando caminhos para eu chegar onde estou.

RESUMO

Esta pesquisa identifica e analisa os modos de presença das pessoas que moram em zonas de deslizamentos de terra no Boulevard da Paz, M'Boi Mirim, zona sul de São Paulo. O *corpus* é a área de risco do bairro Boulevard da Paz que seus moradores estão expostos e, a partir do e no *corpus*, é onde se projeta o objeto da pesquisa, ou seja, na constelação de relações dentro das quais existe uma produção complexa de sentidos no ambiente físico que se enuncia na pesquisa. O problema da pesquisa é a permanência consciente de uma população de milhares de pessoas em uma área de muito alta situação de riscos de desastres que não possui poder aquisitivo para mudar de lugar ou de casa e daqueles que continuam, apesar de terem condições econômicas, mas possuem laços afetivos com outros moradores. As hipóteses propostas estão balizadas nos benefícios proporcionados em morar em áreas de riscos; nas práticas de vida de solidariedade; no conhecimento sobre riscos de desastres que competencializa o fazer e o poder agir da comunidade; nos valores de moradias; no custo de vida para morar em áreas de riscos; e nas práticas da comunidade em comercializar, trocar ou penhorar produtos. O objetivo geral dessa pesquisa é apreender, reconhecer e categorizar o ambiente físico, Três Marias II, como produtor de mensagens e sentidos sobre riscos de desastres por meio de uma cadeia intersistêmica da área de risco aos quais os seus moradores estão expostos. E os objetivos específicos são analisar as manifestações de riscos de desastres produzidas pelo ambiente físico; analisar pelo percurso gerativo de sentido das expressões de riscos do ambiente físico; e desenvolver uma reflexão sobre a formação de comunidades mais resilientes aos desastres. A partir dessa situação, a fundamentação teórica está amparada na semiótica de A. J. Greimas e nos desdobramentos sociossemióticos de E. Landowski que sustentam três caminhos: o constitutivo e suas instituições, os órgãos de proteção e vigilância e o aspecto situacional da área de riscos. Na metodologia, organizada em duas partes, a pesquisa destaca o sensível por meio de um diário de bordo da presença do pesquisador na área de riscos que trata o objeto enquanto um enunciado da experiência, e o inteligível, interpretando o que do sensível foi auferido para resultar em uma análise sociossemiótica. A partir da narratividade do lugar no enunciado da experiência e das interfaces interdisciplinares, os resultados mostram que a busca do sentido em se viver no Boulevard da Paz tem duas origens distintas e ao mesmo tempo interligadas. A primeira consiste no abandono do Poder Público que gerencia a dinâmica política por meio do clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos e a segunda está na hierarquia de regências nas práticas do crime organizado e suas regras sub-reptícias, nas ações e discursos de religiosos e na capacidade política de líderes comunitários que mobilizam governos e comunidade para melhorias da área quanto aos riscos de desastres.

PALAVRAS-CHAVE

1. Áreas de riscos.
2. São Paulo (Boulevard da Paz).
3. Regimes de sentido, interação e risco.
4. Figuratividade e enunciação.
5. Presença e narratividade.

ABSTRACT

This research identifies and analyzes the modes of presence of people who live in landslide zones on Boulevard da Paz, M'Boi Mirim, south zone of São Paulo. The corpus is the risk area of the Boulevard da Paz neighborhood to which its residents are exposed and, from and in the corpus, it is where the research object is projected, that is, in the constellation of relationships within which there is a complex production of senses in the physical environment that is stated in the research. The research problem is the conscious permanence of a population of thousands of people in an area with a very high risk of disasters who do not have the purchasing power to change their place or house and those who continue, despite having economic conditions, but have affective bonds with other residents. The hypotheses proposed are based on the benefits provided by living in risk areas; in life practices of solidarity; knowledge about disaster risks that empowers the community to do and be able to act; in housing values; the cost of living to live in risky areas; and community practices in trading, bartering or pawning products. The general objective of this research is to apprehend, recognize and categorize the physical environment, Três Marias II, as a producer of messages and meanings about disaster risks through an intersystemic chain of the risk area to which its residents are exposed. And the specific objectives are to analyze the manifestations of disaster risks produced by the physical environment; to analyze through the generative path of meaning of the expressions of risks of the physical environment; and develop a reflection on the formation of more resilient communities to disasters. From this situation, the theoretical foundation is supported by the semiotics of A. J. Greimas and the socio-semiotic developments of E. Landowski that support three paths: the constitutive and its institutions, the protection and surveillance bodies and the situational aspect of the risk area. In the methodology, organized in two parts, the research highlights the sensitive through a logbook of the researcher's presence in the area of risks that treats the object as a statement of experience, and the intelligible, interpreting what the sensitive was gained for result in a sociosemiotic analysis. From the narrativity of the place in the utterance of the experience and the interdisciplinary interfaces, the results show that the search for meaning in living on Boulevard da Paz has two distinct and at the same time interconnected origins. The first consists of the abandonment of the Public Power that manages the political dynamics through clientelism, corporatism, bureaucratic insulation and universalism of procedures and the second is in the hierarchy of regencies in the practices of organized crime and its surreptitious rules, in actions and speeches. of religious and in the political capacity of community leaders who mobilize governments and the community to improve the area in terms of disaster risks.

PALAVRAS-CHAVE

1. Risk areas.
2. São Paulo (Boulevard da Paz).
3. Meaning regimes, interaction and risk.
4. Figurativity and enunciation.
5. Presence and narrativity.

RESUMEN

Esta investigación identifica y analiza los modos de presencia de las personas que viven en zonas de deslizamiento en el Boulevard da Paz, M'Boi Mirim, zona sur de São Paulo. El corpus es el área de riesgo del barrio Boulevard da Paz a la que están expuestos sus habitantes y, desde y en el corpus, es donde se proyecta el objeto de investigación, es decir, en la constelación de relaciones dentro de las cuales hay una compleja producción de sentidos en el medio físico que se plantea en la investigación. El problema de investigación es la permanencia consciente de una población de miles de personas en una zona con muy alto riesgo de desastres que no tienen poder adquisitivo para cambiar de lugar o casa y de los que continúan, a pesar de tener condiciones económicas, pero tienen vínculos afectivos con otros residentes. Las hipótesis planteadas se basan en los beneficios que brinda vivir en zonas de riesgo; en prácticas de vida solidarias; conocimiento sobre riesgos de desastres que faculta a la comunidad para hacer y poder actuar; en valores de vivienda; el costo de vida para vivir en zonas de riesgo; y prácticas comunitarias en el comercio, trueque o empeño de productos. El objetivo general de esta investigación es aprehender, reconocer y categorizar el ambiente físico, Três Marias II, como productor de mensajes y significados sobre los riesgos de desastre a través de una cadena intersistémica del área de riesgo a la que están expuestos sus habitantes. Y los objetivos específicos son analizar las manifestaciones de riesgos de desastres producidos por el medio físico; analizar a través del camino generativo de significado de las expresiones de riesgos del medio físico; y desarrollar una reflexión sobre la formación de comunidades más resilientes ante los desastres. A partir de esta situación, la fundamentación teórica se sustenta en la semiótica de A. J. Greimas y los desarrollos sociosemióticos de E. Landowski que sustentan tres caminos: el constitutivo y sus instituciones, los órganos de protección y vigilancia y el aspecto situacional del área de riesgo. En la metodología, organizada en dos partes, la investigación destaca lo sensible a través de una bitácora de presencia del investigador en el área de riesgos que trata el objeto como un relato de experiencia, y lo inteligible, interpretando lo que lo sensible obtuvo como resultado. en un análisis sociosemiótico. A partir de la narratividad del lugar en la enunciación de la experiencia y de las interfaces interdisciplinarias, los resultados muestran que la búsqueda de sentido en el habitar del Boulevard da Paz tiene dos orígenes distintos y al mismo tiempo interconectados. La primera consiste en el abandono del Poder Público que maneja la dinámica política a través del clientelismo, corporativismo, aislamiento burocrático y universalismo de procedimientos y la segunda está en la jerarquía de regencias en las prácticas del crimen organizado y sus reglas subrepticias, en acciones y discursos. .de religiosos y en la capacidad política de los líderes comunitarios que movilizan a los gobiernos y la comunidad para mejorar la zona en términos de riesgos de desastres.

PALABRAS CLAVE

1. Áreas de riesgo.
2. São Paulo (Boulevard da Paz).
3. Regímenes de sentido, interacción y riesgo.
4. Figuratividad y enunciación.
5. Presencia y narratividad.

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	35
1. O PANÓPTICO E OS SISTEMAS DE RISCOS DE DESASTRES	71
1.1 Cidades inteligentes	79
1.2 Desastres e desafios	86
1.3 Órgãos públicos e privados	97
1.4 Comunicação e cooperação entre os públicos	112
1.5 Modalidades nos desastres	118
2. DA ALDEIA DAS COBRAS PEQUENAS AO M'BOI MIRIM	137
2.1 Origem de Santo Amaro até M'Boi Mirim	139
2.2 Estratificação e desenvolvimento social	171
3. CONDIÇÃO SOCIOAFETIVA DO BOULEVARD DA PAZ	183
3.1 Diário de bordo	185
3.2 Condições sensíveis	186
3.3 O sensível no coração de Três Marias II	207
3.4 Construindo teoricamente	225
3.5 O comum entre sujeitos	236
3.6 Impressões iniciantes	243
3.7 Erigir o sentido socioafetivo	245
3.8 Da razão a sensibilidade	261
3.9 Deslizamentos de terra como ruptura do cotidiano	285
3.10 Acidentes: do patêmico ao estésico	287
3.11 Proposição para suplantar	291
3.12 Visões terminativas	296
4. SISTEMAS EM COMUNHÃO DO BOULEVARD DA PAZ	301
4.1 Sincretismo dos sistemas	311
CONSIDERAÇÕES FINAIS	321
REFERÊNCIAS	351

Lista de figuras

- Figura 1** – (Recife) Desastre geológico, movimento de massa, deslizamentos causados pela chuva na região metropolitana do Recife deixam duas mulheres e uma criança da mesma família soterradas no bairro de Águas Compridas, em Olinda 36
- Figura 2** – Ilustração da dinâmica de como acontecem os deslizamentos de terra..... 43
- Figura 3** – Mapa da cidade de São Paulo com localização geográfica de M’Boi Mirim..... 52
- Figura 4** – Famílias que residiam nessa casa foram transferidas para condomínio popular próximo da região. O imóvel foi demolido no início de 2019 pela Prefeitura de São Paulo com supervisão da Defesa Civil.... 64
- Figura 5** – Brasil inicia em setembro os testes para criar uma cidade inteligente com instalação de Internet das coisas, gerando quase 200 bilhões à economia. *Capability Maturity Model Integration* (CMMI), utilizado nas cidades inteligentes..... 73
- Figura 6** – 800 câmeras de monitoramento, gerenciadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. Em situações de crise, o centro operacional conta com sistema de videoconferência com a Defesa Civil municipal..... 74
- Figura 7** – Pessoas da comunidade, técnicos, alunos e professores testam com ferramentas de tecnologia da informação prédios, ruas, carros e até carrinhos de supermercados em Laboratórios Vivos 77
- Figura 8** – A Fujisawa Sustainable Smart Town faz parte do projeto de cidade inteligente da Panasonic..... 78
- Figura 9** – Deslizamentos de terra ocorrido em Salvador com pelo menos 30 vítimas fatais 81
- Figura 10** – O Cemaden, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, instalou pluviômetros semiautomáticos em três escolas

estaduais nos municípios paulistas de Cunha, Ubatuba e São Luiz do Paraitinga (Esse último município teve um grande desastre natural, em janeiro de 2010, período em que ocorreram chuvas intensas, provocando inundação e deslizamentos nas áreas urbanas e rural, atingindo quase metade da população (5.100 pessoas afetadas) 10

Figura 11 – O terremoto e tsunami Tōhoku, Japão, teve consequências imediatas e de longo prazo. Mais de 20 mil pessoas perderam a vida no desastre e centenas de milhares foram deslocadas..... 85

Figura 12 – Área afetada pelo rompimento de barragem no distrito de Bento Rodrigues, zona rural de Mariana, em Minas Gerais 89

Figura 13 – O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais encontra o corpo de mais uma vítima do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte..... 90

Figura 14 – O Brasil atingiu 28.834 mortes por coronavírus (31/5). Epicentro do surto de coronavírus na América do Sul, o Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, teve um aumento de 33.274 casos, o que eleva o número total de casos do país para 498.444 95

Figuras 15 e 16 – Imagem aérea de risco 4 em Três Marias II 98-99

Figura 17 – Capa do site do CGE com alertas meteorológicos..... 100

Figura 18 – Imagem de tipos de nuvens sobre a cidade de São Paulo do GOES-16 101

Figura 19 – Sala de Situação do Cemaden em São José dos Campos-SP..... 103

Figura 20 – Visualização de imagens processadas de satélites meteorológicos 106

Figura 21 – Monitoramento das chuvas no país..... 109

Figura 22 – Monitoramento de alagamentos e outros desastres..... 110

Figura 23 – Monitoramento de desastres naturais..... 112

Figura 24 – Monitoramento de fenômenos meteorológicos 113

Figura 25 – Deslizamentos de terra em Francisco Morato, na região metropolitana de São Paulo 115

Figura 26 – Rua Juvenal Namen foi uma das mais atingidas pela enxurrada em Nova Friburgo–RJ. Casas foram destruídas, despedaçadas e prédio residencial foi partido e trincado 116

Figura 27 – Self de Luís Jorge e participantes da comunidade para reunião sobre saneamento básico na pandemia em abril/2021..... 119

Figuras 28 – O líder comunitário Luís Jorge com agentes da regional da prefeitura de M’Boi Mirim em inspeções para instalação de saneamento básico no bairro.....120-121

Figura 29 – Casa desapropriada no bairro em função de área de riscos de deslizamentos 123

Figura 30 – Projeto futuro de escritório de arquitetura ao Boulevard da Paz para o cliente SEHAB–HABI–SP do Programa Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê 126-127

Figuras 31 – Instalação de condutores para água e esgoto pela Sabesp no Boulevard da Paz 128

Figuras 32 – Instalação de condutores para água e esgoto pela Sabesp no Boulevard da Paz 129

Figuras 33 – Futuro das possíveis residências dos moradores em uma área de mais de 440 mil m², com 1.377 unidades habitacionais, medindo 41,5 a 51m². Projeto idealizado pelo escritório de arquitetura ao Boulevard da Paz para o cliente SEHAB–HABI–SP do Programa Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê. 2010 130-131

Figura 34 – Projeto futuro das possíveis residências dos moradores idealizado pelo escritório de arquitetura ao Boulevard da Paz para o cliente SEHAB–HABI–SP do Programa Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê 132

Figuras 35 – Instalação de condutores para água e esgoto pela Sabesp no Boulevard da Paz 133

Figura 36 – Mapa da região de M’Boi Mirim. Os conceitos e o Decreto Nº 57.537/16 podem ser encontrados no volume Os Planos Regionais das Subprefeituras no Sistema de Planejamento Urbano 140

Figura 37 – Mapa projetado da nova região de Boulevard da Paz..... 143

Figura 38 – Mercado Municipal de Santo Amaro em 1936..... 146

Figura 39 – Santa Casa de Santo Amaro em 1936 147

Figura 40 – Igreja Matriz de Santo Amaro vista em janeiro de 1928.... 148

Figura 41 – Trabalhadores no terminal de cargas de Santo Amaro 150

Figura 42 – Bonde elétrico da Light passando pela antiga estação de cargas de Santo Amaro, na avenida Adolfo Pinheiro, 1916 152

Figura 43 – Locomotiva da Companhia de Carris de Ferro de São Paulo, que fazia o trajeto até Santo Amaro antes da implantação dos bondes elétricos, 20 de março de 1900..... 155

Figura 44 – Aeroporto de Congonhas, 1940 157

Figura 45 – Bombeiros e homens da Defesa Civil trabalham desde o dia 1º de janeiro em Angra dos Reis (RJ) na busca de vítimas do deslizamento de terra que atingiu diversas casas da região..... 159

Figura 46 – Vista geral da locomotiva nº 709, 1980 163

Figura 47 – Percurso de transporte público do Jaguaré até o Jardim Guarujá..... 187

Figura 48 – Rua Cittadella que contorna o Boulevard da Paz 188

Figura 49 – Uma das inúmeras ruazitas no coração do Boulevard da Paz..... 190

Figuras 50 – Casas marcadas para remoção por conta do alto risco de deslizamento. A primeira remoção aconteceu em 2006, a segunda em 2012 e a última em 2014 191

Figura 51 – Material para construção ao longo das vielas 192

Figura 52 – Uma das ruas mais largas no Boulevard da Paz 194

Figura 53 – Devido aos riscos, muitas casas foram demolidas 195

Figura 54 – Aclives e declives são a marca do Boulevard da Paz 197

Figura 55 – As linhas tracejadas significam as fronteiras físicas do Boulevard da Paz. As linhas contínuas mostram dois percursos que o pesquisador andou pelo lugar a fim de apreendê-lo no e pelo contato interacional 198

Figura 56 – Do topo da rua se enxerga o vale de Boulevard da Paz 200

Figura 57 – Outra característica do Boulevard da Paz, é o espaço labiríntico como destacado abaixo onde se lê em letras azuis Viela 4.. 202

Figura 58 – À beira do precipício onde a maioria das casas serão removidas 204

Figura 59 – Viela do fim do primeiro percurso 206

Figura 60 – Entrada para o bairro Jd. Guarujá..... 208

Figura 61 – Primeiro comércio na entrada para o bairro Jd. Guarujá mostra a presença da imigração nordestina na região 209

Figura 62 – Aglomerado de casas coladas umas nas outras 210

Figura 63 – Acúmulo de lixo que transborda as caçambas mostra o excedente de materiais poluentes como plástico e isopor 212

Figura 64 – No cartaz diz Escola/Creché, depois o nome Renascer 213

Figura 65 – A entrada para o coração de Boulevard da Paz..... 214

Figura 66 – Casas coloridas reunidas umas às outras 215

Figura 67 – Vista da janela da Associação uma parte do Boulevard da Paz..... 216

Figura 68 – Esse muro de contenção cinzento (padrão), do futuro parque Cittadella da comunidade de Três Marias II, tem 100 metros de comprimentos, cada parte mede 15cm x 40cm x 30cm e variam na altura entre 5 e 6 mestros 217

Figura 69 – Instalação em processo de novos medidores elétricos..... 218

Figura 70 – Cartaz manuscrito afixado no poste convoca a comunidade sobre os problemas dos sistemas de água e luz..... 219

Figuras 71 – Imagens das ruas, casas, pessoas e demais objetos que compuseram o percurso onde pesquisador experimenta o objeto de estudos ao andar e aos poucos apreender em sensibilidade o inteligível do lugar..... 220

Figura 72 – Acúmulo de entulhos no bairro 222

Figura 73 – Vista aérea do bairro 223

Figura 74 – Imagem comum no bairro 224

Figura 75 – À direita no primeiro plano, parte da casa removida pela Defesa Civil antes do deslizamento de terra 227

Figuras 76 – Depois de anos sem energia elétrica, a comunidade pode comemorar o conforto da eletricidade 229

Figura 77 – Placa de advertência da interferência dos órgãos públicos em relação a reconstrução de áreas que antes estavam sob risco de desabamento 231

Figura 78 – Pesquisador como testemunha da interação entre líder comunitário e morador para reunião sobre a instalação da eletricidade no bairro 232

Figura 79 – Momento em que vizinhas se comunicam sobre as melhorias do bairro 233

Figura 80 – Trincas, rachaduras e água minando das ruas são constantes e “normais” para a comunidade..... 235

Figura 81 – Futebol entre crianças do bairro 238

Figura 82 – Técnicos da prefeitura, moradores e visitantes seguem pelo caminho desenhado no Boulevard da Paz 239

Figura 83 – Parte de um recorte de moradias da presença majoritária de Boulevard da Paz que determina os modos de presença dos que vivem ou visitam o lugar 241

Figura 84 – Visto em uma parte do tempo, agentes da prefeitura de São Paulo, vistoriam e trabalham em Boulevard da Paz 242

Figura 85 – Agentes da prefeitura de São Paulo e técnicos da Defesa Civil de M’Boi Mirim vistoriam casa em situação de riscos de deslizamentos..... 244

Figuras 86 – Luís Jorge, líder comunitário, acompanha obras de instalação de saneamento básico em uma das inúmeras travessas do Boulevard da Paz 246

Figuras 87 – Com intuito de evitar novas invasões, foi idealizado, a pedido da SEHAB–HABI–SP, projeto de áreas de lazer para o Boulevard da Paz..... 249

Figuras 88 – Instalação de água e luz proporciona conforto em uma área que era, até 2020, destituída dessas condições básicas..... 252

Figura 89 – Casas em alto risco de deslizamentos de terra 253

Figuras 90 – A pedido da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC), essas casas mapeadas foram removidas pela Subprefeitura de M’Boi Mirim pelo altíssimo grau de vulnerabilidade diante dos deslizamentos de terra 254

Figura 91 – Depois da remoção das casas, as famílias foram deslocadas para outra região com atendimento feito pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) 255

Figuras 92 e 93 – As práticas construtivas de ordem estrutural são ultrapassadas pelas práticas coletivas de articulação solidária proveniente das práticas políticas dos líderes comunitários. Os líderes mobilizam diferentes órgãos que, em conjunto, subsidiam cestas básicas, produtos de higiene, medicamentos, brinquedos e doces. Um desses organismos é o Grupo Mulheres do Brasil, os outros são o G10 Favelas, a Plataforma São Paulo Mais Humana do Fundo Solidário do Governo do Estado de São Paulo e a Cidade Solidária, iniciativa da Prefeitura de São Paulo e de diversas Entidades da Sociedade Civil Organizada.....258-259

Figuras 94 – O trabalho coletivo da comunidade é manifestado pelo cultivos de hortas com frutas e hortaliças, pela oferta de legumes, preparo e distribuição de marmitex à comunidade 260

Figuras 95 – Além das cestas básicas e almoços coletivos, os líderes comunitários, por meio de articulações políticas, proporcionam a distribuição de brinquedos, cadernos e chocolates às crianças da comunidade..... 263

Figuras 96 – Depois da instalação de iluminação nas vias públicas, os testes. Exemplo de comportamentos ainda não programados, substituídos por gestos e prognósticos..... 264

Figuras 97 – Exemplo de coletividade onde a líder comunitária, em conjunto com pessoas da comunidade, na figura de agentes transformadores, se ajudam mutuamente, estão juntos a pintar os muros das ruas do Boulevard da Paz..... 266

Figuras 98 – A articulação política com a iniciativa privada, que alivia e concede esperança à comunidade, é a distribuição de *tickets* de alimentação 267

Figuras 99 – Com a instalação de energia elétrica e a restauração de redes de energia noutra parte da comunidade, a maioria das famílias do Boulevard da Paz, possuía geladeira velha e antiga que consumia muita energia. Por meio da organização de lista pelos líderes comunitários composta a partir do Cadastro Único, essas famílias foram beneficiadas pelo programa Luz Solidária da Enel Compartilha Eficiência, onde puderam substituir antigas geladeiras por outras mais eficientes, com menor consumo de energia elétrica..... 269

Figuras 100 – A chegada do caminhão cheio de cestas básicas promove a mobilização da comunidade em ajuda mútua na distribuição da cestas de acordo com uma lista pré-definida pelos líderes comunitários. Na imagem central, o líder Luís ajuda na doação 270-271

Figuras 101 – Na Páscoa foram compartilhados caixas com ovinhos de chocolates tanto para crianças quanto para os adultos 273

Figuras 102 – Além dos benefícios estruturais e da alimentação, não foi deixado de lado as mulheres que necessitam de produtos de higiene pessoal ou de fraldas aos recém-nascidos. A líder comunitária Cida distribui fraldas a uma mãe gestante do Boulevard da Paz.....274-275

Figuras 103 – Com movimento da Associação Mulheres do Boulevard da Paz e do projeto Enel Compartilha Empreendedorismo, foram distribuídos álcool em gel e máscaras para a prevenção do surto da Covid19, além de cestas básicas à comunidade. À direita, integrantes da comunidade beneficiados pelos produtos de proteção.....276-277

Figuras 104 – A valoração pode ser constatada nas campanhas da Enel e da Associação de Mulheres do Boulevard da Paz em prol da saúde da população por meio de exames de vista, com a possibilidade de adquirir “óculos com preço de fábrica” 280

Figuras 105 – Enel e Associação de Mulheres do Boulevard da Paz possibilitam vacinação gratuita contra o Sarampo e oferecem cursos de educacnao financeira e de costura à comunidade 281

Figuras 106 – Nem no discurso imaginário das forças invisíveis da religião e muito menos no discurso de segurança do crime organizado que as práticas altruístas foram e são efetivadas, mas na força política dos líderes comunitários em conjunto com dsiferentes órgãos modificam não somente a configuração paisagísta da área, mas os modos e as práticas de vida da comunidade. Abaixo e em conjunto com diferentes órgãos, distribuição de ovos e de cadernos para as crianças da comunidade 282

Figuras 107 – As práticas de altruísmo se configuram também em oportunidades de novas formas de aprendizado em cursos de instalações elétrica e de costura para todos da comunidade. Iniciativa essa que partiu da parceria Enel e Associação de Mulheres do Boulevard da Paz. Parceria da Associação Mulheres do Boulevard da Paz e da Escola Estadual Cazuya para distribuição de almoços às crianças..... 283

Figura 108 – Área onde haviam duas casas que foram atingidas pelo deslizamento de terra 284

Figura 109 – 15 casas foram arrastadas no Capão Redondo por um deslizamentos de terra depois de um temporal em 2019. Não teve vítimas fatais..... 288

Figura 110 – Área sendo reconstruída pelos antigos moradores com auxílio da comunidade..... 290

Figuras 111 – Além das mudanças na configuração do lugar e da comunidade, são propostos diferentes maneiras de conservar Boulevard da Paz menos vulnerável aos desastres. Como as campanhas de reciclagem e a conscientização do destino do lixo. Abaixo práticas de reciclegam de materias e limpeza da caçamba de lixo coletivo 292

Figura 112 – Extinta ponte onde alguns moradores eram obrigados a passar para alcançar outro lado do Boulevard da Paz. O córrego foi canalizado e aterrado 294

Figura 113 – Obras de instalação de condutores de esgoto para saneamento básico. Isso evita que a comunidade despeje detritos nos terrenos que contribuem para a incidência dos deslizamentos de terra..... 303

Figura 114 – Casa em risco de deslizamentos de blocos baiano e com barraco fomado vigas de madeira e telhas de metal como paredes..... 304

Figura 115 – Viatura da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC) em visita ao Boulevard da Paz no momento das remoções de famílias de áreas de riscos 307

Figuras 116 – No Boulevard da Paz é comum as bananeiras que possuem raízes superficiais que acumulam água e complementam o perigo dos deslizamentos de terra 312

Figuras 117 – Os sistemas hidrológico (chuvas e saneamento), elétrico (energia e iluminação), econômico (alimentação) e arquitetônico (moradias) podem sem vistos em prática no Boulevard da Paz 314

Figura 118 – A proposta de passarela aérea é considerada para dar passagem aos moradores para outro extremo do Boulevard da Paz..... 317

Considerações iniciais

R. Cittadella – Jardim Guarujá



BOULEVARD DA PAZ. IMAGEM: LUÍS JORGE, 2020

Considerações iniciais

Nas últimas décadas, os desastres¹, cada vez mais frequentes e intensos e muitas vezes agravados como no caso da pandemia da doença Sars-Cov-2 (surto da Covid-19), têm se configurado em um dos principais desafios para governos e instituições dispostos a alcançar, em contraposição ao subdesenvolvimento, o progresso social e econômico alinhado aos preceitos da sustentabilidade, da justiça e da equidade social (figura 1). Diferente do acidente, que afeta diretamente a vida de quem sofre o acontecido, os desastres danificam a vida de várias pessoas, abalam seres vivos e alteram o ambiente geográfico ou o bioma, direta e indiretamente e, em muitos casos, de forma permanente. Entretanto, um tipo de desastre nunca será um acidente, mas um acidente pode ser o estopim para um desastre, claro, dependendo das circunstâncias. Ambas as palavras, porém, estão na ordem do infortúnio, uma vez que a palavra desastre vem do francês, *désastre*, e essa, por sua vez, do antigo italiano, *disastro*, que originalmente vem do

1) Órgãos oficiais do Brasil usam a denominação desastres naturais, se opondo a parte da comunidade científica que reúne esforços para desnaturalizar os desastres, entendendo que são resultados da soma de vários fatores. Deste modo, a tendência mundial é utilizar o termo desastre, como se apresenta no Quadro de Ação de Sendai. Optamos por utilizar nessa tese a expressão desastres naturais somente nos trechos que reproduzem documentos ou citações de autores (UNISDR, 2015, p. 8).



FIGURA 1

(Recife) Desastre geológico, movimento de massa, deslizamentos causados pela chuva na região metropolitana do Recife deixam duas mulheres e uma criança soterradas no bairro de Águas Compridas, em Olinda (Sumaia Villela/ Agência Brasil).©

grego. Dis (prefixo que indica separação ou negação) e aster (estrela) dá lugar a “sem astro” que no final é “estrela ruim” ou “má estrela”, ou seja, uma desgraça e acidente, do latim *accidens*, participio de *accidere*, significa ocorrer, acontecer ou cair sobre. Os povos gregos da antiguidade eram deslumbrados pelo céu e astronomia. Pensavam que os astros agiam sobre os acontecimentos da vida humana. Muitas vezes usavam a palavra desastre para se lamentar das “inclemências do tempo ou das posições desfavoráveis dos planetas e como estas repercutiam em suas vidas cotidianas” (GUSANO, 2016). Esse esvaziamento semântico, entretanto, não reduz e ao mesmo tempo não amplia a condição significativa dos desastres, mas marca sua significação no mundo natural ao modificar a vida de muitas pessoas e no mundo matemático que, presentificado numa realidade estatística fundada nos números, pode ser constatado nacional e internacionalmente no relatório do *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters*. O documento do CRED aponta que em 2020, nos quase 7 mil e quinhentos eventos de desastres² que ocorreram em todo o mun-

2) Os desastres se caracterizam como uma interrupção na continuidade de uma comunidade ou sociedade que ocasiona na quantidade de mortes, de perda ou impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade afetada se reerguer para fazer frente à situação mediante o uso de seus próprios recursos (EIRD, 2004, p. 13-14). De acordo com a tabela de Classificação e codificação brasileira de desastres (COBRADE), os desastres são classificados em duas categorias: naturais e tecnológicos. Os naturais são geológico: terremoto (tremor de terra e *tsunami*), erupção vulcânica, movimento de massa (quedas, tombamentos e rolamentos, deslizamentos, corridas de massa, subsidências e colapsos), erosão (costeira/marinha, de margem fluvial e continental); hidrológico: inundações, enxurradas, alagamentos; meteorológico: sistemas de grande escala/escala regional (ciclones e frentes frias/zonas de convergência), tempestades local ou convectivas, temperaturas extremas (onda de calor e de frio); climatológico: seca (estiagem, incêndio florestal e baixa umidade do ar); biológico: epidemias (doenças infecciosas virais, bacterianas, parasíticas e fúngicas), infestações ou pragas de animais e de algas. Os tecnológicos são desastres relacionados a substâncias radioativas (siderais com riscos radioativos de substâncias ou de equipamentos radioativos usados em pesquisas, indústrias e usinas nucleares, desastres relativo aos riscos de intensa poluição ambiental provocados por resíduos radioativos); desastres de produtos perigosos

do, aproximadamente 1,23 milhão de vidas foram perdidas, numa média de 60 mil indivíduos por ano, afetando quatro bilhões de pessoas em todo o mundo, gerando um dano econômico de U\$ 2,97 trilhões (CRED, 2019). No Brasil, segundo o Observatório dos Desastres, portal desenvolvido pela Confederação Nacional de Municípios em implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, entre 2003 a 2018 (último dado disponível), mais de 32 mil desastres reconhecidos pela Defesa Civil afetaram diferentes municípios divididos, mais ou menos, entre Paraíba (3.875), Rio Grande do Sul (3.547), Ceará (3.159), Minas Gerais (3.120) e os demais nas regiões Nordeste e Sul, Norte e o Centro-Oeste (CNM, 2018, p. 7).

Muito antes dessas estatísticas e com números igualmente expressivos, as perdas humanas e os danos econômicos decorrentes dos desastres pautavam as discussões da Assembleia Geral das Nações Unidas, que decidiu instituir uma Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais, no período de 1990-1999 (UNISDR, 2015). Em conformidade com a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais, a ONU realizou, em 1994, a 1ª Conferência Mundial sobre o tema, denominada *Estratégia e Plano de Ação de Yokohama para um Mundo mais Seguro*. À medida que os desastres se tornavam mais intensos e frequentes, novas proporções e esforços para o seu enfrentamento foram concebidos em nível mundial. Isso culminou com a realização da 2ª Conferência Mundial da ONU quando foi apresentado e adotado o Marco de Ação de Hyogo 2005-2015: aumento da resiliência³ das nações e comunidades (UNISDR, 2015).

(plantas e distritos industriais, parques e armazenamentos com extravasamento de produtos perigosos, contaminação de água, conflitos bélicos ou transporte de produtos perigosos); incêndios urbanos; obras civis (colapso de edificações e rompimento/colapso de barragens); transporte de passageiros e cargas não perigosas (transporte rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo e aquaviário) (COBRADE, 2012).

3) Resiliência na física é a capacidade de um material voltar ao seu estado normal depois de ter sido tensionado. Nas ciências sociais, resiliência é a ca-

Com o término do período do Marco de Ação de Hyogo, a ONU convocou sua 3ª Conferência Mundial, realizada no Japão, em 2015, momento em que os 187 Estados-membros presentes na Conferência adotaram o Marco de Ação de Sendai para a Redução de Risco⁴ de Desastres 2015-2030. O Marco de Sendai é, portanto, o principal documento, formatado

pacidade de uma comunidade exposta a uma ameaça se adaptar, resistindo ou mudando, mas conservando o objetivo de atingir ou preservar a funcionalidade básica de sua estrutura. É medida pela capacidade que um sistema social tem de se organizar para ampliar sua eficiência em aprender com os desastres para em um futuro se proteger, aperfeiçoando possibilidades para redução de risco (UNISDR, 2015, p. 9).

4) Risco: 1. medida de dano potencial ou prejuízo econômico expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis. 2. Probabilidade de ocorrência de um acidente ou evento adverso, relacionado com a intensidade dos danos ou perdas. 3. Probabilidade de danos potenciais dentro de um período especificado de tempo e/ou de ciclos operacionais. 4. Fatores estabelecidos, mediante estudos sistematizados, que envolvem uma probabilidade significativa de ocorrência de um acidente ou desastre. 5. Relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos. Risco aceitável: risco muito pequeno, cujas consequências são limitadas, associado a benefícios percebidos ou reais não significativos que grupos sociais estão dispostos a aceitá-lo. A aceitabilidade do risco diz respeito a informações científicas, fatores sociais, econômicos e políticos, assim como aos benefícios decorrentes desta condição. Risco ambiental: possibilidade de dano, enfermidade ou morte resultante da exposição de seres humanos, animais ou vegetais a agentes ou condições ambientais potencialmente perigosas. Risco específico do processo: fator inerente ao processo que contribui para aumentar a probabilidade de ocorrência de um acidente, ligado às condições próprias do processo, como temperatura, pressão, explosões de pó, material inflamável, vazamento nas juntas de revestimentos e outros. Risco geral do processo: fator inerente ao processo que contribui para aumentar a magnitude de um acidente, relacionado às operações químicas executadas na unidade de processamento como reações exotérmicas, manuseio e transferências de material inflamável, condições de acesso e de drenagem, grau de confinamento da unidade. Risco mínimo: risco insignificante. Em termos práticos, nesta condição não há incentivo para modificar sistemas ou atividades que o provoquem (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 1998, p. 147). Beck acrescenta no seu livro *Sociedade de riscos*, que os riscos são ecológicos, químicos, nucleares e genéricos produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente (GUIVANT, 2001, p. 1).

como um plano de ação global, que tem a cultura de redução de riscos de desastres (RRD) como objeto central⁵. De forma indireta, o tema RRD também está contemplado em agendas, tratados e planos de ações internacionais assumidos nos últimos anos por diversos governos. Ele permeia, também, os 17 objetivos e as 169 metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, documento, entretanto, sem força de lei internacional, adotado durante a 70ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015, nos Estados Unidos.

Alinhada a movimentação de ações de diferentes governos, foi criado o discurso do Acordo de Paris, aprovado durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (COP21), sediada na França, em novembro de 2015 e, atualmente, por conta da pandemia foi adiada para fim de 2021, a 26ª edição da Conferência das Partes (COP26) da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima. Todos os encontros fazem referência ao Marco de Ação de Sendai, permitindo uma associação en-

5) Por cultura de redução de riscos se entende um conjunto de práticas sociais acerca da proteção social com relação aos riscos. Trata-se, portanto, de hábitos e comportamentos que promovam à redução de riscos por meio da minimização das ameaças e vulnerabilidades, potencialização das capacidades e garantia de proteção e segurança social. Privilegiar uma cultura de redução de riscos é promover e valorizar ações que ajudem a minimizar os riscos no contexto local e global, a partir de um modelo de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável, da redução das vulnerabilidades, da igualdade de gênero, da ocupação e uso adequado do solo, entre outros fatores, da promoção de qualidade de vida (CEPED UFSC, 2012, p. 7). De acordo com o EIRD, o marco conceitual referente à redução de risco de desastres se compõe dos seguintes campos de ações: 1) avaliação de riscos, incluindo análise de vulnerabilidade, assim como análises e monitoramento de ameaças/perigos; 2) conscientização para modificar o comportamento; 3) desenvolvimento do conhecimento, incluindo informação, educação, capacitação e investigação; 4) compromisso político e estruturas institucionais, incluindo informação, política, legislação e ação comunitária; 5) aplicação de medidas incluindo gestão ambiental, práticas para o desenvolvimento social e econômico, medidas físicas e tecnológicas, ordenamento territorial e urbano, proteção de serviços básicos e formação de redes e alianças; 6) sistemas de detecção e alerta precoce, incluindo prognóstico, predição, difusão de alertas, medidas de preparação e capacidades de enfrentamento. ((ONU-EIRD, 2021).

tre as mudanças climáticas e a ocorrência dos desastres. Em vigor desde novembro de 2016, o Acordo de Paris é um documento legalmente vinculante, portanto, sob a égide da lei, o que estimula a preocupação e o compromisso dos países signatários com a concepção de políticas públicas para o combate às mudanças climáticas, o que, indiretamente, reflete na redução dos riscos de desastres. Os riscos, nessa acepção, não são vistos “nem como noção, muito menos como valor”, mas somente seu oposto, a “segurança”, que está na “ordem do dia” (LANDOWSKI, 2014, p. 17). Entretanto, devemos considerar, de acordo com os movimentos de justiça ambiental e da distribuição de pobreza e de riqueza, que os riscos, apesar de não serem equitativamente distribuídos e estarem repousados na segurança, podem ser entendidos como violação à vida e aos direitos humanos como ressalta a Corte Europeia de Direitos Humanos (CDH, 2007, p. 1).

Esses documentos, agendas e tratados internacionais têm contribuído para promover ações globais de redução de riscos de desastres e, no Brasil, têm balizado políticas públicas na área, a exemplo da Lei 12.608, de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), autorizando a criação de sistema de informação e monitoramento de desastres. Tanto os protocolos e marcos internacionais quanto às ações do SINPDEC, classificam e distinguem as práticas e iniciativas para a redução de riscos de desastres e a construção de comunidades resilientes em estruturais e não-estruturais. Essa dicotomia, porém, se mostra elementar no que tange as significações e os sentidos no processo abstrato que extrai do mundo natural um mundo abstrato utilizado para distinguir as duas ações. As físicas ou estruturais, práticas que dependem de medidas diretas da comunidade e indiretas do poder público nos níveis federal, estadual e municipal na construção de pontes, muros de arrimo, canalização de córregos e obras de contenção. As ações não estruturais ou informativas, de comunicação de riscos de desastres produzidas pela Defesa Civil e por diversas instituições, incluindo as produtoras de conhecimento como universidades, centros e

institutos de pesquisa científica. São, dessa forma, ações conjuntas que reverberam no campo da comunicação de riscos e que visam melhorar a estrutura da área e o nível de informação e percepção de riscos das comunidades mais vulneráveis contemplando construções, programas, treinamentos e campanhas voltadas a prevenir e alertar a população sobre os riscos de desastres como deslizamentos de terra (figura 2), enchentes, inundações, vendavais, secas e estiagens.

No entanto, a construção de novas moradias em um deslocamento de pessoas das áreas de riscos e a produção de informações sobre desastres, sem continuidade durativa no meio social, acaba por minimizar o conceito de reflexividade como mecanismo de qualidade da sociedade de risco que, segundo Giddens (1991), ao mesmo tempo em que a comunidade se encontra mergulhada nos riscos, ela é capaz de refletir sobre si própria e buscar alternativas físicas e conceituais para modificar o panorama imprevisível dos desastres. Porém, essa ideia, apesar de marcar um ponto de vista, não resume uma perspectiva que está longe de contemplar o processo de significação e mais ainda o dos sentidos sobre a abstração e concretude instaladas na noção de fenômeno dos desastres. Assim, ao pensar na configuração do sistema, que equivale a refletir no processo, somos levados a formas de pensamentos que devem, mas não podem, nessa condição dos desastres, serem sintetizadas, mas analisadas pela simples constatação humanitária. Ou seja, se a sociedade está capacitada para pensar sobre si própria e mudar sua condição, isso equivale a processar distintas instâncias de mediação dessa condição de lugar sem desastres para suportar ou mesmo passar por lugar com catástrofes. Entretanto, essa situação pouco ou nada sai da instância imaginativa uma vez que os sistemas e processos de redução dos desastres ou das vulnerabilidades⁶ caminham no espaço e tempo de diferentes formas nas ações redutoras desses fenômenos, pois são discursivas e não estruturais e pouco estruturantes.

Essa capacidade de atuação da sociedade em relação aos seus problemas e possíveis soluções está atrelada diretamente às

FIGURA 2

Ilustração da dinâmica de como acontecem os deslizamentos de terra. Fonte: IPT, 2010.©



práticas construtivas e à aquisição e ao nível de informação que ela possui sobre a temática e de como são paulatinamente resolvidas estruturalmente. Por outro lado, a reflexividade da sociedade no conceito de risco e o processamento de informações sobre desastres se originam no modelo instituído no campo da ciência dos riscos. Esses estudos se dividem no processo de identificação, avaliação e gerenciamento e na comunicação de riscos (SANDMAN *et al.*, 1998, p. 2). A reflexão, em outra perspectiva, pode ser tomada como um dos tipos das interações discursivas, caracterizada pela transitividade entre enunciador e enunciatário, que abriga uma troca de posições dos sujeitos no processo comunicacional e na produção de sentido (OLIVEIRA, 2013, p. 244). Esse conceito mostra a procura de informações sobre desastres da população e a resolução dos problemas dos riscos no papel temático de persuasão e ação dos destinatários, na definição das práticas das pessoas frente aos riscos, mas principalmente a relação interacional entre essas duas instâncias desenvolvida em uma dinâmica entre regime de manipulação (ação do homem sobre outros homens, visando a fazê-los executar um programa dado) e regime de ajustamento (interação entre iguais, na qual as partes coordenam suas dinâmicas por meio de um fazer conjunto, o que lhes permite ajustar-se uma à outra na capacidade de se sentir reciprocamente ou uma competência estética) que levam a assumir o regime de programação (atuar a partir de fora sobre a localização, a forma, a composição ou estado de algum objeto) de prontidão (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 300; LANDOWSKI, 2014, p. 21-22-50).

6) Segundo Marco de Ação de Hyogo, a vulnerabilidade é definida pelas “Condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade ao impacto de riscos” (UNISDR, 2015, p. 4). Vulnerabilidade: 1. Condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis. 2. Relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente.

Na iminência de tomar uma decisão, os indivíduos recorrem sempre à informação, uma vez que por meio delas são definidas o seu posicionamento no contexto de mundo (GIDDENS, 1991). Mas não somente a informação pura, mas aquela revestida por uma situação significativa que a faz mais ou menos operacional em razão da carga subjetiva que entra em cena e precisa ser então considerada como processo de interações intersubjetivas e interobjetivas. Em síntese, na comunicação há o fazer persuasivo, ligado à instância da enunciação e o conceito de intencionalidade que “mesmo não se identificando nem como o de motivação nem como o de finalidade, os subsume, permitindo conceber em ato, ao fazer-ser, como uma tensão que se inscreve entre dois modos de existência, a virtualidade, como processo da língua com a fala, e a realização, quando há conjunção com a informação” (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 42, 267, 368, 407, 536).

Esses dois modos de existência discursiva, o concreto estrutural e o abstrato comunicacional, podem ainda serem separados internamente nas categorias espacial e temporal, o primeiro estabelecido no futuro, no discurso deliberativo ou político e o segundo, instituído no presente no discurso demonstrativo. Ambos os discursos, colocados topologicamente e pulverizados para as áreas de riscos pelos governos e órgãos de vigilância e proteção civil, além de pertencerem ao mundo da retórica, quando não realizados ou colocados em prática, exprimem no conceito de intencionalidade uma motivação política com finalidade organizada de acordo com interesses mercadológicos. Essa constatação, entretanto, é resultado da volição do destinatário complexo governos que cria uma hierarquia política-econômica ao determinar o modo de distribuição de recursos para produção de informação, manutenção e construção de áreas seguras em outras regiões da cidade em detrimento das inacabadas e ocupadas áreas de riscos de desastres.

Entretanto, devido a sua organização política que determina o processo de produção de informações, essa instância em significações acaba se mostrando mais apartada de sentidos nos dois modos de existência, o da virtualidade e o de sua

realização na medida em que é criado pelos destinadores uma disjunção na conjunção com a informação das possíveis práticas de redução de riscos de desastres. Mais especificamente, nas propriedades exteroceptivas da comunidade enquanto ser vivente e que faz sentido no mundo. Deste modo, o processo de aproximação e distanciamento da resolução do problema dos desastres, cumprindo ou não o contrato de país com mais ou menos resiliência ao ampliar ou reduzir os riscos, funciona burocraticamente em acronia com a realidade das comunidades na linha dos desastres (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 19).

O caráter atemporal residente na acronia, em oposição aos conceitos de temporalidade da sincronia e diacronia, pode ser compreendido dentro do processo de aproximação e afastamento da ideia de desastres tanto pelos estágios de reconhecimento dos riscos quanto pela produção dessas informações técnicas e midiáticas e a atuação público-privada na redução e extinção desses fenômenos. A condição atemporal nesse caso, no nível das estruturas profundas, pode ser reconhecida e delineada na formação institucional dos riscos e na produção informacional desse processo nas áreas mapeadas de desastres por diferentes órgãos. De maneira geral, os governos, destinadores complexos, encomendam de instâncias diferentes, da própria hierarquia governamental ou do sistema privado, os processos de mapeamento, reconhecimento e utilização do solo de forma fragmentada e mercantil de acordo com o crescimento demográfico das cidades.

Essas escolhas são de ordem política e econômica com aspectos sociais explícitos no mecanismo burocrático estabelecido nos direitos constitucional e estatutário, uma vez que o reconhecimento geográfico e a permissão de se residir em áreas com ou sem riscos pertence a esses destinadores. Sendo a primeira seleção de ordem federal e as demais estadual e municipal que, sob a égide das leis, manipulam e nomeiam sociedades em duas espécies: a legal e a ilegal. A manipulação governamental, neste caso, é do tipo das formas de fazer a população fazer o que é determinado pelo poder público. De dimensão financeira, a ordem do fazer é uma troca eco-

nômica que compara o valor do objeto. Assim, o governo, quando distingue juridicamente dois grupos de comunidades, os que possuem recursos financeiros, que seguem ordens e caminham dentro da lei, daqueles sem recursos e por não terem onde morar acabam por desobedecer seus comandos, portanto estão à margem das leis. Posto isso, o destinador coloca em prática no grupo ordenado um juízo positivo, amparado nos benefícios estruturais que compõem a premiação por meio do fornecimento de água, luz e toda a infraestrutura necessária de moradia. Em oposição, para a comunidade desordenada ou ilegal, é colocado em ação o juízo negativo de ameaça de despejo com força militar policial ou castigo de ter de morar num abrigo coletivo da prefeitura até que a casa de alvenaria ou tábuas seja reconstruída.

A construção de uma gramática distintiva com acepção entre os que possuem recursos daqueles sem poder aquisitivo é produzida a partir da demanda por novas residências justificada não somente pelo crescimento demográfico, mas, principalmente, pela troca de valor financeiro entre governos e população mediados por empresas que trabalham para erigir a infraestrutura da cidade. Para tanto, o processo é iniciado pelo destinador prefeitura que encomenda de institutos de pesquisas e agências técnicas, carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e ou de inundações, carta geotécnica de aptidão à urbanização e mapeamento e setorização de áreas de riscos sujeitas a deslizamentos de terra etc. A elaboração de mapeamento de áreas de riscos e sistemas cartográficos sobre geologia e geotecnia são amparadas e ao mesmo tempo sancionadas por diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC, Lei 12.608/12) e legislação correlata que, por sua vez e num segundo estágio, são complexificadas pelo sistema burocrático.

Nesse caminho e na burocratização, os sentidos entre o mundo natural e a instância das significações estão afastados porque neles são operados duas transformações. A primeira é de ordem da categoria de pessoa onde o destinador deixa de ser a instituição física e passa a ser o enunciador, o sujeito

linguístico que faz na estrutura actancial o mapeamento dos discursos científicos e jornalísticos responsáveis pela modificação do sentido dos desastres do mundo físico e natural para o mundo abstrato das estatísticas e matemáticas. E a segunda variação, temporal-espacial, está na divisão pulverizada da política brasileira distribuída em quatro gramáticas definidoras das relações do Estado e sociedade brasileira: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos (NUNES, 2017, p. 21).

É possível ver dentro da esfera do domínio público o funcionamento dessas gramáticas a partir da instância espacial-abstrata onde as divergências e convergências entre a lógica da produção são combinadas ou não com as necessidades da sociedade. De maneira mais detalhada, o clientelismo se constrata com o universalismo de procedimentos e com o corporativismo porque regula a distinção entre a troca específica da troca generalizada na sociedade mercadológica (NUNES, 2017, p. 28). Isso significa que no escopo das áreas de riscos de desastres, dado seu tempo histórico e sua atual condição de vulnerabilidade, as trocas seguem duas vertentes, na condição política quando se institui a regulação tradicional de impostos a partir da transição de cidade ilegal para legal, e na situação de proteção contra crimes colocados pelo poder do próprio crime organizado.

Essa dicotomia, porém, se mostra elementar no que tange as significações e aos sentidos no processo abstrato (meta-linguagem) que extrai do mundo natural um mundo matemático e quase intangível de proteção utilizados para distinguir as duas ações. Assim, ao pensar na configuração do sistema, que equivale a refletir no processo, somos levados a formas de pensamentos que devem, mas não devem, nessa condição dos desastres, serem sintetizadas, mas analisadas pela simples constatação de desenvolvimento humanitário da própria área que aos poucos deixa de ser de riscos, assim como o fator de redução da vulnerabilidade de sua população vivente.

É no mundo natural, no ambiente físico da área nos modos de presença das pessoas que moram na continuidade vivida em descontinuidade nos riscos de deslizamentos de terra no Boulevard da Paz e no seu contexto intersistêmico, nos sistemas de vigilância e na ciência do risco, que o objeto desta tese de doutorado se desenvolve. Tanto na etapa que privilegia as formas de apreensão sensível dos riscos da presença das pessoas em continuidade quanto os modos inteligíveis de sua ocorrência, como na articulação e trânsito aberto entre sensível e inteligível na produção de sentido da enunciação global da área de risco que orienta, por subordinação, os modos de fazer saber da população de Boulevard da Paz.

Porém, esse conceito de presença na teoria semiótica não é proveniente da noção ontológica que compreende inferências metafísicas de presença na percepção ou ainda na "revelação" pela percepção de presença no "espírito", mas sim aquela que consideramos como a presença do "estar aí". Desta forma, na concepção semiótica, a presença é estimada "como determinação atribuída a uma grandeza que a transforma em objeto de saber do sujeito cognitivo". Essa acepção operatória entre o sujeito que conhece e o objeto conhecível identifica-se, em parte, com a noção de existência semiótica (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 382-383).

Deste modo, a oposição entre as categorias presença/ausência emerge, assim, na eventualidade de diferenciar dois modos de existência semiótica que, para ilustrar melhor a organização narrativa e ao mesmo tempo fixar esses conceitos, reconhecemos a existência ausente do pesquisador não estando no Boulevard da Paz, caracterizado pelo eixo paradigmático, sendo, portanto uma existência virtual, da existência presente do pesquisador no Boulevard da Paz, de ordem sintagmática, cuja a existência é atual (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 382-383). Porém, para avançar no conceito, a partir desses dois modos de existência, adicionamos, de acordo com o *Dicionário de semiótica* de Greimas e Courtés (2013, p. 194-195;407), nessa categoria o realizado que, para consolidar as presenças do pesquisador no Boulevard

da Paz e também daquela comunidade, distinguimos a existência virtual e a existência atual da existência realizada.

Para entender melhor essas operações, a categoria presença/ausência surge para distinguir dois modos de existência semiótica. Assim, a existência ausente do pesquisador bem como a da comunidade do bairro estudada diante do pesquisador, própria do eixo paradigmático, equivale a uma existência virtual, ao passo que a existência presente de ambos os sujeitos, de ordem sintagmática, é uma existência atual (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 383). Desta forma, a existência virtual ausente e a existência atual presente estão cristalizadas porque são tratadas como verdadeiras presenças no mundo natural e não discursiva de "papel" como "simulacros de ações". Isto posto, não temos somente a passagem do sistema ao processo, da língua ao discurso como processo de atualização, mas de função conjunta na disjunção de existência atual e conjunção de existência realizada "que se apresenta como a manifestação discursiva, devido à semiose" entre sujeitos e objetos, ou seja, entre pesquisador e moradores do Boulevard da Paz (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 195;407).

Problema, *corpus* e objeto de pesquisa

O problema da pesquisa é a permanência consciente de uma população de milhares de pessoas em uma área de muito alta situação de riscos de desastres que não possui poder aquisitivo para mudar de lugar ou de casa e daqueles que continuam, apesar de terem condições econômicas, mas possuem laços afetivos com outros moradores funcionando, desta forma, como vetores de força suficiente para fazer com que muitos permaneçam morando no Boulevard da Paz.

O *corpus* é a área de risco do bairro Boulevard da Paz em, M'Boi Mirim⁷, que seus moradores estão expostos e, a partir

do e no *corpus*, é onde se projeta o objeto da pesquisa, ou seja, na constelação de relações dentro das quais existe uma produção complexa de sentidos no ambiente físico que se enuncia na pesquisa. Desta maneira, o fazer apreender sensivelmente os riscos ao lado de fazer refletir sobre as mais variadas ocorrências das zonas de riscos são tomados do *corpus* e de seu objeto como parte de uma aprendizagem necessária a ser desenvolvida como prática de vida a ser reconhecida pela população que de distintos modos se arrisca na sua própria situação existencial. Tornar acessível e praticável um dever para um saber fazer como atividade que exige empenho para transformar o lugar e os modos de vida da comunidade.

A comunicação de riscos não apenas integra uma das ciências mais multi e transdisciplinares da atualidade, como também está contemplada nos documentos e tratados internacionais que visam reduzir os danos humanos e os prejuízos materiais associados aos desastres. Os estudos e as ações de comunicação de riscos no contexto de redução de riscos de desastres, porém, têm se concentrado nas mensagens disseminadas pela mídia e pelas campanhas, oficinas e peças de comunicação, educação e prevenção de riscos promovidas pelos governos e suas instituições, subestimando o ambiente físico como o principal produtor dessas mensagens e que se pode desenvolver, com um arcabouço teórico sustentado na semiótica discursiva e suas interfaces com a antropologia estrutural e a fenomenologia, uma sensibilidade apreensível no habitante que no seu interagir corpo a corpo com o ambiente pode apreender os seus sentidos e com o desenvolvimento de suas habilidades desenvolver um saber e poder compreendê-los, inteligivelmente, para refletir sobre eles e chegar rapidamente à tomada de decisão consciente guiada pela intencionalidade (OLIVEIRA, 2016, p. 23).

7) Para saber mais sobre M'Boi Mirim na perspectiva da Psicologia Social, consulte a obra *Viver em áreas de risco* (2018) de Mary Jane Spink, onde a pesquisadora aborda a problemática de se viver em áreas de riscos desde o aldeamento de Santo Amaro, seus habitantes, a expansão urbana, as especificidades do problema habitacional em áreas de mananciais até as responsabilidades sociais dos riscos.

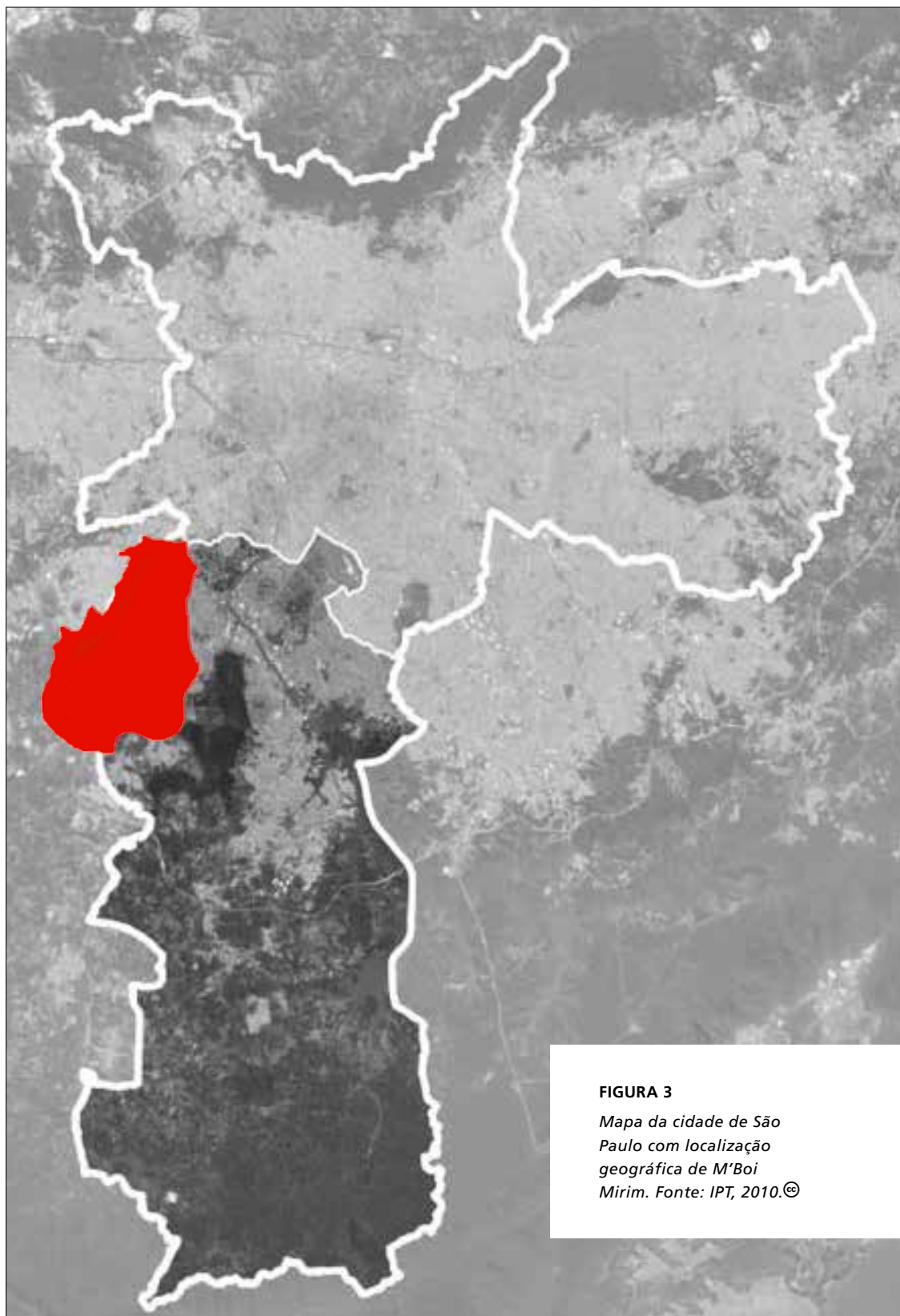


FIGURA 3

Mapa da cidade de São Paulo com localização geográfica de M'Boi Mirim. Fonte: IPT, 2010. ©

É essa lacuna de preparação para tornar esse ambiente físico, a própria área de risco, mais coordenada pelas pessoas comuns que esta pesquisa de doutorado tem como objeto central. A busca é de promover os meios para se atingir uma análise semiótica do ambiente físico, o *corpus*, que, consequentemente, leve ao desenvolvimento de reflexões pontuais a partir da produção de sentido para o seu público-alvo, ou seja, seus próprios moradores e os prepare para rápidas tomadas de decisão. Assim, nosso objetivo é desenvolver uma sensibilidade que conduza a um estado de prontidão dos vários riscos do ambiente físico por uma apreensão sensível e uma compreensão inteligível da situação.

Em atenção à dinâmica e à complexidade das áreas de riscos, a análise semiótica do ambiente de risco de desastres realizada em Três Marias II, em M'Boi Mirim⁸ (figura 3), que concentra da capital, possibilita que o estudo forme generalizações para outros contextos populacionais de zonas de risco (IPT, 2010).

O M'Boi-Mirim, destacado em vermelho no mapa ao lado, está localizado entre as prefeituras regionais⁹ de Campo Limpo, Santo Amaro, Capela do Socorro e Parelheiros. Com 553.384 habitantes, distribuídos nos seus 62,10 km², M'Boi-Mirim é a região de São Paulo com o maior número de áreas de riscos de desastres mapeadas pelo Instituto de Pesquisas

8) A população total de M'Boi Mirim é de aproximadamente de 563.305 pessoas. O lugar tem densidade demográfica de 9.770/km² e 70% do território está em área de manancial. 60% da população (368 mil pessoas) vive no agrupamento de alta e altíssima vulnerabilidade social. M'Boi Mirim possui 170 favelas com 36 mil domicílios, tem 50 áreas de riscos, IDH de 0,64 e a média dos salários dos chefes de família é de 780 reais. A violência em número de homicídios é de 89 para 100 mil habitantes. Possui um corredor de ônibus, tem 3,5 quilômetros de córregos canalizados contra 50 km de córregos sem canalização. Informações extraídas do site da subprefeitura de M'Boi Mirim. Disponível em: <https://bit.ly/3nACzO1>. Acesso: 13 jul. 2019.

9) Antes da gestão do governo de João Dória, as "prefeituras regionais" eram denominadas de subprefeituras, forma utilizada na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004).

Tecnológicas (IPT). No total, são 50 áreas, 20 no Jardim São Luís e 31 no Jardim Ângela (IPT, 2010).

O mapeamento das 50 áreas de riscos, realizado pelo IPT, a pedido da Prefeitura Municipal de São Paulo, está publicado no relatório técnico “Análise e mapeamento de riscos associados a escorregamentos em áreas de encostas e a sobreposições de margens de córregos em favelas do município de São Paulo - Subprefeitura de M’Boi Mirim”, dividido em três volumes (IPT, 2010).

Com base no relatório (IPT, 2010, p. 3), os principais fatores considerados na análise dos riscos foram “tipologia do processo esperado e a sua probabilidade ou possibilidade de ocorrência; vulnerabilidade dos assentamentos urbanos; e potencial de danos”. Os elementos centrais da análise contemplaram:

a) características morfológicas e morfométricas do terreno (altura e inclinação de vertentes e taludes – naturais, de corte e aterro); b) materiais geológicos e perfil de alteração (solo residual, saprolito, rocha alterada, coberturas coluvionares); c) estruturas geológicas (foliação, fraturas e outras descontinuidades geológicas); d) evidências de movimentação (cicatrizes de escorregamentos, trincas e degraus de abatimento nos terrenos, inclinação de árvores, postes e muros, trincas nas casas, muros embarrigados); e) cobertura do terreno (solo exposto, vegetação, culturas, lixo, entulho lançado e aterro); e f) condições associadas às águas servidas, pluviais e subsuperficiais (redes de água e esgoto, concentração de águas superficiais, sistemas de drenagem, fossas, lançamento de água servida e esgoto a céu aberto, surgências d’água) (IPT, 2010, p. 3).

Hipóteses

Na situação da comunicação de riscos de desastres, como um dos principais meios para a formação de comunidades mais resilientes, esta pesquisa está balizada pela seguinte proposição a ser testada.

A análise sociosemiótica da presença e práticas da população no ambiente físico ou do mundo natural, permite a sua apreensão e reconhecimento como o principal produtor de mensagens, dados, informações que constroem os sentidos sobre os riscos aos quais os seus moradores estão expostos e são levados a tipos de interações que devolvem nas comunidades o saber e o poder agir como protagonistas das ações que visam reduzir perdas humanas e danos materiais. Para tanto, as hipóteses propostas são:

- Mesmo com uma possível oportunidade de mudança de lugar de moradia, uma porcentagem significativa de habitantes do Boulevard da Paz insiste em ali habitar por conta dos benefícios que morar em áreas de riscos proporcionam.
- As práticas de vida de solidariedade entre moradores e o compartilhamento social atuam como atenuantes do risco na área de deslizamentos de terra.
- O conhecimento sobre riscos de desastres, protagonizados pelo Poder Público, por meio da Defesa Civil, potencializa o fazer e o poder agir da comunidade que habita o lugar.
- Os valores de moradias como aluguel ou a aquisição de terrenos estão bem abaixo dos valores praticados pelo mercado imobiliário das cidades legais em comparação a áreas de riscos.

- O custo de vida para morar em áreas de riscos são inferiores aos do mercado e os preços de alimentos chegam a ser até 30% menores que os praticados nos bairros formalizados ou acabados.
- As práticas da comunidade em comercializar, trocar ou penhorar produtos à venda ou compra feita a crédito, a prazo, sem precisar pagar nada na hora da aquisição sustenta uma rede de confiança que justifica morar e permanecer no Boulevard da Paz.

Apesar de existir a possibilidade de mudar de residência para outra localidade, por meio de planos governamentais, muitas vezes não muito próxima do Boulevard da Paz, algumas pessoas acabam por preferir continuar no lugar tanto pelo aspecto econômico, quando as taxas de água e luz são mínimas por se tratar de área de risco, quanto pelos laços afetivos fraternos desenvolvidos ao longo de meses ou anos residindo no bairro. Essas práticas de vida, morando em conjunto com outras famílias, apresenta uma solidariedade e compartilhamento social que amenizam as dificuldades do dia a dia, bem como o enfrentamento do risco. Essa possibilidade, de encarar o risco, competencializa o saber e o fazer da comunidade que habita o lugar em interação com os riscos e o poder público, aumentando a resiliência dos moradores de Três Marias II.

Objetivo geral

Por meio de uma análise semiótica, esta pesquisa tem como objetivo principal apreender, reconhecer e categorizar o ambiente físico, Três Marias II, como produtor de mensagens e sentidos sobre riscos de desastres por meio de uma cadeia intersistêmica da área de risco aos quais os seus moradores estão expostos. A apreensão se dá por meio de marcas, cicatrizes, trincas e rachaduras latentes impressas nas ruas, cal-

çadas, muros e casas que prenunciam um desastre que, pelo sensível, tornamos racional essa apreensão quando os sentidos passam a ser apreendidos e assim reconhecidos de modo que o sensível passa ao inteligível, quando é lido como marca simbólica que já preanuncia o desastre.

Objetivos específicos

- Analisar as manifestações de riscos de desastres produzidas pelo próprio ambiente físico por meio de uma cadeia intersistêmica.
- Analisar pelo percurso gerativo de sentido as expressões de riscos do ambiente físico.
- Desenvolver a reflexão sobre a formação de comunidades mais resilientes aos desastres, por meio do seu entendimento das expressões de riscos do ambiente físico.

Justificativa

Segundo o relatório Global Report on Internal Displacement (GRID 2019), somente em 2018 foram registrados 28 milhões de novos deslocamentos por conflitos e desastres, em 148 países. Desse total, 10,8 milhões de pessoas foram deslocadas por violência criminal e política, violência étnica, religiosa e conflitos armados; e 17,2 milhões em decorrência de desastres geofísicos, terremotos, erupções vulcânicas, enchentes, temperaturas extremas, incêndios florestais, secas, tempestades, ciclones e furacões e deslizamentos de terras (ONU, 2019, parte I, GRID, *Global map*).

As estatísticas do total de deslocados por desastres ainda são deficientes. No final de 2018, o total acumulado de deslocados internos, vítimas de conflitos, foi de 40,8 milhões. No entanto, não se sabe o total do número acumulado de deslocados internos por desastres (GRID, 2019). Segundo o documento, no Brasil, em 2018, um total de 86 mil pessoas foram obrigadas ao deslocamento interno por causa de desastres. Segundo últimos estudos do IBGE, com a sobreposição espacial das feições censitárias e das áreas de risco, em 2010, o país tinha cerca de 8,2 milhões de pessoas residindo em áreas de riscos de enchente e deslizamentos de terra, sendo que 9,2% dessas pessoas são crianças menores de cinco anos de idade, 8,5% são idosos acima dos 60 anos. A região com maior número de áreas de risco é o Sudeste com 4,2 milhões de pessoas, seguido do Nordeste com 2,9 milhões, Sul com 703 mil, Norte com 340 mil e Centro-oeste com 7,6 mil pessoas (IBGE, 2010, p. 33).

O problema dos deslocamentos é um fator preocupante porque a redução de riscos de desastres, centralizada nas pessoas, é tema prioritário da mobilidade humana no Marco de Sendai. Ou seja, segundo o Marco, é preciso “incluir os riscos de deslocamento na avaliação dos riscos de desastres, prevenir e cooperar para aumentar resiliência e diminuir o risco de deslocamento, estabelecer políticas e programas que reforcem a resiliência dos deslocados e comunidades de acolhida para desenvolver respostas rápidas e eficazes aos deslocamentos” (MCTIC, 2019, p. 1).

Esses números fazem com que os impactos dos desastres também respondam pela crise mundial humanitária, a maior desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com grandes deslocamentos de pessoas, e configuram-se em um dos maiores desafios para os governos, a ciência e a sociedade em geral. O Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR) associa os riscos de desastres a um modelo de desenvolvimento social e econômico enraizado na pobreza e na desigualdade. Entretanto, apesar da ONU associar o desenvolvimento social e econômico fundados

na pobreza e desigualdade, a expressão “questão social”, a partir do pensamento conservador e positivista, passa a ser dissociada da ordem econômica, para, então, ser relacionada a uma questão somente social (MONTAÑO, 2012, p. 272).

Deste modo, a “questão social” como a “miséria, a pobreza e suas manifestações passam a ser não resultado da exploração econômica, mas de fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva de setores” da sociedade (MONTAÑO, 2012, p. 272). Nessa concepção, os resultados da miséria e da pobreza estão atreladas “a condições individuais como déficit educativo, ausência de conhecimento das leis de mercado, dificuldade de planejamento, inabilidade de planejar o orçamento familiar, e problemas de ordem moral-comportamental como mal-gastos de recursos pessoais, inclinação ao ócio, alcoolismo etc.” (MONTAÑO, 2012, p. 272).

O afastamento das condições da pobreza relegada à questão social e não associada a economia afeta não somente como são vistos aqueles que vivem em áreas de riscos de desastres, mas reduzem semanticamente a realidade do problema da desigualdade social na medida em que a pobreza pode ser caracterizada em carência real, entendida como a redução de bens e serviços essenciais, ou seja, aquilo que envolvem as necessidades da vida cotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde e como carência social, como a exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade que inclui a educação e a informação. Sendo que as relações sociais são elementos chave para compreender a pobreza pelas organizações internacionais, as quais consideram o problema da pobreza não só econômica, mas cultural e social.

Uma vez que o conjunto de fatores da pobreza são de diferentes causas como fatores político-legais: corrupção, inexistência ou mau funcionamento de um sistema democrático, fatores econômicos: sistema fiscal inadequado, representando um peso excessivo sobre a economia ou sendo socialmente injusto; a própria pobreza, que prejudica o investimento e o

desenvolvimento, economia dependente de um único produto, fatores socioculturais: reduzida instrução, discriminação social relativa ao gênero ou à raça, valores predominantes na sociedade, exclusão social, crescimento muito rápido da população, fatores naturais: desastres naturais ou antropogênicos, climas e relevos extremos, doenças, problemas de Saúde: adição a drogas ou alcoolismo, doenças mentais, doenças da pobreza como as transmissíveis e deficiências físicas ou ainda originárias de fatores históricos: colonialismo, passado de autoritarismo político, insegurança: guerra, genocídio e a criminalidade (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 3-4).

Para o UNISDR, uma efetiva gestão dos riscos de desastres deve estar alinhada a uma governança política do desenvolvimento social e econômico muito mais ampla que, por sua vez, possa contar com instituições responsáveis com baixos níveis de pobreza e desigualdade social (UNISDR, 2015). Essa desigualdade socioeconômica, ao se considerar o tempo de duração, tornou-se um modelo, cabendo ao “Estado e a sociedade brasileira uma ação política para discutir e implantar políticas públicas capazes de romper com os padrões de desigualdade no Brasil” (ONU, 2005, p. 117). Entre as consequências e os desdobramentos da pobreza e da desigualdade social, segmentadas e separadas por tipos de problemas, destacam-se a falta de acesso das comunidades às informações sobre os riscos, a compreensão dessas mensagens e o poder de fala dessas comunidades nos processos de tomada de decisão sobre os riscos aos quais estão expostas (MONTAÑO, 2012, p. 272).

A comunicação de riscos, que contempla os fenômenos associados à percepção das pessoas, é um dos mecanismos para a concepção de ações preventivas e capazes de reduzir aquilo que causa lesão nas comunidades, a vulnerabilidade. Essas iniciativas contemplam a identificação e a análise dos riscos, as medidas de prevenção de acidentes, preparação e planejamento para situações de emergência, informações públicas e treinamentos (OGURA, 1995).

A realização desta pesquisa se justifica pela urgência e a importância de conjuntamente criar nessas comunidades de áreas de riscos o protagonismo na identificação, leitura e compreensão das mensagens, informações e códigos produzidos pelo próprio ambiente de risco, conferindo a elas o direito e as condições de participar das tomadas de decisão sobre os riscos aos quais estão expostas. A partir desse saber, instituir nessa comunidade a capacidade reflexiva para agir nos modos de operações dos moradores, onde que a relação social determina os termos, nas combinações dessas operações, ou seja, cada individualidade é lugar onde atua um pluralidade incoerente de suas determinações relacionais de atuação altruística e nos modelos de ação de usuários, na lógica operatória cujos modelos remontam às astúcias temporais de morar em Três Mais II (CERTEAU, 2012, p. 37).

Nos dez passos essenciais para a construção de cidades resilientes, da campanha da Estratégia Internacional para a Redução de Riscos de Desastres (EIRD) das Nações Unidas, a comunicação perpassa pela maioria deles e é explicitada no passo número três: “Garanta que os cidadãos de sua cidade tenham acesso à informação e aos planos para resiliência, criando espaço para discutir sobre os mesmos” (BRASIL, 2014, p. 12).

Fundamentação metodológica

A teoria desta pesquisa, tem fundamento próprio na metodologia adotada, em que o pesquisador, em virtude do recorte do *corpus*, deverá utilizar e estar presente no método *in situ* da pesquisa (LANDOWSKI, 1992). Com um olhar comprometido com o objeto de estudo é a experiência partilhada com a população das zonas de risco no enfrentamento das ocorrências que essa pesquisa vai atuar, explorando as categorias enunciativas da interação política e ambiental da população. Assim o es-

tar “próximo e presente” e “distante e ausente” em ambos os métodos e em diferentes sistemas vai propiciar, depois, chegar ao estado sincrético de todos os sistemas, objeto desvelado e melhor compreendido, cuja análise se tornará viável e esclarecedora permitindo os fins práticos do objeto estudado.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa e, em função não somente da grandeza essencial do objeto, mas principalmente pela complexidade que o constitui na relação entre diversos sistemas, optou-se por recorrer, num primeiro momento, a um panorama global sustentado nos intersistemas. Para atingir uma visão sinótica e analítica do objeto e simultaneamente considerar a combinação sistemática, sustentada no princípio da análise semiótica sincrética, a fundamentação teórica está amparada em três caminhos abrangentes, admitidos para balizar a proposta: o constitutivo, o panóptico e o contextual.

No sistema constitutivo estão sob análise, além do fazer e criar nas práticas individuais e nas coletivas, a oportunidade de sobrevivência do cotidiano das pessoas e a movimentação da contingência e da comunidade que vive no entorno da área, as características geomorfológicas, geológicas e geotécnicas que compreendem a natureza do solo e elementos que ao longo dos anos se estabeleceram na paisagem, os formantes presentes no tipo de vegetação, na distribuição e na fragmentação de materiais que desenham as moradias não planejadas, como alvenaria, madeira ou materiais mistos (IPT, 2007).

O labiríntico trajeto que manipula o fluxo de pessoas e animais dentro de uma área de risco, cuja característica particular circunda o tortuoso sistema hidráulico dos rios e córregos, comunicando uma comunidade a outra, também será objeto de análise. Além desses fatores, é preciso considerar a composição urbanística em relação ao saneamento básico e ao fornecimento de energia elétrica, bem como a incidência natural do desgaste físico-químico provocado ora pelas águas pluviais, marcada na meteorologia, ora pelas águas fluviais, hidrologia, ou pelo seu conjunto (BRANCO, FONSECA e BRANDÃO SILVA, 2015).

No sistema panóptico, o estudo se destaca tanto nas questões que são pertinentes aos mecanismos legislativos no contexto da redução dos riscos de desastres, direcionados por instituições nacionais e internacionais, como nos sistemas produtivos de dados e informações matemáticas traduzidas do cruzamento de distintas posições geográficas de pontos de coleta de dados. São esses dados que alimentam agências ambientais, instituições de pesquisas e de ajuda humanitária, assim como as defesas civis e entidades que atuam para salvaguardar vidas. A esses órgãos vigilantes e preventivos de pesquisas ou de ações coletivas na minimização de riscos de desastres somam-se os sistemas integradores de informações que conjugam diferentes bases de dados provenientes de instituições intra e intergovernamentais, bem como universidades e institutos de pesquisas em cooperação técnica e científica (MARTINS, 2004, p. 237).

Enquanto o sistema constitutivo está situado na gênese da área ou da região em estudo e o panóptico nas pesquisas e no monitoramento, a constelação do sistema contextual pertence às esferas política, econômica, social, cultural e religiosa, uma vez que esses temas perpassam de maneira ostensiva e interdisciplinar por todos os outros sistemas de vigilância ou não, principalmente quando a comunidade sofre a combinação de algum tipo de desastre. A política e a economia estão na imanência da área de risco porque são delas que se esperam não somente ações não-estruturais de redução de riscos, embasadas na comunicação, por exemplo, mas também ações estruturais, como construções e melhorias a longo prazo de assentamentos urbanos. Tudo isso amparado em políticas de RRD para uma solução tanto na minimização, quanto na quase erradicação dos fenômenos adversos, como deslizamento de massa, por exemplo (BECK, 2010).

De modo similar, na transversalidade e situadas em posições distintivas, estão as constelações que pertencem aos universos social, cultural e religioso. Em razão de uma série de problemas que serão abordados no decorrer da pesquisa, estão à margem da sociedade, encaixadas e marginalizadas nas periferias, as comunidades que vivem em áreas de riscos de



FIGURA 4

Famílias que residiam nessa casa foram transferidas para condomínio popular próximo da região. O imóvel foi demolido no início de 2019 pela Prefeitura de São Paulo com supervisão da Defesa Civil. Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.

desastres, nas quais a resistência em desenvolver-se, ou ao menos de serem reestruturadas ou deslocadas, atravessa a oposição financeira e política da sociedade.

Na ausência de uma política de moradia, o Estado acaba promovendo uma relação de barganha com os moradores dessas comunidades, que muitas vezes não têm nem acesso a saneamento básico. Em troca do benefício da isenção de impostos territoriais e do pagamento de serviços como água e luz, o Estado permite que as populações mais pobres ocupam essas áreas onde os riscos podem ser avaliados como baixo, médio, alto e muito alto (figura 4) (IPT, 2009).

Para aumentar a complexidade desse sistema imbricado em outros sistemas, ainda há sub-repticiamente a aceitação propagada por alguns órgãos governamentais, também pela ausência de uma sólida educação da sociedade, de que os desastres são resultados da ação divina ou da natureza, dissociando a responsabilidade não somente da sociedade e de suas práticas, como também dos governos (GOMES e CAVALCANTE, 2012).

Posicionado em ambientes e esferas distintas que se interligam, os sistemas constitutivo, panóptico e contextual, que reúnem outros sistemas igualmente complexos – mas de origens diferentes –, são analisados pela sociossemiótica, no arcabouço dos estudos semióticos em sua grandeza, nas regras que ordenam vários sistemas (OLIVEIRA, 2009, p. 81).

A tese está organizada nos sistemas complexos de vigilância a partir dos riscos de desastres instalados na área do Boulevard da Paz. Na diferença entre cidades inteligentes com cidades que agem com inteligência nos desafios de órgãos públicos e privados, na comunicação e cooperação entre os públicos e nas modalidades nos desastres. Parte, no segundo plano, para a origem de Santo Amaro até M'Boi Mirim onde está localizado o bairro de Boulevard da Paz, com sua estratificação e desenvolvimento social para depois seguir na condição socioafetiva do bairro, destacando as condições sensíveis do entorno e do coração de Três Marias II no

que se refere ao comum entre sujeitos na exposição altruística dos deslizamentos como ruptura do cotidiano, dentro dos acidentes patêmico e estésico no sincretismo dos sistemas. A escolha dessa organização está no panorama geral de relação entre as cidades acabadas com estruturas básicas instaladas daquelas cidades sem nenhuma estrutura como saneamento básico ou energia elétrica. Da história do lugar e de como a comunidade que reside no Boulevard da Paz consegue, por força política dos líderes comunitários, sobreviver e aos mesmo tempo se reestruturar ao minimizar diferenças sociais e reduzir os riscos de desastres.



O panóptico e os sistemas
de riscos de desastres





1. O panóptico e os sistemas de riscos de desastres

Foi na transição dos séculos passados que o conceito de cidades inteligentes emergiu entre campos distintos na sociedade contemporânea. A iniciativa não foi definida como *smart cities* no princípio, mas pode ter origem no crescimento inteligente proposto por empresas de tecnologias nos anos 1990 como Sisco e IBM ao definirem, em bases automatizadas, um planejamento urbano e sua progressão inteligente com a aplicação de sistemas comunicativos de estrutura e de serviços (CISCO, 2005; IBM, 2009, p. 8).

Com o aumento da inteligência nos sistemas, surgiram as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's)¹⁰ que utilizam meios técnicos que tratam a informação e dão suporte na comunicação entre *hardwares*, redes ou sistemas telemóveis de *softwares* e programas de transmissão de dados. Essa nova forma de se comunicar, compreendida como um recurso de tecnologia integrada entre computadores e telecomunicações, proporciona automação na comunicação para a tomada de decisão de comunidades em diferentes situações,

10) Apesar de alguns autores observarem o além das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como presentes no desenvolvimento humano, a nossa acepção se restringe apenas as interfaces de hipertexto nos princípios da metamorfose, heterogeneidade, multiplicidade, exterioridade, topologia e de mobilidade dos centros (LÉVY, 1993).

quer sejam elas de pequenos vilarejos até grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.

Apesar da introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no aumento da inteligência nos sistemas, o conceito de cidades inteligentes nasceu associado tanto ao atrativo econômico, configurado na competição entre cidades para seduzir capital humano, como a geração Y da Classe Criativa (FLORIDA, 2011), quanto da intenção social por meio da demanda por mais espaços e das melhorias com a qualidade de vida das pessoas (SHAPIRO, 2006, p. 324-335). Entretanto, essa associação entre o esforço do capital humano e a aplicação das avançadas tecnologias das TIC's viabiliza um crescimento sustentável na economia na medida em que há um avanço na qualidade de vida, na administração dos recursos naturais e no aperfeiçoamento da busca de mecanismos de energia limpa como energias eólica, solar ou maremotriz.

Modelos e ferramentas de suporte para a comunicação são originários tanto de organizações de tecnologia, como o software de engenharia para o modelo de maturidade *Capability Maturity Model Integration* (CMMI) que gerou o Modelo brasileiro de maturidade para cidades inteligentes (Br-SCMM), quanto de conflitos armados como a Segunda Guerra Mundial na criação de sistema de identificação por radiofrequência ou *Radio-Frequency Identification* (RFID), que é atualmente utilizado e associado a dispositivos móveis para identificar pessoas soterradas em deslizamentos de terras em ambientes de desastres, por exemplo (AFONSO et al., 2012, p. 514) (figura 5).

Mesmo com diversas ferramentas e modelos metodológicos distintos para cidades inteligentes, as diretrizes atinam para se comparar, medir e mostrar quais indicadores podem ser aprimorados dentro do crescimento na gama de tecnologia que suporta o enorme fluxo e gerenciamento de dados que tornam as cidades mais inteligentes. Desde as modernas cida-



FIGURA 5
Brasil inicia em setembro os testes para criar uma cidade inteligente com instalação de Internet das coisas, gerando quase 200 bilhões à economia.
Fonte: Panasonic, 2016. <https://lbit.ly/3vJDmPS>.
Na imagem ao lado, Capability Maturity Model Integration (CMMI), utilizado nas cidades inteligentes.
Fonte: LLC (Optimal) <https://lbit.ly/3vJykCN> ©



FIGURA 6

800 câmeras de monitoramento, gerenciadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. Em situações de crise, o centro operacional conta com sistema de videoconferência com a Defesa Civil municipal.

Fonte: COR.RIO

<http://cor.rioinstitucional/> ©



des no patamar internacional de cidades inteligentes como Paris ou Tóquio até as que iniciam o processo de crescimento e automação dos sistemas para o ingresso em moldes similares aos aplicados naquelas cidades para o Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades brasileiras (COHEN, 2013).

À frente de São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba no *ranking* de cidades inteligentes do Connected Smart Cities, está a cidade do Rio de Janeiro com o Centro de Operações

do Rio e o sistema de Previsão Meteorológica de Alta Resolução (PMAR), criado em parceria com a IBM (CONNECTED SMART CITIES, 2015; RIO, 2016). Essa cooperação entre órgãos governamentais e organizações de tecnologia floresceu na Prefeitura do Rio de Janeiro embasadas nas diretrizes que norteiam as cidades inteligentes da IBM que estão fundamentadas no governo e órgãos administrativos, segurança pública, programas sociais, assistência médica, educação, transporte, energia e água, meio ambiente e prédios mais inteligentes para o planejamento urbano. Cada um dos itens, se desdobra em outros modelos, todos sustentados no tripé infraestrutura, operações e pessoas (IBM, 2016).

Entretanto, mesmo com iniciativas da prefeitura do Rio, no Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR) (figura 6), e da prefeitura de São Paulo, como Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), há escassez em diferentes operações, tanto em pontos de vigilância, pela ausência de infraestrutura em determinada localidade no campo da tecnologia da informação, que o PMAR do COR e o CGE não conseguem acompanhar e menos em suprir aspectos de gerenciamento para modernizar o acesso a informação e o gerenciamento de dados estatísticos e mapas, quanto e especialmente no que concerne aos desastres naturais, o que reflete no desempenho dos sistemas das cidades no que concerne aos desastres de origem geológica, meteorológica e ainda biológica.

Distante do ambiente corporativo das empresas, porém, onde a formulação de cidades inteligentes segue um modelo funcional com forte predisposição a competitividade entre cidades no que se refere ao capital humano, as diretrizes de cidades inteligentes elaboradas pela União Europeia seguem um modelo mais sintetizado em comparação aos migrados de áreas exatas de modelos de maturidade em que os níveis simplificado, gerenciado, aplicado, medido e transformado, alcançam a meta estabelecida onde se colocam práticas específicas e gerais, mas oblitera a fundamental participação humana (AFONSO *et al.*, 2012, p. 514).

Para a União Europeia, cuja politização prevê que o modelo de cidades inteligentes, pouco menos rígido do ponto de vista humano e mais flexível pelo viés social que os modelos de *softwares* de engenharia, são cidades que mantêm alto desempenho ao combinar características que dotam as pessoas de consciência e independência em suas atividades. Para tanto, mapeiam a cidade por meio de fatores e indicadores de economia, governança, moradia, mobilidade, meio ambiente e pessoas. Dentro dessas seis diretrizes, que se desdobram em outros níveis, existe a versatilidade de adaptação de acordo com a necessidade de cada fator indicado diretamente pela utilidade das cidades analisadas (EUROPEAN SMART CITIES, 2016).

No país, a iniciativa criada em 2014 no relatório *Brasil 2030: cidades inteligentes e humanas*, liderado pela Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, introduz a palavra humanas no conceito de cidades inteligentes que, segundo o documento, “apresenta um conceito brasileiro de cidade inteligente e humana”¹¹. Assim, para justificar a participação das pessoas, sobrevém o processo de inovação da cidade em laboratórios vivos (*living labs*) (figura 7), isto é, uma região física que pode estar localizada em um lugar isolado como em Três Marias II, em universidades ou corporações ou ainda nas redes virtuais, sociais e plataformas específicas para a criação de soluções que ajustam o cotidiano da sociedade em ambientes simulados e aplicados na cidade inteligente (RBCIH, 2016, p. 2-6).

11) Para sustentar o conceito de humano nos processos tecnológicos, acrescentam-se os mais vulneráveis antes e durante a pandemia em redes nacionais e internacionais de ajuda como Associação de Mulheres Boulevard da Paz (<https://bit.ly/3xa5dtV>), Litro de Luz, Catadores do Lixão de Codó, Moradores de ruas e seus cães na cidade de São Paulo, Pessoas pobres de Campo Grande-MS, Criação de Grupos de Solidariedade, Colaboração para a comunidade da Rocinha, A Rocinha Resiste!, Ajuda às comunidades pobres do Brasil, Central Única das Favelas-CUFA, Fundo Emergencial para a Saúde – Coronavírus Brasil, Rio Contra Corona, G10 das Favelas, Ação Cidadania contra o Coronavírus, Campanha para os hospitais de Minas Gerais, Fique Bem Em Casa, Extrema pobreza no Sertão Nordestino, Amigos do Bem e ainda Animais sem lar do estado de São Paulo e Ajude os Protetores de Animais Independentes (GRUPO QUALITY, 2020, p. 1).

FIGURA 7

Pessoas da comunidade, técnicos, alunos e professores testam com ferramentas de tecnologia da informação prédios, ruas, carros e até carrinhos de supermercados em Laboratórios Vivos.

Fonte: KalingaTV Bureau, 2019.

<https://bit.ly/3tiwxD3> ©



A proposta *Brasil: 2030* do Fórum Nacional de Ciência e Tecnologia da Frente Nacional de Prefeitos para cidades inteligentes e humanas propõe que as cidades sejam inclusivas, que desenvolvam políticas de inclusão digital, que possuam infraestrutura tecnológica com rede de transmissão de dados e acesso à internet, central integrada de comando e controle da cidade, similar ao COR do Rio. Que as tecnologias digitais e eletrônicas e práticas de solidariedade tenham por objetivo promover a qualidade de vida e conectar TIC's aos cidadãos. Entre outros conceitos de cidades inteligentes, a Rede Bra-

sileira de Cidades Inteligentes e Humanas recomenda ainda ampliar a criação de espaços coletivos, viabilizar a universalidade do saneamento, a ocupação correta dos espaços urbanos, a destinação dos resíduos sólidos, bem como as práticas de construções inteligentes e iniciativas de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), ratificado nos protocolos de Quioto e Sendai, respectivamente (RBCIH, 2016, p. 9).



FIGURA 8

A Fujisawa Sustainable Smart Town faz parte do projeto de cidade inteligente da Panasonic.
 Fonte: GreenVolt, 2018.©

1.1 Cidades inteligentes

A fronteira entre cidades inteligentes e as práticas de conceitos de cidades inteligentes e autossuficientes em comunhão com a sociedade, ainda é indeterminada ou talvez esteja muito distante do que seria o ideal humano. A visão geral, entretanto, é de que aos poucos as cidades tornam-se inteligentes com a somatória de outros atributos isolados ou em concomitância que desenvolvam uma inteligência progressiva a partir dos modelos matemáticos e binários, sociais ou estatísticos, humanos ou biológicos e sistêmico, que possibilita observar, as cidades se desenvolverem de maneira relativamente prolongada, mas contínua em comparação a outras cidades que possuem infraestrutura bem mais avançada como é o caso de Fujisawa (figura 8) localizada sobre a região do Círculo de Fogo do Pacífico em relação a São Paulo que, apesar de um sofisticado sistema de prevenção de riscos de desastres, mantém uma infraestrutura precária se considerar a quantidade de desastres anuais que assolam a cidade.

Neste estágio, a visão holística das cidades inteligentes funciona com a integração de tecnologias sofisticadas arquitetadas pela idealização de uma ou um conjunto de empresas como IBM, Cisco, Panasonic, Siemens, General Electric, Philips, Samsung, Oracle, entre outras, que tornam desde cidades como Masdar, no Emirados Árabes Unidos, sendo a primeira em sustentabilidade com a neutralização de carbono, energia renovável e edifícios verdes, até cidades antes muito poluídas como Yokkaichi no Japão onde os materiais descartáveis e os resíduos sólidos são todos reciclados (SMEDLEY, 2013, p. 3).

No entanto, nem todas as cidades inteligentes exprime a ideia de cidade estruturada ou de um protótipo a ser explorado, preparada ou em harmonia ao conceito de interconexão entre pessoas e serviços e demais aparelhamentos das TIC's. Em alguns lugares, como na Cidade do Cabo, por exemplo, a

ideia de inteligência está atrelada a instalação de painéis de sistemas fotovoltaicos nos telhados dos barracos da favela de Stellenbosch e a compra de energia elétrica do celular daquela comunidade (SMEDLEY, 2013, p. 1). A criação de novas cidades inteligentes estruturadas nas malhas fundadoras que se articulam com o mínimo de recursos, a exemplo da “cidade teste inteligente” de Stellenbosch, estão em outro limiar que não o de Barcelona, cidade onde se enxerga um aperfeiçoamento montado na tecnologia, cujo o sistema desenha uma cidade mais próxima do conceito de Smart Cities.

Ao distinguir cidades inteligentes de cidades que agem com inteligência, fica em evidência a noção de escolha entre dois caminhos para se alcançar o mesmo objetivo, uma cidade altamente desenvolvida em todos os aspectos cujo nome e o modelo são vistos próximos, mas sua concepção cabal é vista a distância. Porém, o estímulo para aproximar antigas e novas cidades dessa cidade futura encontra diversas oposições heterogêneas que ultrapassam as características geológicas ou a dos recursos econômicos e sociais, ou seja, possuir irrigação inteligente pelo aplicativo WaterBee, prevenir deslizamentos de terras (figura 9) pelos sistemas de satélites e todas as disponibilidades de tecnologia na inovação, não faz de uma cidade mais inteligente que a outra, mas o esforço na aplicação tecnológica para implementar instrumentos capazes de modificar o comportamento humano e o ambiente das pessoas nas suas relações em sociedade (PRADO, 2016, p. 3).

Essa mudança comportamental, vinculada ao ambiente e manipulação pelos dispositivos móveis e sensores inteligentes, tende a se intensificar com a projeção de poder de conexão da Internet das Coisas (*Internet of Things*) e da Internet de Tudo (*Internet of Everything*). Apesar dos avanços tecnológicos da internet quando criada, desde o sistema organizado pelos nomes de endereços eletrônicos, às mudanças de dados físicos para flutuantes e migratórios, até às redes sociais em complemento à cibercultura, a evolução da Internet de Tudo,

FIGURA 9

Deslizamentos de terra ocorrido em Salvador com pelo menos 30 vítimas fatais.

Fonte: Ifeanyi obi's, 2015. ©
<https://bit.ly/3vG2ruQ>



com o crescimento dos dispositivos e sensores, tem como resultado uma mudança radical na relação e na associação recíproca entre organismos dos mundos natural e digital. Algo muito distante, ainda, em comunidades que sequer possuem saneamento básico, quanto mais uma rede interconectada de computadores, cujo exemplo ultrapassa a pesquisa.

FIGURA 10

O Cemaden, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, instalou pluviômetros semiautomáticos em três escolas estaduais nos municípios paulistas de Cunha, Ubatuba e São Luiz do Paraitinga (Esse último município teve um grande desastre natural, em janeiro de 2010, período em que ocorreram chuvas intensas, provocando inundação e deslizamentos nas áreas urbanas e rural, atingindo quase metade da população (5.100 pessoas afetadas).

Fonte: Cemaden, 2015.☺
<https://bit.ly/3vJYg12>



O trajeto para esta mutação pode ser projetado a partir das estruturas de base da tecnologia por meio de rede de sensores interconectados que separa informações do entorno, atua no mundo natural pela interação de comandos apoiados em sistemas de controle, mas filtra pelas normas, regras ou leis vigentes, estes dados para a prestação de serviços de análise e transferências de informações (GUBBI *et al.*, 2013). Nesta fase, caracterizada pela ubiquidade da internet, acima das

páginas rígidas e da internet 2¹², são conectados tudo, desde pessoas, animais com *microchips* a tipos de processos a objetos ou coisas. Esta conectividade se insere numa grade inteligente onde construções ou edifícios verdes, fábricas robotizadas, monitoramento de pessoas fora e dentro de hospitais, educação controlada pública e privada, locomoção em todos os meios de transportes, gamificação e interconexão de jogos de entretenimento, são ligados e acessíveis ao mundo, restringido, logicamente, no limiar entre o que pode ou não ser disponibilizado (BRADLEY *et al.*, 2013, p. 3) (figura 10).

Se em um sentido a cooptação do mundo físico pelo mundo digital acaba por confundir fronteiras entre o real (o mundo) e o virtual (o digital) e em outro proporciona o acesso a inteligência coletiva nas cidades inteligentes ou mesmo nas cidades destituídas de mecanismos tecnológicos, o mesmo não acontece no campo dos desastres que, diferente dos acidentes, são muitas vezes imprevisíveis mesmo contando com o auxílio de raciocínio qualitativo sobre os processos. Ou seja, o raciocínio de processos no mundo digital consegue

12) Internet 2.0 é um consórcio de redes de computadores avançadas sem fins lucrativos, desenvolvido nos Estados Unidos por membros das comunidades de pesquisa e educação, indústria e governo. Voltada para projetos nas áreas de saúde, educação e administração pública, a Internet 2 oferece aos usuários recursos que não estão disponíveis na internet comercial, como a criação de laboratórios virtuais e de bibliotecas digitais. É possível que médicos acompanhem cirurgias a distância por meio da nova rede. No Brasil, a Internet2 deverá interligar computadores de instituições públicas e privadas, como universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, a centros de pesquisas, empresas de TV a cabo e de telecomunicação. Em princípio, estão conectados os computadores às universidades públicas que participam do projeto, e apenas para fins de pesquisa. Participam da Rede Rio 2 a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Fundação Osvaldo Cruz e a empresa de telefonia Telemar. Essas instituições estão interligadas por cabos de fibra óptica e operam a uma velocidade de 155 *megabits* por segundo (mbps). Elas também estão conectadas por meio de circuitos digitais a uma série de organizações, com as quais se comunicam a uma velocidade de 64 quilobits por segundo (kbps). No estado de São Paulo foi criada a rede KyaTera, da qual participam atualmente mais de 500 pesquisadores e diversos laboratórios (MADDEN; FOX, 2006, p. 1-6). Rede KyaTera: <https://www.kyatera.com.br/sobre-a-kyatera/>

prever acidentes, mas são insuficientes para prevenir catástrofes. Isso pode ser resultado do envolvimento da gama de elementos variáveis nos invariáveis como ocorre nas tempestades, nos deslizamentos de terra, maremotos etc., aliado ao caráter de vulnerabilidade das comunidades e de uma série de fatores que em conjunto dificultam a previsão e mesmo a redução dos riscos de desastres (FORBUS, 2003, p.1).

Entretanto, cidades comuns ou cidades inteligentes bem estruturadas passam constantemente com a incidência de desastres, seja de origem natural, humana ou mista, contudo, partindo do truísmo, o impacto é menor para cidades mais bem estruturadas e isso diminui se a cidade for inteligente e equipada com mecanismos que funcionam na mitigação dos impactos provocados pelos desastres. No Japão, a poucas horas de Tóquio e com receio de experimentar um desastre similar a Rikuzentakata, severamente danificada por terremoto, seguido de tsunami que destruiu a cidade em 2011, deixando mais de 1.800 pessoas mortas e desaparecidas, Fujisawa Sustainable Smart Town (SST) foi projetada por um grupo de empresas, liderado pela Panasonic, para criar uma cidade inteligente para mil famílias, em três gerações em cem anos, e se tornar uma cidade inteligente modelo com rápido poder de resposta para abalos sísmicos de magnitudes diferenciadas (FUJISAWA SST, 2014, p. 3).

Diferente em muitos aspectos da moderna Fujisawa no Japão e da cidade teste de Stellenbosch, na África do Sul, São Paulo vai se projetando como uma metrópole desenvolvida no circuito de cidades inteligentes à medida que progressivamente adiciona mecanismos para responder aos desastres a partir da concepção das políticas públicas, observando diretrizes internacionais para a redução de riscos de desastres (RRD) nos modelos do Quadro de Ação de Hyogo para o período 2005-2015 e do Quadro de Ação de Sendai para Redução de Riscos de Desastres 2015-2030 (figura 11).

FIGURA 11

O terremoto e tsunami Tōhoku, Japão, teve consequências imediatas e de longo prazo. Mais de 20 mil pessoas perderam a vida no desastre e centenas de milhares foram deslocadas.

Fonte: Brookings Institution, 2011.©

<https://brook.gs/3haYN86>



A similaridade para enfrentar as adversidades produzidas pelos diferentes tipos de desastres está na intensidade da vulnerabilidade das cidades expressas não somente nos sistemas de previsão meteorológicos, hidrológicos, biológicos ou geológicos de riscos de desastres, mas na concepção estrutural onde algumas cidades foram concebidas para suportar, guardadas as proporções e o caráter exposto de cada região, desde tsunamis, terremotos, deslizamentos de terra, tempestades, incêndios de grande proporção até emissão vulcânica, epidemias, pandemias, colapso de edificações e rompimento de barragens, por exemplo.

1.2 Desastres e desafios

Segundo Beck (2012), em *Sociedade de riscos*, o resultado das ocorrências de desastres no mundo não acontecem somente com as variações das mudanças climáticas ou com a distribuição geográfica de populações assentadas em áreas de riscos. De modo geral, elas decorrem, também, da distribuição de benefícios e malefícios assinalados pela iniquidade social, quando as políticas públicas definem entre favorecidos aos bônus com poder aquisitivo do ônus aos desfavorecidos economicamente sem condições de adquirir uma casa em área fora de riscos de desastres. O relatório *The right to survive in a changing climate* da organização humanitária britânica Oxfam (2009), sustentado em informações colhidas em 140 países, mostra que os desastres apontados anualmente nos países menos desenvolvidos aumentaram 300%, se comparado há trinta anos, passando de mais de 130 incidências registradas para 350 na última década.

No contexto do Quadro de Ação de Sendai (2015-2030), segundo o *Relatório de Avaliação Global para Redução de Riscos de Desastres: o futuro da gestão de riscos de desastres*, do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR, p. 4), no período de 10 anos, foram afetadas quase 150 milhões de vidas humanas em consequência dos desastres no mundo. Pouco mais de 1,4 milhão de pessoas foram feridas, aproximadamente 23 milhões ficaram desabrigadas e mais 700 mil pessoas perderam a vida em consequência de desastres. Ao todo, mais de 1,5 bilhões de pessoas foram afetadas de diferentes maneiras pelos desastres e as perdas materiais superam os US\$ 1,3 trilhões. Porém, a concentração de maior atuação dos desastres atinge principalmente países de média e baixa renda que, como resultado, afligem famílias com rendas médias ou na linha da pobreza e pequenas empresas que precisam de infraestrutura pública disponibilizada pelos governos locais para sobreviverem.

Crítica como a mortandade, os desastres acarretam também drásticas perdas ambientais irreversíveis e econômicas a uma média de centenas de milhões de dólares ao ano, aumentando de forma geométrica a cada década (UNISDR, 2015, p. 4).

O compromisso político de 168 países em Hyogo, entre eles o Brasil, posteriormente ratificado no Marco de Sendai, para reduzir perdas de vidas e de recursos sociais, econômicos e ambientais de comunidades e sociedades ocasionadas pelos desastres ao redor do mundo, não continua suficiente para atingir nem um quarto das metas estipuladas pelos relatórios internacionais gerados nesses dois encontros. Outro fator importante foi a criação da plataforma *HFA Monitor* que, por meio de diferentes *plugins* e ferramentas de medição, aferição e calibração, auxilia países a vigiar e avaliar o desenvolvimento dos desastres nos continentes, bem como os desafios para implantar uma política de redução de riscos de desastres particular, aplicando ações retificadoras nas esferas municipal, estadual e federal de acordo com as diretrizes do Quadro de Ação de Hyogo.

Apesar da iniciativa política dos países, da ferramenta online *HFA* de dados sobre riscos de desastres e da aplicação de medidas eficazes para fortalecer e preparar comunidades para catástrofes com alerta preventivo, as práticas não são suficientes para gerenciar os riscos. Nem os objetivos, de ordem estrutural, nem os riscos subjetivos, àqueles produzidos dentro do processo de desenvolvimento que podem diminuir na medida em que governos criem ações para mitigar a pobreza e aumentar as iniciativas para o favorecimento de novos empregos e oportunidades de trabalho. De forma parecida, aplicar as mesmas diretrizes para fortalecer a equidade social na distribuição de benefícios para gerir cidades mais desenvolvidas e proteger por extensão animais e conservar áreas ambientais, fazendo a manutenção de ecossistemas e biomas (UNISDR, 2015, p. 5).

Embora os desastres interfiram em países mais pobres que nos mais ricos, todos estão vulneráveis aos diversos tipos de desastres por estarem direta ou indiretamente ligados de uma forma ou outra. A diferença entre as nações onde as perdas são maiores ou menores está na receptividade de um desastre concentrada nos esforços de mitigação e adaptação e nos significativos progressos de preparação, resposta e aumento na capacidade de previsão aos desastres. Contudo, por conta das consequências dos impactos de uma catástrofe afetar rara e diretamente os produtores do desastre, o crescimento desta prática tem sido limitado em grande parte aos países em desenvolvimento (UNISDR, 2015, p. 5).

Este quadro, da ausência de atribuição de responsabilidades aos encarregados da produção ou da duração da continuidade dos riscos objetivos, estimula entre alguns órgãos ou corporações práticas ilegais quando motivadas por ‘brechas’ nas leis, principalmente ambientais, para um comportamento gerador de riscos, uma vez que muitos não são punidos e outros lucram a partir dos riscos, como os casos da Samarco em Mariana¹³ e rompimento da barragem em Brumadinho¹⁴ (figuras 12 e 13).

13) O rompimento da barragem em Mariana aconteceu em 5 de novembro de 2015 no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 quilômetros do centro do município brasileiro de Mariana, Minas Gerais. Rompeu-se uma barragem de rejeitos de mineração denominada “Fundão”, controlada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. Inicialmente a mineradora Samarco informou que duas barragens haviam se rompido - a de Fundão e a de Santarém. Porém, no dia 16 de novembro, a Samarco retificou a informação, afirmando que apenas a barragem de Fundão havia se rompido. O rompimento de Fundão provocou o vazamento dos rejeitos que passaram por cima de Santarém, que, entretanto, não se rompeu. As barragens foram construídas para acomodar os rejeitos provenientes da extração do minério de ferro retirado de extensas minas na região. O rompimento da barragem de Fundão é considerado o desastre industrial que causou o maior impacto ambiental da história brasileira e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos, com um volume total despejado de 62 milhões de metros cúbicos. A lama chegou ao rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, muitos dos quais abastecem sua população com a água do rio (ROMPIMENTO, 2015, p. 1). Disponível em: <https://bit.ly/3gDlIRA>. Acesso 3 mar. 2020.

FIGURA 12

Área afetada pelo rompimento de barragem no distrito de Bento Rodrigues, zona rural de Mariana, em Minas Gerais.
Fonte: Antonio Cruz/Agência Brasil, 2020. ©



14) O rompimento de barragem em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, resultou em um dos maiores desastres com rejeitos de mineração no Brasil. A barragem de rejeitos, cuja designação oficial era barragem da Mina do Feijão, classificada como de “baixo risco” e “alto potencial de danos”, era controlada pela Vale S.A. e estava localizada no ribeirão Ferro-Carvão, na região de Córrego do Feijão, no município brasileiro de Brumadinho, a 65 km de Belo Horizonte, em Minas Gerais. O rompimento resultou em um desastre de grandes proporções, considerado como um desastre industrial, humanitário e ambiental, com 231 mortos e 46 desaparecidos, contabilizados três meses depois do desastre. Esses números, no entanto, foram sendo alterados ao longo das buscas, com a localização de mais corpos ou partes de corpos, bem como novas informações sobre desaparecidos, chegando a 259 mortos e 11 desaparecidos, contabilizados onze meses depois do rompimento da barragem. O desastre pode ainda ser considerado o segundo maior desastre industrial do século e o maior acidente de trabalho do Brasil. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, em entrevista coletiva salientou que, na tragédia de Brumadinho, “o dano humano será maior”, diferente do rompimento da barragem de Bento Rodrigues, em Mariana, que também era controlada pela Vale S.A. e está a menos de 200 quilômetros de Brumadinho (ROMPIMENTO, 2019, p. 1). Disponível em: <https://bbc.in/3xinTa8>. Acesso 3 mar. 2020.

FIGURA 13

O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais encontra o corpo de mais uma vítima do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Fonte: Corpo de Bombeiros de MG, 2019.©
<https://bit.ly/2Sktops>



Deste modo, novos riscos objetivos são criados, acumulando com riscos subjetivos originários do processo de desenvolvimento de cada país. Se por um lado existe a realização dos riscos objetivos e a imanência dos riscos subjetivos, por outro existem os compromissos de governos e sociedades para mudarem a realidade nas perdas humanas, financeiras ou ambientais criando atitudes preventivas de resiliência frente aos desastres, principalmente no contexto dos desastres extremos. Na falta desses esforços para construir cidades e populações resistentes aos desastres, muitas sociedades podem desaparecer, como aconteceu com civilizações antigas que deixaram de existir após um desastre de grandes proporções e com o futuro de algumas cidades comprometido com as grandes catástrofes como o arquipélago de Tuvalu, na Nova Zelândia, ou Veneza, na Itália (UNISDR, 2015, p. 6).

No Brasil, porém, a casualidade, a assiduidade e a proporção dos desastres não frustraram o desenvolvimento inerente ao progresso internacional. É possível mensurar no ambiente nacional que em poucas décadas o crescimento econômico, mantido pelo aumento nos setores da indústria, comércio e serviços, alcançou níveis expressivos, dilatando o valor das mercadorias nos cenários econômicos nacional e internacional. Outros indicadores assertivos como a estabilidade da moeda, o recuo do desemprego e da inflação relativamente estabilizada, conduziu o país a atingir um posição importante no *ranking* da economia mundial (BRASIL, 2015).

Outra característica que corrobora com este quadro é o resultado do deslocamento da população rural e periférica aos centros financeiros urbanos. Esse êxodo, responsável pela substituição do modelo de agricultura para exportação pelo modelo capitalista-industrial, associado ao fator fundiário, a falta de empregos em outras regiões periféricas do país e da introdução da tecnologia nos campos agrícolas, sucedeu na concentração de mais de 80% da população nas grandes cidades. Entretanto, o crescimento econômico e o êxito nos territórios da educação, transportes, tecnologia, saúde e saneamento, ordenados à visão global de redução de riscos de desastres e desenvolvimento sustentável, ainda são inexpressivos para alterar o atual cenário da desigualdade social e da falta de urbanização na ocupação desordenada de áreas de riscos, como acontece, a exemplo de São Paulo, em M'Boi Mirim, Franco da Rocha, São Bernardo do Campo ou Mauá, onde a concentração de áreas de risco é uma das maiores do Brasil (MC, 2014)¹⁵.

15) Em 2018, quando fazia parte das equipes do Laboratório de Gestão de Riscos da UFABC e do grupo de Jornalismo e Redução de Riscos de Desastres, produzimos com a equipe do jornal Folha de S.Paulo reportagem audiovisual sobre deslocamentos internos no Brasil com ênfase nessas quatro regiões da cidade de São Paulo. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3v7b2Gy>.

Em consonância com os inúmeros progressos em diversas áreas e, de acordo com o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, os desastres mais frequentes configurados nas regiões brasileiras são estiagem e seca, inundação, enxurrada, vendaval, erosão, incêndio, tornado, granizo, geada e movimento de massa. Esse último, o mais mortal das tipologias. Os dados científicos do Atlas, que correspondem a quase vinte e cinco anos de registros de desastres, sendo informações geradas de diferentes regiões e tipologias de desastres, sustentado em 40 mil documentos oficiais, desvela a diversidade dos desastres além da sua variabilidade sazonal anual, comum a cada região e diversidade cultural, bem como o acontecimento e regularidade (ATLAS 2013 e 2015).

De acordo com o Atlas (BRASIL, 2015), dos quase 40 mil desastres no país, as estiagens e secas estão entre os mais sucessivos, respondendo por mais de 50% do total nos últimos vinte anos, atingindo, com maior intensidade, as regiões do Nordeste, Sul e do Sudeste. Do total dos casos registrados, as enxurradas equivalem a 20%, as inundações 13%, os vendavais 7%, a precipitação de granizo 4% e os outros 5% estão distribuídos entre erosão, movimentos de massa, incêndios florestais e tornados (UFSC CEPED, 2013)¹⁶.

A exposição do país diante dos desastres relacionados, principalmente, aos eventos climáticos, ocasiona tanto prejuízos materiais nas instalações industriais ou em órgãos públicos, nas unidades coletivas de habitação, nas obras de infraestrutura como viadutos, pontes, quanto danos ambientais como a erosão de encostas ou deslizamentos de massa, poluição e contaminação química do ar, água ou solo, desmatamento ou

16) Apesar do Atlas ser do fim de 2015, o apontamento não está sustentado nos valores de desastres neste documento, mas no apontamento e concentração na diversidade e quantidade de documentos que geram uma gama enorme de informações, complexificando mapear e ao mesmo tempo precisar os desastres no Brasil. Para tanto, utilizamos documentos de agência internacionais para comprovar que tanto no país quanto em outras regiões do mundo, os desastres continuam a aumentar.

queimada e danos humanos representados pelos números de indivíduos desalojados, desabrigados, desaparecidos e mortos. As ocorrências de desastres, porém, estão sustentadas na intensidade em termos relativos, isto é, na insuficiência e na disponibilidade de recursos para restaurar a condição de normalidade da região atingida, e em termos absolutos, nos níveis de classificação dos desastres, de médio, grande ou muito grande porte ou, no caso de deslizamentos de terra, de R1 baixo, R2 médio, R3 alto ou R4 muito alto (IPT, 2007)¹⁷.

Em São Paulo, segundo o Atlas Brasileiro (2013), os desastres que mais afetaram o Estado entre 2015 e 2020 estão distribuídos em estiagem e seca, movimento de massa, alagamento, inundação, enxurrada, queda de granizo, geada, vendaval e incêndios florestal, industrial ou habitacional. Todos os mu-

17) A categorização dos deslizamentos de terra segue um parâmetro fundamentado pelo IPT que considera os conceitos de análise de riscos de acordo com a fórmula: $R \sim P(A) \times C(V)/G$. Sendo que risco (R) é a probabilidade (P) de ocorrer um acidente associado a um determinado perigo ou ameaça (A), que possa resultar em consequências (C) danosas às pessoas ou bens em função da vulnerabilidade (V) do meio exposto ao perigo e que pode ter seus efeitos reduzidos pelo grau de gerenciamento (G) administrado por agentes públicos ou pela comunidade (OGURA, 2017, p. 3). A partir dessa fórmula, temos os graus de risco relacionados a escorregamentos. **R1 Baixo** - Os condicionantes geológico-geotécnicos e o nível de intervenção no setor são de baixa potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. **R2 Médio** - Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes e o nível de intervenção no setor são de média potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. **R3 Alto** - Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes e o nível de intervenção no setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. **R4 Muito Alto** - Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno etc.) e o nível de intervenção no setor são de muito alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. As evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação à margem de córregos etc.) são expressivas e estão presentes em grande número ou magnitude. É a condição mais crítica. Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ano (IPT, 2010).

nicípios do Estado foram atingidos pelo menos uma vez por algum destes desastres, mas São Paulo foi o mais atingido com 49 ocorrências, seguido de Guarulhos com 23 desastres na frente de Francisco Morato, com 18 e 17 em Campinas. A cidade de São Paulo foi atingida quinze vezes por enxurradas, catorze por movimentos de massa, oito por inundações, seis por alagamentos, quatro por vendavais e dois por precipitação de granizo (ATLAS, 2013).

Para complementar as informações do Atlas sobre a ocorrência de desastres no Estado de São Paulo, os dados do Ministério da Integração Nacional (2016) apontam que entre 2012 e início de 2016, mais de duas mil pessoas foram atingidas, sessenta e nove morreram, 730 ficaram feridas e 18 mil doentes, mais de 11 mil famílias perderam suas casas e quase 64 mil pessoas ficaram desalojados, com 19 desaparecimentos. Desse eventos adversos que foram apontados, os que mais fazem vítimas fatais, porém, são as inundações, enxurradas e deslizamentos de terra (MI, 2016)¹⁸. Além dos desastres de ordem meteorológica, hidrológica e geológica, especificamente, a cidade de São Paulo, nos últimos anos, enfrenta desastres de ordem biológica como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), a Influenza A H1N1 e recentemente o surto da Covid19 (Sars-Cov-2) (figura 14).

Em 2009 a capital apontou 14 mil casos de SRAG com quase 150 mortes e dois mil casos de H1N1 com 130 mortes. Anos mais tarde, de 2015 até abril de 2016, foram registrados duas mil infecções de SRAG com mais de 150 pessoas mortas e du-

18) Depois da mudança da política federal, em 18 de junho de 2019, com a edição da Lei N° 13.844, o Ministério da Integração Nacional foi extinto e as funções foram atribuídas ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Desde então, os dados foram congelados e limitados até 2014 no Banco de dados e registros de desastres: sistema integrado de informações sobre desastres - S2ID. Desta forma, tanto as informações disponíveis em sites nacionais e internacionais, como provêm do mesmo sistema, estão igualmente engessadas. Disponível em: <https://bit.ly/3wB0uk4>. No mundo: <https://bit.ly/3cCGQfB>. Acesso: 4 mar 2021.

FIGURA 14

O Brasil atingiu 28.834 mortes por coronavírus (31/5). Epicentro do surto de coronavírus na América do Sul, o Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, teve um aumento de 33.274 casos, o que eleva o número total de casos do país para 498.444.

Fonte: CGTN, 2020. ©
<https://bit.ly/3xOE548>



zentos casos de H1N1, com 17 óbitos em 2016, frente a doze casos sem morte em 2015 na cidade de São Paulo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016). Entretanto, em comparação aos desastres meteorológicos, hidrológicos, geológicos e outras tipologias que se acrescenta a diferença no biológico entre endemia e epidemia, surgiu a pandemia do vírus Sars-Cov-2, provocando o surto da Covid19¹⁹.

19) Em decorrência da pandemia surgir durante a pesquisa e até o fechamento desse capítulo, o Painel Coronavírus, alimentado pelo Ministério da Saúde, apontava que mais de 12 milhões de 500 mil pessoas haviam sido recuperadas da Covid19, com 14 milhões de casos confirmados e quase 70 mil de novos casos. As mortes confirmadas eram de 378 mil com 3.321 novos casos de mortes. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso: 4 mar 2021.

Todas essas adversidades são constantes e estão presentes diariamente e muitas vezes simultaneamente em alguma parte do território nacional ou local e retratam a heterogeneidade dos desastres, seus impactos a longo, médio e curto prazos, sua imprevisibilidade e seu caráter autóctone-invasor ou ainda endêmico, epidêmico e pandêmico, bem como a particularidade vulnerável das diferentes regiões distribuídas pela cidade de São Paulo. As iniciativas dos governos federal e municipal, em harmonia para minimizar perdas humanas, materiais e financeiras no Estado e na cidade de São Paulo, contribuem para a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (UNISDR), para fortalecer a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, e ainda incorpora à cidade o compromisso da ONU de Como Construir Cidades Mais Resilientes 2005-2015.

Essa determinação dos governos federal e municipal em reduzir prejuízos e impactos negativos causados pelos desastres promove a cultura de riscos de desastres nas comunidades à medida que a experiência transmitida por um dos fenômenos, aliada a construção do *ethos*, ou seja, dos traços característicos de um grupo humano que os diferenciam de outros grupos, por exemplo, acabam por reservar uma parte do tempo para se programarem e absorver o impacto dos infortúnios. Eventos que ocorrem periodicamente de forma gradativa e provável motivam um planejamento e estratégias para confrontar o desastre e reconstruir a comunidade após a situação traumática deixada pelo fenômeno.

1.3 Órgãos públicos e privados

Mesmo as comunidades, quando submetidas aos desastres, acabam por fazer a promoção da cultura de riscos de desastres juntamente como órgãos públicos, prefeituras regionais e defesas civis, uma vez que invariavelmente adquirem experiência e aprendem sobre o fenômeno. Nesta linha para fortalecer e promover a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, existem o Instituto Geológico (IG), criado para o planejamento e execução de pesquisas para subvencionar a ocupação populacional no estado de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo de São Paulo, cujo objetivo é formar e aplicar soluções em áreas tecnológicas para desenvolver inovação nas organizações.

Em sintonia com o Instituto Geológico e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas está o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), criado em 1999 pela Prefeitura de São Paulo e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), criado em 2011 pelo Governo Federal e vinculado à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento (SEPED), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Exceto o CGE, que monitora apenas a cidade de São Paulo, o Instituto Geológico e Cemaden atuam em todas as regiões brasileiras.

A função desses Institutos e Centros é coletar, processar e filtrar dados técnicos para abastecer com informações apuradas equipes da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, CET, órgãos de pesquisas, universidades, laboratórios científicos, veículos especializados de comunicação, indústrias, siderúrgicas, concessionárias de energia e demais organizações que trabalham com conhecimento científico e outras que cooperam direta e indiretamente para minimizar riscos de desastres no País.

Na base subjacente aos órgãos que transmitem informações aos agentes públicos e privados, está o Instituto Geológico que desenvolve pesquisas científicas nas áreas de Geologia Geral, Paleontologia, Geomorfologia etc., e se concentra em contribuir para órgãos da Defesa e Proteção Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar Ambiental. O IPT, por exemplo, faz o mapeamento de área de riscos de deslizamentos, inundações e planejamento e gestão urbanística no escopo do Plano Preventivo de Defesa Civil do estado e nos processos geológicos-geotécnicos esquadriinha ocorrências de erosão, escorregamento de terra, inundação, solapamento de margens, assoreamento, colapsos e subsidências em áreas urbanas, rurais e em locais de empreendimentos, como em M'Boi Mirim (figuras 15 e 16).



FIGURAS 15 E 16

Imagem aérea de risco
4 em Três Marias II.
Fonte: IPT, 2018. ©

Noutra ponta está o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da Prefeitura de São Paulo que trabalha 24 horas para monitorar as condições de chuva e acompanhar as variações de temperaturas e a umidade relativa do ar da cidade de São Paulo (figura 17). O CGE possui um corpo técnico que dispõe de um sistema integrado de informações coletadas de diferentes órgãos de pesquisas meteorológicas à disposição em tempo real para a Defesa Civil, Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Secretaria das prefeituras regionais e Corpo de Bombeiros.

Para antecipar a previsão em trinta ou mais minutos, o CGE dispõe de um sofisticado e complexo sistema composto por informações coletadas por meio do GOES-16 (figura 18), satélite meteorológico com quatro satélites geoestacionários, radar



FIGURA 17
Capa do site do CGE com alertas meteorológicas. Fonte: CGE, 2021.
<https://bit.ly/3xgyKSU>. ©

FIGURA 18
Imagem de tipos de nuvens sobre a cidade de São Paulo do GOES-16.
Fonte: CGE/INPE, 2021.
<https://bit.ly/3xe0gjH>. ©



meteorológico do Sistema de Alerta de Inundações do Estado de São Paulo (SAISP) e radares meteorológicos auxiliares do Comando da Aeronáutica, e integrados de Bauru e Presidente Prudente (UNESP), bem como radares SOS Chuva - Vale do Paraíba (CPTEC/INPE) e do Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR). Além de satélite e radares, o CGE possui medição de chuvas e nível dos principais rios e córregos da cidade monitorados em rede telemétrica, estações meteorológicas automáticas distribuídas nos pontos críticos da cidade, pluviômetros nas 31 prefeituras regionais, modelos numéricos de previsão, radiossondagem, sistema integrado de rádio, entre outros. O CGE cobre quase todas as localidades da cidade de São Paulo e, na ausência de cobertura em poucas áreas, opera em cooperação com o Cemaden, que supre a necessidade de

determinada região, assim como CGE, que assegura suporte em locais que o Cemaden não possui monitoramento.

O Cemaden, criado para emitir alertas de desastres naturais ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), fornece informações técnicas completas e complementares da cidade de São Paulo não somente para o CGE, mas para o IPT e IG e, no intuito de disseminar informações técnicas e análises detalhadas para esclarecer situações problemáticas, estabelece colaboração com instituições federais, estaduais e regionais em todo o País. Para atender a demanda, originária de diferentes órgãos como institutos e centros de pesquisas, a equipe do Cemaden trabalha em uma área com capacidade para mais de vinte operadores chamada Sala de Situação (figura 19), onde estão acessíveis, 24 horas por dia, desde videowall, sistema de telepresença, sistema emergencial até sistemas de fornecimento de energia elétrica, em que são disponibilizadas informações de maneira gerencial que auxiliam na tomada de decisão, na gestão e na produção de conhecimento às populações atingidas por desastres.

Em princípio o Cemaden foi idealizado para fornecer informações sobre áreas de risco pertinentes aos desastres que mais vitimam pessoas no País como movimentos de massa que são deslizamentos, corridas de massa, solapamentos de margens, queda e rolamento de rochas, depois inundações, enxurradas e alagamentos. Mas sua atividade, em complemento a identificação, mapeamento e georreferenciamento dos processos hidrológicos e geológicos, foi expandida para desastres naturais associados a seca e estiagem, descargas elétricas, vendaval, granizo etc. como suplemento de fonte de alerta de desastres com mais acuidade e precisão.

Em primeira instância, esses produtos para estudos e pesquisas como mapeamento de áreas de riscos gerados pelo Cemaden e também pelos Instituto Geológico, Instituto de Pesquisas Tecnológicas e CGE eram direcionados a técnicos especializados de diversas instituições, depois passaram a ser

FIGURA 19

*Sala de Situação do Cemaden em São José dos Campos-SP.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.
<https://bit.ly/3n9ZWOp>. ©*



cada vez mais acessíveis às camadas da sociedade que, com auxílio de aplicativos em sistemas de monitoramento que cruzam informações hidrometeorológicas e geológicas com mapas e dados atualizados da Internet, estão disponíveis em aplicativos no celular e nos computadores (REIS *et al.*, 2011).

Essa dimensão de dados, com acesso rápido e instantâneo, é diversificada topologicamente porque parte de diferentes localidades e são complexas temporalmente porque provêm de fontes de sensores fixos e móveis, radares meteorológi-

cos, pluviômetros automáticos e semiautomáticos, estações hidrológicas e meteorológicas, rede telemétrica, radiossondagem, sistema integrado de rádios etc., formando um arcabouço necessário para o gerenciamento de informações técnicas que abastecem a Defesa e Proteção Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar e demais usuários-finais como cidadãos e empresas ligadas a produção de notícias²⁰.

Depois de refinados, verificados, processados e gerenciados, os dados de alertas de desastres são sintetizados e distribuídos em distintas plataformas de tecnologia de informação e de comunicação. Esses dados, filtrados em muitas etapas, formam a matéria-prima das informações que irão compor a mobilização de recursos ou de pessoas e órgãos de proteção civil no enfrentamento dos riscos ou quando da iminência do desastre. Apesar desse alerta ser disseminado rapidamente, mesmo construído a partir da reunião de dados, linguagem de programas e imagens, ainda assim está distante de ser parte na promoção cultural da sociedade quanto ao conhecimento intrínseco dos riscos. Salvo comunidades atingidas frequentemente por desastres ou quando a inserção dos riscos faz parte da grade curricular escolar²¹, grande parte dessas comunidades acaba por preferir o conforto do otimismo assentado na rara, pouca ou nenhuma ocasião da incidência de desastres²².

20) O conteúdo de “Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos” forma agentes multiplicadores, responsáveis pela mudança cultural e comportamental e pela divulgação de conteúdos relacionados com a redução de desastres, com o aumento da segurança global e com a valorização da vida humana. A Política Nacional de Defesa Civil estabeleceu a Diretriz n.º 15, relacionada com o desenvolvimento de recursos humanos: promover a inclusão de conteúdos relativos à redução de desastres da vida humana, primeiros socorros nos currículos escolares (LIMA, 2006).

21) Lei n.º 12.608, de 10 de abril de 2012. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e LDBE - Lei n.º 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Embora os dados científicos tenham sido produzidos por e para cientistas no convívio da comunicação intrapares, os alertas processados precisam alcançar o grupo heterogêneo de extrapares, ou seja, o público-alvo de especialistas que não se situam no escopo da área de riscos de desastres e que fazem a disseminação desses dados ao público-final, principal afetado, que são pessoas que vivem na ou próximas às áreas de riscos. Para que o conhecimento dos alertas atinja o público-alvo, muitos recursos são empregados em diversos tipos de sistemas e dispositivos. É possível acompanhar a movimentação dinâmica dos desastres tanto por meio natural, pela visualização em ato, portanto fora da realidade da prevenção, quanto pelos sistemas tecnológicos, no acesso aos fenômenos por muitos dispositivos²³.

Trata-se de uma rede intrincada ligada a muitos equipamentos tecnológicos em diferentes órgãos de monitoramento, vigilância, previsão numa arquitetura complexa que funciona onipresente aos acontecimentos relativos a prevenção de riscos de desastres. Os dispositivos, inclusive os meios de comunicação de massa como emissoras de rádio, televisão, jornais e revistas, estão no topo desse monumento de fluxo

22) Apesar da existência da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tanto nas etapas Educação Infantil quanto nas de Ensino Fundamental e Médio, não há situação precisa sobre prevenção ou proteção civil sobre riscos de desastres (Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>). Desta forma, a incumbência de ensinar a comunidade sobre a cultura de redução de riscos de desastres está nas Defesa Civil de cada um dos municípios com o Projeto Defesa Civil nas Escolas (PDCE). Esse projeto se destina, principalmente, a capacitar docentes do 6º e 7º anos das escolas (Disponível em: <https://bit.ly/3tLyKb6>).

23) Os acessos às informações sobre riscos de desastres podem acontecer de diferentes maneiras por tipos de aplicativos e por meio de muitos dispositivos como como smartphone, palmtop, celular, ultra mobile, ultrabook, notebook, netbook e laptop, pelos dispositivos fixos, no disco rígido, meios ópticos e eletrônicos, CD, DVD, cartão de memória e pen drive e por meio do dispositivo virtual, a cloud computing, que utiliza memória e capacidade de armazenamento e cálculo computacional com servidores compartilhados e interligados a internet.

contínuo de dados e informações e agem como mensageiros quando procurados pelo acesso ou mesmo quando se está participante da vida em sociedade, interagindo com pessoas. Mas na ausência de compartilhar algo em grupo, num aparelho de celular é possível acompanhar diversos fenômenos, inclusive de outras regiões, monitorados em tempo real pelos sistemas tecnológicos de vigilância.

Essa complexidade sistêmica de dados em linguagens matemáticas e de programas, produzida de diferentes fontes, traduzida na magnitude de informações específicas, acaba sendo disponibilizada em aplicativos como o MapSAT, por



FIGURA 20
Visualização de imagens processadas de satélites meteorológicos. Fonte: INPE, 2021.
<https://bit.ly/2RMCV8u>. ©

exemplo. Este aplicativo, desenvolvido pelo Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE), com mais de 20 mil *downloads*, permite em tempo real acessar imagens de satélites meteorológicos, imagens do canal infravermelho e imagens combinadas, índice de radiação ultravioleta, temperatura da superfície do mar, nevoeiros e stratus noturno, e ainda acessar radares meteorológicos operados pelo Decea, Cemaden e Unesp (figura 20).

Além das imagens e informações disponíveis no MapSAT, a Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais (CPTEC/INPE) ainda disponibiliza gratuitamente aplicativos meteorológicos gerados por meio de imagens de satélite em tempo real para dispositivos fixos. Pela tecnologia do Google Earth, pode-se combinar dados de tempo (descargas elétricas e vento na troposfera, onde ocorrem a formação de nuvens, chuvas, ventos e relâmpagos etc.), radiação na atmosfera (atraso zenital, índice ultravioleta e radiação solar e terrestre), superfície e atmosfera (aerossol, sensor MODIS que faz o perfil da atmosfera, queimadas e sondagens) e acessar dados oceanográficos.

Esta gama de informações são compartilhadas e monitoradas em conjunto com a equipe do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos e pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), armazenados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), do Ministério do Desenvolvimento Regional, Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), além do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Essas imagens de satélites meteorológicos, canal infravermelho com rápido e fácil acesso são distribuídas pelos órgãos e pelos usuários nas redes sociais e em aplicativos individualizados como o WhatsApp, Instagram, Facebook e outros que possibilitam compartilhamento de dados, vídeos e imagens, formando outra rede comum de acesso. Em complemento das informações meteorológicas, tem o mapeamento de áreas de riscos de desastres feito pelo IPT e Instituto Geológico que subsidiam um campo de análise das vulnerabilidades humanas e físicas das áreas de riscos de desastres no Estado de São Paulo e noutras regiões do País.

A existência de múltiplas plataformas, sites, páginas, aplicativos, apesar de facilitar o acesso, acabam por complexificar os sistemas e sintetizar os processos de promoção da cultura dos riscos de desastres. Entretanto, esse excesso de fragmentação, porque sistemas e processos são compostos, determina uma tipologia dos desastres que se materializa em aplicativos muito específicos como é o caso do radar SOS Chuva do Vale do Paraíba (CPTEC/INPE). É possível acompanhar o monitoramento de precipitação de chuvas pelo visual de mapa ou satélite, simular um alagamento com ajustes de níveis para vazão, enchente e alagamentos (figura 21). No mesmo site, na Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais, está disponível o monitoramento, inclusive animado, de nuvens do tipo cúmulos, estratos, cirros e de multicamadas pelo satélite *Geostationary Operational Environmental Satellites* (GOES). Pelo satélite Sistemas de Informação Geográficas Aplicadas ao Meio Ambiente (SIGMA), pode ser monitorado, além da precipitação de chuvas e granizo, queimadas, sistemas convectivos (aglomerado de nuvens), radiação, insolação e nevoeiro.

O cidadão tem a sua disposição múltiplas plataformas para acessar informações sobre riscos de desastres geológicos nos institutos e desastres meteorológicos nos centros e outros tipos de desastres provenientes de uma numerosa rede de organismos. Todas as informações são públicas e compartilhadas em diversos veículos, inclusive nos meios de comunicação de

FIGURA 21
Monitoramento das chuvas no país.
Fonte: INPE, 2021.
<https://bit.ly/3gzSB9w>. ©



massa como em programas de notícias na televisão e no rádio e seus respectivos canais de relacionamentos e redes sociais. Além desses órgãos, que coletam e tratam informações científicas, organizações que administram redes sociais como Facebook e Twitter fazem, a partir dos mesmos sistemas, alertas de desastres, acrescentando aos órgãos e sociedade mais canais para propagar alertas como os serviços proporcionados pelos Safety Check e Twitter Alerta.

Diferente de ações preventivas, o serviço do Facebook inicia o funcionamento de alertas quando o desastre está em curso ou acabou de acontecer (figura 22). Essa distinção entre os aplicativos preventivos de alertas específicos e os de entretenimento de caráter informativo de redes sociais possuem duas características que os fazem diferentes na origem e na produção dos sentidos enquanto resultados posteriores, durativos e anteriores aos desastres. O contraste pode ser encontrado nos objetivos. O primeiro grupo é de ordem científica porque traduz dados estatísticos de inúmeros coletores, processa e manipula essas informações sobre ciências na filtragem, determinando o que será ou não publicizado de acordo com regras voltadas aos seus interesses respaldadas na saúde pública. O segundo grupo, sendo de ordem empírica, com funções situacionais e conativas de interesse mercadológico colhe e divulga as mesmas informações de acordo com a publicidade que o caráter de noticiabilidade e interação proporciona, com a diferença de selecionar um mapeamento das pessoas que residem ou estão próximas da região afetada.



FIGURA 22
Monitoramento de
alagamentos e outros
desastres.
Fonte: Facebook, 2018. ©

A essa dupla diferença entre não interação, quando se tem de pesquisar e por conta própria acessar diferentes plataformas, e interação, no momento em que o usuário recebe informações e responde ao aplicativo se está ou não seguro, são adicionadas mais uma dicotomia no buscar nas plataformas ou ser rastreado pelos aplicativos com essas informações. Ou seja, dos sites científicos que não exigem dos que solicitam cadastro para se obter informações privilegiadas sobre possíveis ocorrências de desastres e daqueles com aplicativos dotados de algoritmos que levam essas informações selecionadas aos que estão próximos e correm riscos de desastres. Essa mesma lógica está no Twitter na similaridade de coletar dados e reunir pessoas para alertas, entretanto, com a diferença de transferir a decisão de alertar a sociedade às próprias instituições que, por meio de um botão em formato de sino laranja no Twitter da organização, envia mensagens sobre riscos diretamente no celular da pessoa inscrita no serviço do Twitter.

Pela qualidade desse mecanismo de delegação enunciativa, os enunciadores do Twitter, ao transferir a competência aos produtores científicos dos alertas, ou seja, na condição de coprodutores fazer o retorno dos produtos informativos aos produtores da mensagem, adicionam um serviço intermitente em tempo real que possibilita ao usuário acompanhar do início ao fim do desastre dentro de um *looping* entre destinatador-destinatário (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 120). Dessa maneira, os destinadores complexos adicionam outra forma de interação que vai além das tradicionais redes social e do cadastro nas plataformas de monitoramento de alertas de desastres. O destinador primário alimenta o secundário que, automaticamente, publiciza ao destinatário final das redes compartilhar os alertas nos Tweets e Retweets em outra rede como a do Facebook (figura 23).

FIGURA 23
Monitoramento de
desastres naturais.
Fonte: Twitter, 2018. ©



1.4 Comunicação e cooperação entre os públicos

O modelo desse organismo sistêmico, produtor de uma rede de informações que funciona para conscientizar, prevenir, alertar e informar a população sobre os riscos de desastres como enchentes, escorregamentos, secas e outros fenômenos, apesar de complexo e partir de distintas fontes científicas provenientes da física, química, biologia etc. em uma atuação esfarelada, demonstra uma força estimulada na tecnologia assessorada pelo capital inteligente humano. Essa

cooperação multitécnica pode ser no mapeamento de áreas de riscos elaborado pelo IPT e IG, na coleta e processamento de dados matemáticos disponibilizados pelo INPE, por meio do suporte científico da Unesp, ou ainda pela decodificação do *Meteorological Aerodrome Report* (METAR) da Rede de Meteorologia do Comando Aeronáutica (figura 24).

Entretanto, essas práticas em conjunto, aparentemente afastadas umas das outras por conta da origem particular de cada instituição, configura uma rede coesa ao acesso direto dos usuários aos serviços de monitoramento e previsão de eventos geológicos, meteorológicos, hidrológicos e demais processos naturais ou provocados pelo ser humano (figura 13). Isso demonstra uma capacidade em ajustar informações, dados estatísticos e programáticos, imagens, gráficos e de-

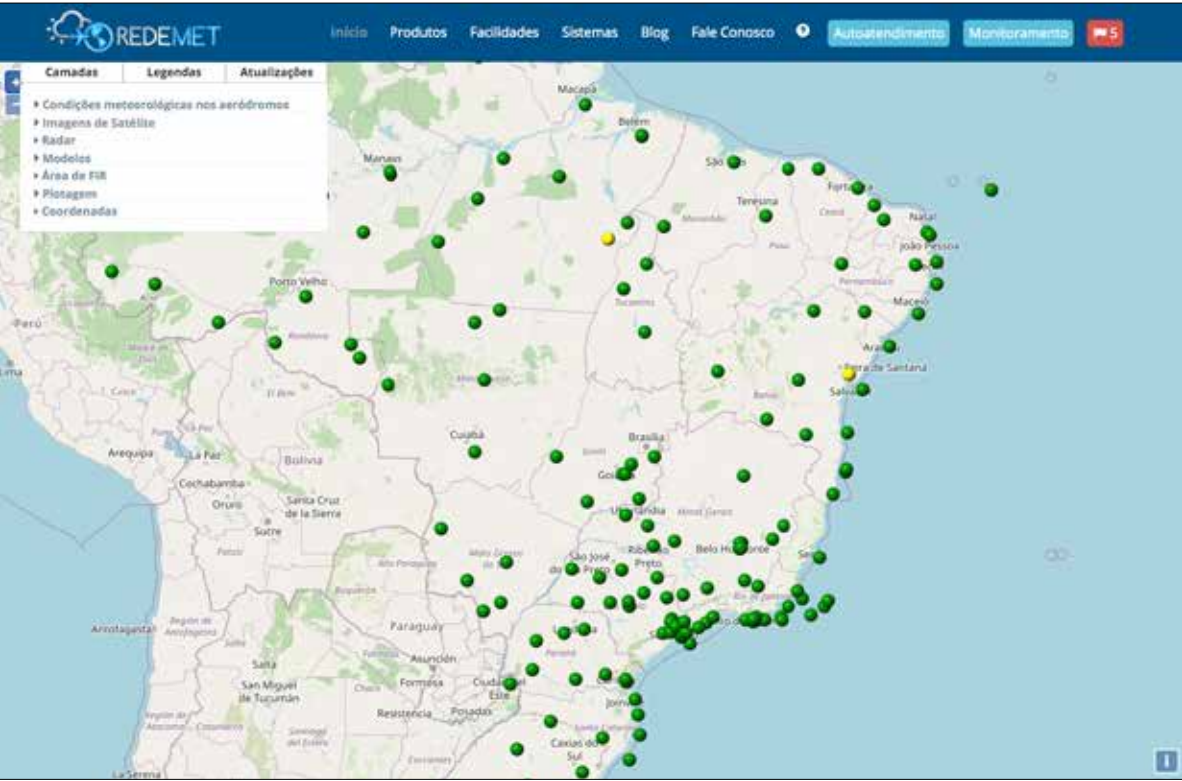


FIGURA 24
Monitoramento de
fenômenos meteorológicos.
Fonte: Aeronáutica, 2021.
<https://bit.ly/3xkiekP>. ©

mais atributos que corroboram ou iniciam novos contratos que configuram uma cooperação técnica com abrangentes órgãos de poderes públicos e privados. Essa inteligência combinada estimula a cultura de redução dos riscos de desastres na medida em que a inserção de aplicativos preventivos funciona em favor das comunidades e contra as adversidades que acabam por elevar a consciência coletiva da população da cidade de São Paulo.

As instituições destinadoras de informações sobre fenômenos de riscos de desastres trabalham de maneira coordenada em caminhos distintos, mas com comportamentos similares, abertos e públicos, vez ou outra interagindo com o usuário de tecnologia com acesso em todos os dispositivos digitais em complementaridade dialógica na cooperação técnica entre cientistas e demais públicos. Essa estrutura fracionada que se aglomera forma valores compartilhados de qualidade de vida que, ao executar a previsão de desastres, resguardam a vitalidade humana. Esse coeficiente de previsibilidade pode se sobressair numa avaliação conduzida pelas evidências científicas dos sistemas tecnológicos, pertencente aos elementos sociais, políticos, econômicos e culturais das comunidades que residem em áreas de riscos de desastres. Dessa combinação, o conhecimento basilar tanto científico quanto social analisado pelos órgãos acaba por refletir um fator de previsão para a sociedade.

Este fator, porém, está carregado de ambiguidade quando as ações não estruturais diferem em muito das estruturais expressas muitas vezes não nas práticas de resolução ou extinção dos riscos de desastres, mas somente na situação da promoção da cultura de redução dos riscos em São Paulo e também em todo o Brasil. Essa evidência parte da visão combinatória de discursos dos destinadores complexos traduzidos na quantidade de sistemas de vigilância de mapeamento dos riscos em detrimento das ações para minimizar os desastres com o objetivo de manter uma política fundamentada no clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos (figuras 25 e 26).

FIGURA 25

Deslizamentos de terra em Francisco Morato, na região metropolitana de São Paulo.
 Fonte: Defesa Civil, 2021.
<https://bit.ly/3vk5PeR>. ©



Entretanto, apesar de imprescindível o conhecimento científico dos riscos de desastres com o cuidado técnico de apuração, observação e interpretação de dados estatísticos percebidos, identificados e processados no amplo sentido de avaliação, a significação pode ser ultrapassada na transmissão dos riscos à região com consciência sobre os fenômenos a partir da simultaneidade das ações estruturais de comunicar, construir e reconstruir as áreas de desastres. Desta forma, os discursos políticos e os sistemas científicos, com seus ruídos semânticos, tecnológicos e as vias de transferências de da-

FIGURA 26

Rua Juvenal Namen foi uma das mais atingidas pela enxurrada em Nova Friburgo-RJ. Casas foram destruídas, despedaçadas e prédio residencial foi partido e trincado.

*Fonte: Tânia Rêgo/Agência Brasil, 2016.
<https://bit.ly/3dHoYBj>. ©*



dos e informações entre os públicos, são suplantados a uma percepção expandida por práticas conjuntivas entre ciência e política. Significa que a aproximação tecnológica com o público final, utilizada de forma existente nas plataformas no conjunto de mapeamento e de vigilância de áreas de desastres, e o discurso político, que pode fazer alcançar as práticas estruturais, acabam por eliminar não somente os ruídos semânticos e as dificuldades de entendimento da comunicação de riscos, mas colaboram para salvaguardar vidas, minimizar perdas e reduzir os riscos de desastres no país.

Ainda que exista conciliação entre o conhecimento científico e o caráter social, político, econômico e cultural das comunidades, justamente sobrevém a resistência ligada aos conceitos de risco-benefício como decisão particular de cada família e o imposto pela realidade de moradia social colocada pelos destinadores complexos, governos de determinada população. Para tanto e, independente das pessoas escolherem um benefício em detrimento da qualidade de vida ou serem impedidas de terem uma alternativa de moradia em razão da equidade social, todos os estágios complexos como os processos, protocolos e a infinidade de dados e imagens geradas por satélites, mais o fazer e não fazer da classe política, reverberam nas práticas de vida dessa comunidade.

Esta versatilidade entre domínios que caminham em ambientes da ciência como política, religião, engenharia, física, matemática, biologia, geologia, teoria da informação etc. caracteriza um conhecimento transdisciplinar capaz de congrega as complexidades da biosfera expressas nos recursos naturais e nas práticas de vidas dos que estão no ambiente de riscos, e da noosfera, no traço cultural ou no universo do pensamento humano refletido nos sistemas informatizados e nas escolhas impostas ou livres da comunidade. Essa ordem na apresentação de uma realidade de riscos de desastres nos dispositivos eletrônicos e a desordem aparente na profusão de comunicações nos sistemas de suporte, aliada a vida das pessoas do Boulevard da Paz, perfazem o sentido singular de um sistema complexo que tem por objetivo discursivo minimizar perdas humanas e materiais no mundo.

A existência da confrontação aos desastres presente nesses dispositivos de transmissão e nas práticas políticas, inserida nas relações que estruturam o comportamento, possibilita compreender o sentido auferido do resultado da advertência ou alarme de riscos como uma assistência para reduzir os desastres e promover o bem-estar das comunidades. Para melhor entendimento, são delineadas modalidades intencionais e existenciais que os tipos de relações dos sistemas de alertas proporcionam aos moradores da cidade de São

Paulo e, por extensão, do Boulevard da Paz. Se de um lado, para minimizar perdas humanas e materiais é oportuno aumentar investimentos constantes em recursos financeiros e subsídios para pesquisas que fomentem a inteligência para reduzir as condições adversas, de outro, os desastres geram maior impacto à sociedade do que o sistema complexo de previsão do riscos de desastres, mesmo que os alertas estejam apenas sustentados no coeficiente da previsibilidade em relação aos eventos negativos.

1.5 Modalidades nos desastres

Ao aproximar o perfil dos usuários de aplicativos das práticas dos que vivem no Boulevard da Paz, a partir de uma ideia ampla que se desenha dos destinadores complexos aos destinatários das mensagens sobre deslizamentos, é perceptível que, diante das incertezas de acontecimentos preocupantes de desastres, a comunidade seja mobilizada pelos desejos de necessidade e competência. Apesar das dificuldades iminentes do lugar, os riscos se desdobram em duas modalidades virtualizantes de dever-fazer e de querer-fazer alguma coisa para mudar a condição de todos no lugar. Elas funcionam e podem ser vistas na constante atualização no poder-fazer alguma ação e saber-fazer esse tipo de prática que estão enunciadas globalmente na performance que o Boulevard da Paz presentifica na construção de uma outra modalidade, a realizante do fazer-ser (GREIMAS, 2014, p. 93).

Para erigir o fazer-ser da favela Boulevard da Paz, por meio das modalidades intrínsecas (o querer-fazer e o saber-fazer) e extrínsecas (o dever-fazer e o poder-fazer), os líderes comunitários, aliados a maioria dos moradores, mobilizam politicamente toda a comunidade, os líderes religiosos e do tráfico, o poder público por meio de reuniões com políticos como agentes da Prefeitura de São Paulo e técnicos da De-

fesa Civil para sugerir soluções, melhorias para a área e contornar remoções de famílias com justificativas atreladas as constantes mudanças geográficas, estruturais de desenvolvimento do bairro Jardim Guarujá (figura 27). Essas ações, distantes das particulares com fins individuais e que pouca ou nenhuma força política possuem, estão conservadas nas lideranças em associação com a comunidade e se figurativizam no querer-fazer algo em prol da coletividade com propostas de necessidades atuais, portanto presentes, e de outras opções de melhorias para o futuro do bairro.



FIGURA 27

Self de Luís Jorge e participantes da comunidade para reunião sobre saneamento básico na pandemia em abril/2021. ©

Tanto as ações presentes quanto as futuras estão relacionadas temporalmente ao passado no início das práticas dos líderes comunitários que antes estavam estruturadas no discurso da oralidade em como dever-fazer para tirar o bairro da linha dos riscos a partir de um querer-fazer ao estimular os poderes internos e externos da comunidade a chegar a esse objetivo. O jogo das modalidades intrínsecas e extrínsecas, porém, acontece desde a prática mínima de se mobilizar individual ou coletivamente para melhorar as condições de vida da comunidade até a competência prática e discursiva dos líderes comunitários que usam no argumento do aquém ao querer e do dever fazer para além do poder e saber fazer. Esse mecanismo argumentativo, que passa de uma modalidade a outra, se presentifica na promessa de melhorias e na realização des-



FIGURAS 28

O líder comunitário Luís Jorge com agentes da regional da prefeitura de M'Boi Mirim em inspeções para instalação de saneamento básico no bairro. Fonte: Maria Aparecida, 2020.



ses desenvolvimentos na instalação de água, luz e saneamento básico revestidas nas práticas de vida que se cristalizam na medida em que o progresso dessas práticas, antes orais, passam a ser visíveis e tangíveis no Boulevard da Paz (figuras 28).

As estratégias dos líderes em sair ou mesmo em nem transitar nas ações não estruturais para as ações estruturais perfazem o caráter político que percorre a dimensão identitária da ordem do ser de Boulevard da Paz. Em outras palavras, a competência de saber-fazer está configurada na ação dos líderes, cujo valor modal está na possibilidade de não-dever-não-ser e na contingência de não-dever-ser, ou seja, na imprevisibilidade de reduzir os riscos de desastres acompanhada da habilidade de saber-fazer ou de como eles sabem agir diante de fenômenos adversos. De outro lado, a necessidade de dever-ser, modelada na obrigação do sujeito de ter de fazer alguma coisa para melhorar a comunidade, onde os valores modais estão na falta de habilidade de não-saber-não-fazer

e na incompetência de não-saber-fazer, pode ser observada na impossibilidade de dever-não-ser traduzidas na incapacidade dos líderes comunitários em agir frente aos deslizamentos de terra e aos problemas que afligem o Jd. Guarujá.

Entretanto, esse saber-fazer se configura na primeira parte da articulação política dos líderes comunitários da Associação de Mulheres do Boulevard da Paz (Luís Jorge - presidente; Maria Aparecida (Cida) - secretária; e alguns moradores - corpo diretório), que partiram a procura de como instalar os serviços básicos em Três Marias II ou do bairro Jd. Guarujá ou da comunidade conhecida como Boulevard da Paz. Para tanto, como se trata de área de riscos de desastres, foi necessário, primeiro, remover as residências mais ameaçadas pelos deslizamentos de terras. Desta forma, a Associação de Mulheres do Boulevard da Paz, em conjunto com a Coordenadoria Distrital da Defesa Civil de M'Boi Mirim (CODDEC) e a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), fizeram o deslocamento dessas famílias ou para outras casas sem riscos na própria comunidade ou para outros conjuntos habitacionais nas redondezas construídos pela Prefeitura de São Paulo (figura 29). Depois de removidas as famílias, Defesa Civil e Secretaria Municipal de Habitação demoliram as casas onde essas pessoas viviam²⁴.

24) Para que as famílias sem condições econômicas viverem, são instruídas pelos líderes comunitários a fazerem o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que é o Reconhecimento Automático de Direitos, feito com base nos registros de vínculos, remunerações e contribuições disponíveis, mantido nos *data centers* de empresas. Disponível em: <https://bit.ly/3xyCnCj>. Acesso: 18 nov. 2018. Depois, são instruídas a solicitar ajuda ao Centro de Referência da Assistência Social Familiar (CRAS), junto às Prefeituras, e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), ligados a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, que integra a estrutura do Ministério da Cidadania, que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou seja, as que estão passando por dificuldades para sobreviver no dia a dia. O CRAS auxilia às famílias a ter orientação sobre os benefícios sociais; pedir apoio para resolver dificuldades de relacionamento e de cuidados com os filhos; fortalecer a convivência com a família e com a comunidade; ter acesso a serviços, benefícios e projetos de assistência social; ter orientação sobre o que fazer em casos de violência doméstica; e a ter orientação sobre outros serviços públicos. Disponível em: <https://bit.ly/3aZz4vP>. Acesso: 18 nov. 2018.

A segunda etapa desse fazer político dos líderes comunitários foi saber como fazer para chegar ao Boulevard da Paz água e luz. Por meio de uma amiga do casal, Luís Jorge e Cida souberam que ambos deveriam procurar a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL da Prefeitura de São Paulo. Em contato com a SMUL, pela Coordenadoria de Atendimento ao Público (CAP), os líderes apresentaram o problema com mapeamento de riscos do IPT e a remoção da maior parte das casas em riscos, argumentando que, por ser uma área classificada de muito alto riscos de deslizamentos de terra, era preciso que a comunidade tivesse a mínima estrutura de saneamento e energia elétrica. Desde aquele momento, se reuniram muitas vezes com diferentes coordenadorias da SMUL, como a Coordenadoria de Legislação de Uso e Ocupação do Solo (DEUSO), Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE), Coordenadoria de Edificação de Uso Residencial (RESID), Coordenadoria de Parcelamento do Solo e Habitação de Interesse Social (PARHIS), Coordenadoria de Controle e Uso de Imóveis (CONTRU) e Coordenadoria de Gestão da Rede Municipal de Iluminação Pública (ILUME).

FIGURA 29
Casa desapropriada no
bairro em função de área
de riscos de deslizamentos.
Fonte: Luís Jorge, 2018.



A terceira parte, derivada da desburocratização dos pedidos de água e luz para o bairro, exigiu dos líderes partir para outra instância, os executores dos projetos de saneamento básico e de energia elétrica, Sabesp e Enel. No período de quatro anos, de visitas de técnicos da Coordenadoria Distrital da Defesa Civil de M'Boi Mirim, Subprefeitura de M'Boi Mirim, Secretaria de Habitação, Sabesp e Enel, foram instalados tanto caixas e condutores de saneamento básico quanto poste e fiação para energia elétrica no Boulevard da Paz. Para auxiliar a Enel, receberam doação de 20 postes de luz do movimento global *Liter of Light* do Litro de Luz Brasil²⁵. Com essa iniciativa, os líderes comunitários, em parceria com diferentes e múltiplos órgãos, não somente conseguiram água e luz para o bairro, mas, por meio de comunicação com outras lideranças, expandiram esses benefícios para diversas localidades na região do Jardim Ângela, como os bairros Chácara Santa Maria, Morro do Índio, Alto da Riveira e Parque Bologne²⁶.

A quarta parte, em conjunto com a Secretaria Habitacional e Associação das Mulheres do Boulevard da Paz, é a construção de 600 unidades habitacionais na parte de baixo do bairro Jardim Guarujá. Esse conjunto deve ficar pronto ainda em 2021 para que novas ou antigas famílias recebam a casa própria e residam em um lugar livre de riscos de desastres.

Deste modo, como probabilidade, do sujeito disjuncto da competência modal, querer saber como agir quando está diante da possibilidade de acontecer os desastres e pretende, assim, apresentar habilidades que possam fazer dele um protetor não somente pela necessidade somente de se resguardar, mas de salvaguardar familiares ou vizinhos. Para tanto, o destinatário-comunidade considera de vital importância saber quais tipos e onde irão acontecer esses eventos negativos, mas a im-

25) Para conhecer mais sobre o movimento global *Liter of Light* do Litro de Luz Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3viWZxl>. Acesso: 18 nov. 2018.

26) Mais informações sobre a expansão dos serviços de saneamento básico. Disponível em: <https://bit.ly/3pKqqHE>. Acesso: 16 nov. 2020.

previsibilidade o impede de saber exatamente como e quando vai se dar a ocorrência e, deste modo, vive em constante atualização das informações e mensagens que podem conceder a ele comunidade esta não habilidade de saber não fazer.

Na anterioridade das informações atualizadas dos riscos, os líderes comunitários, definidos pelo desejo de querer-ser, distante dos objetos de valor, situados por hora na imprevisibilidade, se encontram incapaz de saber-fazer e de saber não fazer por conta da incompetência e inabilidade de poder agir, de modo que seu estado impassível é o de impotência no momento de um dos fenômenos. Apesar da insatisfação com o estado com o qual são aspectualizados pelo contínuo, na duratividade, os sistemas preventivos disponibilizam aos sujeitos objetos de valor que farão com que eles modifiquem sua existência modal, adquirindo então competência e habilidade diante das eventualidades.

O destinador complexo, pelo conjunto de informações provenientes dos sistemas de redes sobre desastres, transforma o usuário em sujeito competente, o presenteando com o saber-fazer ou o qualificando pelo objeto-modal a previsão dos riscos de desastres. Essa conjunção pode fazer dos líderes comunitários sujeitos modificados em seu estado porque o destinador proporciona o valor da participação, quando os líderes comunitários têm a possibilidade de colaborar e interagir com outras pessoas de outras comunidades pelos dispositivos e mais ainda pelas práticas construtivas com informações relevantes no ato do evento. Dependendo de o sujeito querer-fazer, a aquisição do saber-fazer e do dever-ser é sancionada pela alteração do estado do usuário que se move da disforia em disjunção (sem a previsão) para o relaxamento eufórico em conjunção (ação preventiva).

A satisfação propiciada por essas qualificações modais, das relações do usuário com o objeto, transformadoras porque concedem mudança nas foras, pode ser caracterizada antes pela imprevisibilidade de não-dever-ser e posteriormente pela competência em saber-fazer, isto é, pela origem desse

entusiasmo no reconhecimento de ter prestado, mesmo que mínimo, um serviço à comunidade. O sujeito experimenta um desenvolvimento no objeto de valor depois de conhecer um engrandecimento em colaborar voluntariamente com a proteção e defesa civil da cidade. Essa aprazimento, entretanto, se desfaz quando os fenômenos terminam logo depois de atualizadas as informações sobre riscos de desastres nos sistemas de prevenção.

A continuidade da realidade e a dinâmica heterogênea e imprevisível dos desastres, não permite aos líderes e nem à comunidade continuarem relaxados e muito menos em conjunção com o objeto de valor por muito tempo que não o acompanhamento do evento. Exceto nesse caso, a atualização constante das informações, dados e a obsolescência dos acontecimentos, impulsionam os sujeitos a se manterem em permanente vigilância se quiserem voltar a reviver e colocarem em prática a experiência altruísta concedida pela pre-

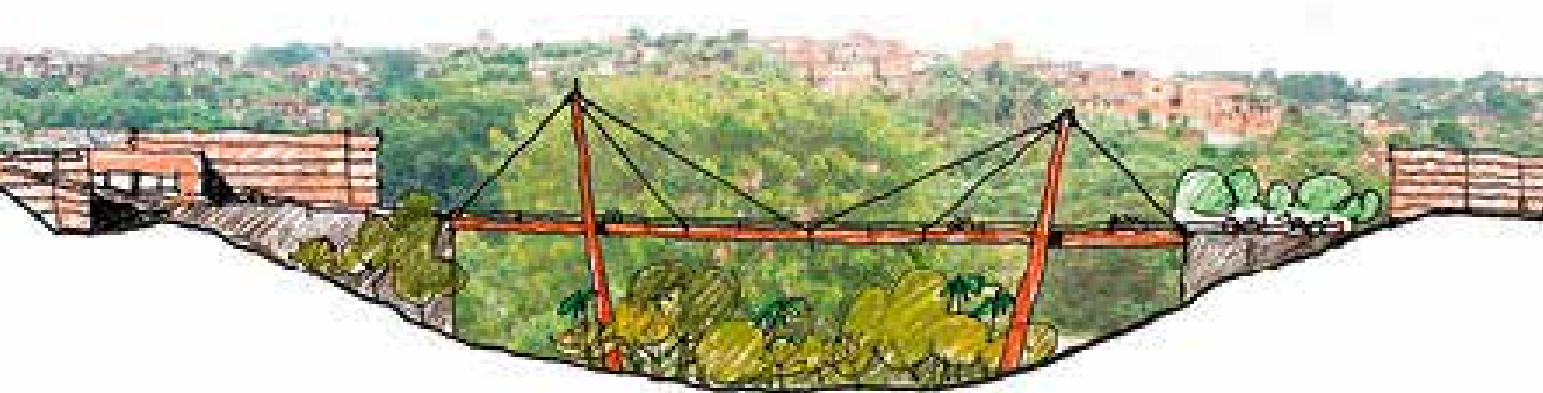
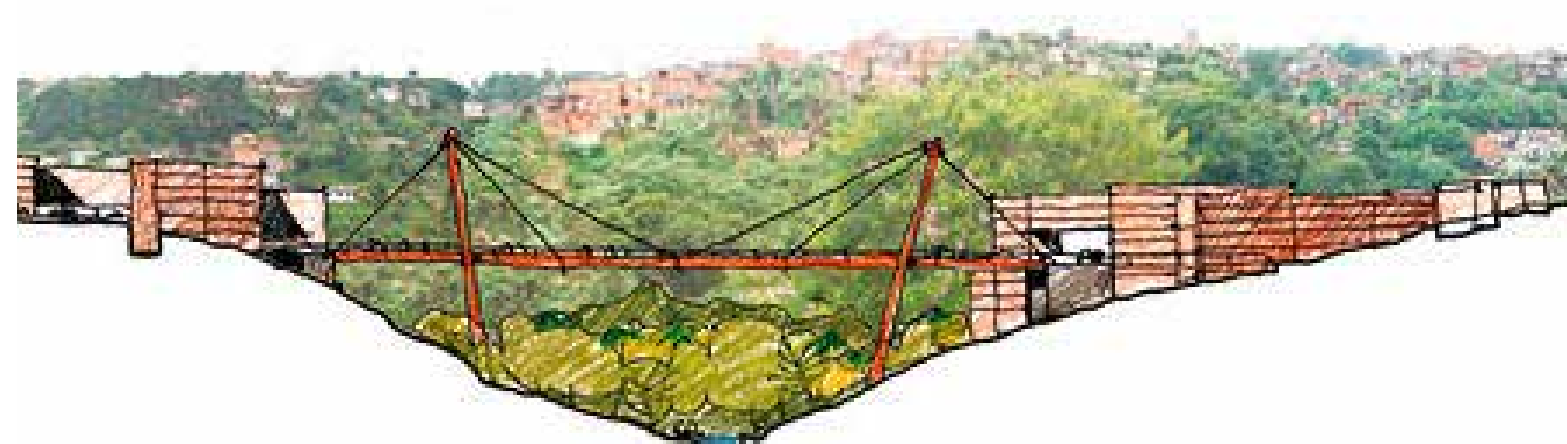


FIGURA 30

Projeto futuro de escritório de arquitetura ao Boulevard da Paz para o cliente SEHAB-HABI-SP do Programa Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê.
 Fonte: VIGLIECCA&ASSOC, 2010.
<https://bit.ly/3eB2mBR>. ©

visão dos riscos de desastres. Esse processo aspectual que inicia com um alerta de desastre (incoatividade), o percurso do fenômeno (duratividade) e seu desfecho (terminatividade) provoca uma descontinuidade durativa que logo será iniciada e ressurgida por um novo fenômeno, a “espera do inesperado”, que é a restituição do imóvel e dos móveis a partir dos modos de fazer da comunidade de Boulevard da Paz (GREIMAS, 2017, p. 100) (figuras 30).

Nesse processo de descontinuidade e continuidade que a produção de sentidos aparece, irrompe na totalidade das relações do alerta ou do monitoramento dos desastres, mesmo e, talvez por conta disso, nas interrupções onde são projetadas as descontinuidades desses eventos não previsíveis e que resultam na modificação da lógica da vida rotineira da cidade. Na alteração dos modos habituais, atrelado a contingência das relações, é possível vislumbrar a significação dos sistemas, ou seja, a redução dos riscos de desastres.



Apesar de descomedido e fragmentado, esse aparato tecnológico, aliado aos dados do IPT e Defesa Civil, que conjuga órgãos de poderes especializados públicos e privados, atinge uma funcionalidade integrativa na transmissão dos alertas e dos monitoramentos de desastres. Os dados e informações são extraídos, processados e selecionados de diferentes fontes, mas tratados de modo relacional no processo de comunicação, concebendo uma rede de sistemas coesa e eficiente para a cidade de São Paulo. A partir desse desempenho, são desenvolvidos conhecimentos e práticas que possibilitam romper de um simples alerta a complexidade dos seus modos de prospecção e produção de ações preventiva (figuras 31 e 32).



FIGURAS 31

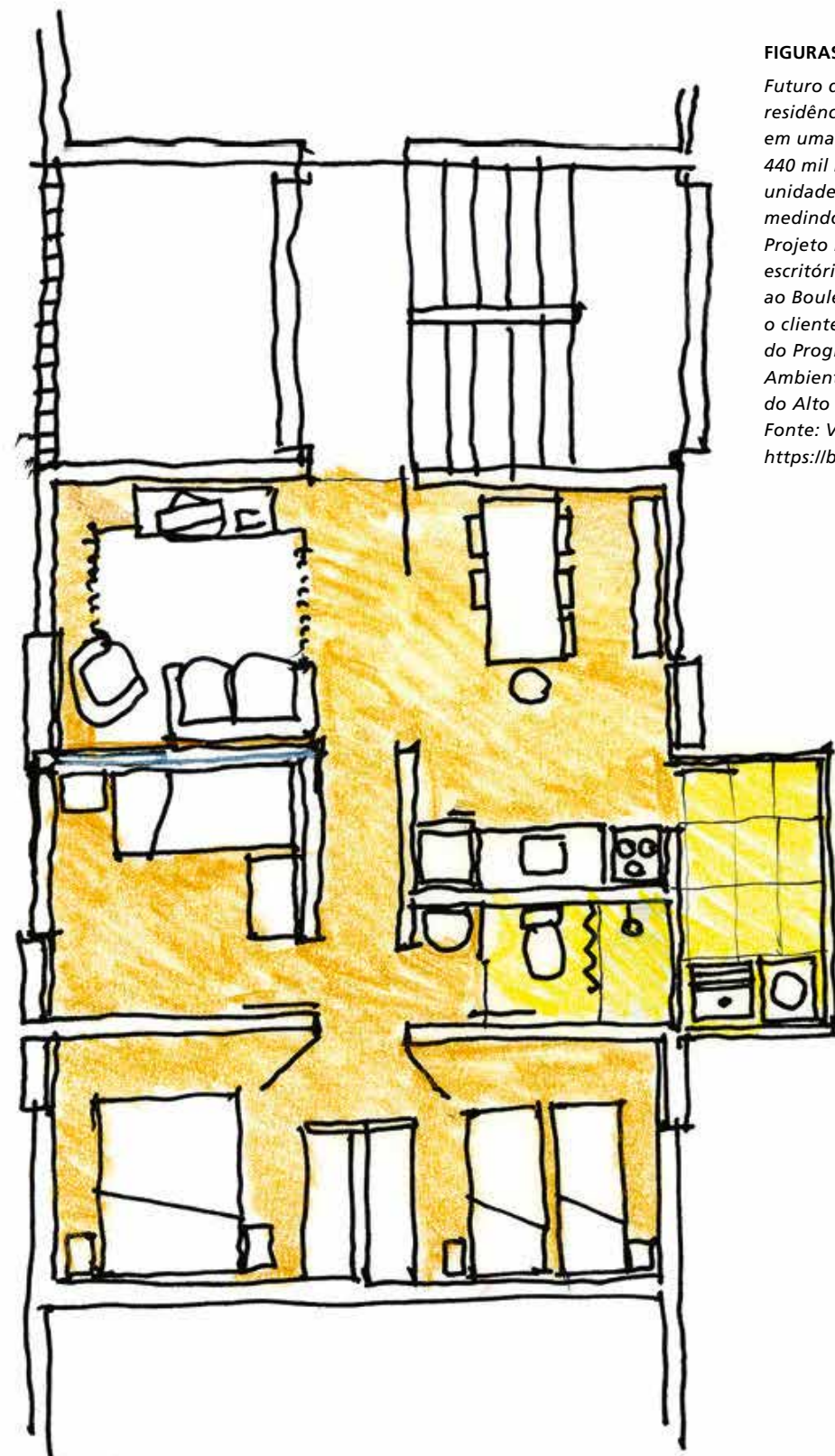
Instalação de condutores para água e esgoto pela Sabesp no Boulevard da Paz. Fonte: Luís Jorge, 2020. <https://bit.ly/32Sudle>. ©

Esta inteligibilidade nas práticas dinâmicas de fluxo de informações sobre riscos de desastres demonstra uma condição essencial que configura uma cidade inteligente. Um sistema participativo que transita nas esferas nacional, estadual e municipal que se congrega convergindo em diferentes dispositivos ao construir um sentido de cidade receptível, procedente e organizada, capaz de combinar, de maneira humana e afetiva, as práticas preventivas assentadas na tecnologia que ultrapassam suas conexões comunicativas com organismos especiais (LANDOWSKI, 2014, p. 82) (figuras 33 e 34).



FIGURAS 32

Instalação de condutores para água e esgoto pela Sabesp no Boulevard da Paz. Fonte: Luís Jorge, 2020. <https://bit.ly/32Sudle>. ©



FIGURAS 33

Futuro das possíveis residências dos moradores em uma área de mais de 440 mil m², com 1.377 unidades habitacionais, medindo 41,5 a 51m².

Projeto idealizado pelo escritório de arquitetura ao Boulevard da Paz para o cliente SEHAB-HABI-SP do Programa Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê. 2010.

Fonte: VIGLIECCA&ASSOC. <https://bit.ly/3eB2mBR>. ©



Pode-se considerar este avanço nos sistemas de prevenção de desastres e sua disseminação informativa como um primeiro passo no processo de cidade inteligente no âmbito das políticas públicas para a redução de riscos de desastres (RRD). Ainda longe dos sistemas de Fujisawa, projetada para suportar terremotos e tsunamis à exemplo das cidades vizinhas, a cidade de São Paulo, apesar de contar com a credibilidade dos órgãos monitores numa harmonia científica, técnica, política e social no resultado dos alertas, precisa ultrapassar obstáculos

FIGURA 34

Projeto futuro das possíveis residências dos moradores idealizado pelo escritório de arquitetura ao Boulevard da Paz para o cliente SEHAB-HABI-SP do Programa Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê.

Fonte: VIGLIECCA&ASSOC, 2010.
<https://bit.ly/3eB2mBR>. ©



alicerçados nas características imanentes às áreas de riscos. Nos primeiros passos, transcender uma barreira está longe de ser equacionado com rapidez sem a participação de todos da sociedade, mas se preparar ou estreitar as dificuldades, a exemplo dos líderes comunitários de Boulevard da Paz, pode ser feito de forma simultânea ao desenvolvimento da cidade com vias de atingir no futuro o objetivo de um número suportável de incidências de desastres (figuras 35).

Deste modo, as continuidades tecnológica e humana empregadas nos sistemas de alertas colabora para a redução dos riscos ao conceder à comunidade uma participação interativa e igualitária no aprimoramento dos alertas de desastres. Entretanto, outras características que permeiam a complexidade de um fenômeno adverso, como riscos involuntários, que



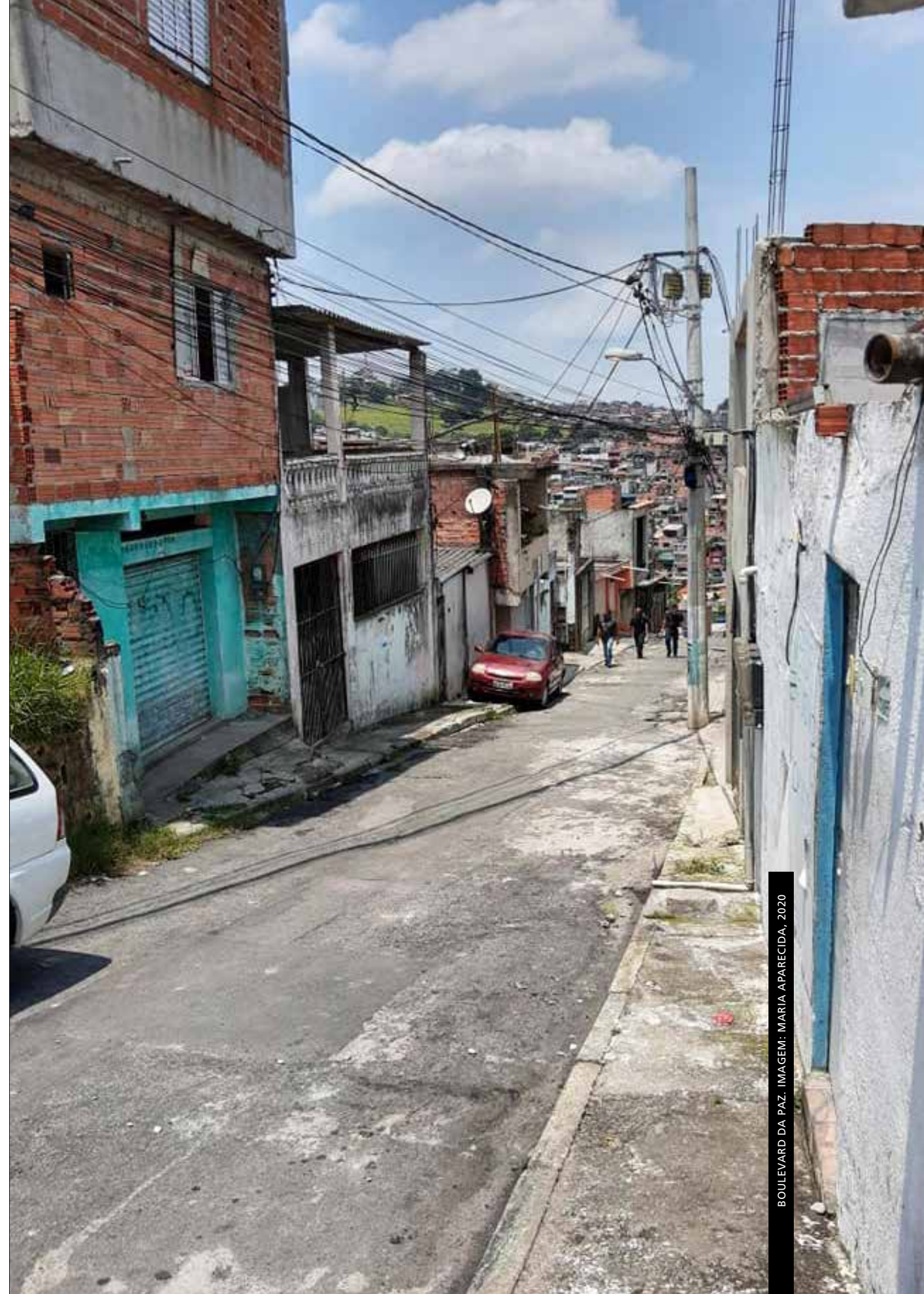
FIGURAS 35

Instalação de condutores para água e esgoto pela Sabesp no Boulevard da Paz. Fonte: Luís Jorge, 2020.
<https://bit.ly/32Sudle>. ©



obrigam famílias a viverem em constante ameaça, e riscos voluntários, que possibilitam famílias a assumirem um risco em benefício próprio, sejam igualmente atenuados, estão distantes do auxílio dos sistemas disponibilizados nos dispositivos móveis ou fixos, cabendo aos líderes tomar a frente nas ações estruturais (figuras 32 e 33).

Assim, os sistemas de monitoramento de alertas atingem o grau de previsibilidade em desastres nas consequências imediatas como as tempestades, quedas de raios, enchentes, contra os efeitos diluídos no tempo como os resultados de uma catástrofe, seus impactos como perdas materiais e humanas e acaba por germinar, mesmo em fase embrionária, um modelo de cidade inteligente ao ser uma cidade inclusiva que desenvolve políticas de inclusão digital na área de riscos de desastres.



Da aldeia das cobras
pequenas ao M'Boi Mirim



BOULEVARD DA PAZ. IMAGEM: LUÍS JORGE, 2020

2. Da aldeia das cobras pequenas ao M'Boi Mirim

2.1 Origem de Santo Amaro até M'Boi Mirim

O *corpus* de estudos dessa pesquisa não é a totalidade de M'Boi Mirim figura 34, dividida entre Jardim São Luís e Jardim Ângela, mas um pequeno conjunto de 249 moradias na mesma região, em um espaço localizado no Jardim Guarujá, na favela do Boulevard da Paz ou Três Marias II, cuja substância construída é de 12.512 metros quadrados. O Boulevard da Paz está englobado pelas ruas Cittadella, Fernando Trancoso, Pierre Patel, Arnaldo Daniel, Battista Malatesta, João de Almada, Berthelot e rua Três das Marias. Essa reunião de casas, segundo mapeamento e classificação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Ministério das Cidades, está classificada como área de risco muito alta (R4) (nota 8) (vide figura 3 e figura 36) (IPT, 2010, p. 253).

Porém, apesar das atuais condições precárias de moradia na região, cujo mapeamento responde por 50 áreas de riscos, esse espaço significativo teve uma história diferente da atual expansão demográfica trazida pelo avanço do progresso industrial, bem como a mudança na antiga distribuição geográfica nominal. Isso se deu há cerca de duzentos e vinte anos depois da primeira ocupação em 1607, pela aldeia indígena dos índios guaianás ou guaianases no M'Boi Mirim.

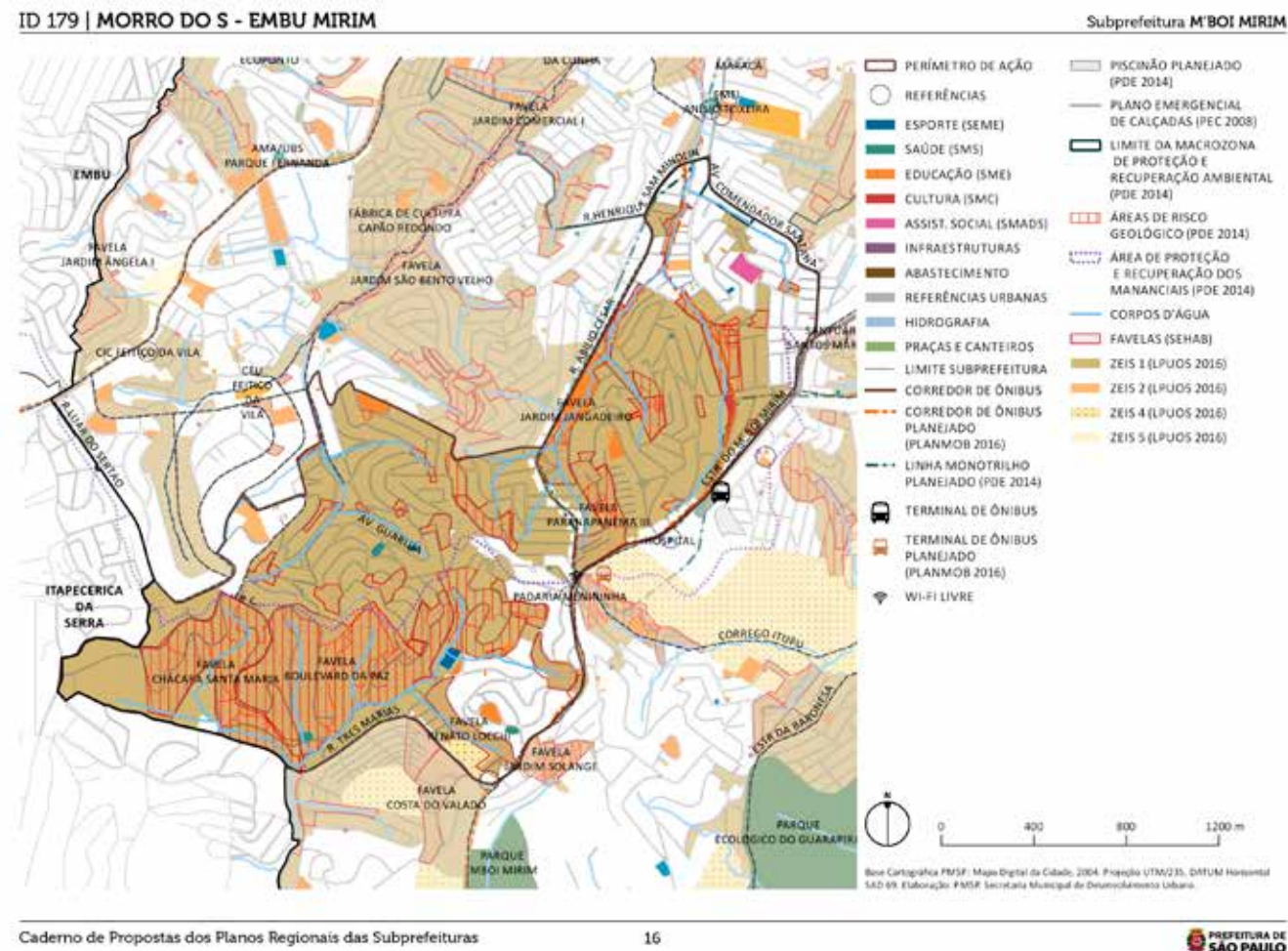


FIGURA 36

Mapa da região de M'Boi Mirim. Os conceitos e o Decreto N° 57.537/16 podem ser encontrados no volume Os Planos Regionais das Subprefeituras no Sistema de Planejamento Urbano. Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2016. <https://bit.ly/3xvLhC0>. ©

De lugar indígena para industrial, comercial e depois bairro dormitório, os três nomes combinados que significam Boulevard da Paz, imantados em Três Marias II e M'Boi Mirim, possuem semânticas e origens etimológicas que remetem a um estado cognitivo de tranquilidade, uma vez que a palavra Boulevard significa via urbana larga dividida em dois sentidos, arborizada, projetada com finalidade paisagística ordenada. Já a palavra paz, por sua vez, é derivada do latim pax ou pacem e remete a uma condição de calma ou tranquilidade, ausência de violência, perturbações ou guerra (*absentia belli*). E, M'Boi Mirim, que expressa rio das cobras pequenas, está semanticamente atrelada aos elementos que compõem a história do lugar porque regressa tanto a Jaraquinha dormideira (*Sibynomorphus mikanii*), cobra inofensiva e calma, com tamanho de 15 até 40 cm, quanto a falsa coral (*Oxyrhopus guibei*), que atinge de 40 a 1,50 cm, ambas cobras não venenosas (MARQUES *et al.*, 2009, p. 144). O nome Três Marias II, por outro lado, repousado no espaço físico e no imaginário religioso, tem duas acepções: um asterismo de três estrelas, Mintaka, Alnilan e Alnitak, que forma o cinturão da constelação de Órion, o caçador, identificáveis no céu por estarem alinhadas e brilhando e, ainda, de acordo com a interpretação tradicional dos quatro evangelhos canônicos, são as três também a Maria de Cleofas, Maria Madalena e Maria Salomé, mãe de Tiago (BÍBLIA, 1979, Marcos 16:1).

Deste modo, é possível postular uma semiótica topológica e suas discontinuidades em significação no Boulevard da Paz com Três Marias II e M'Boi Mirim em perspectiva a partir de dois pontos de vista: um topológico e outro temporal. O primeiro está na comparação heterotópica de uma área acabada, sem riscos de deslizamentos de terra, gerida pelos mesmos destinadores governamentais, daquela área tópica em incessante construção com pontos esparsos de muito alto risco. O outro ponto de vista está na relação temporal desde a nascente de sua origem indígena de aldeia, na situação de

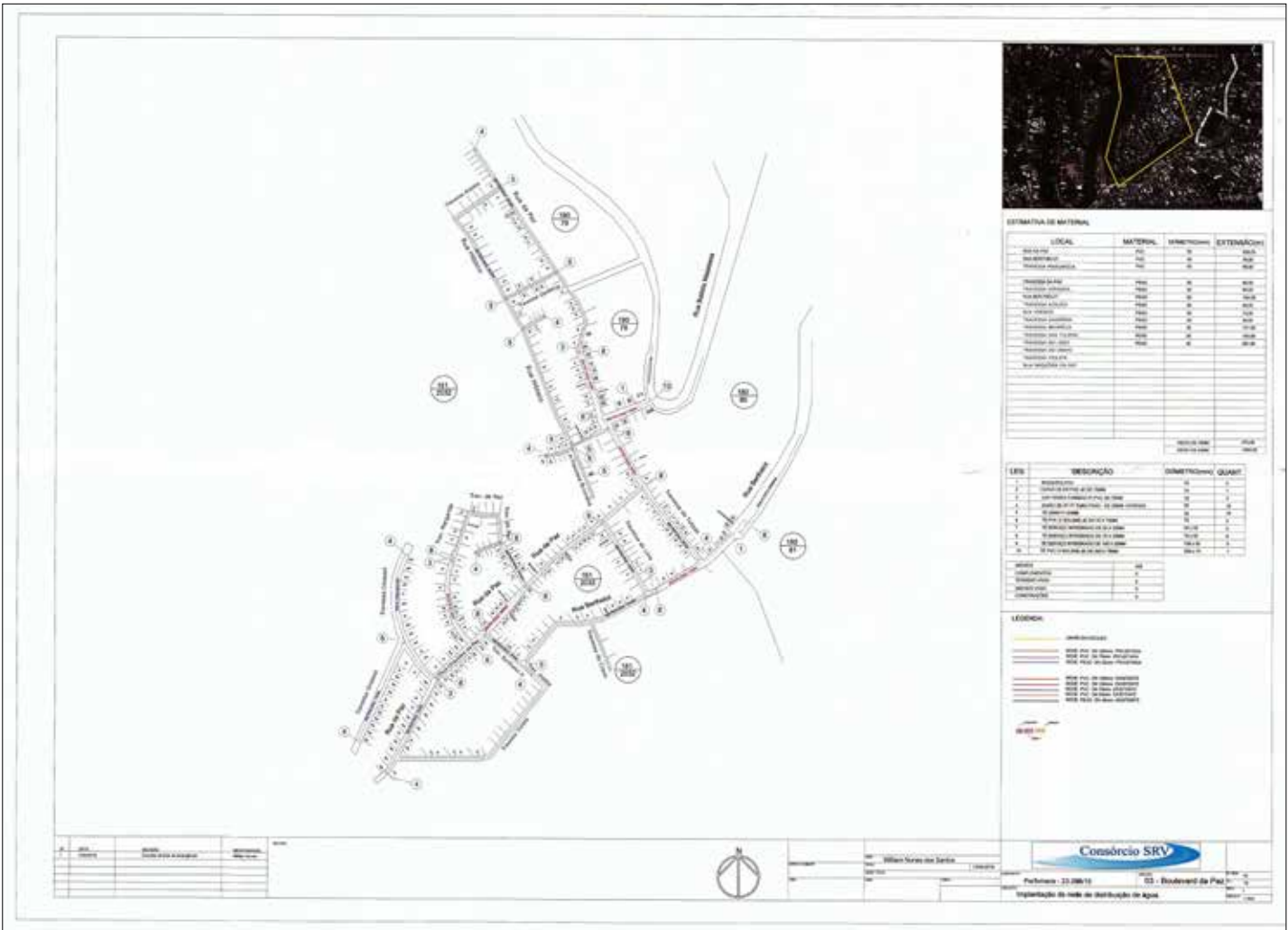
espaço inicial em formação, passando como provedora e celeiro da cidade de São Paulo com a implementação de indústrias e técnicas especializadas, para, posterior e atualmente, se mostrar uma região prestadora de serviços com alta vulnerabilidade²⁷ atestada pelos físicos riscos instalados.

Assim, no Boulevard da Paz são profundas e contínuas as modificações nas relações topológicas e temporais e nas categorias semânticas que mostram um aqui-agora em articulação com um ali-então e os significados dessas combinações nas formas do lugar e nas sucessivas transformações nominativas e físicas dos objetos e coisas da localidade. Há dois séculos era uma aldeia das cobras pequenas, portanto sem condições básicas de saneamento e provisão de mantimentos manufaturados; depois polo fornecedor de mantimentos com energia elétrica e produção industrial; para e, por modificações comerciais, industriais e imobiliárias, passar a ser lugar com áreas de riscos de desastres. Deste modo, antes M’Boi Mirim²³, por extensão Boulevard da Paz, estava no estado de carência, passa para o estado de fartura e agora de carência nos indícios de nova instalação de energia elétrica, na construção atual de sistemas urbanos de saneamento básico, na instalação de mecanismos de drenagem e galerias de águas ou esgotos pluviais para a fase final de pavimentação das ruas (figura 37).

Anterior a essa configuração carente e subsequente a instalação do Engenho de Nossa Senhora da Assunção de Ibirapuera, onde havia a primeira mineradora de ferro da Amé-

27) Apesar da definição geral de vulnerabilidade proposta no Marco de Ação de Hyogo (vide nota 6), M’Boi Mirim foi mapeado pela Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) com índices comparativos entre o distrito e o município de São Paulo. A taxa de analfabetismo (16 anos ou mais) é de 4,98% contra 3,53% de São Paulo; a taxa de evasão escolar (ensino Médio) é de 12,83% (6,27% SP); M’Boi Mirim não tem shopping e apenas uma Faculdade (São Paulo tem 49 shoppings e 179 Universidades/Faculdades); M’Boi Mirim não tem salas de cinema, teatros e apenas um museu, a cidade de São Paulo tem 332 salas de cinema, 254 teatros e 124 museus. A cidade de São Paulo tem 3.990.013 empregos formais, M’Boi Mirim tem 49.768 (1,25%). Informações extraídas do site da subprefeitura de M’Boi Mirim. Disponível em: <https://bit.ly/3nACzO1>. Acesso: 13 jul. 2019.

FIGURA 37
Mapa projetado da nova região de Boulevard da Paz.
Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2016.
<https://bit.ly/3gl12j4>. ©



rica do Sul, começou o segundo processo de ocupação, em 1829, com a chegada de dezenas de imigrantes alemães, trazidos por iniciativa de D. Pedro I para ocupar alguns trechos de terras brasileiras (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p. 1). Apesar dessas colônias serem projetos governamentais fundamentados na doação de terras para introduzir imigrantes

alemães no país, algumas não obtiveram sucesso como as colônias agrícolas de Catuca, no Pernambuco e em São Januário na Bahia. Diferente de outras como as de São Leopoldo, em 1824 e São Pedro de Alcântara das Torres, em 1826, no Rio Grande do Sul e as de Santo Amaro e Itapeirica, em São Paulo, em 1829, só para citar algumas (IBGE, 2020). Entre esses imigrantes, havia desde profissionais liberais e pessoas ligadas à academia, empresários falidos, camponeses, artesãos, operários urbanos até comerciantes, oficiais do exército, militantes políticos e professores, alguns, provenientes das antigas colônias da Alemanha na África (DW, 2004).

A organização espacial atual de M'Boi Mirim transporta vestígios das passagens de objetos e pessoas em tempos anteriores, de épocas distantes da primeira colonização da região. De quando a paisagem contínua daquela extensão de terra foi explorada pelos índios que depois se assentaram no lugar, provocando uma descontinuidade na natureza ao modificar sua substância espacial que, "repleta de objetos naturais" aos poucos foi "informada e transformada" por diferentes destinadores: povo indígena, religiosos, formas de governos, características construtivas do povoamento na municipalidade, costumes das províncias e grupos de pessoas de interesse coletivo. Esse espaço é a forma a contar do primeiro toque humano e ainda em constante alteração do que hoje é denominado Boulevard da Paz e por relação Três Marias II - M'Boi Mirim, na cidade de São Paulo - que, ao longo de centenas de anos, recebeu desses destinadores valores de base e de uso em conjunto com transferências de valores (GREIMAS, 1981, p. 115; 2013, p. 527).

Esses valores de base e de uso, traduzidos nas técnicas para manipular a natureza e extrair o fruto para subsistência, bem como a transferência dessas experiências e conhecimentos foram, com o tempo, desgastados, renovados, simplificados, refinados, substituídos ou modificados, seguindo a transfiguração desse espaço signifiante em conjunto com práticas do fazer e com valor semântico de Boulevard da Paz. O timo-

neiro do lugar em ser não somente no nome um boulevard, mas fisicamente uma alameda urbana reside (figura 14), por manipulação dos destinadores na história e do uso recorrente dos valores nominativos e semânticos, em um esforço conjunto e insistente para conservar e simultaneamente alcançar a tranquilidade do lugar, mesmo ainda estacionado no mundo linguístico, mas caminhante no mundo natural.

Como resultado, é possível perceber uma axiologia circular não somente nos valores de base e de uso, mas nos valores modais, começando pelas cobrinhas inofensivas que indicam a natureza inerente do rio Embu-Mirim, conservada no significado do distrito de M'Boi Mirim -, e nos valores descritivos, na sujeição da mitologia na astronomia dos corpos celestes e na relação que as três marias presentifica no nome e nas diferentes religiões instaladas no lugar. Além desses sentidos, é possível identificar outros valores modais tanto nas configurações basilares do governo imperial para constituir o formato do Estado quanto nas decisões pretéritas da municipalidade de São Paulo em reconhecer e incorporar Santo Amaro à cidade.

Foi nessa organização planejada por um lado e com resultados mais ou menos ordenados do outro que começou o segundo processo de ocupação, onde Santo Amaro, que inclui M'Boi Mirim, foi elevado à categoria de município e passou a ser considerado o "celeiro da capital", sendo o único do estado a produzir em grandes quantidades arroz, feijão, batata, milho e mandioca para a cidade de São Paulo. Além desses produtos, eram comercializados no Mercado de São Paulo (figura 38) cabeças de gado, aves, mucuta (canela e lenha), madeira e carvão. Foi nesse período que os colonos alemães fundaram vilas como Cipó e Parelheiros, abriram ruas como as estradas do Rio Bonito e de Parelheiros (atual av. Senador Teotônio Vilela e av. Sadamu Inoue), que liga o rio Bonito ao município de Embu-Guaçu, possibilitando, assim, a ocupação da região mapeada por inúmeros cursos d'água e cercada pela diversidade da Mata Atlântica (GARANHUNS, 1995).

FIGURA 38

Mercado Municipal de Santo Amaro em 1936.
 Fonte: Wikipédia: Dornicke, 2016. ©



Com esse panorama descritivo, as origens do bairro em M'Boi Mirim, que atualmente é uma região separada administrativamente de Santo Amaro, começam no início do século 18, no aldeamento do jesuíta de Mboy, após a criação da Vila de Santo Amaro, em 1832 (PATEO DO COLLEGIO, 2018). É poca na qual se iniciou uma corrente migratória que convergia para as fazendas de café que eram divididas "pelos carros de boi carregados de feixes de mucuta" (BERARDI, 1981, p. 93). Entretanto, foi na metade do século 19 que foram construídos diversos edifícios públicos e o estabelecimento de sistemas de energia e de transportes em Santo Amaro, como o hospital Santa Casa (figura 39), a Igreja da Matriz, atual

Catedral de Santo Amaro (figura 40), a criação do Jardim Público, a inauguração do prédio do Grupo Escolar de Santo Amaro, denominado posteriormente Grupo Escolar Paulo Eiró, a instalação de iluminação a querosene nas ruas e a abertura da linha férrea de São Paulo a Santo Amaro (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p. 1).



FIGURA 39

Santa Casa de Santo Amaro em 1936.
 Fonte: São Paulo em foco, 2017. ©

Na estrutura sintática, que compreende valores de base e de uso e a transferência desses valores no desenrolar dos anos naquela região, desabrocha também valores descritivos que podem ser subjetivos, aqueles que interpretam a constituição dos formantes e as mudanças espaciais do que hoje se conhece como Três Marias II, e os valores objetivos, atribuídos ao que abastece o sujeito possibilitando a ele sobreviver com práticas de ação em uma área em constante desenvolvimento. De município a distrito, Santo Amaro, celeiro da



FIGURA 40

*Igreja Matriz de Santo Amaro
vista em janeiro de 1928.*

Fonte: acervo FES. ©

cidade de São Paulo, foi provedor de valores de base, como a alimentação e produtos para energia que o coloca entre fartura do município *versus* carência da cidade. Depois, para ligar um lugar a outro, foram fundadas vilas e abertas ruas e estradas, de obstáculo da diversidade da Mata Atlântica *versus* passagens que aproximam o município de outras regiões, propiciado a expansão territorial por inúmeros rios que, na época, eram usados como estradas d'água.

Assim, a região desde o princípio apresentou um empreendedorismo singular por conta da adesão dos alemães ao espírito do progresso brasileiro porque foram os primeiros a serem favorecidos por iniciativa própria de luz elétrica, além de serem os pregressos motoristas de Santo Amaro. A existência dos alemães no território de Santo Amaro trouxe outros imigrantes que chegaram ao país do final do século 19 e início do século 20 que elegeram o município como residência. Depois dos colonos alemães, vieram os portugueses com a montagem de granjas avícolas e criação de cabeças de gados, seguidos dos espanhóis, provenientes da Catalunha, que trabalhavam com roupas femininas. Logo em seguida, veio o comércio de tecidos com os árabes, turcos e judeus. Depois se instalaram na região operários ingleses, comerciantes húngaros e bancários russos, seguidos de estadunidenses e alemães para cargos de liderança nas indústrias. Já no final de 1945, chegaram os japoneses no ramo da agricultura com a produção de hortifrutigranjeiros (figura 41) e, por fim, os artesãos e artistas italianos que marcariam imensamente a cultura paulistana até os dias atuais (ZENHA, 1977, p. 56).

FIGURA 41

Trabalhadores no terminal de
cargas de Santo Amaro.
Fonte: acervo FES. ©



Na condição de ideia progressista brasileira, o município retratou um fenômeno de focalização na distinção especial do segundo modo: entre o aqui, sendo Santo Amaro o lugar da enunciação ou o “espaço determinado” e o alhures, a cidade de São Paulo, o lugar enunciado ou o “antiespaço por oposição”, e também, por amplificação, o “campo circundante” situado na diferença entre outros municípios pelas características singulares, além daquela de território do florescimento material e comercial do Estado de São Paulo (GREIMAS, 1981, p. 120). Essa condição espacial de relação de um lugar a outro não reside somente na dessemelhança da mudança prolongada e efetiva da paisagem desse lugar em seus aspectos geológico ou arquitetônico, por exemplo, mas principalmente no deslocamento de um modo e de uma forma social de se viver importada para Santo Amaro. De tal maneira que a residência de estrangeiros no município, provenientes de lugares próximos e além-mar, trouxe ao lugar inúmeros traços culturais provenientes de outras regiões que foram incorporados aos costumes e que perduram e podem ser constatados na etnografia da cidade de São Paulo.

Em vista disso, ao ser incorporado à São Paulo, Santo Amaro pode ser visto em duas particularidades: a primeira, na rural por se distinguir de outros municípios que não são provedores de São Paulo e a segunda, na categoria urbana por se assemelhar a cidade de São Paulo que, Santo Amaro, mesmo sendo fornecedora de São Paulo, não é uma cidade na sua constituição porque está na condição de estado rural para urbano, mais do que urbano rural. Desta forma, essa diversidade transitória no eixo rural-urbano propicia ao município-distrito se desenvolver em razão da demanda cada vez maior de produtos e serviços para suprir as necessidades básicas de Santo Amaro e de São Paulo. À frente das modificações na produção do distrito e com intuito de intensificar o comércio, São Paulo inaugurou, em 1886, a primeira conexão de bondes movidos a vapor entre Santo Amaro-M’Boi Mirim e São Paulo. Para dar conta da solicitação de energia, a The São Paulo Tramway, Light & Power Ltd.

foi encarregada de represar o rio Guarapiranga, afluente do rio Pinheiros, com o intuito de regularizar a vazão do rio Tietê nos meses de seca, contribuir para o transporte público da região (figura 42) e, por consequência, produzir energia elétrica gerada pela Usina Edgar de Souza (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p. 1).

A construção da represa Guarapiranga, além de sua função principal de produção de energia elétrica à indústria, benefi-



FIGURA 42
Bonde elétrico da Light
passando pela antiga estação
de cargas de Santo Amaro, na
avenida Adolfo Pinheiro, 1916.
Fonte: acervo FES. ©

ciou paulistanos e demais pessoas que viviam na região com a criação de chácaras de recreio e clubes de campo, náutico e de golfe. Essa qualidade recreativa do município vicejou até 1935 e atraiu não somente pessoas que viviam na cidade de São Paulo, mas também estrangeiros imigrados em busca de trabalho e de entretenimento como caça e esportes aquáticos comuns praticados na represa Guarapiranga, uma vez que o atual Jardim Ângela era conhecido naquele tempo como a “Riviera Paulista, devido à beleza das margens da represa” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p. 1). A instalação da represa proporciona, deste modo e, inserida na transição de um estado de ausência para um de criação e presença de lugares recreativos, atração e conforto na medida em que provê o lugar de energia elétrica como fenômeno rotineiro ampliando por extensão a rede de transporte público das regiões.

Deste modo e em decorrência da produtividade energética distribuída por Santo Amaro, é possível conceber, num primeiro momento e a partir dos benefícios proporcionados pelo estabelecimento de energia, uma hierarquia de produção progressiva e espacial do lugar na concepção da represa Guarapiranga. Essa edificação instaura duas relações de hierarquia: a primeira e mais visível é a relação hipotática entre determinante, onde, a partir dos pressupostos, lugar de estâncias de férias como chácaras e clubes e melhorias em aparelhagens para o conforto nas residências, se pressupõe a usina de matriz de origem energética como determinado porque abastece o município, proporcionando condições de trabalho, conforto e entretenimento ao mostrar um “princípio organizador da estrutura elementar da significação”. A segunda, por outro lado, é a relação de parataxe que, por suposição e sem nenhum vínculo de dependência espacial como construções informadas no espaço, de ordem jurídica ou cultural, são presentificadas por meio de normas, regras e leis, de orientação federal, instância hierárquica superior da estadual e municipal.

Essas relações podem ser hiponímicas quando reduzidas a termos com investimentos semânticos elementares como energia ou iluminação na constituição da usina e dos benefícios que a

energia elétrica proporciona à cidade de um lado. E de outro, de relações hiperotáticas no momento anterior onde energia e iluminação são posteriores a falta de energia e de sistemas artesanais de combustível à querosene ou lenha para o conforto doméstico. As relações, enquanto um todo enunciado, são hierarquicamente superiores aos termos que a “constituem e que dela são partes essenciais” para se conceber uma sintaxe que, antes de dependentes, “são igualmente hierarquizantes” (GREIMAS; COURTÊS, 2013, p. 244).

Com a idealização da represa, avançando no projeto de desenvolvimento urbano, a The São Paulo Tramway foi encarregada na década de 1900 de substituir a estrada de ferro da empresa de trens e carris de ferro São Paulo-Santo Amaro (figura 43) por uma linha de bondes que ligava a capital de São Paulo à Santo Amaro, incentivando, desta maneira, o surgimento de bairros como Alto da Boa Vista, Brooklin Paulista, Campo Belo, Indianópolis, Jardim Petrópolis, Moema, Vila Clementino e Vila Cordeiro. O funcionamento da linha de bondes permaneceu até 1968 quando foi desativada definitivamente sendo substituída por outros transportes como ônibus e carros particulares (TORRES, 1977).

Na condição hierárquica, agora paralela a partir da transição de estrada de ferro para linha de bondes, é possível entrever outra parte substancial que descortina uma transformação na relação paradigmática e sintagmática nos transportes que liga São Paulo à Santo Amaro. O eixo paradigmático permanece invariável na medida em que o deslocamento de pessoas e objetos transita mutuamente de Santo Amaro à São Paulo, porém esse sistema está disposto em uma correlação amparada no tipo de aparelho para se deslocar, ou seja, ou por bondes ou por outro meio qualquer. O modo de deslocamento subsiste independente da categoria de transportes. Esse eixo, situado no tipo de transporte, ao mesmo tempo sintagmático e variável, é resultado da relação de conjunções lógicas que definem a maneira de locomoção, por exemplo, sair

FIGURA 43

Locomotiva da Companhia de Carris de Ferro de São Paulo, que fazia o trajeto até Santo Amaro antes da implantação dos bondes elétricos, 20 de março de 1900. Fonte: acervo FES. ©



de casa à pé ou de bicicleta, e depois de bonde e à pé para algum lugar de São Paulo ou de Santo Amaro para, posteriormente, com nova mudança nos transportes, ir de ônibus e ou utilizar um carro particular, demonstram que ambos os eixos são de natureza taxionômica, portanto, hierárquicos.

Em busca do progresso e dos lucros financeiros, a Light, como era conhecida na época com The São Paulo Tramway, começou o controverso projeto da Serra do Mar, de autoria do engenheiro norte-americano Asa White Kenney Billings.

A proposta, iniciada em 1926, consistia em “represar os rios Jurubatuba e Bororé, afluentes do rio Pinheiros, formando outro lago” (BERARDI, 1981, p. 100). Em vista disso, “essas águas seriam lançadas a 740 metros de altura sobre as turbinas da Usina de Cubatão que supriria a necessidade energética que São Paulo tanto necessitava” (BERARDI, 1981, p. 100). Porém, o custo do projeto em colocar em prática o progresso industrial por meio da energia à São Paulo trouxe uma série de problemas que atualmente são evidentes nos rios Pinheiros e Tietê. Como a supressão das navegações comuns no rio Tietê e o agravamento à autodepuração dos esgotos desses rios e a diminuição da capacidade de bombear águas provenientes das enchentes (MORAES, 1994).

Se existe uma hierarquia que resulta em produção de energia elétrica no modo como objetos circulam e pessoas vivem, de outro lado, subsiste na falta de transporte fluvial ou hidroviário, associado ao dano proveniente do exterior, os resultados alcançados pelo projeto da Serra do Mar naquilo que se espera que seja feito em favor do bem comum. Para atingir e fornecer a demanda de energia em uma cidade em crescimento, foram represados os rios Jurubatuba e Bororé, aumentando a produtividade industrial da cidade e eliminando, de outro modo, a possibilidade de transportes por navegação, pesca para subsistência ou práticas esportivas, entretenimentos aquáticos e, contrariamente, acúmulo de esgoto e incidência de enchentes que extrapolam as margens dos rios.

No contexto de formação do distrito, o resultado dessa ação provém das escolhas dos destinadores que, em conjunto, decidem que caminho tomar, ou a favor das indústrias ou contra os interesses das comunidades. Apesar da evidência dicotômica na distinção dos resultados, há uma série de hipóteses pressupostas envolvidas entre destinadores-governos e sociedade que se pode, por suposição, deduzir que existe ou a condição de governo-oponente ou a de governo-adjuvante, sendo a função desse último auxiliar e do outro contrapor as vontades da sociedade (GREIMAS; COURTÊS, 2013, p. 23-24).

Entretanto e, apesar dos riscos à saúde dos rios, das pessoas com as imposições ressaltadas pela oposição governante-governado, essas alterações urbana-industrial na configuração natural do meio ambiente contribuíram não somente para o progresso energético da cidade, mas abriu caminho para o loteamento irregular da região sul de São Paulo com o advento da criação da autoestrada, hoje avenida Washington Luís, ligando a capital às áreas do entorno das represas. O que propiciou a construção de residências de alto padrão margeando a ‘Estrada de Rodagem’, própria para o tráfego de automóveis, símbolo que caracteriza o progresso daquela atualidade. Nesse ínterim, surgiram balneários nas margens das represas, época do levantamento do aeroporto de Congonhas (figura 44) e do autódromo de Interlagos com a criação do bairro de mesmo nome em 1930 (PONCIANO, 2001).

Nessa circunstância, quaisquer dos eixos de comunicação e de desejo destacados pela contraposição governante-governado exibem um semblante dos destinadores e, por correlação, dos destinatários. Ambos, contudo, podem ser assistidos também

FIGURA 44
Aeroporto de
Congonhas, 1940.
Fonte: Portal
Colombo. ©



em dois aspectos constitutivos e de ação, o social, onde se diferencia uma “estruturação interna da organização, dos processos de associação e de seleção social”, e o cultural, ou seja, um “sistema objetivo de modos de pensar, de atitudes que esses organismos”, governos e comunidades, elaboram ao manipular e justificar a dominação dos seus atores coletivos e, por extensão, individuais (SAMPAIO-SILVA, 2000 *apud* BALDUS; WILLENS, 1939). Assim, dentro de um universo estruturado, os procedimentos de operação e manipulação mostram uma gramática selecionada inclusivamente aos com maior poder aquisitivo e exclusivamente aos com menor poder aquisitivo da sociedade e que estão sujeitos ao fazer pelos procedimentos de manipulação selecionados por seus destinadores.

Essa dedução político-econômica está fundamentada não somente nas áreas acabadas da cidade de São Paulo, mas no distrito de M’Boi Mirim e em muitos outros municípios como Mauá e Franco da Rocha, por exemplo, que obedecem as decisões do poder público estadual e municipal aliado a especulação imobiliária, sem muitas vezes questionar as medidas tomadas por esses destinadores complexos. Nessa acepção, acontecem duas transformações dentro da sintaxe fundamental, formando a operação pelos procedimentos de manipulação (LANDOWSKI, 2014, p. 21). A operação, de origem lógico-semântica da ação humana sobre as coisas, está na falta e depois na presença da instalação de sistemas de água, esgoto, energia elétrica e demais objetos e serviços que fazem parte dos recursos básicos para se viver em um lugar na cidade (LANDOWSKI, 2014, p. 21) (figura 45). E o procedimento de manipulação, de dimensão econômica, da ordem do fazer, porque, nesse caso particular requer dos que vivem em lugares isolados dos riscos de desastres uma condição socioeconômica favorável para não se submeter aos perigos situados nestas áreas e ainda cumprir as decisões impostas pelos destinadores poderes públicos e privados. Na prática, as determinações econômica e política comprovam, pelo poder outorgado a esses destinadores, um juízo positivo na tentação, recompensas das funcionalidades da cidade e, de outro lado, um juízo negativo de intimidação, penalidade

FIGURA 45

Bombeiros e homens da Defesa Civil trabalham desde o dia 1º de janeiro em Angra dos Reis (RJ) na busca de vítimas do deslizamento de terra que atingiu diversas casas da região.

Fonte: Roosevelt Pinheiro/ABr. ©

<https://bit.ly/3umq23n>



refletida nas disfunções no mecanismo das comunidades que se fundam na ação dos destinadores sobre destinatários (GREIMAS; COURTÊS, 2013, p. 300).

A ação seletiva desses destinadores, aliada às exigências, desejos ou necessidades dos seus destinatários, caminha em duas direções, ou está voltada para nada extraordinário, no entanto direito de todos, que não os serviços básicos de saneamento e constituição de espaços de lazer em uma cidade

destacada em suas funcionalidades ou nas disfunções, ou seja, na falta destes mesmos serviços e demais benefícios que estão ausentes em bairros periféricos ou mais ainda em áreas de riscos de desastres (GREIMAS; COURTÊS, 2013, p. 205). Esse binômio espacial, porém, está ligado pelas demarcações de inclusão e exclusão que se diferem da topia cidade-concluída da heterotopia cidade-começada ao mostrar, dentro de uma “morfologia social”, as posições positivas e negativas articuladas em assistência e desassistência ou prevenção e desprevenção, socorro e desamparo, vida e morte (GREIMAS, 1981, p. 117; GUIMARÃES, 2020).

Assim, a assistência estrutural, vinculada à euforia, é resultado das ações de governos para constituir um bairro e, por outro lado, a desassistência no eixo da disforia, está na falta dessas ações originárias da parceria público-privada em relação às áreas periféricas. Esta sintaxe discursiva em área de inclusão *versus* área de exclusão social exibe um fazer persuasivo como define Greimas, “resultado das manipulações de um fazer cognitivo que visa a levar o enunciatário a inferir do fenomenal ao numeral” (GREIMAS; COURTÊS, 2013, p. 208, 345, 368). Em outras palavras, é a transformação do que ainda não é uma cidade, ou melhor, parece bairro-cidade, para o que vai se tornar uma cidade ou mesmo uma área pertencente e acabada de São Paulo. Entretanto, Boulevard da Paz, com a força popular incentivada e coordenada pelos seus líderes comunitários, aos poucos, vai se tornando um bairro terminado, não em uma acepção da perfeição, mas livre dos riscos de deslizamentos de terra com todos os recursos básicos instalados.

Apesar das posições sintáticas que oscilam entre um juízo e outro, na assistência ou desassistência, isso não impediu o crescente progresso industrial de Santo Amaro, que incluía a antiga aldeia do M’Boi Mirim, e principalmente a criação do Aeroporto de Congonhas, que motivou a constituição do decreto Estadual 5.983 de 22 de fevereiro de 1935, que anexava o município de Santo Amaro à capital do Estado de São

Paulo “destinado a constituir um dos mais atraentes centros de recreio” da capital (GOVERNO ESTADUAL, 1935). Essa decisão, do destinador estadual ao destinatário municipal, estava fundamentada não somente na construção do aeroporto e do autódromo de Interlagos, mas no plano urbano de São Paulo que programava a construção de hotéis, instâncias de férias e comércios. Afora o projeto de industrialização da região, foram aproveitadas tanto as disposições de comunicação física pelas marginais e ferrovias previstas na construção do canal do rio Pinheiros quanto a possível geração de energia elétrica com abundância d’água que até conduziu o banqueiro Francesco Matarazzo a erigir um loteamento industrial no bairro de Jurubatuba (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p. 1).

Deste modo, a operação actancial destes destinadores, situada na categoria dos papéis dos actantes da comunicação, quer dizer, nas relações das manipulações entre destinadores que manipulam os destinatários, é indicativa ao reafirmar o procedimento sintático da intimidação nas decisões não somente política, mas também econômica. Essa associação, contudo, está alicerçada em um lugar na cidade, geralmente, apropriado e conquistado, mas ainda em construção que, distinto de bairros e distritos acabados ou pelo menos com toda a infraestrutura organizada, está assentado em uma área de riscos de desastres. Na transição de terreno ilegal para legalizado, essa micro-sociedade aos poucos se organiza politicamente em núcleos comunitários que modifica o querer-fazer do poder público e privado para o poder-fazer da vontade daquela população. À vista disso, o procedimento de transferência do poder político dos destinadores ao destinatário é absorvido em (conjunção de subordinação) do saber-fazer político e novamente é reconvertido no eixo paradigmático destinador-destinatário. Desta vez, é o sujeito da comunidade que fica na condição de destinatário e os líderes comunitários assumem o papel de destinadores.

Porém, nem sempre a transferência de poderes ocorre de maneira frequente ou ainda natural, uma vez que poucas

áreas de riscos de desastres são ou estão preparadas politicamente para assumir o ato da competência para gerir o papel actancial de destinador sob a manipulação de seus líderes comunitários. Por dois motivos, ou por conta da inexistência de pessoas politizadas em prol dos interesses comuns da área de riscos ou ainda a existência de líderes comunitários que não atuam na esfera das propensões coletivas daquela comunidade, como ocorre com regiões menos politizadas ou mais propensas a ceder a liderança para religiosos ou mesmo aos líderes do tráfico. Os primeiros, obram pela esperança além-vida e os segundos obtêm o silêncio da comunidade em troca de proteção e frequentes festas comunitárias. Ambas as ações, porém, funcionam como atenuadoras dos problemas em residir em uma área com diferentes riscos além dos desastres.

Apesar do progresso da região, os destinadores governamentais viam em Santo Amaro um benefício geomorfológico nos recursos naturais que oferecia, além das vantagens financeiras, uma divisão fronteiriça entre o sul da cidade e zona rural cortada pelo rio Pinheiros em orientação às encostas da Serra do Mar como componente de ligação e divisão de São Paulo e litoral (BERARDI, 1981, p. 114). Contudo, a cooptação da transferência do poder dos destinadores aos destinatários ou do saber-fazer político não encontrava-se inicialmente no projeto de governo do Estado de São Paulo que enxergava em Santo Amaro não a possibilidade da existência de uma comunidade periférica assentada em terreno escarpado, organizada politicamente, mas de um lugar com crescimento urbano controlado, de desenho uniforme das ruas, praças, quarteirões e casas-dormitórios para os que trabalhavam em prol da necessidade produtiva e de lazer da cidade de São Paulo. Deste modo, Santo Amaro não somente foi selecionada, mas competencializada pelo destinador para servir de lugar de produção alimentícia e manufatureira, fonte de matéria e conjuntos de infraestruturas de lazer criados com a finalidade de suprir a escassez do consumo e a diversão da cidade de São Paulo, num fator includente dos que são ser-

vidos e excludente dos que servem, em uma lógica dos destinadores Estado de São Paulo ao destinatário Santo Amaro.

Depois do decreto Santo Amaro sendo parte de São Paulo, em 1957 tem início a ligação de estrutura física do litoral com a implantação do ramal da Ferrovia Paulista S.A., Fepasa-Sorocabana, que interligava as linhas Júlio Prestes com a Mairinque-Santos, indo de Osasco, da estação Evangelista de Souza, percorrendo o canal do rio Pinheiros, e se ramificando pelos bairros de Interlagos, Grajaú, Itaim, Colônia Paulista e Barragem (figura 46). Esta divisão, que cortava o sertão Santo-Amarense, além de transportar cargas, passou a circular com duas linhas de passageiros, a primeira, partindo de Osasco a Jurubatuba, expandida até Evangelista de Souza, em 1970, e a segunda, da Barra Funda até Santos, que circulou nas décadas de 1970 e 1980. Assim, o crescimento populacional da região pressionou a procura por maior oferta de habitação por conta da continuação do processo industrial de São Paulo.



FIGURA 46

Vista geral da locomotiva
n° 709, 1980.

Fonte: Fábio Dardes. ©

Essa dinâmica demográfica, controlada pelos destinadores estadual e municipal, ocorre pela ação legislativa, de 1935, com aplicação da lei para destituir e incorporar politicamente Santo Amaro ao município de São Paulo e pela relação física, desde 1957, com a construção de ferrovias e rodovias que ligam e ao mesmo tempo marcam por fronteira início e limite da região anexada à cidade. Essas manipulações podem ainda serem vistas do ponto de vista estratégico do destinador principal que define as ações em dois procedimentos, o do direito urbanístico e da política urbana, uma na ordem do ser e outra na ordem do fazer para construir M'Boi Mirim. A primeira, de dimensão identitária, reside na ocupação da extensão do meio ambiente urbano e suas modificações nas estruturas de ligação física sustentadas nas normas e ocorrências jurídicas que ordenam a cidade, e a segunda, de dimensão econômica ocorre na transformação da qualidade de vida dos que residem no lugar movimentando "elementos indissociáveis a organização do espaço urbano" (BRASIL, 2001, p. 19).

Entretanto, e apesar da aplicação do direito e da política urbana elaboradas pelos destinadores, o problema habitacional da população trabalhadora até 1930 era absorvido pelas próprias empresas que construíram vilas próximas às unidades produtivas, ou alugando ou vendendo casas aos operários. Os valores dos terrenos e das construções, que davam condições dos funcionários adquirirem, eram baixos, tornando, deste modo, compensatória a aquisição de residências para morar perto da empresa. Contudo, com a amplificação da industrialização e, em decorrência do aumento de trabalhadores na linha fabril, essa solução habitacional encontrada pela iniciativa privada foi deixada de lado. Coube aos poderes municipal e estadual a responsabilidade de receber a população remanescente com pelo menos os serviços básicos de água, luz e transporte, uma vez que casas populares estão reservadas a programas sociais do governo federal (MIRANDA, 2002, p. 24).

A configuração das decisões do poder governamental, de maneira geral, acontece de forma similar em diferentes lugares na cidade de São Paulo. Os destinadores municipal, estadual e federal, ou seja, o destinador-sociedade é visto como objeto na sua maneira de planejar e constituir a cidade na relação público-privado e coletivo-individual, e como actante coletivo permanente, nos modos similares de agir que definem os perfis do destinador e destinatário (GREIMAS, 1981, p. 104). Apesar do truismo na característica de manipular do destinador ao definir a maneira de aceitação da manipulação do destinatário, o programa narrativo de uso do lugar e de base das ações e que modificam a região, desenha um propósito peculiar dos destinadores para que destinatários não somente obedeçam suas imposições no formato das leis, mas que ajam conforme o programa fundado no valor econômico construído na cidade para servir seus destinadores.

Essa dedução, porém, pode ser delineada a partir dos produtos gerados pelos meios programados de produção que resultam nos objetos de valores dos destinadores, a cidade no seu conjunto, e dos destinatários, o trabalho para viver e morar em Santo Amaro. Esse efeito de "oposição e aceitação, todavia, é responsável, dentro de um universo estruturado, pelas relações associativas, que colocam em destaque as semelhanças que as unem e as diferenças que as opõem" (GREIMAS, 2013, p. 478). Em outras palavras, são semelhantes a busca dos objetos de valores dos actantes, direito a moradia e saneamento básico, por exemplo, que acabam os unindo na relação de quem produz para quem consome, mas, por outro lado, se opõem nas diferenças distributivas daqueles que usufruem mais ou menos dos mesmos objetos de valores, ou seja, na diferença dos que possuem ou não poder aquisitivo para morar em um lugar seguro e sem riscos de desastres.

Contudo, a distinção habitacional dos que não tem onde morar dos que possuem recursos financeiros e até daqueles que residem nessa área por conta do investimento das organiza-

ções privadas, acabou por relegar a administração a aparência do bairro e instalação das habitações ao poder especulativo imobiliário que, na ausência de um órgão regulador estatal, determina a localização de moradias a um desenho urbanístico na utilização do solo de acordo com o valor de propriedade. Dessa maneira, há uma inversão estrutural na cidade, onde as casas são instaladas depois da construção de recursos básicos como saneamento e energia elétrica. Ao antecipar essa lógica, os destinadores privados apresentam uma pré-lógica fundamentada nos interesses imobiliários que Berardi analisa que, “na criação dos loteamentos, regulares ou não, [ocorre que] o Estado se via obrigado a prover o bairro de infraestrutura básica urbana, prevista na constituição”. Essa dinâmica inversa, com a ausência de espaços planos e com melhores condições arquitetônicas de moradias suficientes para empreendimentos em áreas urbanas, acabou por incentivar a invasão de empresários nos terrenos das antigas famílias que ocuparam chácaras há muito abandonadas, justificando que “o aumento de impostos territoriais veio encarecer grandes propriedades e a solução, naquela ocasião, foi dividir as chácaras e sítios em loteamentos, dando lugar ao aparecimento de vilas, parques etc.” (BERARDI, 1981, p. 114).

Assim, por conta dessa composição, que cedeu lugar ao movimento populacional crescente em busca de alojamentos mais baratos, muitas pessoas acabaram por migrar para residir e trabalhar em Santo Amaro, lugar onde despontava grande quantidade de loteamentos espalhados pelo bairro, além de oportunidades de trabalho (BERARDI, 1981, p. 115). Com essa característica própria de Santo Amaro, foi na década de 1960 que iniciou o êxodo rural onde algumas pessoas, que residiam no norte de Minas Gerais e, principalmente, no nordeste do país, passaram a emigrar para a região sul de São Paulo, precisamente em Santo Amaro. Miranda (2002, p. 23) comenta que em “São Paulo, capital do Estado, naquele tempo concentrava, em 1969, 35,6% da renda interna do país, à frente do processo acelerado de industrialização,

convertendo-se em um enorme conglomerado populacional de aproximadamente com 11 milhões de pessoas, dos quais 96% viviam em área urbana”.

Não obstante, em razão da grande demanda de produtos industrializados, a região sul de São Paulo necessitava de imensa quantidade de operários para mobilizar suas indústrias e com isso os bairros, não somente Santo Amaro, foram povoados no decorrer dos anos, basicamente os periféricos, iniciando um novo processo habitacional também nos cortiços e nas favelas. Foi apropriado primeiro a zona sul, Cidade Adhemar, Campo Limpo e Jardim São Luiz, depois outros bairros da mesma localidade, passando por lugares mais afastados. Isso acabou por trazer ao poder público estadual e para o movimento ambientalista da época a preocupação que resultou na criação da lei Estadual 1.172/76, de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo (SÃO PAULO, 1976). O intuito dessa lei era proteger e ao mesmo tempo repelir a ocupação desorganizada do entorno da represa Guarapiranga, uma vez que o dique estava sendo utilizado para abastecer a cidade e a invasão em andamento de suas margens poderia comprometer a qualidade e a recarga de água (MIRANDA, 2002, p. 27).

Apesar das regiões do Jardim Ângela, Pedreira, Grajaú e Parrelheiros estarem perante a proteção dessa legislação, devido à ineficácia dos órgãos de fiscalização do Estado, essa ação legal não surtiu efeito. Inversamente, como algumas terras não estavam sob a égide da “Lei dos Mananciais” eram, deste modo, desvalorizadas pelo mercado imobiliário. Isso facilitou a competição dos especuladores que compravam terrenos a valores reduzidos e vendiam a preços populares aos trabalhadores de baixa renda ao abrirem loteamentos ‘clandestinos’. Segundo Miranda (2002, p. 29), “A desvalorização crescente do valor da terra, a baixa renda dos trabalhadores, a necessidade de se fixar próximo às áreas de concentração de empregos, as dificuldades, e mesmo a omissão quanto às políticas

de fiscalização com certa convivência por parte dos órgãos públicos aos especuladores, tiveram como efeito uma expansão trágica (...) dos loteamentos clandestinos e de favelas, localizadas, em grande parte, nas áreas de mananciais”.

Em uma aparente desordem, correspondente ao assentamento de casas de operários em um primeiro momento e da população menos favorecida em um segundo instante, todavia, foi constituído em uma ordem urbana cuja essência partiu de um pacto social entre o poder público e a especulação imobiliária que de um lado foram divididas as terras e loteadas e, de outro, uma cumplicidade dos governos na consideração de repartição de territórios quanto ao descaso ao meio ambiente (ROLNIK *apud* PAIVA, 2000). Deste fato, emerge um processamento de produção de política da sociedade brasileira que Martins apoiado em Paiva resume: “absorve a questão reprodutiva das relações sociais concebidas pelo paradigma de desenvolvimento capitalista dirigido por políticas públicas” (MARTINS *apud* PAIVA, 2000, p. 28). Ou seja, a cidade passa a se desenvolver pela reificação territorial, tornando-se parte de um produto de uso na medida em que é originado tensionamentos e contradições entre compradores e vendedores de imóveis neste processo urbanista.

Na coisificação das terras, sustentada pela extensão como substância do lugar para a transformação da forma espacial em um novo desenho de Santo Amaro, é possível entrever, na dinâmica de ocupação, venda e compra de terrenos, alguns caminhos que se aplicam ao processo de propriedade conjugado pelos destinadores dos poderes público e privado. O primeiro caminho se diferencia na comutação entre o destinador-governo, que se furta na vigilância e atitude legal diante de apropriação indevida de terras pelo sujeito coletivo ou especuladores imobiliários, daquele cujas formas distributiva e social, reserva o bem geral da coletividade ao permitir, nesse caso particular, que sujeitos da mesma localidade participem do objeto de valor das terras em distribuição equitativa ao lado dos governos e agentes imobiliários.

Essa distinção na essência econômica dos residentes de Santo Amaro, dos que possuem recursos daqueles sem poder aquisitivo, aponta para uma dinâmica constitutiva de muitos lugares na cidade de São Paulo, especialmente áreas de riscos, onde destinadores complexos, alinhados e respaldados pelo tipo de modelo de legislação, invertem a lógica de oferta, ao oferecer terrenos sem que ainda exista infraestrutura instalada, e a lógica legal, ao deixar de fiscalizar a proteção dos mananciais e, posteriormente, o mapeamento de áreas de riscos de desastres. Desta forma, a prática segue uma isotopia atestada pela exclusão de destinatários vulneráveis para regiões com riscos de enchentes, alagamentos, deslizamentos de terra, por exemplo.

Pelo percurso histórico de formação do bairro, seguindo o ponto de vista político-econômico, é possível considerar uma conversão, na estrutura abstrata e profunda, das categorias semânticas sociedade e indivíduo por duas isotopias axiológicas, a política e a especulativa. Essa transformação pode ser observada, também, em duas instâncias sintáticas e autônomas e em dois tipos de fazer, o individual – na relação do sujeito com os objetos da área de riscos, quer sejam os indícios ou mesmo os produtos de contenção dos riscos – e o coletivo, o conjunto de redes (energia elétrica, saneamento básico, sistemas de saúde etc.) que constituem outras instâncias individuais (GREIMAS, 1981, p. 128).

Isto posto, significa que a formação topográfica é, nesse caso, manipulada por sujeitos coletivos (prefeitura de São Paulo e organizações imobiliárias) para posteriormente existir, sustentado pela constituição, a instalação de um objeto-suporte (a rede urbana de distribuição de água e eletricidade) em relação aos ideários particulares dos sujeitos coletivos e individuais na distribuição de artefatos que englobam, não somente o morar e lucrar, mas sistemas geológico, hidrológico e de arquitetura que, por sua vez, são subordinados aos sistemas meteorológicos e climatológicos em função da dinâmica particular das áreas de riscos de desastres (GREIMAS, 1981, p. 124-128).

Como resultado, a atual configuração de moradias assentadas em áreas de riscos apresenta um legado de ordem mercadológica e política imposta desde aquela época e que funciona da mesma maneira não somente em M'Boi Mirim, mas na maioria das áreas mapeadas por órgãos de vigilância como o IPT. Apesar dos mesmos processos de especulação imobiliária de grande parte das ocupações serem desta natureza, existem casos de áreas de riscos, situados próximos a represas, que o fazer individual se organiza em fazer social ao inverter as categorias semânticas e as isotopias axiológicas indivíduo e sociedade, especulação e política. Um desses bairros é o Jardim Shangrilá, localizado no distrito do Grajaú, no limite da av. dona Belmira Marin, que possui áreas verdes e praças que protegem cabeceiras de drenagem e várzeas em frente da represa. Outro exemplo que segue a mesma lógica, distante da zona Sul de São Paulo e situado próximo à represa Billings, é o Jardim Pinheiros, em São Bernardo do Campo. Apesar de ter sido construído indevidamente depois da lei dos mananciais, tanto Shangrilá quanto Jardim Pinheiros tiveram uma ação individual e depois coletiva por lideranças políticas-comunitárias ao promover uma paisagem ecológica com os sistemas instalados, além dos tipos de calçadas, de ruas e caminhos de passeios que observam na decisão do tratamento de efluentes líquidos, direcionando a produção de resíduos sólidos para separação e coleta seletiva.

As ações praticadas nas áreas de riscos demonstram, por sua vez, duas características diferentes na figuratividade e no tema em seu estatuto. Por exclusão se opõem espacialmente aos lugares acabados ou mesmo em construção que não apresentam nenhum tipo de riscos de desastres e por semelhança apresentam uma variável que as diferencia uma das outras, que possuem uma condição invariante na estrutura que, mesmo isotópicas, pode modificar de acordo com o fazer comunitário. Entretanto, os papéis sintáticos dos que determinam procedimentos de manipulação dos indivíduos que moram nas áreas de riscos de desastres, correspondem

a programas que ultrapassam o desenho e a disposição das casas, ruas e praças, bem como seus sistemas subordinantes, por serem conjuntos de inter-relações e de interações entre sujeitos e objetos onde há ganhos ou perdas de valores tesorizáveis (SANTOS, 2003, p. 5; GREIMAS, 1981, p. 128).

2.2 Estratificação e desenvolvimento social

Com esse panorama, é possível apreender que nas nascentes de Santo Amaro até hoje, resultando na formação de M'Boi Mirim, o feitiço habitacional da região, na ordem das instalações das indústrias com as vilas operárias até as decisões políticas, possui uma composição demográfica que se intensifica a partir dos anos 1950 com a divisão dos sítios e de chácaras em lotes mais a escalada do processo industrial da cidade de São Paulo. Desde então, para suprir a necessidade fabril das organizações, começam a surgir diversas vilas na zona sul de residências de operários provenientes de diferentes estados do país e do interior de São Paulo para oferecer mão de obra aos poderes público e privado. Porém, e com a oferta de empregos, o processo populacional se intensificou no final de 1960, quando, em razão dessa prática, a ocupação também avançou, inclusive, sobre locais de preservação na região dos mananciais, além daquelas áreas mapeadas como sendo de riscos de desastres (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p. 1).

M'Boi Mirim, distrito Jardim Ângela, passou a ter nova configuração com as mudanças políticas e mercantis ao longo dos anos desde sua fundação. Na década de 1960, anterior à ditadura militar, quando a cidade de São Paulo contava com o prefeito Faria Lima (1909-1969), o território era dividido a partir das paróquias, ou seja, a menor circunscrição territorial integrada a uma diocese. Foi somente em 1965, ao reco-

nhecer que a cidade se desenvolvia em velocidade acentuada, que se inicia o processo de regionalização de São Paulo. Esse crescimento foi estabelecido sob o enfoque da chegada consistente de pessoas provenientes de muitas partes do país. Essa população veio ou fugindo da seca e estiagem de algumas regiões ou em busca de oportunidades de empregos em diferentes campos de trabalho na capital em expansão, como nas construções viárias ou ainda nas obras de instalação do metrô de São Paulo. Existiu nesse contexto elaborado o primeiro plano diretor do município, o Plano Urbanístico de São Paulo (PUB) (SPOSATI, 2013, p. 28).

Desde então, a cidade de São Paulo conta com 96 distritos regidos por 32 prefeituras regionais. Mas isso se deu no decorrer dos anos nas diferentes administrações políticas. A título de exemplo, a regulamentação do fracionamento intraurbano da cidade começou antes de 1965, quando o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), do engenheiro Werther Krause, trouxe para São Paulo uma proposta do modelo alemão de Hamburgo que determinava que as administrações regionais fossem responsáveis pelo desenvolvimento urbano e social da sua região, sendo a cidade dirigida pela comunidade ao Estado. Porém e, apesar do modelo ser avançado até pelos padrões atuais, isso não foi efetivado nem naquela época e tão pouco hoje, cabendo uma possível aproximação dessa proposição dirigida à Lei Orgânica de 1990, promulgada depois da Constituição de 1988. De lá pra cá houve uma série de mudanças na configuração da cidade, desde a época de Jânio Quadros (1986-1989), onde São Paulo teria 33 regiões de acordo com o número de vereadores. Na gestão de Luiza Erundina (1989-1992), por exemplo, foi diferente, a prefeitura enviou projeto de lei ao Legislativo, em 1991, propondo a extinção das administrações regionais e a diminuição do número de secretarias municipais para que a cidade tivesse 13 prefeituras regionais: centro, norte 1 e 2, sul 1, 2, 3 e 4, leste 1, 2, 3 e 4 e oeste 1 e 2 (SPOSATI, 2013, p. 36, 37).

A proposta de Luiza Erundina foi rejeitada pelos vereadores, enquanto os prefeitos sucessores, Paulo Maluf (1993-1996) e

Celso Pitta (1997-2000), retomaram a recomendação de Jânio Quadros (1986-1988), ou seja, Maluf governando com 26 e Pitta com 27 administrações regionais. Nesses oito anos que ambos governaram, as prefeituras regionais não sofreram alterações. Entretanto, em 2002, Marta Suplicy (2001-2004) conseguiu a aprovação do projeto de lei no Executivo para a instalação de 32 prefeituras regionais, descentralizando as secretarias municipais das ações referentes às administrações com suas regionais. Porém, logo depois do término da sua gestão na prefeitura, seu sucessor, José Serra (2005-2006), volta a recentralizar as áreas das prefeituras regionais, cujo acordo permaneceu até a gestão posterior com Gilberto Kassab para depois voltar em 32 subprefeituras nas gestões subsequentes de Fernando Haddad, (2013-2016), João Dória (2017-2018) e Bruno Covas (desde 2018) (SPOSATI, 2013, p. 37).

Dentre todas as regiões, a Sul, ao lado da Leste, é a mais precária em relação ao acesso aos serviços básicos como saneamento, saúde, transportes, assistência social e educação, além da conservação de áreas de proteção e recuperação ambiental como a Bacia Hidrográfica da represa Guarapiranga que, por conta da invasão das áreas de riscos, acabam por ser contaminada devido a falta de saneamento na região. Um dos exemplos que incide diretamente na mortalidade infantil que, de acordo com o Censo de 2017, é a falta desses serviços básicos, refletindo na concentração de mais de 1.800 mortes constatadas precisamente nos distritos fronteiriços da zona sul (IBGE, 2020, v. 28). Essas taxas estão relacionadas diretamente pela ausência de condições básicas de saúde e de infraestrutura urbana, sendo que para melhorar esse quadro é necessário desenvolver nas regiões serviços de saúde, melhorar as condições de habitação, saneamento, rede de energia elétrica, fazendo com que desenvolva as condições de qualidade de vida dessas comunidades (SPOSATI, 2013, p. 37).

Ao lado de outras localidades de São Paulo, que passam por situações similares, a região de M'Boi Mirim está localizada

no corpo de uma fronteira paulistana denominada como área de fronteira periurbana, ou seja, e conforme Torres (2004, p. 102) define, a “ocupação dessas áreas, por parte de uma população de baixa renda, que ainda é um dos elementos fundamentais da estruturação da metrópole de São Paulo no início do século 21, continua assistida pelo debate centro-periferia e sua suposta funcionalidade para a acumulação capitalista no país”. Assim, o cenário de áreas periurbanas está relacionada a uma esfera paradigmática entre o local e o global. Sendo o alicerce das sucessões políticas que, como foi descrito, diverge a cada tipo de continuidade governamental e que se situa nos tempos externos de escala superior, ao passo que a comunidade está em um eixo interno, o da coexistência, o do sintagmático, em que na percepção das realidades de tempo e espaço própria do vivenciar de cada comunidade, repetidamente, está à mercê do tipo de modelo político adotado a cada ciclo eleitoral (SANTOS, 2002).

Deste modo, há uma irregularidade entre os direitos sociais garantidos pela Constituição e sua aplicação no dia a dia dessas comunidades, ou melhor, dos indivíduos residentes das áreas. Apesar de no modelo tradicional de planejar e gerir a cidade existir algo inerente à sociedade brasileira onde as respostas funcionam no lugar de serem *ex-ante*, para *ex-post*. Ou seja, primeiro o lugar é ocupado e somente depois se torna habitável. Em outras palavras, a pessoa é constituída moradora e depois cidadã que, na circunstância atual que vem de longa data, as comunidades sofrem um processo lento ao custo de muito trabalho e reivindicação para que um dia possam atingir as condições mínimas de qualidade de vida ou ainda direitos adquiridos por todos (KOGA, 2013, p. 37).

Outra questão divergente entre a instalação irregular de moradias em áreas protegidas ou ainda em lugares de risco de desastres está na ausência de planejamento urbano no país. Isto aparece na fronteira entre cidade legal, àquela onde houve um planejamento urbano adequado com a instalação

de saneamento básico, asfalto, sistema de energia elétrica e de gás encanado, daquela cidade ilegal, sem qualquer planejamento onde é fixada, em terreno invadido, primeiro a casa e, somente depois, de muita luta e contestação os outros elementos regidos pelo caráter constituinte próprio do processo social e histórico dos direitos no Brasil. É inerente na nação brasileira o benefício para os que possuem capital em detrimento dos que nada tem ou pouco podem oferecer em ganhos financeiros ao mercado capitalista. Ficando essas pessoas ignoradas pelo poder público e, por extensão, pelo poder privado que veem no coletivo de pessoas apenas cifras e lucro (KOGA, 2013, p. 124).

Essa falta de planejamento na comunidade desfavorecida economicamente reverbera tanto em moradias precárias com a falta de elementos básicos para uma vida adequada e sem opulência, quanto, principalmente, no morador que sozinho não alcança o direito de cidadão, mas apenas de morador de determinado território que, muitas vezes, não é reconhecido nem pelos governos e menos ainda pelos órgãos públicos de assistência como, por exemplo, os Correios que, no caso específico do Boulevard da Paz, diz não saber onde se situam as ruas onde moram dezenas de pessoas. Isto significa, para usar a expressão da pesquisadora, que são internalizadas na sociedade brasileira, “ideias fora do lugar e lugar fora das ideias” (OLIVEIRA, 2000). De outra forma, é a divergência entre a cidade legalizada e a ilegal, àquela oposta da planejada onde não existem planos de ordem e que “não é conhecida em suas dimensões e características, sendo um lugar fora das ideias” (MARICATO, 2011, p. 122).

A falta de reconhecimento dessas comunidades que vivem à margem da sociedade no que tange o elementar, como a falta de saneamento, por exemplo, levam seus moradores, que ainda não são efetivamente reconhecidos como cidadãos plenos, a uma problemática que converge a uma dicotomia entre cidadãos visíveis e invisíveis. Sendo os que não

são vistos como morador da cidade legalizada e, apesar de viverem em uma cidade ilegal com suas características peculiares e dimensões, são facilmente classificados, tanto pela mídia quanto por grande parte da sociedade, de marginais, pobres, vagabundos e sem cultura. Além desses atributos pouco favoráveis, se não desumanos, essas pessoas padecem de invisibilidade justamente por não possuírem nem um lugar de referência legalizado para corroborar a sua existência. Apenas para citar um exemplo, o cadastro de programas sociais do Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) segue as normas de identificação de domicílio como realidade do cidadão brasileiro e do estrangeiro. Se o cidadão não possui um endereço identificável e condizente com o mapa oficial da cidade, ele é classificado como inexistente, desaguando, deste modo, na divisão entre existência e inexistência (KOGA, 2013, p. 126).

Outros indícios de invisibilidade do morador de área periférica podem ser encontrados na própria dinâmica social, estatal e mesmo federal em que serviços primordiais são para poucos, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras dessas regiões, que geralmente prestam trabalhos às pessoas da cidade legalizada, tem somente o horário comercial, de segunda a sexta, das 8h às 18h, para usufruir dos serviços de assistência social. É nesse período que acontecem reuniões de pais e mestres na escola, visitas às casas de famílias de jovens em divergências com a lei ou ainda reuniões para orientação de pessoas gestantes nas unidades básicas de saúde. Essa invisibilidade que aflige o morador que ainda não se tornou cidadão pleno é notável uma vez que essas áreas vulneráveis, sejam sociais ou de risco de desastres, possuem um movimento ininterrupto todos os dias, inclusive fins de semana, ao passo que o sistema instituído pelos governos funciona geralmente em horário comercial, restringindo, deste modo, o acesso aos serviços assistenciais que se situam entre o tempo institucional dos governos, aquele que restringe os usuários a irem aos serviços

de saúde e mesmo nas reuniões de pais e mestres nos horários estipulados pelo horário comercial e outras vezes fora do horário de folga dos que precisam trabalhar a longas distâncias em horários que concorrem com mercado e o tempo territorial das famílias marginalizadas, que só possuem tempo livre aos sábados à tarde ou domingos (KOGA, 2013, p. 127).

Deste modo, a população precária que também são usuários dos programas, serviços e benefícios, constituídos na esfera das políticas públicas ou privadas, não se adapta a lógica das diretrizes organizacionais, uma vez que o andamento dessas comunidades possui uma dinâmica cotidiana que se contrapõe a uma minoria qualificada com infraestrutura que apresenta acesso aos bens e serviços destinados, no papel, a todas as pessoas mas que, na prática, é reservado apenas a essa minoria constituída cidadã da cidade de São Paulo (KOGA, 2013, p. 127). Esse problema, entretanto, é configurado no país de modo geral pela “lógica de que produzir urbanidade reproduz desigualdades sociais”. Trata-se, porém, de uma ilustração territorial “de uma ordem urbanística excludente e predatória” onde os bens e serviços circulam efetivamente no meio daqueles que possuem condições sociais e financeiras para desfrutar desses benefícios. Passados dezenove anos, desde a proposta do Estatuto da Cidade, 2001, o quadro continua o mesmo se não muito pior, dado a quantidade diária de pessoas que, na falta de condições socioeconômicas, acabam convergindo para essas localidades. Esse panorama é assim exposto:

O quadro de contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda das desigualdades sociais: ela é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal,

rica e com infraestrutura, e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população faz com a permeabilidade entre as duas partes seja cada vez menor (BRASIL, 2001, p. 19).

Em resumo, as cidades legal e ilegal, reunidas no mesmo território, marcadas pelas fronteiras políticas, recebem dos governos atenção diferenciadas. As pessoas que vivem em um ambiente territorial legalizado são beneficiárias cada vez mais de serviços, infraestrutura, lazer ao passo que as que residem em uma região vulnerável, por outro lado, são privadas, cada vez mais, desses serviços e cuja dinâmica de vivência é excludente na medida que o pouco serviço oferecido funciona em horário com pouco acesso, uma vez que elas trabalham, muitas vezes, longe de sua residência, já que a oferta de funções subalternas estão concentradas justamente nas comunidades que têm poder aquisitivo capaz de contratar moradores das áreas vulneráveis. Para citar um exemplo, a pesquisa dessa tese está concentrada no Boulevard da Paz, região que há pouco conseguiu, por força reivindicatória²⁴, a instalação de energia elétrica e que ainda não possui saneamento básico e nem ao menos possuem código de endereçamento postal, algo elementar que poucos se dão conta da importância do Código de Endereçamento Postal (CEP) que muitas vezes elimina a dignidade básica de ser reconhecido como simples cidadão.

Em um olhar ampliado sobre a problemática em se residir em um território à margem da sociedade há, além das dificulda-

des conhecidas pela maioria da população, a diferença, bem marcada por Sposati, sobre a ideia de topografias social e física. Enquanto que a topografia física é superada por meio da construção de ruas, avenidas, pontes, túneis e viadutos de conexão com essas áreas, a topografia social, por outro lado, tem um deslocamento contrário, isto é, de desligamento, desagregação e não articulação com as áreas vulneráveis. Em outras palavras, a sociedade constituída e cabal quer, corroborada pelos sistemas de governo, distância das periferias que, muitas vezes, só é aceita com o objetivo exclusivo de servir a plena sociedade (SPOSATI, 2002, p. 130).

Por esta razão a sociedade deve estar ligada não somente fisicamente às áreas periféricas, mas, principalmente, socialmente, de convívio relacional com pessoas de diferentes patamares socioeconômicos, estendendo e mesmo se adaptando à dinâmica dos territórios vulneráveis. Esta atitude pode, simultaneamente, reduzir tanto as fronteiras da precariedade habitacional dessas comunidades quanto à movimentação relacionada à rede social estabelecida desde muito tempo na cidade. De fato, quando separado o espaço público do privado, onde o espaço familiar é privativo e o público institucionalizado, fica em evidência a designação de papéis entre pais e filhos, uma vez que existe certo desalinho entre essas duas esferas no âmbito social já que famílias marginalizadas tomam vez ou outra as ruas como extensão do quintal de casa. Episódio comum nas áreas mais vulneráveis onde residências, destituídas de área de lazer, muitas vezes, estão instaladas sobre córregos ou margens próximas de ruas e vielas (KOGA, 2013, p. 131).

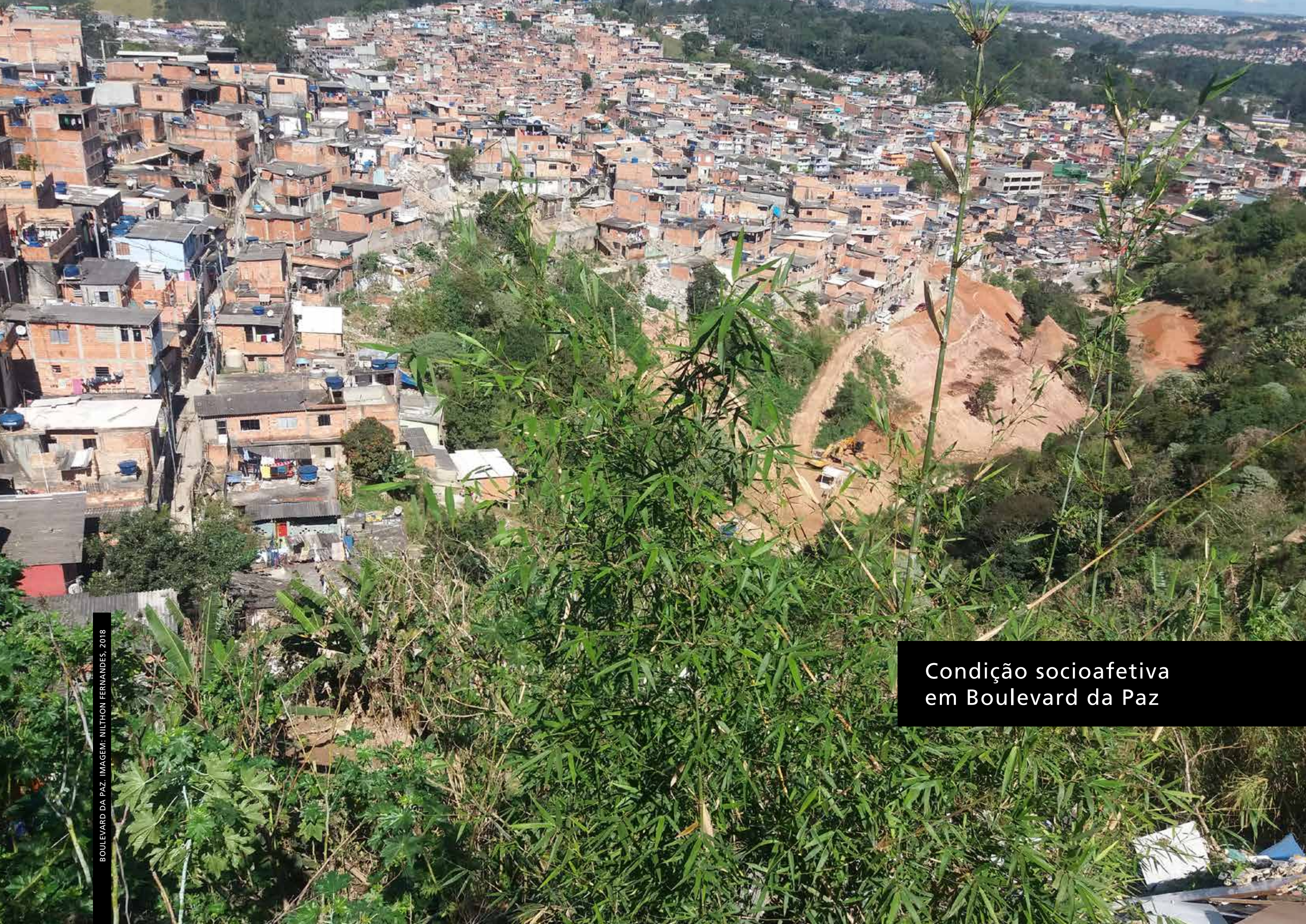
A estes impasses, soma-se o relacionamento de agentes sociais que são outros tipos de públicos que convivem no dia a dia ou aleatoriamente com as comunidades vulneráveis. Esses grupos acabam por criar novas redes de relações de coexistência que, de certa maneira, tornam-se pacíficas ou turbulentas, solidárias ou alheias, mas que se posicionam aumentando ou reduzindo as circunstâncias que atenuam ou intensificam o estado de vulnerabilidade da população frente aos riscos sociais e aos desastres. São grupos que fazem

parte de diferentes ordens: desde agentes que pertencem ao Estado como policiais da Polícia Militar e Civil, militares do Corpo de Bombeiros, agentes da Defesa e Proteção Civil, até associações comunitárias, pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, do Centro de Gerenciamento de Emergências, pesquisadores de diversas universidades, religiosos de diferentes denominações, funcionários da Prefeitura de São Paulo e pessoas ligadas ao tráfico de drogas.

Em suma, uma miríade de outros públicos que acabam por modificar, para melhor ou pior, as condições de vida e a dinâmica dos que residem em áreas de vulnerabilidade que terminam por problematizar ainda mais a vivência de relacionamento das pessoas com o ambiente e com a sociedade, conforme Koga (2013, p. 131) diz, acabam por “reproduzir, assim, os padrões de desigualdade social”. Por isso, é imprescindível a intervenção governamental para garantir o acesso desta população à moradia digna, garantindo condições elementares de segurança e salubridade no processo para regularizar as ocupações como favelas, casas de palafitas e conjuntos de cortiços que são as principais formas de moradias ou ocupações marginalizadas. Porque normalmente estão em terrenos que não pertencem aos próprios moradores, sejam eles particular ou público. Quando esta população consegue o acesso ao terreno, estão geralmente distribuídas nas periferias e não possuem qualquer recurso de infraestrutura. São estes loteamentos clandestinos, à sombra do poder público, ou ilegais, em conluio com exploradores em condições similares. A moradia irregular, portanto, é aquela que fica em local onde a lei proíbe ou exige a implementação de condições específicas para que a ocupação seja regularizada. O processo de negociação para a regularização com o poder público, exige que a comunidade esteja organizada, conheça seus direitos e tenham objetivos comuns.



Condição socioafetiva
em Boulevard da Paz





BOULEVARD DA PAZ. IMAGEM: LUÍS JORGE

3. Condição socioafetiva em Boulevard da Paz

3.1 Diário de bordo

Do desenho constitutivo de Santo Amaro, na sua origem que compreende a história, seu desenvolvimento social e suas transformações em cada estratificação, foi onde se instalou o bairro Três Marias II, conhecido pela população como Boulevard da Paz. As condições socioeconômicas, a formação territorial e a distribuição demográfica de Santo Amaro não são as mesmas de Três Marias II. Entretanto, a política regente é anterior tanto a Santo Amaro quanto ao Boulevard da Paz, o que determinou, além da configuração de ruas, parques e casas, uma outra paisagem, a de conjuntos de cortiços, favelas, casas de palafitas. Esse processo histórico, aliado aos determinantes especulativos e mercadológicos corporativistas, bem como a gramática política brasileira desenharam novas formas de moradias ou ocupações que residem no Boulevard da Paz. Estes loteamentos clandestinos, à luz ou à sombra do poder público, e mesmo ilegais aos olhos da sociedade, em coligação com exploradores de terrenos em condições similares, figurativizam o que se conhece atualmente como áreas de riscos de desastres, especificamente de deslizamentos de terras.

Desta forma, por se tratar de um lugar singular, se optou em fazer o relato consciente e descritivo em primeira pessoa da comunidade a fim de criar no enunciatário um efeito de sentido de subjetividade da experiência própria do pesquisador que percorre as ruas, alamedas, praças, parques e visita no coração da comunidade algumas casas do Boulevard da Paz. Esse relatório sobre determinada navegação, onde ficam registrados os acontecimentos mais importantes durante o trajeto e que orienta o pesquisador na expedição, foi construído, à exemplo de um diário de bordo, no lugar mesmo, andando pelas ruas e vielas, matagais e morros, pontes sobre córregos, botecos, bar e lanchonete, e em contato direto com as pessoas, em restaurante e na visita a famílias em suas casas, barracos e tendas.

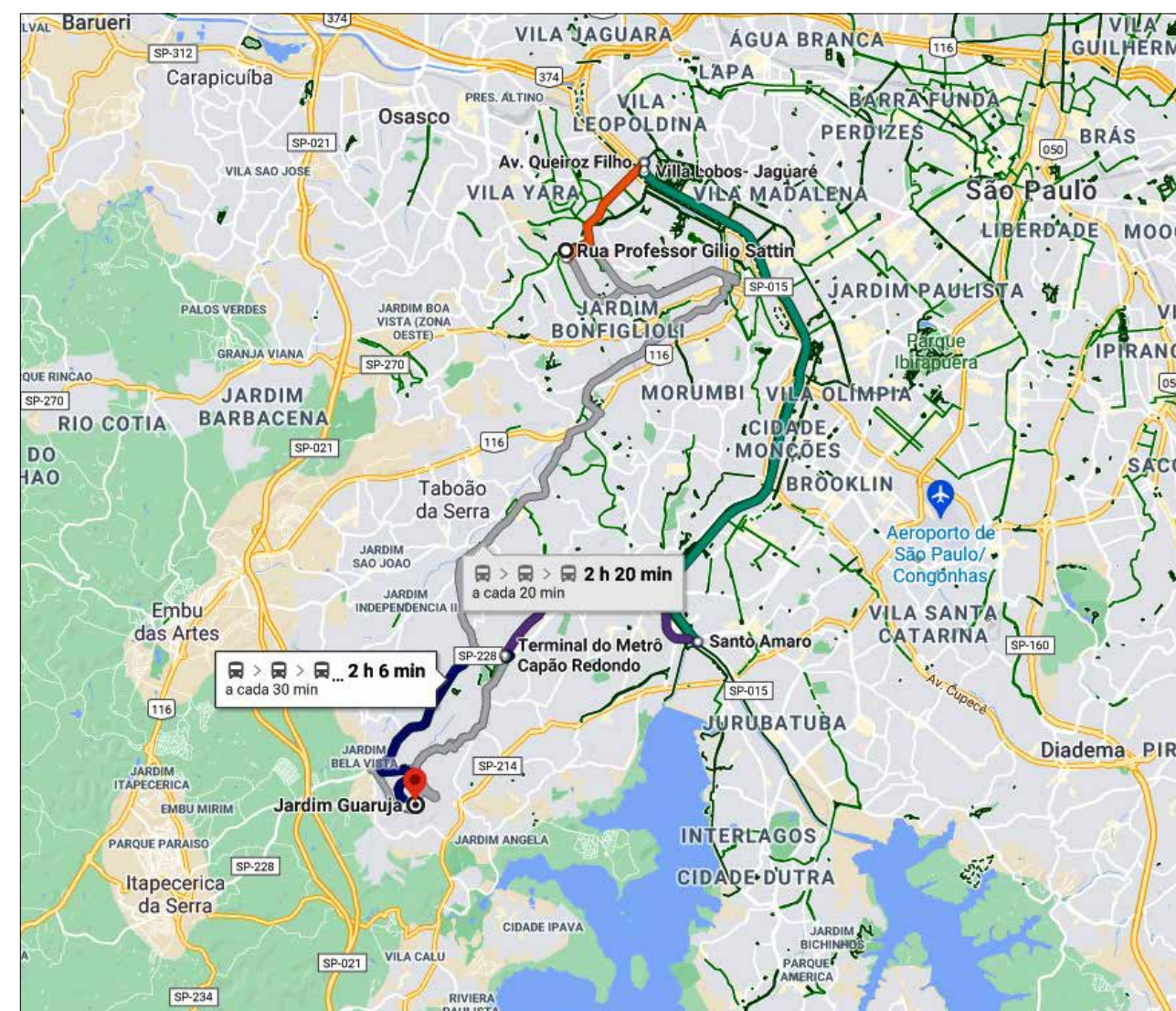
3.2 Condições sensíveis

27 de junho. 10h, M'Boi Mirim, São Paulo, SP. Dia levemente ensolarado, com algumas nuvens escuras e claras no céu no Jardim Guarujá, onde fica o Boulevard da Paz (figura 47). Apesar da imagem claro-escuro, a temperatura está agradável. É possível até andar pelas ruas de camiseta sem sentir frio ou calor. O vento está brando, não chegando a movimentar bruscamente as folhas das árvores e o capim ao meu redor. Meu ponto de partida está situado no sopé do bairro, precisamente no final da rua Cittadella, maior parte asfaltada e a outra parte de terra com pedras batidas. Essa é uma das estreitas ruas que abraça o bairro Três Marias II. À minha direita, uma casa cor de rosa, com balaústres brancos no segundo andar que combinam com os batentes das portas e janelas, também brancos. Do outro lado da rua, um terreno baldio, embaixo de um poste de energia elétrica, com dois orelhões sem uso, um virado para o outro na cor verde claro, com três hieróglifos pretos pichados. Tanto o poste quanto os orelhões estão cercados por mato verde escuro pouco

FIGURA 47

Percurso de transporte público do Jaguaré até o Jardim Guarujá.

Fonte: Google Maps. ©



maior que um homem de estatura mediana. Atrás, quase da altura do poste, meia dúzia de bananeiras e, entre um vão batido de terra com alguns entulhos espalhados, está outro punhado de bananeiras que, por acumularem muita água do solo, não são indicadas para plantio em áreas de riscos porque colaboram para os deslizamentos de terra.

Nas minhas costas, ainda na rua Cittadella (figura 48), mas na parte sem asfalto, há um caminho que de um lado continua o

FIGURA 48

Rua Cittadella que contorna o Boulevard da Paz. Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



terreno baldio, parando numa casa em construção, e do outro lado, um grande terreno com uma casa amarela cercada de compensados cinza. Seguindo deste lado, há um grupo de crianças curiosas a me olhar, brincando de bolinhas e carrinhos. No final da rua sem saída, encontro duas grandes árvores seguidas de outras cinco menores. Passa ao meu lado, seguindo a direção oposta, um homem de chapéu branco de palha com uma bolsa preta nas costas. Está de botas pretas, camisa verde e calça jeans. Enquanto vou em direção às árvores, ele sobe rapidamente pela rua e em poucos minutos está bem longe da minha vista. Paro, olho mais um pouco para um lugar em direção a um matagal, retorno pela mesma rua na parte asfaltada para continuar meu propósito, contornar Três Marias II.

É uma leve subida, repleta de pequenas árvores aparadas e quadradas. As casas, de alvenaria, pintadas ou sem tinta, mas em cores: branca, verde-cana, cinza-claro, tijolo aparente em terracota. Vejo uma pequena viela íngreme à direita, mas decido seguir em frente pela rua principal. Ando a passos lentos, observando a disposição dois fios de energia elétrica, há casas de um, dois e até três andares. Três mulheres conversando do lado de fora da cerca na estreita calçada desnivelada. Me olham e continuam a conversar. Portas de aço em muitas garagens, portões em grades, janelas de alumínio prateadas que refletem a pouca luz do sol. Mais lugar vago para construir mais casas. Não chega a ser um terreno baldio porque foi tomado pela vegetação densa e verde sobre uma terra arenosa, está quase cercado. O asfalto é desgastado, sofreu com a incidência do tempo e com a ação dos carros. Se vê vestígio de construção para muitos lados. Ao longe, se ouve sons de marretas batendo, serras cortando madeira ou algum piso duro, talvez uma cerâmica, o som é estridente. Também se ouve barulhos de carros, caminhões, o ruído de conversas não identificáveis. Som de latidos de cães, alguns longe e outros próximos porque passo pela rua e alguns cachorros latem para mim. A comunidade é grande, não se enxerga daqui da rua seu fim. Sigo em frente. Ao longe carros estacionados na rua e na calçada (figura 49). Um branco, um azul e outro com uma cor estranhamente alaranjada: um carro novo com uma cor antiga, dos anos 1970, penso!

FIGURA 49

Uma das inúmeras ruazitas no coração do Boulevard da Paz.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



É possível sentir o aroma de comida sendo já preparada. Reconheço o cheiro de alho e cebola sendo fritos. Sons de panelas e talheres tilintando ao longe da minha vista, mas devem estar próximos, percebo, sinto o aroma da fritura, escuto o som do tilintar de talheres e panelas. Continuo a caminhada. Parece que está mais quente. As nuvens se dispersaram, abriu um céu azul de brisa marítima. Mais uma viela que deve ser um dos caminhos que levam ao coração do bairro. Entrei e sigo subindo. É um morrinho que logo vira uma descida (figuras 50). Algumas casas, uma mulher

FIGURAS 50

Casas marcadas para remoção por conta do alto risco de deslizamento. A primeira remoção aconteceu em 2006, a segunda em 2012 e a última em 2014.

Fonte: Luís Jorge, 2011, com imagens de Nilthon Fernandes, 2018.



limpando uma janela para e me observa, logo continua a limpeza. O piso é de cimento e está todo rachado, muitas trincas nos muros. No final tem uma descida muito acentuada num caminho escuro que não me atrevo entrar sem conhecer ninguém da região. Preciso ser mais familiar! Afinal, pelos indícios de papetes de cocaína espalhados pelo chão, é um lugar de ponto de drogas e que preciso de autorização do "gerente" da "biqueira" ou da "bocada".

FIGURA 51

Material para construção ao longo das vielas.
 Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



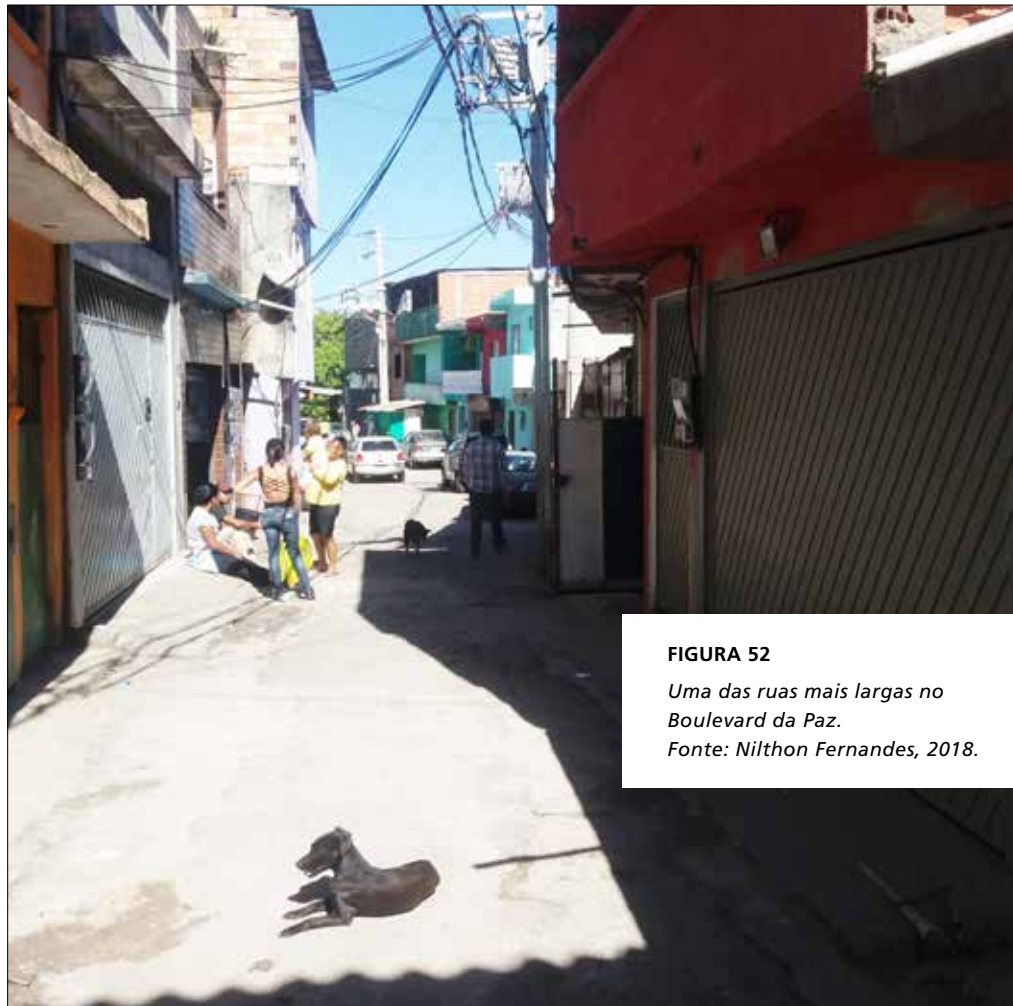
Ao meu lado direito uma pequena árvore, não mais quadrada, disforme, as folhas em formato de pata de animal. No muro uma cor azul-celeste com a inscrição "Deus é fiel". Mais à frente, no outro terreno baldio coberto de grama, um carro roxo abandonado, aliás, uma carcaça de carro, sendo aos poucos

descolorido pela ação das chuvas e sol; dentro, cheio de mato, peças espalhadas. Do lado oposto, num muro encostado, um amontoado de sacos de areia para uma casa em construção.

Muitas das casas continuam a ser construídas, reformadas, arrumadas, pintadas. Não há fim, o lugar está sempre em movimento, mudança das pessoas nas casas, ruas e também dos objetos que se modificam com a ação das pessoas e do tempo, ora pintados, rebocados, ajustados, ora manchados, úmidos e com lodo. Muitas calçadas com lodo verde-escuro. Continuo a subida. Alguns homens que estão conversando na frente de uma casa azul me olham. Uma mulher sai de um portão de ferro, me observa rapidamente, mas segue seu caminho com pressa. Do outro lado, alguns rapazes a observam, mas logo se interessam pelo que faço. Apenas registro o lugar. Quero as impressões (figura 51). Ao longe, do meu lado esquerdo vejo casinhas amarelas, verdes, azuis. Entre nós há um vale. Mais construção. Trabalhadores carregam cimento de baixo da calçada para cima da laje. Estão ocupados e nem me notam, estão concentrados a terminar o pesado serviço.

Subindo, me deparo um cachorro preto e de pequeno porte andando ao léu pela rua ou teria com algum rumo? (figura 52). Não sei. Encontrei um mercadinho. Nele tem muita coisa: vassouras penduradas, produtos de limpeza, sorvetes, pães e doces. Comprei um refrigerante gelado, a temperatura subiu, está mais quente. Parece que andei muito, mas andei poucos metros, nem um quilômetro. É a observação minuciosa que me deixa lento, devagar. Depois do mercadinho, um terreno baldio, também coberto de mato e entulho. Ao lado, uma casa construída, sem janelas e portas, abandonada. Seguindo na mesma calçada, uma casa verde, uma casa azul de três andares com um homem à porta fumando cigarro. Do lado dele um carro estacionado. Um carro vermelho, limpo, com pneus bem lavados. Do lado oposto não há casa, mas uma clareira.

Continuo. Mais carros, alguns bem limpos, mas à frente, outro carro abandonado. Está sem farol, sem lanternas, pneus furados, amarelo desmaiado, baio. Do lado crianças correm. Param, me olham, continuam a correr. Um senhor passa do meu lado.

**FIGURA 52**

*Uma das ruas mais largas no
Boulevard da Paz.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.*

Está de chinelos de dedos, absorto nos pensamentos. Está de boné verde escuro, escrito Senar embaixo de duas ondas estilizadas e, em letras menores, Mato Grosso. Não sei o que é isso. Ele passa rápido. Mais outro terreno sem casa, mas com entulho, madeiras, telhas, janelas quebradas, garrafas, pneu de bicicleta, lata de tinta (figura 53). Nessa altura, do número 200, a rua está descascada. Aparece a terra sob o asfalto fino, com menos de um dedo de espessura. Um outro cachorro pardo ao lado de um menino de camisa amarela com calção preto. Mais à frente um furgão branco estacionado entre a calçada e a rua. Deve ser de alguma empresa, não há logotipo ou qualquer identificação. Passo em frente. Continuo a caminhar. Já são 11 horas, cheguei às 10h. O horário de almoço é denunciado pelo cheiro de comida pronta. A origem específica do aroma é desconhecida.

O céu voltou se cobrir de nuvens, escuras e claras, azul, cinza e branco. Na curva da rua, contornando à direita, casas altas, retangulares e compridas. Muitas casas de cor terracota. Três delas que se destacam entre as demais, têm cor de chumbo com janelas brancas, entre as três, uma com contornos de madeira emoldurando as janelas. Numa das casas, a primeira, há um bar embaixo, vazio, apenas um homem lá dentro atrás do balcão, na penumbra. Antes do bar, porém, outro terreno coberto de mato e entulho, pequenos postes de arame farpado o cercam, mais um vale depois dele. Parece que tem dono, está cercado! Em alguns muros, propaganda política e bandeira do Brasil pintada, mas com outro contorno. Continuo a andar, às vezes paro. Subindo, encontro um rapaz de camiseta preta e bermuda branca. Me olha e continua a descer. Eu, a subir. A leve subida se assemelha a um desenho como uma ponta de onda pendendo para à direita. Vejo uma pequena curva que se desenha entre duas calçadas, a rua, sinuosa, um caminho suavemente tortuoso, mas contínuo.

FIGURA 53

*Devido aos riscos,
muitas casas foram
demolidas.*

*Fonte: Nilthon
Fernandes, 2018.*



Estou como num barco, ao léu, contornando o lugar: Três Marias II, só o nome que sei. Voltando... estou sobre o chão, observando e andando, de novo percebo a finura do asfalto. Impressionante! Parece uma casca de ovo. Uma casca sempre úmida porque brota água do chão (figura 54). O desnível e a irregularidade das calçadas em frente das casas, a inclinação geral do lugar, ou seja, em conjunto, nos muros, postes à direita e à esquerda, na inclinação até das pessoas que andam como se estivessem se equilibrando! Estou lentamente contornando à esquerda da rua, comprida e dentro de Três Marias II há muitas famílias. Ela além de lugar, está encarnada, revestida de maneira geral por pessoas, animais domésticos, vegetação, ferro, tijolos, postes encravados e suas casas ordenadas e desordenadas etc.. Casas de diferentes alturas, cores, tamanhos, mas a maioria retangulares ou quadradas.

Não se vê tantas pessoas ou animais, mas se ouve. Há uma presença quase inaudível de sons de pessoas se movimentando. É uma observação velada por aqueles que são ouvidos e outra desvelada pelos que são vistos andando pelas ruas, aparentemente em menor número. Um olhar pitoresco que as cores mostram. Algumas me conduzem a outro lugar e outro tempo: aparecem indícios, ao meu gosto, de lugares pitorescos. Por exemplo, a cor antiga alaranjada num carro novo. O azul do azulejo do muro de uma casa cor de rosa bem clara. Isso é outra coisa na percepção. Então volto a caminhar. Chego a uma bifurcação, vejo carros em primeiro plano, em segundo uma árvore, depois um conjunto de imóveis, amarelo, verde, cinza terra, cinza branco, terra vermelha. Talvez por conta de uma oficina de tapeçaria automotiva no topo da rua, a posição dos carros estacionados para à esquerda me indicam uma direção. Escolho ir à direita.

Mudança de direção! Sai da Cittadella e estou na rua Fernando Trancoso, na parte superior da Três Marias II (figura 55). No alto, uma casa cinza com telhado cinza escuro. Mais carros estacionados: antigos e novos. Sigo subindo. Tem gente na oficina, homens trabalhando e outros esperando, parados. Mais bandeiras do Brasil pintadas em dois muros de ca-



FIGURA 54

Aclives e declives são a marca do Boulevard da Paz.

Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



FIGURA 55

As linhas tracejadas significam as fronteiras físicas do Boulevard da Paz. As linhas contínuas mostram dois percursos que o pesquisador andou pelo lugar a fim de apreendê-lo no e pelo contato interacional.

Fonte: Google Maps, 2017.

sas. Algumas casas, porém, não têm bandeiras, mas são pintadas de verde e amarelo ou somente de amarelo ou verde e branco. Rua pacata enquanto caminho. Os sons perduram. Às vezes um carro pela rua. Uma britadeira acolá. O aroma volta e some à medida que ando pelo fio da calçada. Aqui está mais nivelado, diferente do início do caminho entre terra e asfalto. O desenho das linhas entre as calçadas é o mesmo, mas também mudou de lado, está para o esquerdo. Na rua há uma loja improvisada de venda de roupas de segunda mão numa grande casa amarela; doutro lado, Cabeleireiros Ellus, escrito em letras brancas num toldo vermelho.

Mais casas em construção. Depois uma drogaria, Aliança. Continuo, não conversei com ninguém ainda. Uma igreja evangélica, Assembleia de Deus da Missão. Seguindo em frente, uma quitanda. Tem muitos legumes e verduras verdes. Um bar. Parei. Vou tomar uma água com gás. Depois de ficar alguns minutos, conversei com algumas pessoas, inclusive com uma senhora. Perguntei sobre o bairro. Ela disse que gosta agora, porque era mais violento antes, mas que hoje melhorou. Mora no Três Marias II pouco mais de 30 anos. Tem dois filhos que moram com ela. Não quis alongar. Continuo o trajeto.

Tenho a impressão latente de que, diferente de outros lugares onde passei ou morei, também periféricos, que esse lugar se movimenta mais rápido. Talvez seja pela constante presença de materiais de construção espalhados por muitas calçadas ou ainda pelo interminável som de serras ou martelos batendo. Penso ser este um possível motivo de movimento que transmite Três Marias II. Os indícios da constância estão sobre as calçadas ou à beirada das ruas: montes de areia, entulho, cacos de ladrilhos, pedaços de canos, resto de fios, cimento endurecido, areia, cal ou ainda materiais novos e empilhados para construir alguma coisa, caibros, blocos de cimento, tijolos de barro cozido e telhas de fibras (figura 56). Mais uma casa abandonada sem janelas ou portas. Há muitas casas em reforma e espalhados pelos terrenos: latas de tinta, massa corrida, manta de grafiato, restos de madeira, casca de paredes, enfim, materiais que demonstram claramente e em

FIGURA 56

*Do topo da rua se enxerga o vale de Boulevard da Paz.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.*



abundância que este lugar está se movimentando mais depressa que outros numa sensação não da velocidade imposta pela dinâmica do centro da cidade, mas de um bairro periférico em contraposição ao de um bairro centro.

Entretanto e apesar do permanente som, é possível distinguir cantos de passarinhos como o Bem-te-vi, um dos poucos que reconheço e outros que não sei precisar. Além dos sons, os aromas, alguns me levam a outro lugar no tempo e espaço e ao mesmo tempo me mantém aqui no bairro. Como se esses cheiros tivessem uma ambivalência, presente-passado,

aqui-alhures. Tomo o caminho. Outro bar e outra quitanda. Entro à direita da rua. Não passa mais carro, agora somente pessoas. É uma viela. Tomo o caminho. Estreita, cabem duas pessoas andando lado a lado. Muro alto de um lado e cerca muito torta do outro. A pequena rua de cimento passa a ser de terra depois de alguns metros. Não dá para ver muito o céu, o caminho está coberto pelas árvores. Passo por um labirinto de ruas com casinhas de alvenaria, algumas de madeira. Muitos fios elétricos aéreos desordenados. Cheguei num beco. Fechado (figura 57). Tem apenas uma grande escadaria de terra e madeira, muito tortuosa e íngreme que talvez desemboque na mata. Vem subindo um rapaz de jaqueta verde e calça jeans de boné preto. Me encontra e me encara. Nada diz, continua o trajeto. Eu, por outro lado, decido tomar o caminho circundante. Volto por uma outra rua à esquerda, também estreita e logo alcanço a rua principal.

É diferente morar num lugar e estar noutro onde nunca você colocou os pés ou bateu os olhos, sem sentir o ambiente senão pela primeira vez. A similaridade das casas com outras em bairros periféricos – ou seja, em lugares diferentes, mas nas mesmas condições de moradias – concede um certo conforto familiar para quem andou por muitas regiões da periferia de São Paulo. Se de um lado as casas e os comportamentos se mostram parecidos nas permanentes construções, não é o que acontece com a organização do lugar, em como está configurada a área. Logicamente para quem andou por bairros do centro e por bairros periféricos, sabe que cada lugar é diferente um do outro e, apesar desse “parentesco”, a organização de cada lugar é imanente daquele lugar. É o caso de Três Marias II. Tem uma organização ou uma figuratividade e plasticidade atípica.

Agora, passei para a rua circundante, a Pierre Patel (nome do pintor francês). Fica na parte mais alta do bairro. Inicio a terceira etapa de caminhada com uma escola à minha direita. “Escola Estadual Agenor de Miranda Araújo Neto-Cazuza”. A escola ocupa um quarteirão e fica num prédio quadrado marrom de terra queimada de quatro andares cercado por um

FIGURA 57

Outra característica do Boulevard da Paz, é o espaço labiríntico como destacado abaixo onde se lê em letras azuis Viela 4.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



grande muro ilustrado com animais silvestres numa floresta. A escola está vazia, será que estão em férias? No muro de entrada, desenhos coloridos com três crianças: uma menina ruiva, um menino loiro e um menino negro; o fundo, roxo, branco e azul. Continuo a subir, estou na parte mais alta do bairro. À esquerda, a Pierre continua numa ruazita que beira a parte mais próxima do topo do vale. De cima dá para ver um declive onde muitas casas estão organizadas em fileiras em semicírculos. Aqui não tem mais onde caminhar, exceto por caminhos pouco conhecidos. Dá para ver que existem opções, mas é preciso autorização de alguns moradores para continuar.

Saio da viela e continuo pela rua Arnaldo Daniel. Na esquina, uma garagem amarela mostarda. Na parede uma coroa desenhada em tinta preta. Desço a rua e encontro uma pequena praça, uma ilhota com árvores abraçadas por uma cerca de arame e madeira. Continuo descendo e saio na rua Batista Malatesta. O miolo da área é quase impenetrável. Tem de passar por dentro de alguma casa para ver o que está além da rua e dos fundos das casas. Continuo a descer. A rua é entrecortada por escadarias e ruazitas estreitas que ligam um nível de quarteirão ao outro. Em alguns trechos, corre pelas ruas uma fina corrente de água. Subi outra rua à esquerda pouco antes da rua João de Almada. Exatamente a rua oposta, passando pelo vale, da rua Cittadella, onde comecei o percurso. Daqui dá para ver um alto declive com fileiras de casas formando camadas sobre camadas até atingir uma pequena floresta (figura 58). Não dá mais acesso. Retorno e continuo a tentar completar a volta pela área das Três Marias II.

Uma miríade de coisas que parecem repetir-se, vem em outra forma, as crianças ora correndo, agora se apresentando de bicicleta. Bares antes vazios, nessa outra parte, agora com mais gente. Mais carros e mais pessoas pelas ruas. Parecem não se importar comigo. Aproveito e entro noutro bar que acabei de ver na esquina. Tem uma mesa branca com cadeiras brancas com um casal bebendo cerveja. Dentro está o bar, com uma mesa de sinuca, dois homens estão jogando bolas numeradas. Tem pastel e coxinha. Peço uma coxinha e um guaraná. Pago

FIGURA 58

À beira do precipício onde a maioria das casas serão removidas.

Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



seis reais e continuo a caminhada, agora já passam das duas da tarde, estou caminhando desde cedo, mas devagar, a observar. Dá para registrar, mas não dá para descrever tudo que vejo, são muitas coisas e seria redundante repetir objetos similares, nos mesmos formatos das casas e linhas que cruzam as ruas. Às vezes consigo ver sobre o muro de algum imóvel o vale rodeado de casas. Mas distante e ao mesmo tempo próximo, porque estou longe e sobre uma parte da área à beira do vale.

Chego à rua Paolo Porpora (pintor barroco italiano), ando uma quadra e retomo o caminho para contornar Três Marias II. Começo a subir a rua Berthelot (professor, químico e político francês). Indícios de muros caídos em algumas partes da rua. Para proteção, tem tela laranja e branca sobre uma cerca de tábuas, indicando que houve um deslizamento de terra naquela área. Algumas árvores inclinadas pegam a parte da esquerda do início da subida dessa rua. Nela tem cabeleireiro, bares, uma igreja evangélica instalada numa garagem. Continuo a jornada. Encontro outra pequena passarela para uma rua mais abaixo. É possível ver daqui lá no fundo um campo de futebol, mas não vou até lá, continuo a subir a rua. Mais uma bandeira do Brasil pintada num muro. As calçadas e a rua são úmidas, brota água do chão que estão quase todos rachados e alguns muros seguem a mesma ordem. Mais bananeiras e um terreno baldio com pedras para concreto.

As árvores nas calçadas são levemente inclinadas ou para a esquerda ou direita. Muitas casas sem reboque. Chego ao fim da Berthelot. Daqui não há como voltar ao início, tem de passar pelo vale ou retornar pelo mesmo caminho. Sigo pela viela onde carros não passam. Já não é mais asfaltada, é cimentada, mas o piso está quase todo quebrado, o chão se movimentou. Continuo e acabo de chegar numa espécie de labirinto de pequenas ruas muito estreitas com casinhas, em sua maioria, de madeira. Desço uma estradinha de terra batida, não tem nome. Muitas pessoas nas casinhas. As portas e janelas dão diretamente para as ruas. Quase não há calçadas. Tem muita lama, é um lugar bem úmido. A mata fica atrás dessas casinhas, dá para ver pelas árvores. Continuo e acabo de chegar num lugar sem saída. Encontro uma viela por entre o mato (figura 59). Saio num pequeno terreno. Chego a uma estrada de terra deserta. Ninguém, apenas um caminhão Chevrolet vermelho bem desbotado e sem motor no fio da estrada. Sigo à esquerda. Encontro uma comprida viela, sigo em frente, ando quase cem metros quando chego ao final do caminho, quase 17h da tarde, na principal rua do bairro, a Três Marias II, altura do número 200.

FIGURA 59

Vielha do fim do primeiro percurso.

Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



3.3 O sensível no coração de Três Marias II

11 de agosto, 2018, 9h30. Meu encontro em um sábado com Luis Jorge, líder comunitário de Três Marias II, foi marcado na padaria Menininha, Jardim Guarujá, próximo da estrada do M'Boi Mirim, São Paulo, SP. Local próximo ao bairro onde moram mais de 270 famílias que vivem em área classificada de muito alto risco de deslizamentos de terra (R4). Aos sábados não tem micro-ônibus ou qualquer outro transporte público que nos leve até Três Marias II, conhecida aqui na região como Boulevard da Paz, então o Luis, veio com seu carro antigo me buscar. Seguimos pela rua Alberto Soares Soveral, levemente acentuada e repleta de comércios formais e informais (figura 60). O barulho instalado na rua é intenso, buzinas de carros e motos, motores acelerando, vendedores chamando para as compras e músicas provenientes das lojas de roupas, móveis, utilidades domésticas e de comércio em geral. É possível visualizar uma série de casas pintadas e reformadas que, aos poucos, cedem lugar às casas sem acabamento, início das construções rudimentares próprias de lugares com poucos recursos. Alinhado aos sons de músicas e buzinas, está também o ruído de serras, marteladas, batidas, latidos de cachorros, movimentação de talheres e, como se fosse encoberto pela miríade de ruídos, os sons suaves da cantoria de pássaros como o bem-te-vi e o sabiá-laranjeira. Nesse ambiente complexo, é possível, também, identificar os aromas, ora de café sendo passado pelo coador, ora de arroz e feijão cozidos, bife acebolado proveniente de uma lanchonete na mesma rua.

Passamos para a rua Niger (um país da África Ocidental) e as calçadas ficaram mais estreitas, os carros ficam a meio fio, geralmente são carros mil como Ford Ka, Chevrolet Ônix, Volkswagen Gol, Fiat Mobi, Cherry QQ Smile nas cores prata, preto, azul, vermelho, amarelo etc. Além, claro, de carros fora de linha que são vistos muito pouco no centro de São Paulo como Brasília, Variant, Opala, Belina, Corcel II e Peruas antigas,

FIGURA 60

Entrada para o bairro Jd. Guarujá.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



FIGURA 61

Primeiro comércio na entrada para o bairro Jd. Guarujá mostra a presença da imigração nordestina na região.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.

muitas delas que vendem produtos alimentícios como frutas, verduras e produtos de limpeza como alvejante, cera líquida, amaciante de roupas, sabão em pó, em pedra ou líquido etc. Desde o início da jornada, o comércio vai se intensificando, botecos, lojinhas de doces e salgados, lanchonetes, padarias, minimercados e pequenas adegas. Vez ou outra, encontramos alguns carros abandonados, sem pneus ou totalmente sem acessórios, apenas a carcaça. A vegetação é escassa, tanto na rua Alberto Soveral quanto nas ruas Niger e Paolo Porpora, onde estamos na frente de uma borracharia e chaveiro. Ao lado e na frente de uma caçamba repleta de entulho, mais um barzinho com mesa de bilhar com alguns homens jogando cartas e bebendo cerveja. Na sequência, uma casa que cuida de crianças “manhã, tarde e noite” e uma igreja neopentecostal fechada com porta de aço azul (figura 61).



As casas são estreitas e muitas vezes de dois, três e até quatro andares, sempre de cores diferentes, verde claro, amarelo escuro, ferrugem, azul, bege, vermelho, cor de rosa e tijolos baianos aparentes (figura 62). Nos dois lados da rua, carros e pequenos caminhões estacionados. Na fiação

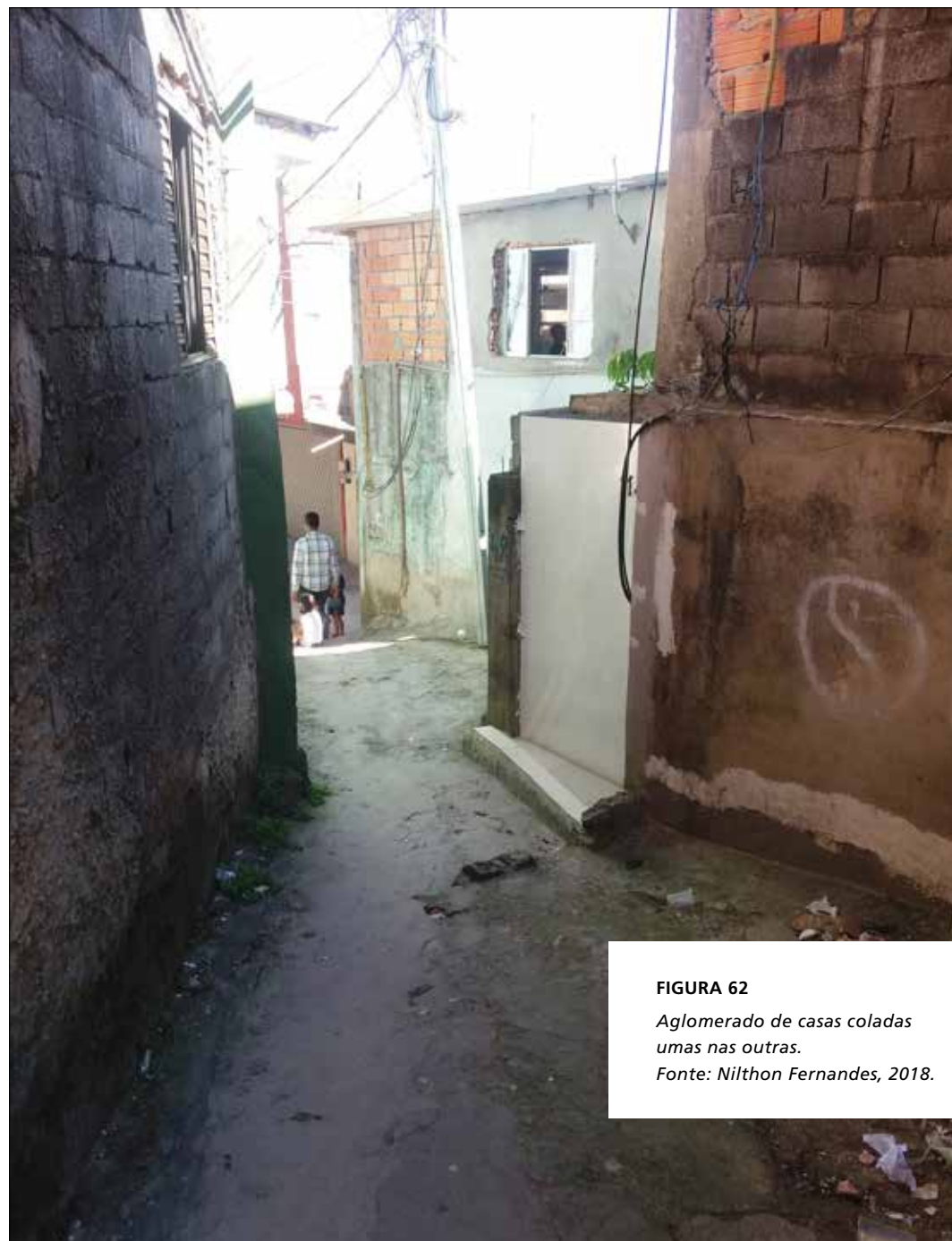


FIGURA 62

Aglomerado de casas coladas umas nas outras.

Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.

aérea é possível ver a quantidade de rabiolas enroscadas, indicando a brincadeira comum de crianças que empinam pipas. À medida que descemos em direção ao Boulevard da Paz, as casas ficam mais simples e muita delas tem seu próprio comércio, roupas usadas, pipas armadas, costureiras, pedreiros, encanadores, pintores oferecem seus serviços à comunidade local. Os bares aumentam a cada dez metros com mesas de bilhar ou cadeiras de plástico dentro e fora do local. Utilidades domésticas e roupas de moda são vistas na vizinhança quase que coladas ao mercadinho que vende também pão e carne. Na mesma rua o sacolão JRJ com frutas, verduras e legumes com preços que variam de três a um real o pacote de 300 gramas até meio quilo de produtos. Na mesma calçada, uma loja de materiais para construção que se chama Você que sabe, a pizzaria Nova ideal, um barzinho em uma garagem, uma casa de esfiha São Francisco, uma loja de roupas JN Fashion e, do lado oposto, uma casa de material para construção chamada Cristal, colada do supermercado Independência que divide uma loja de Pet Shop Mara. Ao terminar a rua Porpora, um galpão de depósito de tijolos e uma peixaria que se divide em adega e mercadinho.

Entramos na parte final da rua João de Almada (conselheiro, capitão-mor e embaixador do reinado português) que começa com uma casa do Norte Mack-Gel. Do lado contrário, uma banca de jogo do bicho e outra de diversas frutas, coladas ao final do ponto de ônibus Jd. Guarujá. Duas lojas de roupas, um cabeleireiro M. Castro e uma loja de utilidades domésticas. No decorrer da caminhada é possível visualizar diferentes tipos de árvores como a tipuana de porte médio, um grande ficus, alfeneiro, jerivá (nativa de São Paulo), sibipiruna (nativa da Mata Atlântica), jacarandá-mimoso ou ainda a resedá que é nativa do sudeste asiático. Tanto na João de Almada quanto nas ruas anteriores, o que se nota é quantidade de vielas que entrecruzam as ruas, bem como a profusão de crianças pelas calçadas e ruas. Outro elemento comum no entorno do bairro, mas pintado nos muros, são as propagandas políticas com nomes e números de candidatos atuais e antigos. Na sequência da rua, uma igreja

pentecostal improvisada em uma garagem com porta de aço que leva direto a uma pequena pracinha com uma frondosa árvore pata de vaca. Seguindo o caminho, deparamos uma casa recém demolida por conta de risco de deslizamento de terra. Isso é notório por conta do indício da casa envolta em plástico azul turquesa, colocado pela Defesa Civil alocada na prefeitura regional de M'Boi Mirim. Adiante, um pequeno caminhão vendendo botijões de gás e, na mesma rua ornamentada por pequenos *ficus benjamins*, dois terrenos baldios com cana-de-açúcar e bananeiras atrás de uma calçada cheia de pedras para construção. Seguimos pela rua e nos deparamos com dois moleques entre 10 e 15 anos andando de bicicletas vermelha e azul na frente de outra casa com uma enorme pilha de tijolos baianos. Um grande caminhão Chevrolet vermelho margeia a calçada que leva a uma montanha misturada de lixo orgânico e reciclado, abaixo de uma placa advertindo "proibido jogar entulho neste local" (figura 63).

FIGURA 63
Acúmulo de lixo que transborda as caçambas mostra o excedente de materiais poluentes como plástico e isopor. Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



FIGURA 64
No cartaz diz Escola/Creché, depois o nome Renascer. Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.

Chegamos ao topo da sede provisória Associação Mulheres do Boulevard da Paz, em uma escola e creche chamada Renascer. É neste local que vamos iniciar o percurso de sondagem do coração de Três Marias II. Antes, percorremos o entorno da área de deslizamentos de terra (figura 64).

Agora, vamos iniciar andando na frente da lixeira coletiva e por entre o matagal que margeia a região central e térrea do Boulevard da Paz, isto é, Jardim Guarujá. Constituído de vegetação nativa da Mata Atlântica, esse matagal está repleto de bananeiras, cana-de-açúcar e mamoneiras, além de outras plantas que contribuem ou não, como nesse caso e por terem raízes curtas, para os deslizamentos de terras. O caminho além de íngreme é sinuoso e está cheio de restos de lixos, entulhos e água empossada ou em razão das chuvas ou ainda pela falta de esgoto na região, onde as pessoas acabam despejando a água servida nos terrenos baldios.

Ao entrar no coração de Três Marias II, se pode observar que as ruas são tortuosas, acentuadas e muito estreitas, quase todas sem asfaltos, mas cimentadas, de pedras ou de terra batida (figuras 65). As casas, muito pequenas em sua maioria, com um, dois, três e até quatro andares, são coladas umas nas outras, quase sem calçadas, perfilando o meio fio das ruas. Quase todas as residências estão inacabadas, com blocos aparentes, sem reboco ou pintura, e muitas outras estão pintadas de diferentes tipos de cores: azul, verde, amarelo, laranja, bege, rosa, roxo, marrom etc. (figura 66). Estamos na parte de cima do Boulevard da Paz e podemos ver um grande vale que se aprofunda onde um dia estava



FIGURA 65

A entrada para o coração de Boulevard da Paz.

Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.

povoado por casas em condições precárias construídas sem supervisão alguma da prefeitura de M'Boi Mirim, e que atualmente está reservado para a futura praça da rua Cittadella (é uma comuna italiana da região do Vêneto) (figura 67). Daqui é possível ver o muro de contenção que margeia e contorna toda a região de muito alto risco (figura 68).

Esse passeio pelas estreitas ruas acentuadas desponta uma comunidade agitada e ao mesmo tempo conhecida ou que se conhece. Nas vielas e ruazinhas, as crianças andam, cor-

FIGURA 66

Casas coloridas reunidas umas às outras.

Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



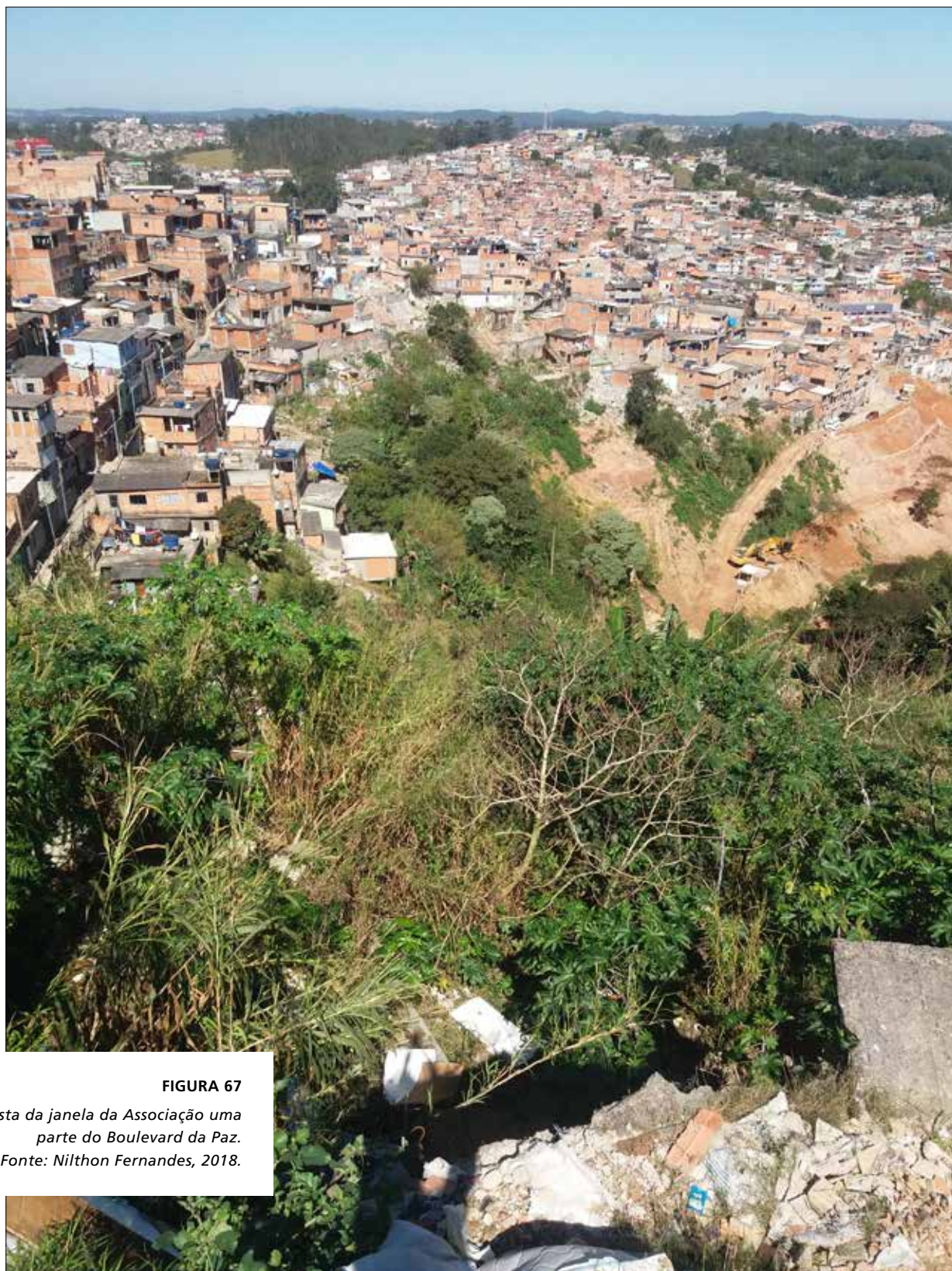


FIGURA 67

Vista da janela da Associação uma parte do Boulevard da Paz.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.

FIGURA 68

Esse muro de contenção cinzento (padrão), do futuro parque Cittadella da comunidade de Três Marias II, tem 100 metros de comprimento, cada parte mede 15cm x 40cm x 30cm e variam na altura entre 5 e 6 mestros.

Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.

Para informações técnicas: <https://bit.ly/35hvZ6Z>



FIGURA 69

Instalação em processo de novos medidores elétricos.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



rem, jogam bola e empinam pipas. As donas-de-casa conversam em frente das suas portas e o líder comunitário, que me acompanha, chama quase todo mundo pelo nome. Hoje está uma tarde suave, com sol levemente ardido, mas com muitas sombras projetadas pelas casas e as árvores que têm e que acabam ficando restritas as calçadas da área. A pauta do dia e o que todos comentam com empolgação é a aquisição de água e luz na comunidade. Faz pouco tempo que começou o processo de instalação de água e luz em Três Marias II. Conquista do esforço do casal que são os líderes comunitários. Para efetivar os serviços, os fios antigos aéreos foram retirados e substituídos por novos, assim como a construção de canos condutores de água e esgoto. Essa conquista trouxe, de certa forma, além de alegria e conforto aos moradores, mais progresso para o comércio da região (figura 69).

É mantido na comunidade uma cultura de laços sociais, em que todos conversam entre si e, deste modo, a comunicação oral funciona independente dos cartazes colados em alguns postes

FIGURA 70

Cartaz manuscrito afixado no poste convoca a comunidade sobre os problemas dos sistemas de água e luz.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



da região. Sem contar, claro, que a maioria se comunica permitindo que as notícias circulem pelos arredores da região (figura 70). O que é falado ou mesmo decidido pelo líder comunitário todos, dos mais jovens aos mais velhos, ficam sabendo. Um exemplo disso, foram as diversas indagações ao líder comunitário durante nossa jornada pelo bairro (figuras 71). Antes dele falar sobre a reunião geral de domingo ou ainda do que seria tratado no assunto, muitos sabiam e confirmavam se era mesmo aquele ponto que iria ser abordado. A dúvida estava apenas no horário, porque muitos se reúnem sempre no mesmo lugar em horários diferentes, conforme a urgência da pauta.

Mesmo com cartazes colados em alguns pontos de maior circulação de pessoas no bairro, a cada casa, o Luis se propôs a

FIGURAS 71

Imagens das ruas, casas, pessoas e demais objetos que compuseram o percurso onde pesquisador experimenta o objeto de estudos ao andar e aos poucos apreender em sensibilidade o inteligível do lugar.

Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



passar para reforçar o aviso da convocação da reunião. Nessa convocação, o enunciado estava exatamente dessa forma: *ASS Boulevard da Paz convida todos moradores para a reunião mensal dia 12/08 as 14 horas. Venha compartilhar conosco a discursão sobre a Eletropaulo e Sabesp (sic). A reunião será na Associassão. Rua da Paz, 224. Desde já agradecemos sua presença. Luis e Cida.* Depois, fomos em ziguezague por todas as ruas do bairro, parando de porta em porta, alertando para o encontro. Exceto em algumas casas vazias, não houve uma residência que o Luis não sabia quem procurar. Dos velhos aos jovens, todos foram chamados para o encontro de domingo à tarde. Percorremos uma infinidade de casas, ora batendo palmas, ora chamando pelo nome ou ainda apertando a campainha. Os vizinhos saíam e cumprimentavam o Luis com ar de satisfação e reconhecimento para recebê-lo. A ele, e também a mim que o acompanhava, era oferecido água ou café. Em poucos lugares que aceitou, as pessoas não hesitavam em enaltecer as conquistas por ele trazidas à comunidade, da infraestrutura ao lugar, novos parques, muros de contenção até a instalação de energia elétrica e água com os órgãos públicos. Enfim, um líder bem relacionado com respeito de todos. Em certo momento, ele entrevistou no despejo de entulhos em uma ribanceira na parte de cima do Boulevard da Paz. O rapaz, que executava o trabalho, não só aceitou a crítica, de que aquela prática prejudicava outros moradores, como prometeu limpar o que havia sido despejado de entulho nesse aclave (figura 72).

Nosso passeio pelo coração de Três Marias II ou Boulevard da Paz, como é conhecida na região, começou às 9h30 da manhã e terminou às 17h30 da tarde, com um intervalo de uma hora para almoçarmos (figura 73). Nessas horas caminhando, pudemos conhecer muitas pessoas da comunidade, ter acesso direto às moradias e, mais, ter o privilégio de entrar em algumas residências para tomarmos um café e ter a oportunidade de conversarmos sobre os problemas que afligem a maioria das pessoas que vivem em áreas de riscos de deslizamentos de terra (figura 74). A conversa com os integrantes da comunidade fluiu de maneira espontânea desde

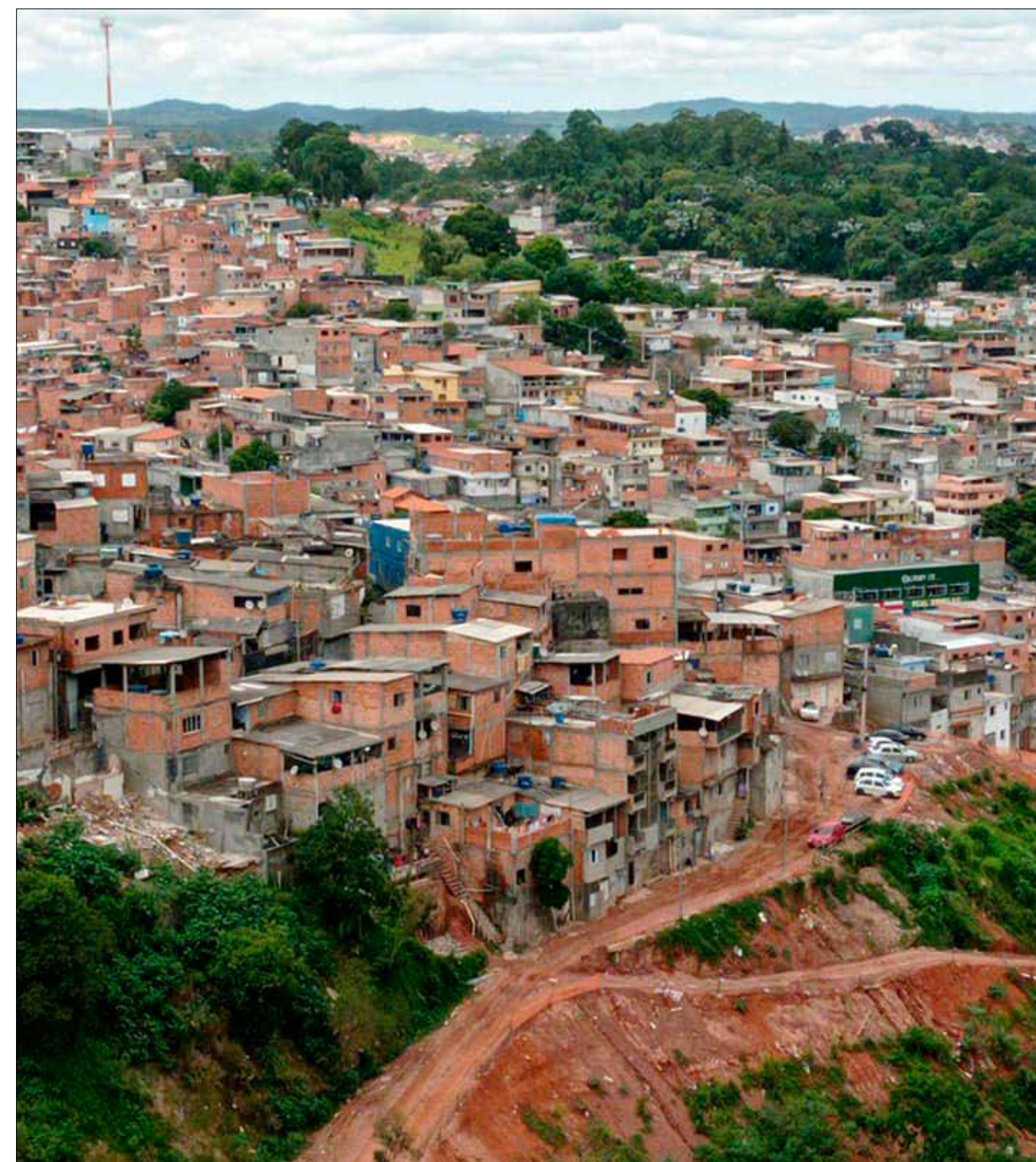
FIGURA 72

Acúmulo de entulhos no bairro.
 Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



FIGURA 73

Vista aérea do bairro.
 Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



o princípio do passeio. No instante primeiro quando chegamos no topo de Três Marias II, encontramos duas moradoras que foram receptivas às nossas dúvidas. No decorrer do trajeto, falamos com alguns moradores dentro de um bar, depois tivemos contato com algumas crianças que jogavam futebol. Mais tarde, na hora do almoço, pudemos conversar com os donos do pequeno restaurante improvisado em uma garagem e saborear um almoço farto de iguarias, feijoada e



FIGURA 74

*Imagem comum no bairro.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.*

dobradinha. Ao cair da tarde, conversamos com as pessoas que auxiliam a Cida e o Luis, casal de liderança comunitária, pudemos delas obter uma percepção diferente daqueles que vivem no lugar, mas também dos que vivem e ajudam os moradores. Enfim, o percurso por Três Marias II gerou uma série de percepções que podem ser exploradas para se construir o sentido do viver em uma área de muito alto risco de desastres sem que isso seja um obstáculo para se ter uma vida normal, com os problemas e soluções comuns a todas as pessoas, mesmo àquelas que são privadas do conforto econômico, mas, em contrapartida, são beneficiadas pelos valores altruístas de uma coletividade socioafetiva que faz com que os riscos sejam levemente reduzidos ou suportados pela maioria dos que vivem nessa comunidade).

3.4 Construindo teoricamente

Uma tarefa nada fácil é a tentativa de compreender e mais precisamente a de se aprofundar em fazer uma semiótica da prática, do que ocorre em ato e do vivido – estudo onde é necessário apreender e, se possível, com vistas a apreensão sensível. Significa sentir sentindo o lugar esteticamente com visão extraordinária sobre objetos e a interação de pessoas com o lugar. Ao somar a primeira dificuldade, esse fazer se tornou mais desafiável à medida em que a proposta que antes era a de estar a pesquisar num plano confortável de uma biblioteca ou noutro local distante do objeto, foi modificado para, em presença, estar dentro do próprio objeto de estudo. Em outras palavras, sair de um ambiente distante, à margem, para “navegar” até à ilha e sentir como é estar nela. Aportar pela primeira vez no lugar sem mapas, sem barqueiros. Como se me fosse perguntado: “por que você precisa de binóculos, se você pode estar lá!?”

Se antes a pesquisa que estava centrada no lugar era mediada por algum tipo de malha de conhecimento constru-

ído, advindo tanto de distintas quanto de complexas áreas das ciências e de diferentes visões analíticas sociais, políticas e econômicas, acabou por tomar um rumo completamente inusitado quando da proposta em se analisar o objeto estando em presença, não por mediações ou por redes de interpretações, mas em elaboração construtora daquele momento e lugar, em estar junto com os objetos e de tudo que faz parte dele no dia a dia, naquilo vivendo, quer seja inserido em situações corriqueiras, àquelas que aparentemente são iguais e monótonas, quer seja estar fazendo parte dos acontecimentos incomuns ou excepcionais.

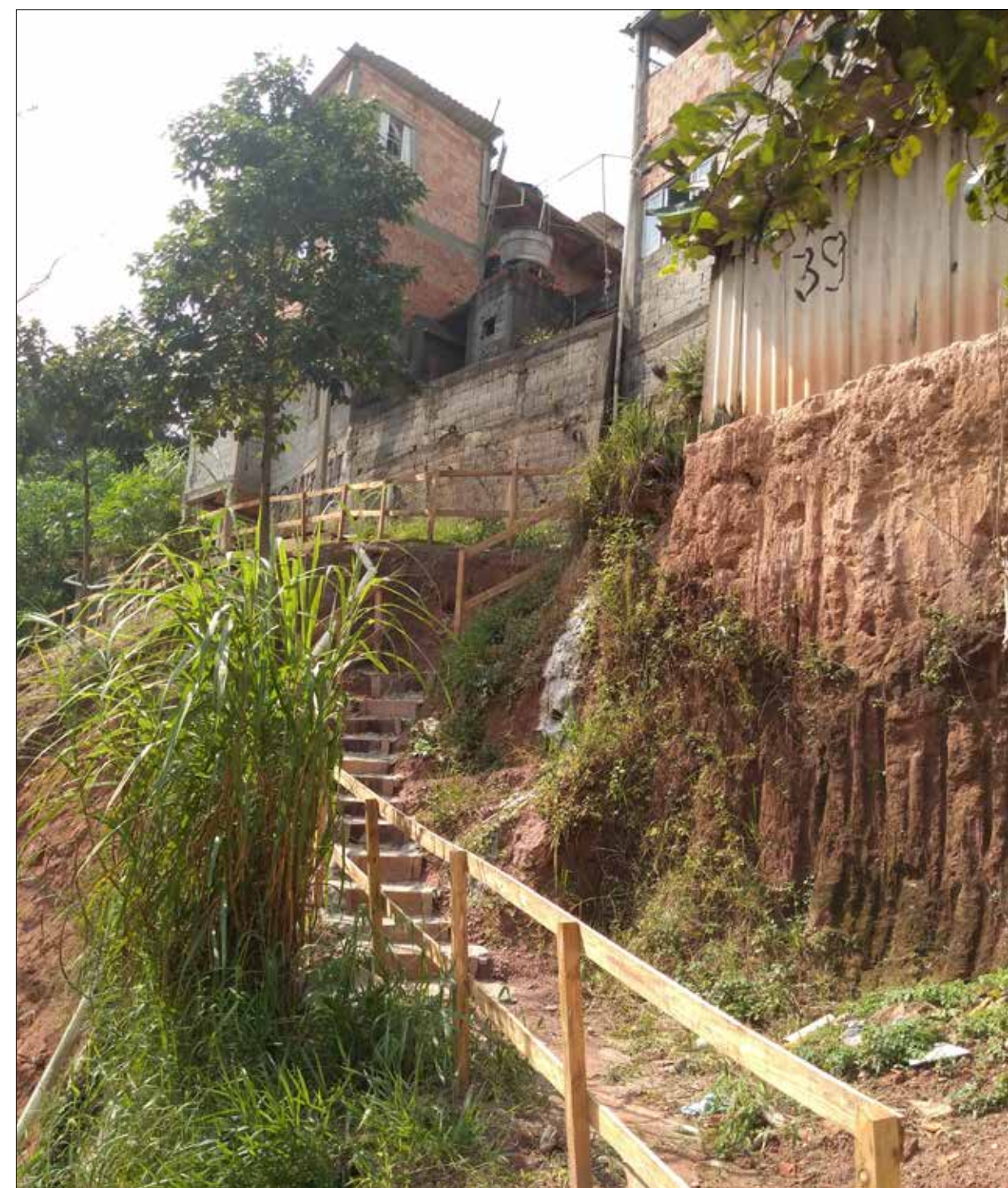
Um escultor que não coloca as mãos na obra não pode construí-la apenas pelo que dela se deseja em uma nova forma. Similar a essa ideia, em construir a obra do escultor-pesquisador, que foi estando em presença do e no objeto, tangendo a “massa social”, que ocorreu que o “inteligível” e o “sensível”, apesar de regimes de sentido que podem ser separados analiticamente pode ser reconhecido sensivelmente. Essa barreira é refletida no tempo e espaço, a partir do momento não sabendo ou percebendo quando se está sentindo ou compreendendo o objeto, ou ainda se percebe e não compreende, uma vez que essa proposição tem origem na complexidade do repertório inscrito no pesquisador em estar interpenetrando o objeto e o objeto o pesquisador (figura 75).

Dado esse obstáculo no objeto e se abstendo de colocar outros na mesma categoria, é uma área extensa e singular de altos riscos de desastres que dela sou apenas um sujeito e não-morador, mas estrangeiro que pouco entende o que se passa no decorrer dos dias, mas que precisa ser, apesar da problemática, a partir de um material rico em descrição, capaz de separar o que realmente interessa de ser analisado. Uma vez que, como observa Landowski (2001, p. 23), “tentar resgatar, na sua singularidade e sua especificidade, os efeitos de sentido resultantes da própria organização estrutural do objeto ou da prática em questão” é algo que deve ter como experiência mais prática e convivência com a área, elementos que também estão em construção.

FIGURA 75

À direita no primeiro plano, parte da casa removida pela Defesa Civil antes do deslizamento de terra.

Fonte: Luís Jorge, 2020.



Em Três Marias II, área complexa e dinâmica de riscos de desastres, as manifestações foram captadas em ato, porque estão vivas e se mostram de muitas formas em conjunto: ou esteticamente pelos odores, sons, fluxo de pessoas, cores, formatos, pelos elementos naturais, córregos, morros de terras e a vegetação que a cobre, ou culturalmente, pelos usos dos materiais em construção ou mesmo alimentação sendo preparada, e por suas posições distribuídas no espaço. Em relação a essas, o pesquisador estabelece interações que estão em curso, são práticas sociais em construção em pequena escala, na visão às vezes recortada de um lugar sendo reformado, pintado, frequentado por pessoas ou ainda, num plano geral, percebendo a área inteira em construção com seus sons e odores que denunciam sua presença em movimento no lugar. Assim como, de maneira tradicional é possível entrever uma sociedade que, apesar de possuir objetos e recursos de acesso aos sistemas digitais, ainda está relegada aos sistemas antigos de comunicação e mesmo de convivência, como a convocação por meio de pôsteres da comunidade para reuniões sobre problemas básicos de saneamento básico e energia elétrica (figuras 76) e a relação entre a comunidade de Três Marias II e politização de líderes comunitários, Luis Jorge e Maria Aparecida (Cida), com líderes religiosos das diversas denominações e os líderes do tráfico de drogas.

Essa captação está na esfera da sensibilidade, com a presença do corpo do pesquisador em ato com o objeto de seu estudo apreendido na mediação perceptivamente. Essa apreensão teve como parâmetro o reconhecimento da positividade também no discurso do outro, nesse caso, do sujeito também ao fazer sentido no seu viver no bairro enquanto parte dessa totalidade. Uma vez que o sentido, para alguns, de morar numa área de riscos de desastres, sabendo ou não dos perigos iminentes ao lugar, considera a comunidade agradável e segura, estando não em um local ideal, mas bom para se viver, visto que morar em uma área de risco constrói, pela ausência de desastres, uma noção de domínio do risco por meio do tempo de moradia no lugar. Essas duas instâncias,

na relação do sujeito enquanto vivente do lugar e do objeto enquanto lugar de convivência desse sujeito, interagem em harmonia em situação cotidiana pois são, muitas vezes, intercambiáveis, sendo para um, lugar de viver e para outro, parte de um todo em conjunto (LANDOWSKI, 2001, p. 34).

Entretanto, para que o sentido totalizante do objeto fosse paulatinamente desvelado e ao mesmo tempo construído,



FIGURAS 76

Depois de anos sem energia elétrica, a comunidade pode comemorar o conforto da eletricidade.

Fonte: Luís Jorge, 2020.

foi preciso entender o ser colocado no mundo significante. No que importa estar em presença na área de riscos, na condição de estrangeiro na situação de sujeito-pesquisador em interação com parte e o todo do objeto, simultaneamente e por oposição ou ainda complementação, o objeto-área, por sua vez, em presença englobante, na condição-situação de célula vivente que interage também com um novo elemento, o sujeito-pesquisador que, se estiver disposto a seguir novas regras e ao mesmo tempo ser aceito como possível membro desse microuniverso social, pode ser incorporado na singularidade do ser vivo: Três Marias II (LANDOWSKI, 2001, p. 35).

Para erigir os traços de sentido que mostram o tipo de organização desse objeto unívoco em particular, tomando o cuidado de não destacar um elemento isolado do todo, mas complexificando a área-complexa, foi preciso estar também na sua prática, em ato. Apenas como exemplo, nos concentrarmos na relação do objeto com o sujeito-morador, aquele que pode ter ou não ter nascido na área, mas que vive no lugar, e na relação sujeito-estrangeiro, esse que não mora na localidade do objeto, mas que faz do objeto um caminho: seja para transitar e sair duma região a outra, seja para estudar, trabalhar na área de Três Marias II (LANDOWSKI, 2001, p. 39).

A relação de Três Marias II com o morador e o visitante e ambos se relacionando com a área na prática, podem ser vistas em dois planos distintos, enquanto que um desfruta de uma relação de abrigo e lugar de descanso com o objeto, o outro usufrui dessa relação de apenas colher os frutos da área. O não-morador, por exemplo, tem seu mundo e sua morada de descanso noutro lugar, seu microuniverso social, apesar de aberto e dinâmico como Três Marias II, mesmo podendo ser próximo dessa região, oferece outros tipos de oportunidades e de convivência, se mostra diferente em muitos aspectos (figura 77).

Por outro lado, aquele que vive nessa área tem família, amigos, vizinhos, conhecidos e animais e, mesmo se não tiver ninguém, têm em relação com as pessoas nos objetos em comum,

FIGURA 77

Placa de advertência da interferência dos órgãos públicos em relação a reconstrução de áreas que antes estavam sob risco de desabamento.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



se encontram ora na lanchonete, ponto de ônibus, ruas, se conhecem pelo nome ou pela fisionomia o outro que também mora na mesma região. Para esse sujeito, que vive uma rotina que o capacita a perceber se algo está fora do normal, imperceptível ao visitante, é o que dele faz parte outros sujeitos mais ou menos nas mesmas condições sociais. A desenvoltura em estar no bairro e ser visto por pessoas conhecidas, acaba por ser um reconhecimento ao estar permanecendo naquele mundo porque consegue ver as coisas mais inteligíveis quando está no conforto da aceitação em conjunto com outros na mesma condição (LANDOWSKI, 2001, p. 41).

A complexidade desse microuniverso se mostra em alguns lados complexo na sua origem por ter uma concepção coletiva que muda constantemente tomando outras formas a todo momento. Uma parte é composta pelo coletivo do sujeito-morador, ou melhor, daquilo que parece ser realmente esse sujeito em seu conjunto, na sua ideologia, cultura, modos de agir etc. e do outro, a própria relação desse sujeito com os objetos da área, resultando dessa relação um sentido, assim como da relação do não-morador que eventualmente está vivendo na área, mas que também sente o lugar em tempos e modos distintos (figura 78).

Esse objeto-célula de um todo distrital, num bairro, localizado num recorte dentro de uma área se mostra em menor dimensão, mas em grande complexidade, porque é preciso que exista um contato sensitivo entre todos e que daí resulte

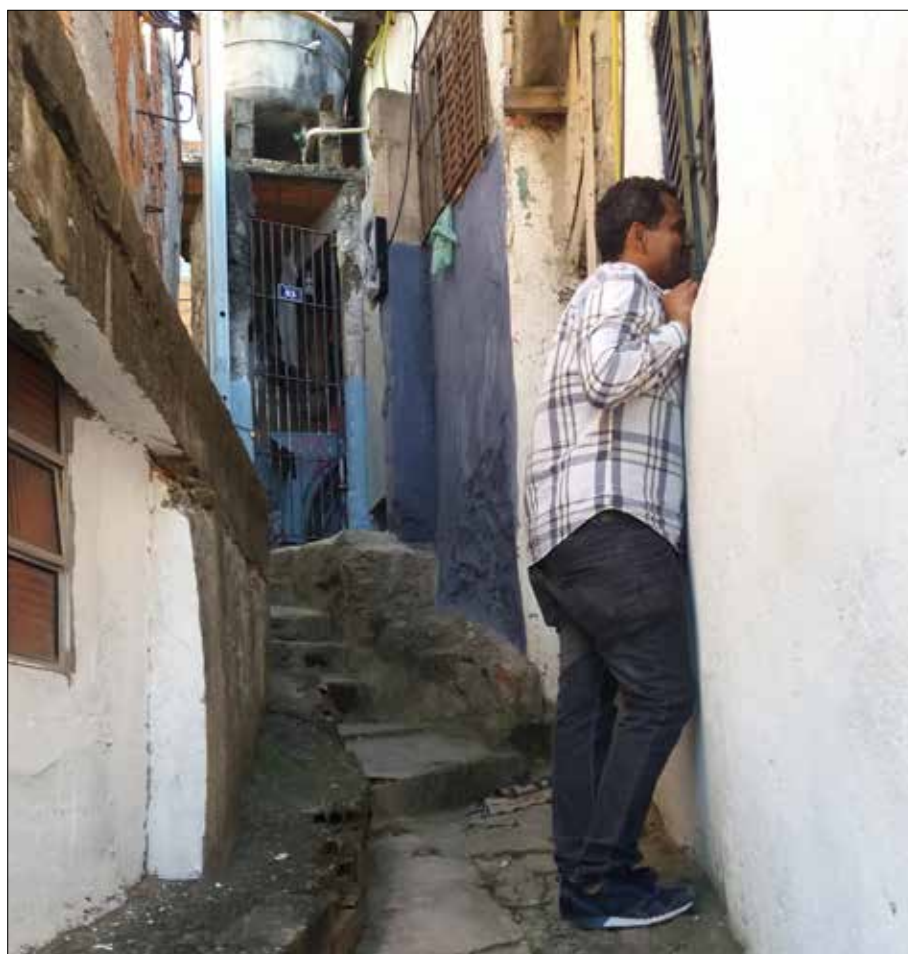


FIGURA 78
Pesquisador como testemunha da interação entre líder comunitário e morador para reunião sobre a instalação da eletricidade no bairro.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.

em um sentido na reunião do estar-junto, objetos, pessoas e todos os elementos naturais ou culturais, numa única enunciação, fazendo sentido (figura 79). Esse “suporte figurativo”, o pretexto para acionar esse “gatilho” aconteceu de muitas maneiras no entorno de Três Marias II. Na verdade, são muitos interruptores de sentido ligando e se desligando a todo instante. A reunião de meninos e meninas brincando

FIGURA 79
Momento em que vizinhas se comunicam sobre as melhorias do bairro.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



de bolinhas, carrinhos e mais além de bicicleta, a vista de carros antigos e novos com suas qualidades nas cores, casas novas em reformas, uma pessoa ali outra acolá ocupadas ou não, conversando, enfim, todos esses tipos de rotinas ou intervenções no cotidiano da área são acionadores de sentidos e mesmo um lugar vazio nessa região com um aparente silêncio também faz sentido. Constata-se assim que na pre-texta ausência de sentido, também existe sentido.

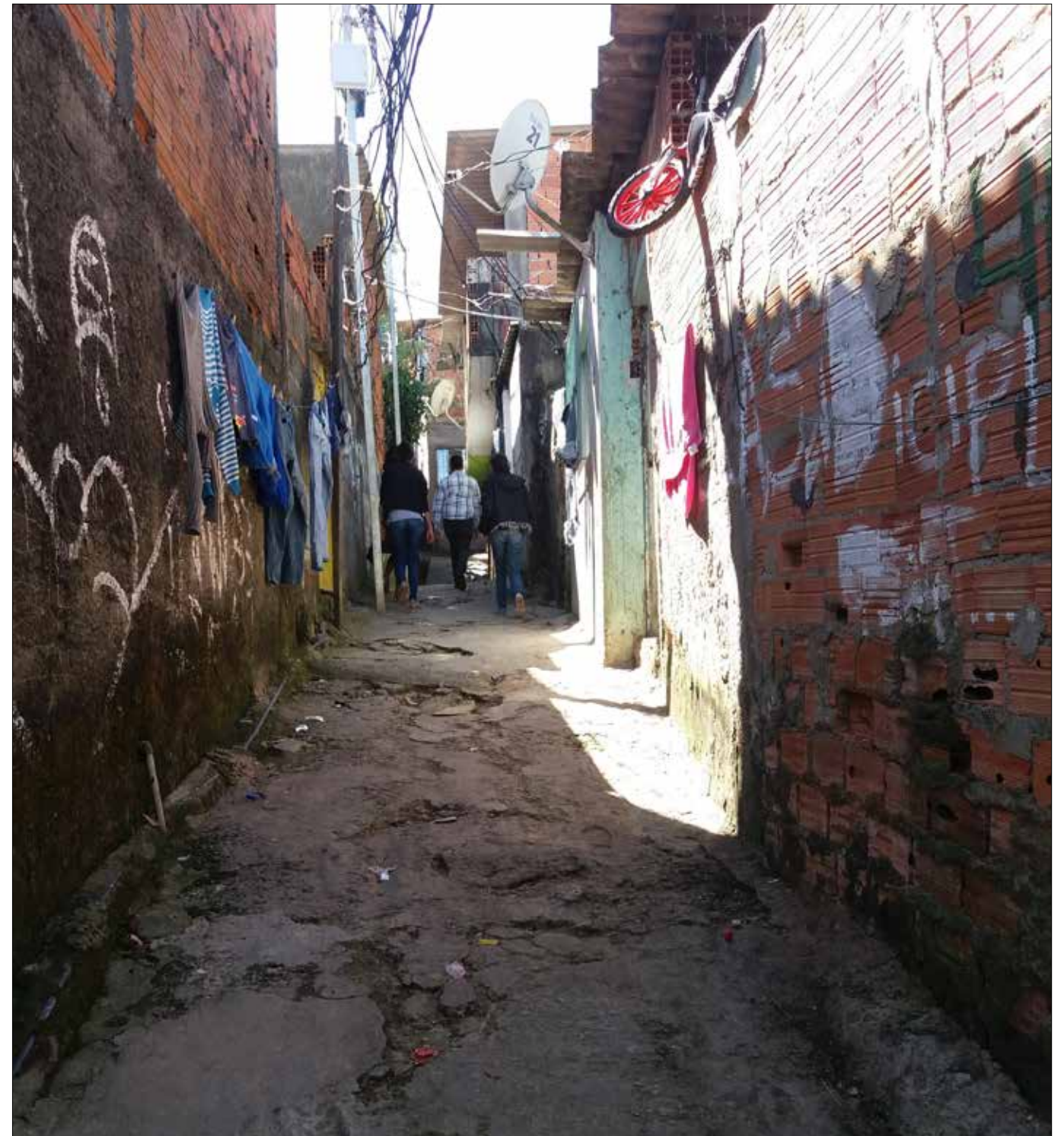
Os elementos em conjunto de Três Marias II fazem sentido de uma totalidade na prática, em ato, no viver junto naquele lugar específico, na movimentação da área, nas suas marcas, ou cicatrizes que se veem pelas ruas, muros, calçadas, na harmonia lenta, mas constante, da vida em conjunto de pessoas-objetos no pertencimento de fazer parte do todo da região, na coesão de uma célula única que vez ou outra recebe algum corpo estranho, mas ainda assim, é o que faz dela uma área de “experiência vivida” de cada um dos sujeitos-membros e dos não-membros.

Todos, estando em presença, em ato na área, também estão em comunhão isolados ou entre si por meio do plano sensorial, pelo efeito de contágio da presença entre corpos, da circulação deles pelas ruas, corredores, vielas, em contato visual, tátil, talvez pelas mesmas preferências ou pela simples vontade de estar naquele e não noutro lugar naquele momento, fora de casa. Todas essas qualidades presentificadas no plano da intersomaticidade conduzem a uma integração social, a um “nós” também em Três Marias II. Um corpo tímico que se entende e que é solidário com parte do seu corpo, com os sujeitos-membros, não estando alheio a um fragmento do conjunto que forma um todo. A uma parte em construção num trabalho solidário de reconstruir uma casa, por exemplo (figura 80).

Essa parte do todo, o morador ou um objeto qualquer isolado e até mesmo quem apenas utiliza a área como passagem para trabalhar ou como objeto de estudos, tem sentido enquanto peça do todo, mas se apartado, não tem o mesmo

FIGURA 80

Trincas, rachaduras e água minando das ruas são constantes e “normais” para a comunidade.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



significado do que estando e vivendo em conjunto, na dinâmica cotidiana de Três Marias II. Seja um cachorro na rua na sua pequenez, uma dona de casa, um trabalhador que apenas dorme no lugar porque vive mais fora, um comerciante que trabalha e vive na área e ainda os que tem morada noutro lugar. Entretanto, todos esses moradores dão lugar a um enunciador maior, que é a própria área, transferindo o seu “eu” daquele do sujeito-membro ou do sujeito-externo, para o “eu” do lugar. Porque a significação é originária desse coletivo e não de uma parte, mas das características ligadas ao local em determinado momento e instante que se permite serem vistas não isoladamente, mas estando numa distinção intrassubjetiva junto de uma vez no “nós” (LANDOWSKI, 2001, p. 45).

3.5 O comum entre sujeitos

O sentido mesmo que emana da somatória enunciada da área que dele faz parte diversos elementos têm ainda traços nos seus objetos que são diferentes na variável organização, mas iguais na organização invariável. Os sujeitos morador e estrangeiro, mesmo incorporados ao lugar, sendo totalmente englobados, colaboram para complexificar o objeto na medida em que são também elementos complexos. Na intimidade e na aparência ou no privado e no público, esses sujeitos demonstram, justamente, por viverem ou estarem em conjunto, uma simulação na prática de falar e agir, em não falar, se absterem de agir ou ainda estarem apenas em copresença. São comportamentos que significam e complementam a significação totalizante de Três Marias II. Uma vez que esses atores sociais, tanto os que integram o lugar quanto àqueles que compõem o não-lugar de Três Marias II, estando, desta forma, atrelados ao regime de visibilidade, presentificam duas ordens, o privado e o público. Sendo o privado, relacionado com a ideia de interioridade, ou seja, aqueles que de uma forma ou outra defendem os interesses de ascensão ou no mínimo de desenvolvimento do bairro e o outro, o público, cujo

interesse publicitário repousa no discurso ora com promessas de campanha, no caso político, ora com obrigação de prevenir ou ainda auxiliar as famílias que vivem naquela área, como é o caso da Defesa Civil (LANDOWSKI, 1992, p. 86-88).

A relação que esses sujeitos têm com o objeto e com outros sujeitos, estando em copresença, interagindo ou não, faz sentido e acaba por presentificar nas suas práticas, isoladamente ou em conjunto, suas virtudes e seus vícios. Essa encenação dos sujeitos vivendo em dinamismo com a área, a de se fazer parecer, vez ou outra, pode, num momento singular, emergir um ser que deixa se apresentar sobre o que parece ser nos estágios na vida em conjunto que às vezes mostra um outro sujeito em intimidade num ambiente público, rompendo com as regras tradicionais, as transgredindo mesmo em conjunto público, mas que isso também é parte integrante próprio e peculiar da área.

É na prática e em relação com o ambiente, contagiado ou não pela presença totalizante da área, que o indivíduo, sendo morador ou visitante em modo público ou privado, dependendo das circunstâncias, apresenta na transição do ser-parecer sua autenticidade. Na qualidade de aparecer e desvanecer o ser e o parecer, surge uma originalidade do ser e um simulacro do parecer-ser desse sujeito que está contagiado pela presença do lugar e o tipo de ambiente que está inserido numa lenta e constante movimentação vivente da área (figura 81).

Na condição de manipular alguém ou um ambiente, a pessoa acaba sendo, pela grandiosidade da área, manipulada na reunião em conjunto com as relações do objeto. Os sujeitos são incorporados na permanente presença do lugar e se mostram em mutação. Principalmente os moradores que vivem na área e são por esta razão mais suscetíveis a serem manipulados pelo lugar que outros que visitam o local em circunstâncias frequentes ou especiais. A imposição que o sujeito deve seguir por este e não por aquele caminho e que deve passar na frente destes ou daqueles objetos ou grupos sociais, é própria do desenho de Três Marias II. Esse sujeito, que precisa seguir regras,

FIGURA 81

*Futebol entre crianças do bairro.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.*



sabendo que há consequências em quebrá-las, faz parte de uma entre milhares de coisas reunidas numa situação. A área, no tempo e espaço, é quem define o sujeito e não o sujeito é o definidor daquele lugar, exceto, talvez, em se tratando de grande personalidade que ofusca por um momento o lugar, mas normalmente são peças do lugar.

FIGURA 82

*Técnicos da prefeitura,
moradores e visitantes
seguem pelo caminho
desenhado no
Boulevard da Paz.
Fonte: Luís Jorge, 2020.*



A transitoriedade das pessoas em relação, vivendo em permanente mudança que pode ser vista tanto pelas marcas impressas no lugar, que indicam alternância, quanto na dinâmica dos indivíduos que em relação são manipulados pelo modo vivente da área, exprimem o cariz de Três Marias II. Porque neles são projetados, nas suas próprias práticas, os gestos, os modos de estar nas aparências descomprometidas que anunciam uma similaridade na imagem de equívocos nos nossos de visitante (figura 82). Esta posição sintática da instabilidade e do papel actancial dos sujeitos em presença, seguindo a ordem convencional do social, complementa o estado de articulação em estar presente e, por manipulação da área, ser contagiado. Esse contágio, que é uma “transformação de estado provocada pela transferência de um objeto entre sujeitos que obedece à lógica da junção”, não permanece apenas naqueles que vivem no lugar, mas é estendido

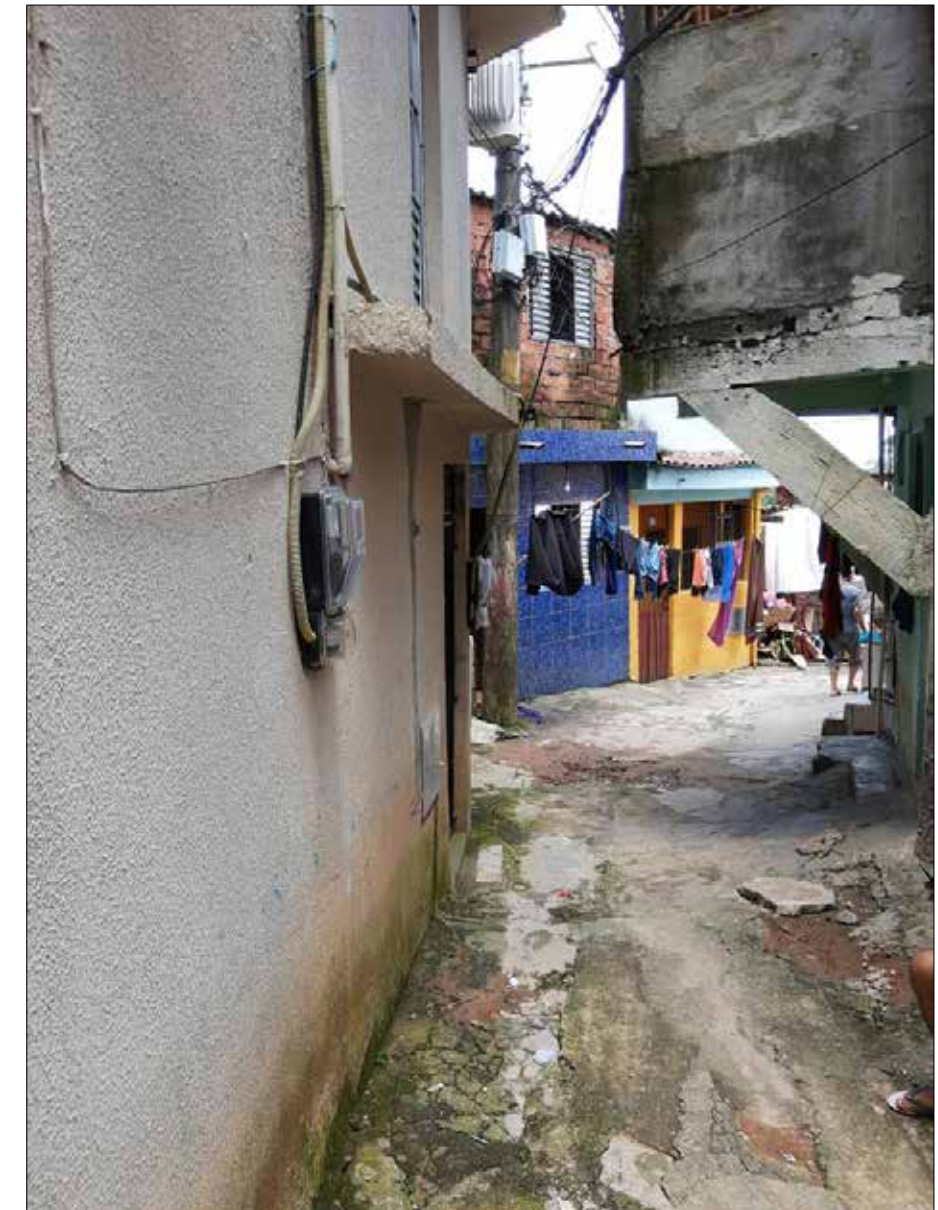
aos que estão de passagem, porque, por mais que queiram se manter impassíveis, são sensíveis aos modos de vida e de ser do lugar (LANDOWSKI, 2014, p. 17; 2001, p. 47).

Esse desvelamento está inscrito nos desdobramentos das práticas dos sujeitos que perpassam da aparência na superfície para um nível mais profundo, na intimidade ou privacidade, descortinando dos sujeitos que envolvem um presente e um passado no deslocamento entre público, estando presente, e privado, estando ausente, para estar em evidência e se subtrair ou imergir e surgir suas práticas significantes. De certa maneira, os sujeitos, pelas distintas origens, morando ou não em Três Marias II, sendo apenas uma partícula dessa imensa área de composição complexa que ultrapassa em anos seus componentes, estão aparentemente em níveis diferentes quando diferem em residir nesta ou noutra localidade, mas são similares em comparação ao todo significante da área. Em síntese, os sujeitos se influenciam mutuamente pelo contágio uns pelos outros que por sua vez são majoritariamente contaminados pela presença desmedida de Boulevard da Paz (figura 83).

Se pode ser pela grandeza e perpetuidade do lugar que enxergamos os sujeitos na sua condição social, mas não única entre os objetos que compõem o todo de Três Marias II é, igualmente, como os vemos na conjunção de conhecimentos e experiências acumulados impressos nas relações microsociais distribuídas em muitas partes em simultaneidade na área. Um coletivo de “nós” se forma em diferentes lugares e ao mesmo tempo, presentificado nas particularidades dos sons, dos aromas, no fluxo de presenças, na disposição dos elementos culturais e naturais numa única enunciação. Mas essa enunciação, que não é isolada na sua particularidade, mas em conjunto, fazendo sentido em processo mutante e ininterruptamente. É um enunciador não vivo na acepção da palavra, mas vivente, enunciando a todo instante e manipulando, sem quase ser notado, os modos de presença dos sujeitos-enunciatários que, por sua vez, reverberam as práticas locais também por contágio (figura 84).

FIGURA 83

Parte de um recorte de moradias da presença majoritária de Boulevard da Paz que determina os modos de presença dos que vivem ou visitam o lugar. Fonte: Luís Jorge, 2020.



Essas práticas contagiosas em Trê Marias II estão inscritas não somente nas marcas e cicatrizes em formatos de rachaduras e trincas imantados nos muros e ruas do lugar, mas no trabalho coletivo, ou melhor, nos micros trabalhos em conjunto aqui e alhures. Aqui e agora visível nos homens enchendo uma laje, se revezando em preparar, carregar numa carretilha e com uma lata despejar o concreto sobre uma casa. E estão alhures, nos audíveis sons de serras, britadeiras e marretas como ferramentas de trabalho para quem também está construindo.

FIGURA 84

Visto em uma parte do tempo, agentes da prefeitura de São Paulo, vistoriam e trabalham em Boulevard da Paz.
 Fonte: Luís Jorge, 2020.



Em contraposição, o construir está também no estrangeiro, naquele que visita e está em transição ou naquele sujeito que tem o lugar como objeto de estudos. Em suma, está na presença de todos em comunhão que de uma ou de outra maneira, estando lá vivendo, fazem parte de Boulevard da Paz até o momento que se apartam da área.

3.6 Impressões iniciantes

Seguindo a proposta sociosemiótica de investigar uma área de riscos de desastres, particularmente no que tange a estesia na noção analítica e operatória, vimos que o lugar se comporta de maneira comum em relação a lugares similares, que o sensível num primeiro momento se sobressai, mas que o inteligível acaba por suplantar em sensibilidade apreendida o sensível pelo conjunto enunciado do local em processo (LANDOWSKI, 2001, p. 52). Entretanto, pode-se querer afirmar, que é necessário estar mais em presença com mais tempo e com maior frequência em Três Marias II, principalmente, em condições adversas, como em dias chuvosos ou de extremo calor. De outro, é preciso percorrer não somente o entorno da área, mas todas as vias de acesso e esparsamente conversar com mais pessoas para se ter igualmente mais impressões a fim de construir o sensível com maior propriedade, pois afetivamente o risco deve ser apreensível e fazer sentido (figura 85).

Nessa construção do sensível, também é possível encontrar, com o devido estudo analítico e na mesma condição, ou seja, naquela onde não existem conceitos naturais definidores, a valoração em se viver na área de Três Marias II. Pela convivência em mais tempo com mais pessoas da área, a pesquisa segue um caminho de atribuição de valores dos que residem naquele lugar, como a condição fraterna de relações amistosas, por exemplo. Um delineamento sobre a apreciação das pessoas e algumas interpretações do lugar podem exigir também uma ponderação, avaliação ou ainda, uma remota,

FIGURA 85

Agentes da prefeitura de São Paulo e técnicos da Defesa Civil de M'Boi Mirim vistoriam casa em situação de riscos de deslizamentos.

Fonte: Maria Aparecida, 2020.



mas possível oportunidade de emissão de juízos de valores. É na esteira do sujeito-morador vivendo em ato que se interessa ou não pelo “objeto e este não lhe é indiferente, que o objeto (bem) tem interesse (ou é útil) em si mesmo, se há uma apreciação parcial, ou um *parti pris*, que o sujeito adota face ao objeto” (PEDRO, 2015, p. 5).

3.7 Erigir o sentido socioafetivo

Dois caminhos podemos tomar para enxergar com mais clareza o edifício quase imperceptível da presença do sentido instalada nos resultados das práticas socioafetivas conduzidas pela comunidade que vive em Boulevard da Paz, Três Marias II. A primeira, de ordem estética, assentada na busca do advento inesperado, onde o sujeito é arrebatado por uma ocorrência na descontinuidade do contínuo da vida ou no acontecimento definido como acidental, e a segunda, de dimensão progressiva e intencional, na qualidade do sujeito em se aproximar aos poucos do objeto resultante dessas práticas em conjunto naquele lugar ou em sociedade (LANDOWSKI, 2002, p. 137).

Ambos os caminhos adotados, também, podem ser apresentados de duas ou mais formas por meio da experiência distante e em *in situ* na região que compreende uma área de riscos de desastres. Mas, para seguir a lógica binária adotada e opondo um trajeto ao outro, foi observada a oposição conceitual do sentir, com sua imediatez em ato do vivido da separação analítica do conhecer e entender na reflexividade, cujo componente se encontra na afetividade sensível da experiência cotidiana compartilhada (FABBRI, 2002, p. 95).

Deste modo, as práticas socioafetivas alcançam duas visões, a primeira, estética e surpreendente, porque não se espera em uma área socioeconomicamente desfavorecida alguma melhoria efetivada pelo poder público ou privado, exceto os que possuem interesse mútuo como a instalação de alguma organização empresarial onde se exige aprovação, por exemplo, do relatório de impacto ambiental ou ainda das práticas erigidas durante a época de eleição, em que políticos prometem melhorias e desenvolvimento social em troca do apoio da comunidade. E a segunda, de ordem construtiva e progressiva, funciona na medida em que o esforço individual e coletivo, quer seja feito por meio das cobranças políticas em promessas pretéritas ou ainda pela insistência em novas melhorias para a sociedade convertidas em direitos sociais que acabam colocando não somente o indivíduo, mas

toda a comunidade para trabalhar ou ainda motivar uns aos outros em prol do bem comum da região, como a instalação de água e luz que, durante muito tempo, não existia em Três Marias II e que favoreceu toda a comunidade (figuras 86).

Ao ofertar essas duas visões, estética-surpreendente e construtiva-progressiva, foi preciso destacar o sentido em ato em Três Marias II visto que foi delineado, além dessas trilhas conceituais, o caminhar sem despençar em outras situações que fogem do principal objetivo de composição das práticas socioafetivas do Boulevard da Paz. Em suma, a começar pela estesia enquanto componente vivido do itinerário ca-

FIGURAS 86

Luís Jorge, líder comunitário, acompanha obras de instalação de saneamento básico em uma das inúmeras travessas do Boulevard da Paz. Fonte: Maria Aparecida, 2020.



racterístico dos que residem naquela região, ou seja, visto que a construção das práticas socioafetivas, convertidas em benefícios comuns, inicia em um pequeno grupo de pessoas que, com conhecimento e atitude perseverante, acaba por levar o conjunto comunitário da região a participar da tomada de decisão e a se beneficiar pelas conquistas nascidas muitas vezes na sede provisória do bairro e em outras localidades de Três Marias II (GREIMAS, 2017, p. 79).

Diferente do objeto estético, onde a surpresa inesperada reside em algo indistinto destituído de “beleza, bondade, verdade ou falsidade”, o resultado das práticas socioafetivas de Três Marias II, o altruísmo, é da ordem da filantropia e se opõe ao egoísmo. Deste modo, indica o interesse pelo próximo com certo princípio de moralidade que habita algumas pessoas daquela comunidade. Isso está em destaque não no que se fala de uns sobre os outros, mas no que se enxerga materializado em parques, praças, assistência aos necessitados junto à Defesa Civil e mais ainda na conquista de serviços essenciais de água e luz, decorrência de muitas reuniões coletivas em busca de melhorias para toda a comunidade. Só é possível ultrapassar a concepção dual entre sensitivo, na qualidade de ser empático, e cognitivo, no aumento do saber, por meio do que é produzido em ato, não somente em simples atitude do vivido, mas concretizado na conduta individual ou coletiva com característica benevolente e com vistas tanto ao bem individual quanto ao benefício comum, marca diametralmente distante da pura reflexão e mais ainda do egocentrismo (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 52) (GREIMAS, 2017, p. 79) (figuras 87).

Esse altruísmo, entretanto, pode ser fragmentado em significações mais precisas quando deparado por uma organização discursiva subordinada ao fazer cognitivo. No lugar de ser dessemantizado ao perder conteúdo parcial em benefício de um significado global, responde pela ressemantização da prática como a virtude (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 131). Assim, altruísmo, nesse aspecto, suplanta a concepção sensitiva, na qualidade empática, e cognitiva, no aumento do saber,

quando a virtude é revestida pela caridade, solidariedade e amparo ao próximo. O fazer cognitivo, dessa forma, descreve o discurso objetivo da virtude "que corresponde ao latim *virtus*" ao distinguir uma raiz em *vir*, associado à valentia das pessoas que, por extensão, evoluiu a uma pluralidade para contemplar as virtudes em nível geral (ETIMOLOGIA, 2019).

Assim, a virtude, como categoria maior, está associada a ideia de generosidade, justiça, coragem ou solidariedade. Pode-se dizer, deste modo, que uma pessoa é virtuosa quando possui qualidades morais diferenciadas ao possuir como timoneiro da sua vida a caridade, a solidariedade e a prática em amparar os mais necessitados. Essas alteridades no lugar de serem sintetizadas e encerradas em uma nomenclatura, podem ser vistas analiticamente no seu estado ressemantizado quando fracionadas na sua significação. A caridade do latim *caritas.ātis*, ternura, amor, por exemplo, pode ser dividida em episcopal e laica. A primeira está sustentada no amor a Deus e ao próximo, sendo a caridade uma das três virtudes teológicas, ou seja, disposição para ajudar o próximo, tendência natural para auxiliar alguém que está em uma situação desfavorável e ser benevolente ou ter piedade (DICIO, 2022). A segunda, a solidariedade, variação laica da caridade, se manifesta na "ação caritativa" que, apesar de fazer parte da tradição dos cristãos, é uma motivação moral independente das crenças religiosas. Se a caridade tem dimensão vertical, a solidariedade, por outro lado, tem origem horizontal e significa tratar o outro por igual porque aquele que tem muito renuncia uma pequena parte para oferecer a um necessitado (ETIMOLOGIA, 2019).

A caridade também é vista ou tem significação em diferentes palavras como compaixão, bondade, benevolência, piedade, misericórdia, beneficência, generosidade, humanidade, prodigalidade, liberalidade, filantropia, magnanimidade, munificência etc. Além de significar o ato de amparar ou proteger alguém ao possibilitar a essa pessoa um local de refúgio ou abrigo, a caridade está ligada a virtude do altruísmo. Desta maneira e por consequência da história de M'Boi Mirim, onde

FIGURAS 87

Com intuito de evitar novas invasões, foi idealizado, a pedido da SEHAB-HABI-SP, projeto de áreas de lazer para o Boulevard da Paz.

Fonte: Arquitetos Urbanistas S/S e VillaNova.
<https://bit.ly/3eB2mBR>. ©



o primeiro povoado foi indígena, também pode ser medida, semanticamente falando, nas línguas Tupi e Guaraní. Entretanto, a palavra caridade nas línguas indígenas significa tanto caridade como solidariedade e ambas estão consubstanciadas na palavra amor. Dooley (1998), no seu *Léxico Guaraní, dialeto Mbyá*, destaca que amar ou gostar de alguém no Tupi está no verbo *-ayvu*, sendo *joayvu va'e* "alguém que gosta dos outros", *mborayvu* é "amor pelos outros", *mborayvu rupi jaiko* significa que "vivemos em amor pelos outros" e *porayvua rupi jaiko* é "vivemos em amor pelos outros". Já o pesquisador Barbosa (1951), no seu *Pequeno vocabulário Tupi-Português*, salienta que amar ou gostar de alguém como amigo e fazer o bem a essa pessoa estão nas palavras *moraussubora*, sendo "alguém amoroso", *joaussuba*, que é "amar reciprocamente" em uma amizade ou fazendo caridade, *poraussuba* ou *moraussuba* é "amar pessoas" ou "amar os outros" ou ter "amor" e *joaussuba* significa "amarem-se uns aos outros".

Em vista disso, tanto na semântica quanto na etimologia do significado da palavra altruísmo se estendem na caridade e na solidariedade, passando pelo amparo como esconderijo pessoal e chegando na ressemantização da virtude do amor nas línguas indígenas como práticas notórias de ações coletivas. Desta forma, o altruísmo nesse contexto específico se furta da condição sociológica da observação e análise dos fenômenos sociais como estabelecimento de uma tipologia das formas de associação para, na etnologia, alcançar a intelecção ou "interpretação exata das formas e dos conteúdos culturais" ao conquistar uma amplitude de práticas dos fenômenos no Boulevard da Paz em uma posição expandida de ajuda humanitária (BALDUS; WILLENS, 1939).

Assim, em contraposição às práticas notórias de individualismo e de materialismo, com vistas ao proveito próprio, nasce um sentido do belo, com bom perfume, de "esperança de uma vida verdadeira, em união entre os sujeitos que em copresença se descobrem no viver juntos. Ao mesmo tempo que o sabor de eternidade, deixa o ressaibo da imperfeição" (GREIMAS, 2017, p. 79). Imperfeição e ressaibo do bom perfume porque

o altruísmo, neste caso particular, é um sentimento gerado no seio coletivo de Três Marias II, e também porque, independente de onde seja o lugar, diz respeito a pessoas fugindo ou não dos seus próprios interesses que, vez ou outra, abrem mão do individualismo para, em conjunto, lutar por melhorias a todos que vivem no Boulevard da Paz, independente se seus moradores trabalharem ou não, se são velhos, jovens ou crianças. Esse sentimento de altruísmo coletivo difere de outros não somente em práticas individuais ou materiais, mas na sua constituição, situado na nascente da percepção organizada nas dimensões biomática, respectiva ao corpo, e geomática, exclusiva do espaço, ou seja, do objeto construído (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 156). Porque ambas, em união, operam as modalidades sensoriais, as ambientais: visão, audição, olfato e paladar; as corporais: tato, vestibular e propriocepção (WILLIAMSON; ANZALONE; HANFT, 2000, p. 97). Os resultados do esforço coletivo para o desenvolvimento de melhorias em Três Marias II não podem ser medidos e muito menos categorizados em uma competência estética, mas no seu conjunto, uma vez que o fruto do altruísmo repousa em diferentes tipos de benefícios que proporcionam desde conforto, na distribuição de rede de energia, até diversão, na instalação de lugares de recreação no entorno da área.

Deste modo, os sentidos extraídos das dimensões corporais e espaciais, responsáveis pela constituição perceptiva do altruísmo, operam por meio de órgãos receptores sensoriais que captam estímulos do ambiente, os exteroceptivos, propriedades descendentes do mundo exterior e os interoceptivos, relacionado com as variações de sensibilidade produzidas no interior do corpo (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 175). Os exteroceptivos, estímulos gerados fora do corpo, são distais e atuam naquilo que se enxerga materializado em novas praças, nas instalações de fiação elétrica, em condutores de água e esgoto, no que se ouve notoriamente da população sobre as melhorias conquistadas e daquilo que se sente pela substituição do mau cheiro dos córregos de esgotos a céu aberto que foram trocados pelo perfume de flores e plantas dos novos parques. Já os interoceptivos, estímulos produzidos dentro do corpo, são proximais

e exercem força na tatilidade em se poder colocar as mãos nos parques e praças e usufruir de um banho quente na residência, além de poder, com o benefício de água e luz, produzir produtos e se alimentar de maneira satisfatória, sem precisar recorrer ao fogão à lenha, querosene ou ainda aos serviços externos de entrega de comida (BOGDASHINA, 2003, p. 147) (figuras 88).

Esse sentimento de altruísmo, em uma atitude de amor ao próximo, não pode ser mensurado apenas pelo que é visto ou ouvido daquilo que foi feito, mas e além disso, pelo que é sentido e do que faz sentido porque seu resultado está não apenas em desfrutar de alguma coisa, mas no seu usufruto, na medida que são utilizados todos os sistemas perceptivos

FIGURAS 88

Instalação de água e luz proporciona conforto em uma área que era, até 2020, destituída dessas condições básicas.

Fonte: Luís Jorge. ©



para usufruir daquele esforço coletivo capaz de fazer com que todos, por maior insensibilidade que exista, sejam capazes de perceber pelos sistemas olfativo (percebendo odores e aromas nas novas instalações físicas), visual (vendo as melhorias da região), auditivo (ouvindo sobre as novas qualidades), gustativo (desfrutando da alimentação produzida pela instalação de gás e luz), tátil (tocando as áreas construídas para diversão e lazer), vestibular (desfrutando dos movimentos corporais nos espaços antes obstruídos e que hoje são lugares funcionais e de lazer) e proprioceptivo (usufruindo dos estímulos produzidos pelo organismo por meio de informações inconscientes dos músculos e articulações que o conjunto das melhorias proporciona) (figuras 89, 90 e 91).

FIGURAS 89

Casas em alto risco de deslizamentos de terra.

Fonte: Luís Jorge com fotos de 2011 sobre imagens de Nilthon Fernandes, 2018.

O estado da filantropia, de gratidão pelos benefícios e desenvolvimento estrutural e social em Três Marias II, movimentou não somente a configuração da paisagem e as melhorias comunitárias do lugar, mas altera substancialmente o estado das pessoas que vivem naquela região. Essa sinergia in-



FIGURAS 90

A pedido da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC), essas casas mapeadas foram removidas pela Subprefeitura de M'Boi Mirim pelo altíssimo grau de vulnerabilidade diante dos deslizamentos de terra.
Fonte: Luís Jorge com fotos de 2011 sobre imagens de Nilthon Fernandes, 2018.

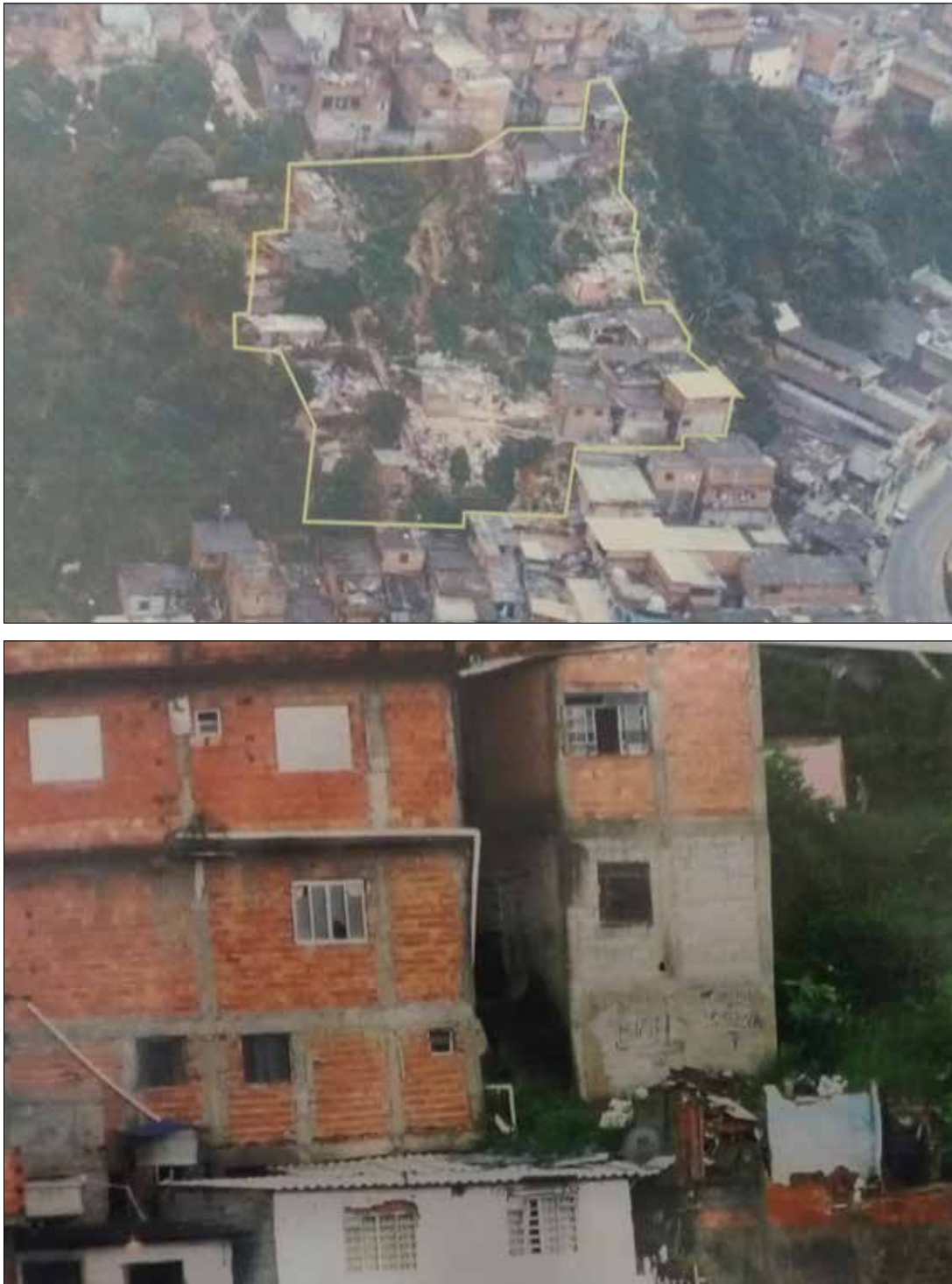


FIGURA 91

Depois da remoção das casas, as famílias foram deslocadas para outra região com atendimento feito pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



centiva áreas cognitivas profundas nos sujeitos e levemente acessível a outros estímulos assentados, como por exemplo, no emotivo. Baseado nos estudos de Williamson, Anzalone e Hanft (2000, p. 98), esse processamento enriquece também os sentidos a partir do córtex cerebral, como as áreas primárias de projeção da sensibilidade e motricidade e áreas secundárias de associação, como as de funções psíquicas complexas. Além, naturalmente, da parte somestésica, a de sensibilidade somática geral, como os impulsos nervosos de dor, temperatura, pressão, tato e propriocepção consciente, conduzindo o sujeito a desfrutar dos benefícios mutacionais de Boulevard da Paz.

Assim, seguindo essa linha de transformação do sujeito, a figuratividade, que é o altruísmo, isto é, os benefícios coletivos proporcionados pelo estado filantrópico instalado no lugar e que refletem coletiva e individualmente nas atitudes das pessoas, parece decorrer, como analisa Greimas (2017, p. 82), “da nossa leitura socializada que se projeta à frente as vestindo e as transformando em imagens, interpretando as atitudes e os gestos, inscrevendo as paixões nos rostos, conferindo graça aos movimentos”. A transformação, resultando em um processamento gradual no vivido em motivação para, a cada dia, possibilitar ao indivíduo instalado na comunidade do Boulevard da Paz, seguir em frente a procura de mais desenvolvimento e moradia digna e segura à coletividade, o que concretiza nos projetos que confirmam planejamentos futuros (GREIMAS, 2017, p. 82).

Porém, essa alteração compreensível de sentido do altruísmo, que está cravada nos objetos resultantes dessa prática socioafetiva, proporciona uma segunda visão que, inversamente e subjacente das formas plásticas à frente das formas iconizáveis, reconhecendo nelas correspondências nas cores, nas formas e em outros formantes mais ou menos desfocados aos quais se apresentaria a atribuição de novas significações, sejam essas significações desenhadas pelo amor ao próximo, pela ausência do egocentrismo, ou ainda pelo princípio supremo de moralidade, referente a um sujeito que não é inte-

resseiro, ou seja, que não ajuda os outros com o objetivo de obter algum benefício em troca, mas um indivíduo dotado de sensibilidade que se posiciona, mesmo que brevemente, no lugar da outra pessoa (GREIMAS, 2017, p. 73-74).

Em suma, essa figuratividade nos objetos e serviços, cujo qualificativo provém do conteúdo que emana das práticas socioafetivas em Três Marias II e imantada onde o agrupamento converte-se em altruísmo, é a rede do paracer que deixar entrever uma outra possibilidade além desse sentido ou àquela, por conta de sua imperfeição, de uma sensibilidade estésica (GREIMAS, 2017, p. 91). De tal maneira que o indivíduo morador e destinatário de Três Marias II, não apenas reconhece o que para ele foi destinado como privilégio, mas torna-se um outro sujeito, também motivado e motivador de uma transmissão benevolente de condutas que, como em um contágio beneficente, nas palavras de Landowski (2014, p. 18), “sente o sentir do outro e, por uma espécie de performatividade da copresença sensível, a percepção das manifestações somáticas de certos estados vividos por outros tem o poder de nos fazer experimentá-los”. Isso que acaba por transformar-se em um destinador cujas práticas, antes pouco mobilizantes ou mesmo indiferentes, tornam-se em costumes positivos tanto em favor de si ou da própria família quanto em prol de todos, resultando em ganhos à comunidade (figuras 92 e 93).

A construção do sentido em ato vivido em Três Marias II movimenta-se por duas instâncias: de ordem figurativa, nas atitudes, onde as pessoas em conjunto lutam por uma comunidade mais unida e com melhores condições de vida com redução de risco de deslizamentos de terras; e de ordem conceitual, onde é possível visualizar comportamentos cuja marca denota simplicidade no modo de viver e refinamento na atuação coletiva de benfeitorias para o coletivo social (GREIMAS, 2017, p. 82-83). Um exemplo que atravessa as ordens figurativa e temática, estabelecido na ideia de compreensão, pode ser alcançado na idealização do valor inscrito no sentido háptico em negação ao óptico. Na maneira como é ressaltado os odores da comida caseira que emanam das



FIGURA 92
*As práticas construtivas de ordem estrutural são ultrapassadas pelas práticas coletivas de articulação solidária proveniente das praticas políticas dos líderes comunitários. Os líderes mobilizam diferentes órgãos que, em conjunto, subsidiam cestas básicas, produtos de higiene, medicamentos, brinquedos e doces. Um desses organismos é o Grupo Mulheres do Brasil (<https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/>), os outros são o G10 Favelas (<https://g10favelas.com.br/>), a Plataforma São Paulo Mais Humana do Fundo Solidário do Governo do Estado de São Paulo (<http://www.spmahumana.sp.gov.br/sobre/>) e a Cidade Solidária, iniciativa da Prefeitura de São Paulo e de diversas Entidades da Sociedade Civil Organizada. (<https://www.spcidadesolidaria.org/>).
Fonte: Maria Aparecida e Luís Jorge, 2020.*



FIGURAS 93
Fonte: Maria Aparecida e Luís Jorge, 2020.

casas em oposição ao visual distribuído no perfil do bairro (figuras 94). Em especial, na tatilidade, essa faculdade de sentir ou de ser sentido pelo tato, e também na percepção metonímia do aroma do prato que consubstancia os ingredientes servidos do almoço em um restaurante improvisado na garagem de uma casinha. Bem como no atendimento recebido e nessa degustação de saborear o prato com suas características que se iguala a outras refeições servidas em qualquer parte da cidade. Dando a entender, deste modo, que essa comida, apesar de servida num lugar específico, por ser comum e usar os mesmos ingredientes e o modo de preparo, está presente em muitos lugares de São Paulo.



FIGURAS 94

O trabalho coletivo da comunidade é manifestado pelo cultivos de hortas com frutas e hortaliças, pela oferta de legumes, preparo e distribuição de marmiteix à comunidade.
 Fonte: Luís Jorge, 2020.

Deste modo, o perfume aromático e o sabor da comida, marca o tipo familiar dos bons costumes e valores sociais, coincidindo como aquilo que subjetivamente pode ser reconhecido como algo singular na medida em que aromas e sabor relembram refeições saboreadas em outra época, individual ou coletivamente ou ainda em um ambiente familiar onde pratos similares foram servidos. Porque aromas e sabores, do ponto de vista do lugar, atendimento e mais ainda da refeição, conduz o comensal a dois ambientes: o saborear naquele momento e outro lugar do prato enquanto correspondência da lembrança de ter saboreado um prato similar ao que está sendo servido. Porque, como afirma Greimas (2002, p. 100), "ainda será necessário que as harmonias aromáticas, escondidas sob suas denominações de origem, desvelem no sujeito suas coalescências e suas correspondências para guiá-lo, por fascinações atroz e exaltantes, em direção a novas significações resultantes de uma conjunção carnal e espiritual íntima, absorvente, com o sagrado", com o imemorial e passado remoto de boa vizinhança e cultura.

3.8 Da razão a sensibilidade

O altruísmo instalado no Boulevard da Paz está figurativizado na ajuda mútua de construção de casas e de mobilização social para oferecer, além dos sistemas básicos de energia e saneamento, cestas básicas e diversos outros produtos. Manter essa prática, desde o início da pesquisa, mostra um eixo invariável, aquele que oscila entre o sensível e o inteligível e está situado em um relato praticável. Ou seja, o sujeito, inserido no tempo e espaço do mundo natural, por essas práticas, acaba por um momento deixando de lado aquilo que a consciência exige ao substituir e fazer desvanecer uma visão analítica de explicação racional para adquirir uma competência estética em prol da sensibilidade do sensível (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 2). É ser sensível as essas ações que acolhe o outro, o menino e a menina, pais, comerciantes, enfim, a comunidade. Esse sujeito reconhece que é capaz também de ser parte de uma "família" do Boulevard que quer ser e ter Paz.

De tal maneira que essa percepção exógena sobre as práticas benéficas do lugar como fenômeno do mundo natural, altera não somente a consciência endógena do sujeito na sua qualidade cognitiva, mas também o corpo que em união ao cognitivo mostra que a consciência e a prática do altruísmo podem se unir para um único fim de transformar a própria casa como comunidade e comunidade em casa. Assim, como sujeito perceptivo vivenciando em estado sensível essas ações em conjunto, acaba por ser arrebatado dos significados nos seus sentidos, na ruptura da cotianidade, para ser dilapidado pelo sentir da sensibilidade como resultado das práticas de comunidade na sua acepção mais latente (FABRI, 2002, p. 97) (figuras 95).

Elas próprias, essas malhas de conhecimento da sensibilidade, acabam por tornarem-se entrenchamento do sentido, impedindo a ressemantização do que para a maioria seria comum ao cotidiano, mas para aos que residem em Três Marias II com algo de suma importância, de especial encantamento com as práticas de altruísmo, à primeira vista, na condição banal de utilização funcional de todos os dias de nossa vida, para uma excelente coisa, mesmo extraordinária aos que sempre foram privados de serviços básicos.

De forma, esses comportamentos sustentados na sensibilidade, são deslocados da cotianidade, antes programados e otimizados, aos poucos perdem seus significados, de tal forma que os programas não precisam mais serem uma a um controlados porque as mínimas práticas são convertidas a partir de um diagnóstico em uma previsão baseada em fatos e dados reais e atuais, que pode indicar o provável estágio futuro de um processo de desenvolvimento do bairro (GREIMAS, 2017, p. 89-93) (figuras 96).

Assim, na enunciação global conferida por um lugar de práticas da condição empática e altruística instalada em Três Marias II, o morador e sua relação com a localidade, se coloca em um novo espaço de transição na condição de viver, ou pelo menos, de vivenciar o dia a dia com menor dificuldade.

FIGURAS 95

Além das cestas básicas e almoços coletivos, os líderes comunitários, por meio de articulações políticas, proporcionam a distribuição de brinquedos, cadernos e chocolates às crianças da comunidade.
 Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.



**FIGURAS 96**

Depois da instalação de iluminação nas vias públicas, os testes. Exemplo de comportamentos ainda não programados, substituídos por gestos e prognósticos.

Fonte: Luís Jorge, 2020.



Ele é capaz de perceber a redução da sensação de perigo diante do iminente risco de deslizamentos de terra e ante a possibilidade de se fazer ser e de poder fazer os outros também serem agentes transformadores que se ajudam mutuamente e levam o bairro a uma disposição não somente suportável, mas agradável onde todos possam conviver (FABRI, 2002, p. 98) (figuras 97).

Essa possibilidade de viver e conviver com o mínimo, mas humanamente individual e em coletividade está ajustada na esfera do altruísmo e propicia aos sujeitos um resultado imanente de sentido e de valor sincrético, ou seja, sistema de iluminação subordinado aos sistemas geológicos, hidrológicos e arquitetônicos, que participa da condição cultural daquela comunidade. Porque é a comunidade é dotada de memória que comporta na significação múltiplos sentidos por meio de uma rede complexa com outros objetos e mais pelas práticas significantes inseridas na vida de todos da comunidade, de sorte que o bom perfume dessas práticas alcança a coletividade e vai além das fronteiras do bairro, como resultado de experiência possível e bem-sucedida. De natureza igual, entrevê-se, segundo Greimas (2002, p. 84-85), de “uma carga estética que é introduzida na funcionalidade da rotina, em um desejo de conduzir o cotidiano em direção a um alhures (figuras 98).

Esse valor erigido pelo altruísmo está, em decorrência de um estado de desprovimento de serviços básicos, sustentado nessas práticas e em oposição ao que se está vivenciando, alcançando um lugar deslumbrante que a comunidade como um todo apreende, sob o parecer das coisas, outro sentido, ou seja, um sentido que lhe daria imediatamente acesso a outro mundo, no qual, por último, ela conseguiria se reconhecer como sendo aquilo que pode ser assimilado em uma comunidade próxima do ideal. Desta maneira, se por um lado, os serviços básicos são comuns aos que vivem em um bairro cabal, por outro, para eles do Boulevard da Paz, o comum e o monótono são incomuns e estimulante e deste modo justifica-se o caráter deslumbrante uma vez que na

FIGURAS 97

Exemplo de coletividade onde a líder comunitária, em conjunto com pessoas da comunidade, na figura de agentes transformadores, se ajudam mutuamente, estão juntos a pintar os muros das ruas do Boulevard da Paz. Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.



FIGURAS 98

A articulação política com a iniciativa privada, que alivia e concede esperança à comunidade, é a distribuição de tickets de alimentação. Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.



privação desses serviços o sujeito passa a sentir falta dos elementos antes rotineiros para a maioria das pessoas (figuras 91). Essa inversão do sentir sentindo o mundo específico em Três Marias II, no que tange o sujeito entediado ser motivado pelas práticas altruísticas, equivale para alguns de boa vontade a substituir o período de folga por essas práticas, porque e, por outro lado, segundo Landowski (2002, p. 133), “os dias de trabalho e de rotina, o cotidiano e alguns raros momentos fora do comum: as escapatórias, são instantes de bem-aventurança que, rompendo a continuidade do prosaico, animam” o morador daquele lugar a enfrentar melhor tanto uma semana de trabalho quanto seus dias de descanso, uma vez que alguns acabam por se mobilizarem a ajudar o próximo (figuras 99).

Mesmo que esses interstícios aprazíveis de benfazejo remetam à ordem espiritual e mesmo inescrutável, na esfera social de reconhecimento comunitário ou na espiritual de não ter recompensas terrenas, ao mesmo tempo conduzem a uma temática mais corriqueira do dia a dia, a da folga do encorajamento das condutas beneficentes. Não somente nas conhecidas festas coletivas como o carnaval no *Palco M’Boi Mirim*, do programa *Adote uma praça*, dos projetos *Olhe o Degrau* e o *Dia do Desafio*, mas principalmente na doação de tempo para assistência mútua uns pelos outros, em que o estado de tédio ou desânimo é modificado pela forma do que é o mundo externo. Essa transformação, de uma determinada prática sensível do ambiente, no lugar de manter-se distanciada e quase imperceptível como ainda estava no instante anterior, como diz Landowski (2002, p. 131-132), “de repente entra, por assim dizer, nele, absorve-o, domina-o, impõe-lhe sua presença e, por meio de uma comoção estética, revela-lhe justamente esse sentido outro, a espera do qual ele se havia consumido”.

Assim, a primeira parte daquilo que antes estava no automatismo, ou seja, no cotidiano monótono é, segundo Landowski (2002, p. 132), “caracterizado como um regime de significação puramente ‘denotativo’ em relação a uma vida aplan-

FIGURAS 99

Com a instalação de energia elétrica e a restauração de redes de energia noutra parte da comunidade, a maioria das famílias do Boulevard da Paz, possuía geladeira velha e antiga que consumia muita energia. Por meio da organização de lista pelos líderes comunitários composta a partir do Cadastro Único, essas famílias foram beneficiadas pelo programa Luz Solidária da Enel Compartilha Eficiência, onde puderam substituir antigas geladeiras por outras mais eficientes, com menor consumo de energia elétrica.

Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.
<https://bit.ly/3gfJHNR>



da, enquanto que o outro regime, aquele em que se torna possível o advento de um sentido diferente, denominado justamente 'outro', é descrito como pleno de um conteúdo 'deslumbrante' cuja apreensão permitiria vislumbrar, além do parecer, o próprio ser das coisas". Significa que um ser morador e destinatário da sociedade satisfeito em contribuir para a construção do bairro e, em contrapartida, para a edificação espiritual do próprio ser, contribui para restituir as coisas como elas são e que podem tornar a ser (figuras 100).

De forma global e mesmo nessa linha, a comunidade se volta para o estímulo e é atraída pelo mundo, de modo que o coletivo e de variedade pontual mostra que o indivíduo tenta

empreender a restituir serviços que antes o morador estava privado para que a comunidade torne-se, invariavelmente, um núcleo minimamente com condições de viver com certo conforto, uma vez que nem somente os riscos de desastres denotam o pior dos perigos, mas todas as atribuições próprias das pessoas como criminalidade ou os problemas financeiros. Igualmente, as sensações ou, segundo Merleau-Ponty (2011, p. 283), as "qualidades sensíveis, estão longe de se reduzir à experiência de um certo estado ou de um certo *quali* indizíveis, mas se oferecem como um cariz motor e se revestem de uma significação vital", na dimensão em que essas significações espriam a experiência desaguando em atitudes benéficas para o indivíduo e todos da comunidade.



FIGURAS 100

A chegada do caminhão cheio de cestas básicas promove a mobilização da comunidade em ajuda mútua na distribuição da cestas de acordo com uma lista pré-definida pelos líderes comunitários. Na imagem central, o líder Luís ajuda na doação.

Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.

Sendo assim, a visão noemática, que antes de ser produto da inteligência e posteriormente da experiência e mais da sensibilidade, Boulevard da Paz, na ausência do fazer dos órgãos governamentais, passa a presentificar um exemplo humanitário e acaba por se encontrar figurativizada nos objetos e nas práticas socioafetivas e deste modo desvela sua unidade primária para depois engendrará-la a partir da proposição de que, ao longe das línguas e mundo naturais não estarem separados, mas entrelaçados como um todo único, tanto o sujeito quanto o objeto nesta mundo natural estão originariamente em estado nascente porque são postos e não dados em uma reversão constante entre agir e sofrer, mas nas sinuosidades, na substância do mundo, sempre prontas a se fazer e a se desfazer (FABBRI, 2002, p. 98-99) (figuras 101).

É certo, porém, que essa tautologia ajustada no dia a dia pode ser interpretada pela falta de informações e, por isso, a diminuição da vida interior do indivíduo à quietude, como pela ausência completa de motivação, uma vez que estando a viver em um lugar sempre em construção, impede que o sujeito se mobilize para colocar em prática o altruísmo ou mesmo ter empatia para em conjunto construir ou reconstruir aquilo que lhe faz falta, o projetando, em sentido inverso, do sentido na direção da insignificância (figuras 102).

De outra forma, retomar a compleição do estésico para a assimilação estética no desdobramento dos processos, dos ritmos, da combinação de uma sintaxe do sensível que prossegue o fio que “trama a história do sublime” em uma satisfação de dever cumprido (FABBRI, 2002, p. 102) (figuras 103). Se afastando, enfim, de uma anestesia do mundo atual e generalizada, de uma estética sem obstáculos que reencontra uma semiótica do valor ou em uma vida mesmo que pouco aprimorada, mas plena de sentidos. Mediante a este gotejamento súbito que oculta outra realidade, a experiência do real, deste modo, transforma-se em algo de precioso indelével, que leva o sujeito ao aspecto inicial de uma mente que se furta de toda falta, sendo “o despertar e o (pré)destinar-se de uma pro- tensividade; uma valoração, antes de qualquer investimento

FIGURAS 101

Na Páscoa foram compartilhados caixas com ovinhos de chocolates tanto para crianças quanto para os adultos.

Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.





de valor (FABBRI, 2002, p. 107). Que faz com que o sujeito se desloque das coisas pequenas do dia a dia para um combate silencioso pela beleza, para resgatá-la do mundo, desse mundo desafiado de qualquer grandeza, “em todas as horas de suas jornadas, um pouco desse resplendor do ser ao que nossa imperfeição nos inclina”, na existência da consciência ou daquilo que se afirma como ela (DORRA, 2002, p. 123).

Em suma, na retomada do vivido material e espiritualmente quando e mesmo no primeiro povoamento indígena do Rio das Cobras Pequenas antes de 1600 para, em 1607, a instalação da Nossa Senhora de Assunção de Ibirapuera, para depois

FIGURAS 102

Além dos benefícios estruturais e da alimentação, não foi deixado de lado as mulheres que necessitam de produtos de higiene pessoal ou de fraldas aos recém-nascidos. Na página à esquerda, a líder comunitária Cida distribui fraldas a uma mãe gestante do Boulevard da Paz.

Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.



em 1852 quando, o jesuíta M'Boi, instituiu a comunidade que hoje é Três Marias II. Mesmo por pequeno período, porque está na idade de quem continua existindo em constância daquele lugar onde nasceu, nas cercanias de um rio das cobras quando ainda se reuniam índios, antes de 1607, época pretérita, cuja relação espiritual, por mais longe que esteja, remete ao *Anno Domini* das Três Marias II que, em algum período desse percurso, e não se sabe exatamente quando, se deu o primeiro ato de altruísmo e que hoje perdura, independente de quem esteve ou esteja no mesmo lugar²⁵.



25) No Boulevard da Paz, até o fim dessa pesquisa, segundo o líder comunitário Luís Jorge, 15 pessoas foram infectadas pelo Sars-Cov-2 no surto da Covid19 e não teve nenhuma vítima fatal.

FIGURAS 103

Com movimento da Associação Mulheres do Boulevard da Paz e do projeto Enel Compartilha Empreendedorismo, foram distribuídos álcool em gel e máscaras para a prevenção do surto da Covid19, além de cestas básicas à comunidade. À direita, integrantes da comunidade beneficiados pelos produtos de proteção.

Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.
Para informações sobre o projeto:
<https://bit.ly/3vhguXf>



A questão de conduta religiosa, desde muito tempo, não está constituída somente no catolicismo primário da Nossa Senhora de Assunção de Ibirapuera ou no simbolismo religioso indígena dos índios Guaianás ou dos Tupis, mas, inicialmente, no catolicismo e depois no protestantismo, nas denominações animistas, kardecistas, episcopais, metodistas, luteranas, batistas e atualmente no pentecostalismo e no neopentecostalismo. Desde que a colonização portuguesa instituiu no Brasil a religião Católica Apostólica Romana até quando a Constituição Republicana de 1891 determinou o Estado laico, a configuração de “religiões passou por diferentes mudanças ao longo da história de maneira que a combinação de cultos de origem católica com outros indígenas e africanos garante ao país um dos panoramas religiosos mais sincréticos do mundo” (ONU, 2015, p. 1).

Porém, para um pensamento teológico-político, onde é instituído um conceito simbólico religioso, tanto o catolicismo e o pentecostalismo quanto o neopentecostalismo agem sobre os imaginários políticos na produção de identidades, fortalecendo as diferenças sociais, uma vez que a questão política e religiosa são dissociadas na forma de governo, mas associadas na prática quando políticos nos seus discursos recorrem a religião para justificar ações, promessas ou mesmo punição quando um desastre ocorre, culpando as entidades transcendentais pelas chuvas e demais problemas de ordem social, política e econômica do país²⁸ (CORTEN, 2001, p. 149-150).

Esses imaginários políticos, por meio de fórmulas e rituais como milagres, libertação de espíritos contrários, bênçãos e louvores, que circulam pela diversidade de pontos digitais pelas redes sociais e fisicamente pela circulação de enviados a lugares distantes territorialmente, integram as respostas da tradução desses imaginários políticos, os da transparên-

28) Muitos são os casos em que governantes culpam as chuvas, a natureza ou mesmo São Pedro pelos desastres no Brasil. Em 2009, o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), culpou a natureza pelas enchentes e deslizamentos de terra na cidade de São Paulo. Segundo ele, “foi uma chuva inusitada. Mesmo que estivesse tudo impecável seria inevitável haver problemas graves. [...] Temos de rezar para que isso não se repita”

cia do espaço público e os das forças invisíveis. Análogo de uma sublimação do político que se mostra incapaz de proceder concretamente na vida política, esses imaginários possuem diferentes potências, quando a transparência do espaço público é fundamental, as forças invisíveis são periféricas, de lado inverso, a transparência é compreendida como uma forma de desencantamento e negação dessas forças espirituais (CORTEN, 2001, p. 152).

Diferente da concepção tradicional do cristianismo e mesmo sendo distintas as traduções de espaço público e das forças invisíveis, os movimentos religiosos pentecostais e neopentecostais frequentemente possuem uma linguagem de louvor, de bem-estar e de tranquilidade opostas, segundo Corten (2001, p. 152), à linguagem de sacrifício, de responsabilidade e de sobriedade na concepção tradicional do cristianismo. A questão protopolítica, na acepção da linguagem constitutiva e doutrinária do louvor, conforme aponta Corten (2001, p. 152), converte a reza em oração como lazer e não como obrigação, a adoração como prazer e não como dever, a cura divina sendo possível pelo discurso de abertura a Jesus. A narrativa religiosa, deste modo, se difere da sintaxe do trabalho e do executar do capitalismo, convertendo o discurso do fazer ao de louvor.

Esse discurso, o da justificação divina, por ser nacional e transnacional, mostra não somente uma deficiência política nos serviços de saúde, como saneamento básico, por exemplo, mas também como intervencionista das crenças das forças maléficas, identificando a doença em definições biomédicas ou mesmo a corrupção em gêneros do discurso, quando um problema rotineiro se transforma em discurso de louvor. Em

(MESTIERI, 2009, p. 1). Em outra ocasião, os governos João Dória (PSDB), Bruno Covas (PSDB) e Jair Bolsonaro (Aliança pelo Brasil) atribuíram às chuvas, os problemas das enchentes e dos deslizamentos de terras nas cidades de Ribeirão Pires, São Caetano do Sul, Santo André, Embu das Artes e São Paulo onde 500 famílias ficaram desabrigadas com 13 mortos (incluindo um bebê), seis feridos, sete vítimas fatais por afogamento e seis por soterramento de terras (PSTU, 2019, p. 1-2).

outros termos, a privação do saneamento básico, situação latente nas áreas de riscos de desastres, são considerados, assim como a corrupção e outros problemas de administração política do imaginário da transparência, para os fiéis, como obra dos espíritos malignos que apoderam-se dos indivíduos situado no discurso imaginário das forças invisíveis (CORTEN, 2001, p. 154) (figuras 104, 105, 106 e 107).



FIGURAS 104
A valoração pode ser constatada nas campanhas da Enel e da Associação de Mulheres do Boulevard da Paz em prol da saúde da população por meio de exames de vista, com a possibilidade de adquirir “óculos com preço de fábrica”.
Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.



FIGURAS 105
Enel e Associação de Mulheres do Boulevard da Paz possibilitam vacinação gratuita contra o Sarampo e oferecem cursos de educação financeira e de costura à comunidade.
Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.



FIGURAS 106

Nem no discurso imaginário das forças invisíveis da religião e muito menos no discurso de segurança do crime organizado que as práticas altruístas foram e são efetivadas, mas na força política dos líderes comunitários em conjunto com dsiferentes órgãos modificam não somente a configuração paisagista da área, mas os modos e as práticas de vida da comunidade. Abaixo e em conjunto com diferentes órgãos, distribuição de ovos e de cadernos para as crianças da comunidade.
Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.



FIGURAS 107

As práticas de altruísmo se configuram também em oportunidades de novas formas de aprendizado em cursos de instalações elétrica e de costura para todos da comunidade. Iniciativa essa que partiu da parceria Enel e Associação de Mulheres do Boulevard da Paz. Abaixo, parceria da Associação Mulheres do Boulevard da Paz e da Escola Estadual Cazuza para distribuição de almoços às crianças.
Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.

ATENÇÃO

INSCRIÇÕES PRORROGADAS

CURSO

ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO

15/2

Início do curso

Inscriva-se no local até **12/2**

CIC FEITIÇO DA VILA
Estr. de Itapeperica, nº8887
PARQUE FERNANDA

FUNDAÇÃO PAULISTANA
DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CULTURA

CIDADE DE SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO

E.E. CAZUZA

ALUNOS

VENHAM ALMOÇAR COM A GENTE!!!

Ligue marcando:
5874-1693

FIGURA 108

Área onde haviam duas casas que foram atingidas pelo deslizamento de terra.
 Fonte: Keiny Andrade/FolhaPress, 2016.



3.9 Deslizamento de terra como ruptura do cotidiano

Muitos são os caminhos que podem ser tomados para se pensar sobre a constituição formante de um objeto e qual seu sentido em relação aos sujeitos. Porém, a dificuldade de entendimento aumenta quando o objeto se desloca de uma visão planar e em cada caminho tomado pelo analista se enxerga uma complexidade que dificulta num primeiro momento entrever o sentido das relações presentes e em ato entre sujeitos e objetos.

Entretanto, não escolher nenhuma porta conhecida e optar pelas entre portas não significa desconsiderar caminhos trilhados há muito, mas adicionar um novo tipo de traçado que amplia e entrecruza os demais, vivenciando a jornada dentro e fora do fenômeno sensível e inteligível pelo conjunto de atalhos que levam aos mesmos destinos com vistas a uma outra ilha de sentidos. Assim, o lugar que se posiciona tomado pelo sentido é apresentado tanto na escolha do tipo de percurso quanto no limite do recorte do objeto, neste caso, um deslizamento de terra na rua Agamenon Pereira da Silva, no Jardim Guarujá, no Boulevard da Paz, em M'Boi-Mirim (figura 108).

Para essa interpelação, porém, o percurso começa pela ideia do que é, ou melhor, de quem é M'Boi Mirim. Esse lugar não se trata naturalmente de um sujeito ou de um grupo de pessoas reunidas e muito menos de um objeto isolado, mas de uma comunidade instalada historicamente em uma região da cidade de São Paulo, formada de diferentes indivíduos com repertórios distintos, animais silvestres e domésticos, resquícios de mata nativa e composta por uma infinidade de objetos que compõem este microuniverso que, apesar de possuir uma gama de materiais inanimados, é no seu conjunto um ser vivo e em constante construção, que configura não somente a "imagem de um objeto, mas imagens de ação de objetos" (REEVES, 1985, p. 13).

A escolha de Boulevard da Paz para iniciar na cotidianidade do lugar a busca dos sentidos de fenômenos programados, mas imprevisíveis como os deslizamentos de terras, nos permite desenhar um contorno que se extrai hipoteticamente do lugar, marcando as sinuosidades do bairro. Deste modo a finalidade de nos aprofundarmos na narrativa do bairro é poder fazer um recorte preciso e, ao mesmo tempo, suspender no espaço o lugar vivente de M'Boi Mirim (AVICENNE, 2016, p. 178). Com esse recurso, se coloca o lugar em dois universos, um em escala menor no momento da observação minuciosa das marcas, cicatrizes, trincas e rachaduras latentes impressas nas ruas, muros e casas que prenunciam um desastre, e o outro em escala maior, na qual coexistem em sincretismo os sistemas geológico, hidrológico, meteorológico etc.

Pensado por esta linha e tomando um caminho entrecruçado, perpassando por diferentes áreas das ciências, como a geologia, hidrologia, meteorologia e climatologia, alcançamos dois campos de investigação, o apartado, visto de longe, e o acercado, *in situ*, dentro do lugar e o sentindo em presença. Nessa esteira, nota-se uma peculiar característica dessa comunidade em relação a outras áreas bem mais estruturadas como alguns bairros terminados onde há, pelo menos, código de endereçamento postal (CEP), mas que são da mesma procedência da cidade de São Paulo, pois é mais frágil e está suscetível aos mais altos riscos por conta da sua vulnerabilidade. Essa fragilidade pode ser proveniente da sua constituição física pouco planejada e assentada em terreno argiloso ou escorregadio, com muitos declives e aclives, ou ainda da sua condição precária instalada por falta de opção das pessoas que fogem dos aluguéis, pela ausência de equidade, em uma área em situação de riscos.

3.10 Acidentes: do patêmico ao estésico

Se de um lado os efeitos de sentido estésico conduzem o sujeito a uma outra ilha mais fresca, cálida e fraterna, capaz de instalar nele uma maravilhosa sensação de experiência adquirida e com isso fazer com que tenha uma vida um pouco mais suave pela experiência estética, sabendo que existem novas possibilidades dessa viagem acontecer novamente; por outro lado, o acidente patêmico, mesmo conduzindo o sujeito a um outro "mundo", tem na sua origem não uma similar lembrança agradável, mas uma reminiscência desagradável que pode muitas vezes assombrar o sujeito. Apesar de ambos serem acidentes, carregados de sentidos, possuírem direções opostas e significações distintas, são dispositivos sensíveis com traços insondáveis que proporcionam as "escapatórias" na rotina de vida do sujeito, como as festas coletivas como o carnaval no *Palco M'Boi Mirim*, ou o programa *Adote uma praça*, do projeto *Olhe o Degrau* ou do *Dia do Desafio*, sendo, nesse contexto, um almejado e outro rejeitado pela experiência (GREIMAS, 2017, p. 76)²⁹.

Porém, da parte do acidente estésico as escapatórias se inserem do marasmo do dia a dia, do lado patêmico há uma inversão de maneira que o cotidiano não é tão monótono porque o risco de desastre além de estar instalado no lugar, é imprevisível e muitas vezes iminente. Assim o morador o considera como um possível advir como qualquer outro, excetuando nas temporadas de chuva, quando sua presença é um risco mais incisivo na rotina de ambos. Entretanto, para esse morador que vive em uma área de riscos, o sentido da rotina não é tão desalentador por essa mesma condição do perigo e quando o acidente estésico acontece, tem, mesmo pela in-

29) Em razão do Decreto 59.967, de 7 de dezembro de 2020, artigo 1º, ficaram proibidas "a realização de confraternizações e festas no município enquanto perdurar a pandemia de COVID-19". Disponível em: <https://bit.ly/3h2urES>. Acesso: 13 abr. 2018.

capacidade de ser mensurado, maior vivificação na medida em que a rotina é o estado que a maioria almeja, um cotidiano sem acidente patêmico. Assim, os acidentes estésico e patêmico, apesar de operarem, segundo Greimas (2017, p. 81), “uma transformação fundamental da relação entre o sujeito e o objeto, o instantâneo estabelecimento de um novo estado de coisas, se manifesta como a ação de uma força que vem do exterior: o deslumbramento”. Esse deslumbramento tem duas ordens, a patêmica, no momento do deslizamentos de terra, onde o sujeito perde a casa em meio às chuvas torrenciais, e a estésica, no ato da ação coletiva seja em formato de doação de móveis ou de serviços de mão de obra para a reconstrução da casa desabada, mesmo destruída.



FIGURA 109

15 casas foram arrastadas no Capão Redondo por um deslizamentos de terra depois de um temporal em 2019. Não teve vítimas fatais.
Fonte: Felixx Drone.

Para configurar o mecanismo da fratura e escapatória ou ainda usufruir da “romântica visão de mundo”, do qual Landowski aborda na sua reflexão sobre o livro *Da imperfeição*, o objeto recortado dessa pesquisa é um deslizamento de terra ocorrido na rua Agamenon Pereira da Silva em M’Boi-Mirim. A abordagem relacional da área de riscos de desastres e o evento marcado no tempo coincidem com a segunda parte, que é mostrar a configuração aspectual do início, fim e o intervalo entre os processos do fenômeno, uma vez que a estratégia de observação está fundamentada justamente no caráter de iniquidade social e resiliência que muitas famílias são obrigadas a cruzar porque residem em áreas de alto risco de desastres (figura 109).

Precisamente na madrugada entre os dias 10 e 11 de março e, apesar de 16 pessoas terem perdido a vida em decorrência das fortes chuvas que atingiram no mesmo período a Grande São Paulo, foi escolhido, para configurar o processo de fratura e de retorno à cotidianidade, uma família moradora de M’Boi Mirim que, pela experiência adquirida em tempo semelhante, não teve nenhum óbito, apesar de viverem na casa 14 pessoas, sendo oito delas crianças (figura 110). Esta seleção, no lugar de muitas outras possíveis onde pessoas padecem com os deslizamentos de terra, está, é o caso da família em questão, além de não perder nenhum membro, o que seria desastroso e dramático abordar, anos atrás passou pelo mesmo problema catastrófico, ou seja, sem feridos, teve sua casa, com todos os móveis e demais lembranças do histórico familiar, levada por um deslizamento de terra na mesma região.

Se de um lado o acidente estésico tem uma aparência “inexplicada ou inexplicável”, o patêmico, por outra direção e se tratando especifica e quantitativamente de desastres naturais, pode ser visto por diferentes ângulos. Como pela chuva, agente causador dos deslizamentos, pelo tipo de terreno onde as pessoas se instalam e constroem casas com frágeis materiais coletados de outras moradias e, por último e não menos importante, pelo alto risco de desastres que a região possibilita e que poucos ignoram. Esses fatores explicam de

FIGURA 110

Área sendo reconstruída pelos antigos moradores com auxílio da comunidade.
 Fonte: Google Street, 2018.



forma quantitativa o desastre, mas de modo qualitativo isso requer um maior aprofundamento, visto que é impossível descrever com precisão o estado de alma ou de ânimo de alguém no momento catastrófico da perda de sua moradia até porque, como analisa Landowski (2012, p. 141), “desestruturou o sujeito ao provocar nele o aparecimento de um ‘duplo incômodo’ incompatível com o discurso da racionalidade e do bom funcionamento da ‘dimensão cognitiva’”.

Nesse momento, são tratadas as semelhanças entre os acidentes patêmico e estésico no que concerne a saída da cotidianidade, porém o mecanismo pode ser visto em dois tempos diferentes, o primeiro, patêmico, quando a família perde completamente a moradia num deslizamento de terra e o segundo, estésico, em que se inicia o processo coletivo para erigir a casa demolida, ou seja, o sentido promovido pela resiliência (figura 110). Essas duas fases, a primeira, que leva poucos segundos, configura o momento terrível e angustiante do desmoronamento por completo da residência, e o segundo, lento e constante, caracteriza o instante estésico por meio da mobilização popular para o início da construção da casa em destroços.

Se nos dois acidentes, patêmico e estésico, é possível avistar na superfície a coalescência das dimensões sensitiva e cognitiva, no estrato profundo, porém, esse “duplo incômodo” perdura na temperança do indivíduo cognitivo no ato resiliente do fazer coletivo e altruísta, e na intemperança do sujeito patêmico entre o “tempo perdido da razão e a desmedida pontual da paixão”, no momento do desastre, culminando na perda total do imóvel. Nessas lógicas bifurcadas, entretanto e apesar da distinção entre o “ouro” no acidente estético, e a “carne” no patêmico, o dualismo perdura justamente na ultrapassagem pela condição humana do pesquisador. De outro modo, em um estado sustentado na “inteligência” e na “sensibilidade” comprometido com a “experiência vivida do mundo sensorialmente perceptível, quando engajado na busca reflexiva do sentido daquilo que está vivendo” (LANDOWSKI, 2001, p. 49) (figuras 111).

3.11 Proposição para suplantar

A ascensão da dicotomia do não-sentido na continuidade ou da “suposta uniformidade do cotidiano” e a descontinuidade, que “exclui qualquer forma de sentido” para alcançar o

FIGURAS 111

Além das mudanças na configuração do lugar e da comunidade, são propostos diferentes maneiras de conservar Boulevard da Paz menos vulnerável aos desastres. Como as campanhas de reciclagem e a conscientização do destino do lixo. Abaixo práticas de reciclagem de materiais e limpeza da caçamba de lixo coletivo. Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.



estágio de “restabelecimento de um mundo que faz sentido”, quer seja na “produção de formas do não-sentido” nos seus “efeitos de sentidos melódicos” ou nas “articulações não-descontínuas”, que geram “harmonias significantes”, está a própria presentificação da dinâmica altruísta da significação coletiva e individual ou familiar da resiliência compartilhada no bairro com perfil de alto índice de riscos de deslizamentos de terra (GREIMAS, 2017, p. 95) (figura 112).

Isso não significa que em outras localidades com perfis semelhantes a resiliência não esteja presente, mas diferente de lugares com pouca ou nenhuma experiência em deslizamentos de terra, Boulevard da Paz acaba por exibir na negação da descontinuidade dos deslizamentos seu efeito “caótico quando se manifesta em estado puro e de modo aleatório” (GREIMAS, 2017, p. 80), perpassando, assim e de modo paulatino, do caos à ordem perseverante, da discordância ao sonho da harmonia. Em ambos os sentidos, nesse caso particular, porém programado, a experiência está atrelada a uma congênere escalada de Sísifo, ou seja, da passagem de uma vida dessemantizada, mas tranquila em contraposição ao augúrio do desastre, para um estado desordenado e sinuoso da retomada daquela vida antes rotineira que neste momento faz falta, ainda mais na luta diária para reaver os bens materiais e a dignidade protetora da restituição da casa.

No paradoxo dessa vida anestésica, o descontínuo nos deslizamentos de terra como fenômeno destruidor é de tal maneira intenso e muitas vezes mortal que a sua negação perde força ao adquirir outro significado que não o dessemantizado cotidiano como se faz pensar, uma vez que em certo grau, o dia a dia de quem reside em uma área de risco acaba por configurar uma prática lúcida que sustenta a busca do valor e do sentido. Deste modo, é deste sentido ameaçador que emerge um cálculo interacional entre as práticas do sujeito que faz para melhorar a vida da comunidade e a maneira desse sujeito estar com outros em relação aos objetos (GREIMAS, 2017, p. 44). E o produto dessa interação é o ajustamento do momento caótico e preciso do choque an-

FIGURA 112

Extinta ponte onde alguns moradores eram obrigados a passar para alcançar outro lado do Boulevard da Paz. O córrego foi canalizado e aterrado.

Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



terior ao do acidente patêmico com o posterior e ainda em construção do acidente estésico.

A esse embate, surge uma outra ilha onde a “sintonia entre elementos no espaço, relacionados ao tempo dão à copresença dos actantes um sentido em que a existência” do “fazer estético” atinge os actantes envolvidos no fenômeno em uma busca do valor e do sentido (GREIMAS, 2017, p. 44). São valores presentificados não somente no resgate e proteção da família atingida, mas no cariz humanitário de empatia e ajuda com bens materiais, além de mão de obra imediata para início da reconstrução do imóvel, e a reposição dos bens móveis, o que, por extensão, é o começo vagaroso e perseverante da construção para o acidente estésico.

O panorama distintivo do bairro permite uma analogia semelhante aos processos fenotípicos que respondem pela transformação celular. Em uma escala atômica, mas em uma acepção estendida e invertida, a fenomenologia imantada nos desastres no que segue a partir da ruptura do cotidiano, como a regressão patêmica, a ascensão estésica e sua continuidade, mostra uma outra dinâmica diferente de outra região livre de perigos naturais. O sujeito, na ausência de suporte governamental ou de oportunidade para mudar o quadro que o liberta da ameaça dos desastres, acaba por aceitar ou retomar a vida habitual. O simples escurecer das nuvens e o prenúncio de chuvas, o inquietam de tal maneira que faz dele uma pessoa que busca continuar no marasmo massacrante da vida, mas protegido da iminência do desastre.

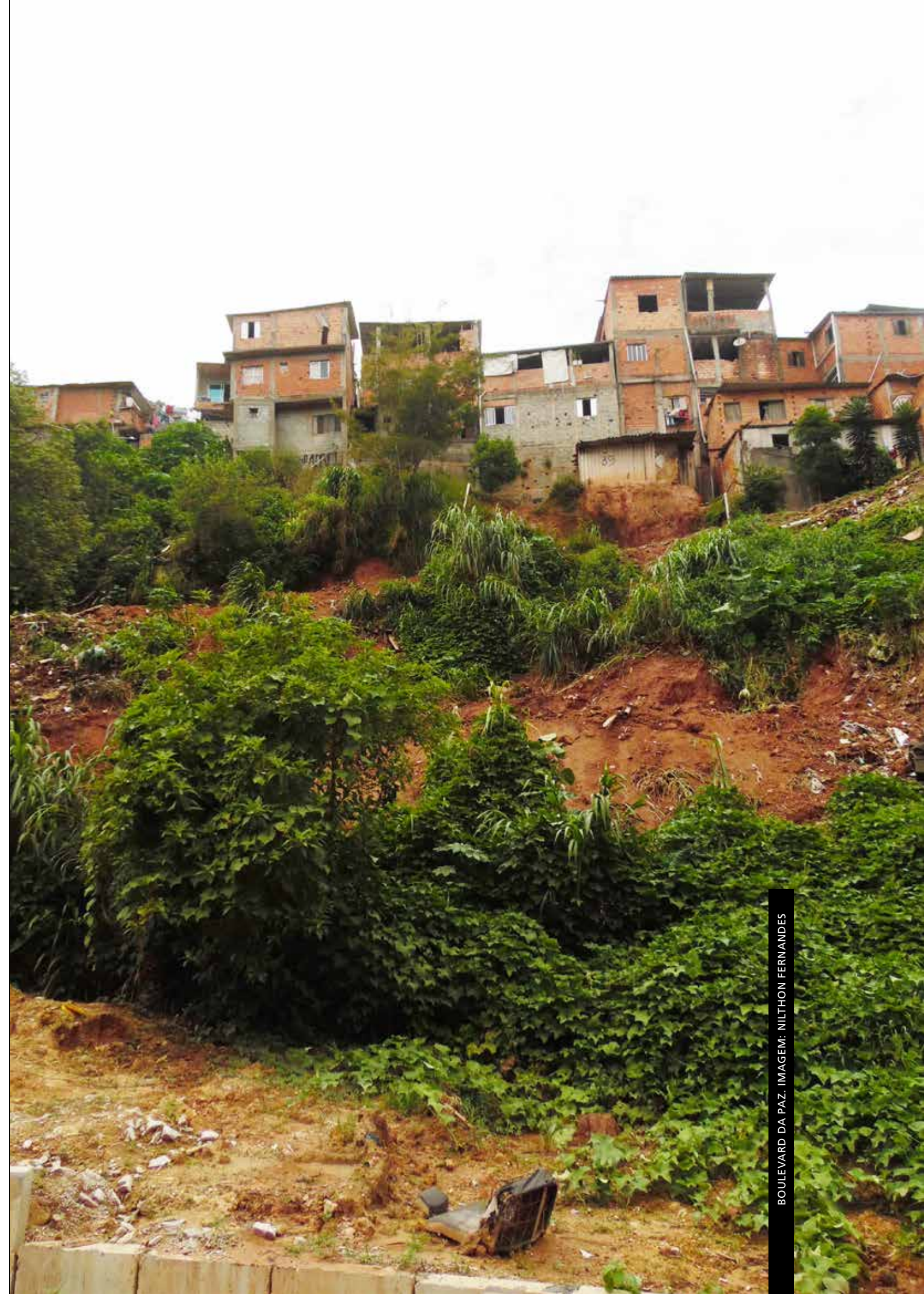
Essa combinação de fatores abre uma porta entrecruzada não somente nos caminhos abertos e batidos por outras explorações, mas amplifica o sentido espelhado ao dividir do aspecto rotineiro a do acidente, bem como a um do modelo que busca distinguir e definir e claramente a situação dos desastres ao elevar os acidentes a uma condição não desejável, mas respeitável e por tanto com traços resilientes como esperança para uma vida estésica distante da temível e fatal patêmica.

3.12 Visões terminativas

Ao seguir a proposta sociossemiótica para investigar uma área de riscos de desastres, particularmente no que tange à estesia na noção analítica e operatória, vimos que o lugar se comporta de maneira comum em relação a lugares similares, ou seja, que o sensível, num primeiro momento, se sobressai, mas que o inteligível acaba por atestar a sensibilidade apreendida pelo sensível no conjunto enunciado do local em processo.

Entretanto, pode-se querer afirmar que é necessário estar mais em presença com mais tempo e com maior frequência em Três Marias II, principalmente, em condições adversas, como no momento de um deslizamento de terra, caracterizado em dias chuvosos. De outro, é preciso percorrer não somente o entorno da área, mas todas as vias de acesso e esparsamente conversar com mais pessoas para se ter igualmente mais impressões a fim de construir o sensível com maior propriedade, pois afetivamente o risco deve ser apreensível e fazer sentido.

Nessa construção do sensível, também é possível encontrar, com o devido estudo analítico e na mesma condição, ou seja, naquela onde não existem conceitos ontológicos definidores, a valoração em se viver na área de Boulevard da Paz. Pela convivência em mais tempo com mais pessoas da área, a pesquisa deve seguir um caminho de atribuição de valores ao lugar. Um delineamento sobre a apreciação das pessoas e algumas interpretações da área podem exigir também uma ponderação, avaliação ou, ainda, uma remota, mas possível, oportunidade de emissão de juízos de valores. É na esteira das práticas do sujeito-morador, vivendo em ato que se interessa ou não pelo objeto, que não é indiferente, pois se mostra como, segundo Lavelle (1951, p. 186, *apud* PEDRO, 2015, p. 5) “tem interesse (ou é útil) em si mesmo, se há uma apreciação parcial, ou um *parti pris*, que o sujeito adota face ao objeto”.





Sistemas em comunhão
no Boulevard da Paz



BOULEVARD DA PAZ. IMAGEM: NILTHON FERNANDES, 2019

4. Sistemas em comunhão no Boulevard da Paz

De duas formas foram as escolhas para se estudar Três Marias II, a primeira foi por meio de órgãos que analisam, vigiam e estudam essa área de risco como Prefeitura de São Paulo e prefeitura regional de M'Boi Mirim, Proteção e Defesa Civil, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Instituto Geológico etc. A segunda maneira foi estar presente e sem mediadores, na própria área, auferindo pelos sentidos a expressividade de Três Marias II e traduzindo, pelo inteligível, os sentidos enunciados da área. Dois modos, mediato, pelo intermédio de diferentes órgãos e imediato, pela visão do pesquisador. Em um primeiro momento, tem-se a ideia de que o imediato está mais próximo por não haver a interferência de institutos ou instituições que formatam à sua maneira o que veem de Três Marias II e transmitem à sociedade, mas olhando com mais proximidade, é possível notar que até o imediato, sem as formatações ou as visões de pessoas e pesquisadores, também é, de certa maneira, distante do que realmente constitui o bairro de Três Marias II. Isso porque o pesquisador, por mais próximo e conhecedor da área de risco, ainda é um estrangeiro no lugar porque não reside todos os dias no bairro. É uma pessoa que, mesmo tendo pouca afinidade com alguns moradores da região, conhece somente a área com frequência intermitente. Não conhece a fundo

porque não faz parte da dinâmica em residir e, mais, de enfrentar diariamente os problemas iminentes daquele lugar.

Apesar da pouca ou alguma afinidade aleatória com Três Marias II, para o pesquisador é possível distinguir da vista ordinária, o lugar com seus constituintes, da visão extraordinária, da área em comunhão sincrética com sistemas que constituem o bairro (GREIMAS, 2017, p. 50). Isto é, a fundação física do Boulevard da Paz assentado nos sistemas geológico, a formação da terra, rochas e detritos onde estão estabelecidas as casas, ruas e demais edifícios; hidrológico, na formação e percursos de rios superficiais e subterrâneos que conduzem águas e detritos para outros lugares; climatológico e meteorológico, na incidência de chuvas responsáveis tanto por refrigerar quanto para iniciar um processo de deslizamentos de terras; arquitetônico, da construção e estrutura dos imóveis; vegetal, das árvores e vegetação que cobrem o lugar, financeiro e suas dinâmicas que refletem no mercado e na vida financeira da população, bem como a instalação de pessoas e animais que residem em Três Marias II. Todos os sistemas geológico, hidrológico, climatológico e meteorológico, financeiro, arquitetônico etc. em conjunto com pessoas, animais e objetos, formam uma cadeia inter-sistêmica, intertextual (discursos oficiais das instituições de vigilância e discursos político (líderes comunitários), religiosos e do crime organizado, e interssemiótica que agem em conjunto na enunciação da área.

Outro sistema matérico e que se sobressai na área é o arquitetônico. Esse é singular em Três Marias II porque a localidade é arranjada em uma ordem particular. Não se trata de um lugar acabado, edificado, mas em constante construção (figura 113). Uma região onde a marca são as pequenas ruas, com ou sem asfalto, batidas de terra ou cimentadas, com altos aclives e declives, morros, ribanceiras, taludes e uma infinidade de labirintos que mesmo alguns moradores acabam se perdendo no lugar. Nesse sistema arquitetônico,

FIGURA 113

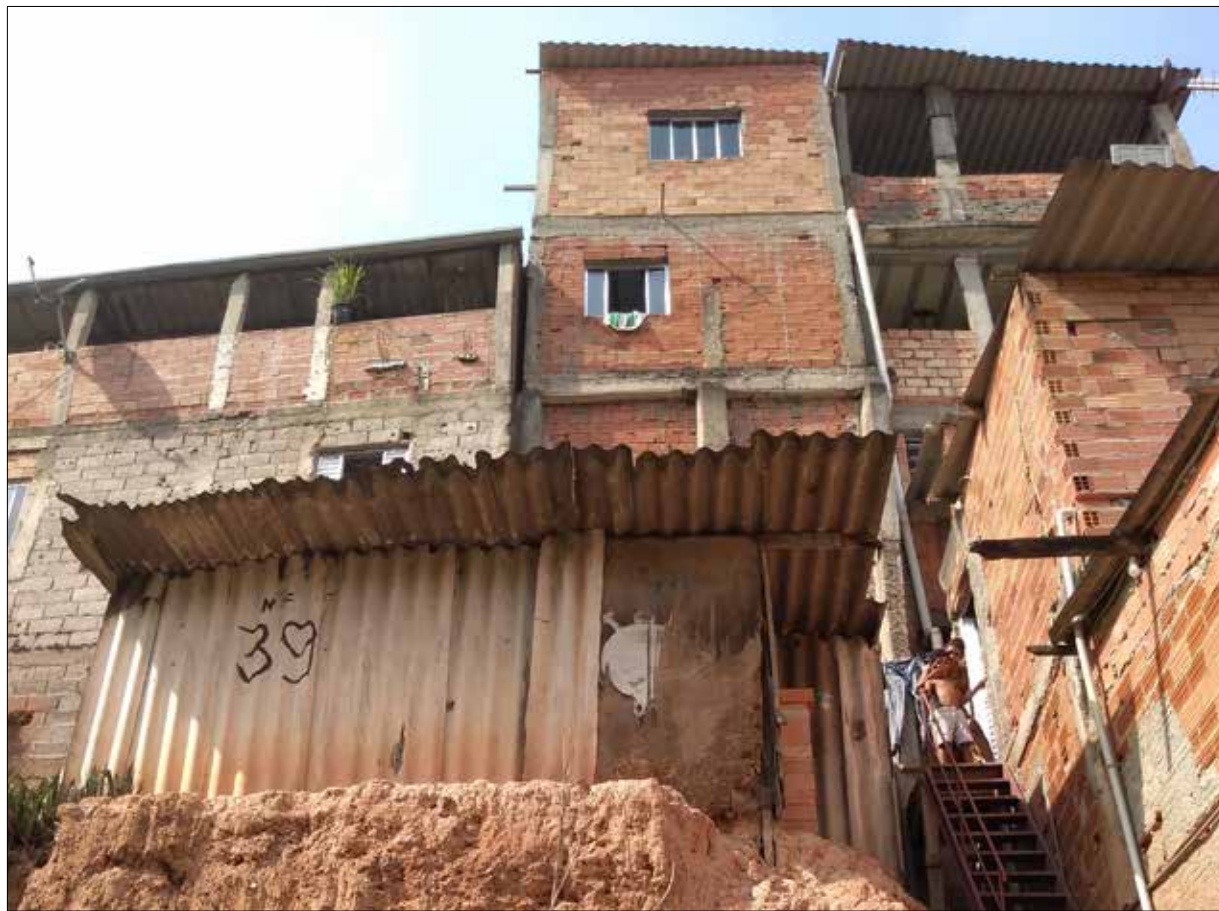
Obras de instalação de condutores de esgoto para saneamento básico. Isso evita que a comunidade despeje detritos nos terrenos que contribuem para a incidência dos deslizamentos de terra.
 Fonte: Luís Jorge e Maria Aparecida, 2020.



desprovido das preocupações com o ar, direção do sol, tipos de vegetação e solo, condições da água, clima e legislação urbana, as casas não seguem os padrões formais da arquite-

FIGURA 114

Casa em risco de deslizamentos de blocos baiano e com barraco formado vigas de madeira e telhas de metal como paredes.
 Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



tura, mas acompanham um sistema incomum aquém do desenho da arquitetura (PORTES, 2011, p. 1-7). De forma similar, os materiais usados seguem até certo ponto os utilizados nas construções, mas com a diferença da mistura de diferentes materiais. Que são “bricolados”, guardados de coletas diversas, esses restos de materiais servem aos fins para construir as casas, usados além de tijolos, pedras, areia, cimento, tábuas, chapas de alumínio e de lata, placas de plásticos, lonas que cobrem o telhado ou janelas, pedaços de móveis que sustentam casas, portas no lugar de paredes, tampa de amianto de caixas d’água, fios de cobre, a utilização de tra-

melas ou fechaduras, enfim uma infinidade de partes de materiais desconsiderados pelos projetos arquitetônicos (figura 114). A maioria das residências são construídas de sobras de materiais, de tintas, massas e demais componentes que solidificam, mesmo precariamente, as casas. Na dinâmica dessas construções, os materiais seguem três critérios: tem de ser baratos ou sem custo algum, leves para serem carregados pelas pessoas e pequenos para transitarem por entre os labirintos do bairro. Em contraposição ao exterior das casas, quase sempre de tábuas ou tijolos aparentes, os interiores dos casebres são ordenados, limpos e decorados. A televisão está instalada em toda habitação, sendo a referência da casa, assim como geladeira e fogão na cozinha. As cores variam de tons claro e escuros, laranja, amarelo, lilás, azul e verde predominam entre as residências alaranjadas, que são da própria cor dos tijolos (VEYSSEYRE, 2014, p. 1).

Pressuposto a todos os sistemas visíveis, há o sistema financeiro que rege e é responsável pela presença ou pela falta de escolhas dos moradores em viver em uma cidade formal, para serem relegados a outra cidade informal que, muitas vezes, e em alguns casos não raros, é ilegal. É um sistema onde a maioria da população de Três Marias II está excluída, exceto, talvez, alguns assalariados que ainda conseguem guardar algum recurso para investir ou mesmo comerciantes formais e informais que possuem um poder aquisitivo maior. Mas trata-se de um sistema excludente pela sua natureza porque possui a finalidade de canalizar a poupança de unidades superavitárias e que trabalha com a soma de unidades operacionais responsáveis pelas políticas monetárias, creditícia, cambial e fiscal. Portanto, essa população permanece à margem não somente social e geográfica, mas financeira porque está fora da luta pelos recursos financeiros, pelas atividades econômicas de iniciativa privada para o setor público e não atuam, pelo menos diretamente, na instabilidade do nível de preços e consequentemente das previsões econômicas. Por extensão, esses moradores estão ausentes da designação temporal de recursos, se furtando de decisões de investimento e consu-

mo, quando muito, na sua coletividade, o que reflete pouco ou nada nos ativos da economia. Sem condições financeiras, nenhum morador de áreas de riscos, não somente de Três Marias II, consegue alcançar o objetivo de viver em uma área estabilizada mesmo com a incidência de deslizamentos de terra, enchentes, enxurradas ou ainda, e em piores condições, aos riscos provenientes da criminalidade, causa notória em um bairro onde o tráfico de drogas é intenso.

Em consonância aos sistemas, existem os responsáveis pelo mapeamento e vigilância das áreas de riscos de desastres no Brasil, como incêndios florestais, secas e estiagem, inundações, deslizamentos, tornados e queda de granizo. O sistema de mapeamento está a cargo do IPT e do IG e o sistema de vigilância é coordenado pela Defesa Civil com parcerias do Cemaden – em todo o território nacional – e CGE na cidade de São Paulo (figura 115). Antes de existir a vigilância, de qualquer área em risco, entretanto, há um mapeamento que leva em consideração não somente a intensidade, evolução e origem dos desastres, mas risco, perigo, danos ou consequências, probabilidade de ocorrência, vulnerabilidade da área e cenário onde se localiza o local estudado.

Por se tratar de uma área de alto riscos de desastres, magnitude R4, Três Marias II, bem como todas as áreas de riscos do país, são vigiadas 24 horas por dia, todos os dias do ano. Para tanto, são, como foi apontado anteriormente, diferentes órgãos em várias localidades de São Paulo e Brasil que as vigiam. Mas o principal deles é que controla todos os outros sistemas de observação de desastres é o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) – centralizado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) – órgão do Ministério do Desenvolvimento Regional. A SEDEC também é responsável pela Defesa Civil do território nacional com o objetivo de minimizar os desastres pelas ações de prevenção, preparação para emergências, resposta aos desastres e reconstrução e recuperação que atua nas esferas federal, estadual e muni-

FIGURA 115

Viatura da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC) em visita ao Boulevard da Paz no momento das remoções de famílias de áreas de riscos.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



cipal – com participação, inclusive, das comunidades. Deste modo, a ação concebida de maneira integrada e sistêmica do SINDEC termina por multiplicar e potencializar resultados com a capacidade de reduzir recursos financeiros para atingir propósitos definidos, determinando objetivos corretos e competências adequadas para alcançar um patamar onde a organização assimila resultados pertinentes.

São cinco campos de atuação da Defesa Civil para abarcar todo o país. Mas é por meio das COMDECS que os Núcleos de Defesa Civil (NUDEC), grupo comunitário organizado, estabelece uma relação entre as Coordenadorias Municipais de

Defesa Civil e a população, no planejamento, promoção e coordenação de ações de Defesa Civil como: avaliar os riscos de desastres, preparando mapas temáticos que se relacionam com ameaças e vulnerabilidades das áreas de risco; no estímulo de medidas preventivas estruturais e não estruturais; na composição de planos de contingência, de operações e treinamento de pessoas voluntárias e de equipes técnicas capazes de responder aos desastres; na articulação com os instituições de monitoramento de alertas que otimizam a previsão de desastres; e na organização de planos para otimizar a condição de alerta na iminência de eventos contrários.

O cuidado em se mapear e gerenciar os riscos tem fundamento não somente nos tipos de desastres que o Brasil enfrenta e na mobilização de diferentes e vários órgãos e instituições, mas principalmente na minimização de perdas humanas e na redução de recursos financeiros. Assim, os desastres são classificados pela intensidade³⁰, evolução e origem³¹.

Deste modo, é preciso considerar a necessidade de capital para restabelecer a situação de normalidade e a disponibilidade dos recursos no município atingido e nas demais esferas do SINDEC que, considera, além da intensidade, a evolução dos desastres. Ou seja, os desastres súbitos ou de evolução aguda

30) Quanto à intensidade, os desastres são considerados em quatro níveis: referência aos acidentes de pequenas proporções com danos pouco importantes e prejuízos menores, superáveis pela comunidade atingida, cuja situação de normalidade é restabelecida sem grandes dificuldades com os recursos do próprio município. No segundo nível, os desastres são de proporções medianas com danos de alguma importância e prejuízos significativos, mas superáveis por comunidades bem preparadas. Nesse nível, a situação de normalidade é restabelecida com recursos locais a partir de uma mobilização especial. No terceiro nível, os desastres são de grandes proporções e os prejuízos são enormes. Para restabelecer a situação de normalidade, são utilizados recursos locais, reforçados por aportes estaduais e federais existentes no SINDEC. Já no nível quatro, os desastres são de proporções graves com danos e prejuízos enormes, sem condições de serem superados sem ajuda de fora do município atingido. Quando o desastre é dessa intensidade, a situação só voltará a se normalizar se houver uma ação articulada dos três níveis do SINDEC e eventual ajuda dos organismos internacionais (BRASIL, 2010, p. 28-29).

que são caracterizados pela velocidade com que ocorrem e pela violência dos eventos adversos responsáveis por sua formação, que configuram diferentes graus de previsibilidade. Eles podem ser completamente inesperados, como os terremotos, porque são fenômenos premonitórios como as erupções vulcânicas, ou ter um caráter cíclico e sazonal, como as inundações. Podem ser graduais ou de evolução crônica, quando ocorrem em etapas de agravamento progressivo, como a seca e a desertificação, no caso da região do Nordeste.

Em vista disso, os dados, localização e demais informações dos mapeamentos das áreas de riscos e a incidência dos desastres, além de serem públicos, são passados diretamente tanto para as Prefeituras quanto depositados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), gerenciado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC). Deste modo, e em consonância a todos os sistemas descritos, os sistemas panópticos, responsáveis pela vigilância das áreas de

31) Além da intensidade e evolução, os desastres são classificados de acordo com sua origem. Eles podem ser naturais, causados por fenômenos e desequilíbrios da natureza sem a intervenção humana. Podem ser terremotos, os furacões e as erupções vulcânicas. Os desastres naturais podem ser de origem sideral, quando relacionados ao impacto de corpos vindos do espaço ou de origem relacionados à geodinâmica terrestre externa, como fenômenos meteorológicos: vendavais, chuvas, secas, geadas etc. ou ainda relacionados com a geodinâmica terrestre interna, como os terremotos, tsunamis, escorregamentos de solo, dentre outros e relacionados com os desequilíbrios na biocenose, como as pragas animais e vegetais. Podem ser de origem antropogênica, os resultantes de ações ou omissões relacionadas com as atividades humanas que são subdivididos em tecnológicos, quando ocorrem devido ao uso de qualquer tipo de tecnologia, como os meios de transporte, manuseio de produtos químicos perigosos, explosões de equipamentos etc., sociais, quando envolvem todos os desastres caracterizados como consequência de desequilíbrios socioeconômicos e políticos, como o desemprego, a violência, o tráfico de drogas, a prostituição, entre outros, e biológicos, decorrentes de epidemias, tais como: malária, cólera, sarampo, dengue, Covid19 etc. Podem ser mistos, decorrentes da soma de fenômenos naturais com atividades humanas. Esses desastres são classificados de acordo com sua causa primária, como desastres mistos relacionados à geodinâmica terrestre externa, como a chuva ácida, o efeito estufa e a redução da camada de ozônio, à geodinâmica terrestre interna, como a desertificação e a salinização do solo (BRASIL, 2010, p. 28-29).

riscos de desastres no Brasil, como incêndios florestais, secas e estiagem, tornados, inundações e deslizamentos de terra, dividem os dados e as informações em Reconhecimento de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública e aos processos de solicitação de recursos e de prestação de contas (UFSC, 2012, p. 1).

Subjacentes a esses sistemas, existem também, as intertextualidades, ou seja, os escritos de ordem legislativa destinados à sociedade, os tipos de leis seguidas da Constituição Cidadã de 1988, como as emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, código ou consolidação, leis delegadas, decretos legislativo, resoluções, decretos, instruções normativas, instruções administrativas, atos normativos, atos administrativos, portarias e avisos, além, claro, das leis e acordos internacionais com os quais o Brasil tem compromisso de país signatário. Adiante, ainda coloca-se com mais força e fazendo parte da marca de comunidades periféricas como de Três Marias II, a oralidade, assinalada pela linguagem coloquial ou informal, onde as gírias fazem parte do cotidiano e que são utilizadas não somente na comunicação para discutir problemas e soluções que as pessoas vivem diariamente no Boulevard da Paz, mas precisamente para manter a operação e a ordem do comando do tráfico de drogas do crime organizado, uma vez que é pela linguagem oral que são comunicados as orientações para a comunidade, comandos e os procedimentos que criminosos e trabalhadores devem seguir para afastar, o máximo possível, o poder público do policiamento.

Em coparticipação com todos esses sistemas e objetos, existem a instalação de pessoas com suas vozes, gesticulação e seus movimentos em um determinado espaço, desde àquelas pessoas que moram há muito tempo em Três Marias II até as que vieram com o fluxo migratório para São Paulo, animais domésticos e silvestres e a vegetação. Esta última, apesar de ser resquício de Mata Atlântica com espécies invasoras de tipos de vegetação de outras regiões do mundo, é largamente modificada pela ação do homem. Além das que existem no

local, têm as que são plantadas não somente pela Prefeitura de São Paulo, no seu programa de reposição de árvores, mas àquelas cultivadas pela população desde vegetação de composição herbácea, arbustiva e arbórea que acabam por contribuir para reduzir os riscos, em situação de árvores com raízes profundas, até as que aumentam os riscos de deslizamentos de terra como é o caso das bananeiras que possuem raízes superficiais e acumulam água e complementam o perigo dos deslizamentos. Essa cobertura de vegetação secundária, porque sucede do abatimento de florestas, organizada por vegetação lenhosa de segundo crescimento e de linhagem espontânea, invasoras de áreas devastadas, é composta de árvores distintas e dispostas compactamente denominadas de capoeira (figuras 116).

4.1 Sincretismo dos sistemas

O intuito de descrever cada um dos sistemas não foi nos aprofundarmos nos seus fundamentos, características e dinâmicas e, menos ainda, nos centrar na deontologia dessas disciplinas, foi, antes de tudo, destacá-los de maneira superficial para mostrar o quão complexo pode ser a enunciação sistêmica de uma área de riscos. Uma vez que o “fato de um plano da expressão apresentar-se concretizado”, como no caso de Três Marias II, onde encontramos diferentes e inúmeros sistemas em cooperação (OLIVEIRA, 2009, p. 89). Assim, pode-se tomar na perspectiva de Oliveira (2009, p. 90) que todos esses sistemas sinalizam “as escolhas do enunciador para manifestar esses conteúdos ao enunciatário”. É desse arranjo global que se apreende que a autora descreve os “procedimentos estésicos que o enunciatário articula e (re)constrói o que vê, fala, ouve, tateia, aspira, saboreia, sente corporalmente em movimentos com todo o corpo, além da sensibilidade intelectual que constrói o inteligível”.

FIGURAS 116

No Boulevard da Paz é comum as bananeiras que possuem raízes superficiais que acumulam água e complementam o perigo dos deslizamentos de terra.
Fonte: Nilthon Fernandes, 2018.



O caso particular de uma área de risco, e mesmo um lugar do mundo natural qualquer, é um objeto sincrético porque na totalidade o conteúdo é processado pelo arranjo global de formantes distintos que seguem suas próprias regras de distribuição e ordenação. Todos esses elementos heterogêneos, pertencentes a diferentes sistemas, atuam em modos de coexistência que operam em articulação, porque, neste caso, não se enxerga cada elemento separadamente um do outro como a vegetação, as casas, o terreno, os rios e a incidência das chuvas e a absorção da vazão, mas em conjunto, em coexistência, atuando um sobre os outros, em simultaneidade.

De modo similar e em conjunção, é a instalação não somente dos objetos da área de riscos, mas, principalmente aquilo que é caracterizado por risco, sendo a reunião de pessoas que residem em uma área vulnerável. Sem a qual, se perde a semantização do que é definido por risco, uma vez que a natureza está carregada de riscos, mas sem pessoas, esses riscos são apenas fenômenos naturais que a própria natureza se encarrega de absorvê-los. Diferente quando pessoas vivem em uma área vulnerável tanto por conta do terreno movediço quanto pela ocorrência de chuvas que definem o quão escorregadia é a área. Assim, e pela ocorrência de intersistemas, há, portanto, uma neutralização de um sistema em outro. Ou seja, em se tratando de sociedade, o que se enxerga em primeiro plano são os que residem na localidade determinada de área de risco, para depois se ver o estado desse ambiente, das construções, assim como a chuva que não é constante, mas esporádica, mas que em conjunto com o solo inicia os deslizamentos de terras. Bem como o solo, a vegetação, os rios, casas e toda sorte de objetos e que compõem o lugar. São inúmeros elementos em partes, mas reunidos se percebe os graus de neutralização que produzem tanto "diluição, supressão, expansão e complementação" que, ao mesmo tempo que são vistos e também percebidos não na sua totalidade e em conjunto, são também na sua particularidade (OLIVEIRA, 2009, p. 85) (figuras 117).

Essa enunciação global, no processo de neutralização, opera pelas espécies de suspensão distintas onde atuam os tipos de sistemas porque, por exemplo, quando não há queda de chuvas fortes e constantes, o ambiente, no primeiro momento e apesar da precariedade do lugar, se apresenta ordenado e comum, como em um dia normal. Quando há chuvas nessas condições, o mesmo ambiente se mostra em estado de alerta não nas casas ou no terreno que aos poucos podem ceder, mas na expressão facial dos que vivem naquele lugar. O simples prenúncio de chuvas desencadeia naquela população uma preocupação iminente. Porque vivem em uma área de risco que pode sofrer deslizamentos de terra com a inci-

FIGURAS 117

Os sistemas hidrológico (chuvas e saneamento), elétrico (energia e iluminação), econômico (alimentação) e arquitetônico (moradias) podem ser vistos em prática no Boulevard da Paz. Fonte: Luís Jorge, 2020.



dência de chuvas fortes e constantes. Desta maneira, há uma inversão do estado despreocupado sem chuvas para o estado de preocupação com as chuvas. O que é comum em dias de chuvas para a maioria da sociedade que não reside em área de riscos, é incomum para quem mora em Três Marias II. A normalidade, o fato monótono do dia a dia, tem um sabor especial de tranquilidade, sem riscos de desastres porque o terreno movediço atua em movimentação com a ocorrência de chuvas associado ao peso das habitações e todos os objetos que compõem o lugar.

São, neste sentido, relações de reunião que produzem semelhanças entre os traços coordenados que complementam, ou seja, a reunião da água das chuvas com o terreno, iniciando um processo de deslizamentos de terra, levando com ele, uma parte das casas para o desfiladeiro em construção. Esse fenômeno, comum na natureza e incomum nas sociedades, torna-se, muitas vezes, fatal quando há pessoas dentro das casas. O efeito menos danoso é a perda material da ou das casas, porque estão coladas uma nas outras, provocando um efeito dominó, uma casa sobre outras. Essas relações de reunião de casas próximas uma das outras ou ainda vizinha de corte de morro de terra, chamado talude, produzem traços coordenativos que se complementam para provocar o deslizamento. São afinidades de superposições onde se concentram elementos que se encaixam de modo que a simples ausência de uma casa fragiliza ainda mais a área do Boulevard da Paz. As casas, quando desabitadas, são imediatamente ocupadas sem que sejam demolidas porque faz parte de um todo em conjunto com a área. São acontecimentos de superposição que produzem contenção dos elementos subordinados uns pelos outros. São modos de presença que tornam todos os sistemas integrados onde podem ser destacados os elementos cinéticos de movimentação humana e da terra, espacial da região e das pessoas e objetos que ocupam um lugar, audível pelo som e barulho do deslizamento e visível pela incidência do desastre e das pessoas que integram a área de risco (OLIVEIRA, 2009, p. 85) (figura 118).

Essa presença dominante do deslizamento, que ocorre frequentemente, mas sem aviso determinado, antes abstraída, é apresentada em conjunto com todos os sistemas e se sobressai no momento do acontecimento para logo depois entrar em ocultamento. As casas que permanecem intactas são neutralizadas e permanecem subordinadas no tempo do fenômeno para depois serem presentificadas na relação com o evento máximo que marca toda a área de riscos. Essas relações inter-sistêmicas, do episódio de deslizamentos de terra, entrelaçam fisionomias heterogêneas no processamento em uma combinação expressiva que transparece o sentido de perda material e, algumas vezes, humana quando a Defesa Civil não consegue avisar a tempo as famílias dessa área.

Entretanto e apesar do desastre se sobressair sobre outros sistemas, as expressões plástica e figurativa desse tipo de organização sincrética, ou seja, com critérios de semióticas de distintas ordens é, logo em seguida, segundo o que analisa Oliveira (2009, p. 87), “neutralizada pela atuação dos mecanismos que processam sua homogeneidade” é, em virtude disso, que esse plano de expressão se homologa no plano de conteúdo. Esta definição de deslizamentos de terra, da totalidade significativa e largamente conhecida tanto pelos que residem na área quanto pelos órgãos públicos e meios de comunicação de massa. Essas estruturas expressivas dos sistemas geológico, climatológico, meteorológico, arquitetônico, hidrológico, financeiro e panóptico, pode-se dizer que essas consumam no enunciado as escolhas enunciativas do destinador social na maneira de coordenar o percurso de sentidos do destinatário à significação.

Em outras palavras, o incidente de escorregamento é efetivado no plano da expressão, no plano de conteúdo e a enunciação global, produzida pelo enunciador complexo Boulevard da Paz, conduz o enunciatário morador a ver, sentir e entender onde antes havia uma indicação pelas marcas de um possível deslizamento para quando passa a existir de fato a presença do desastre. Esta presença está estrutura-

da sobre e em conformidade com todos os sistemas sem os quais não existiria esse tipo de enunciado, porquanto esses mecanismos são utilizados pelo enunciador área de riscos para fornecer indicações de uma área vulnerável.

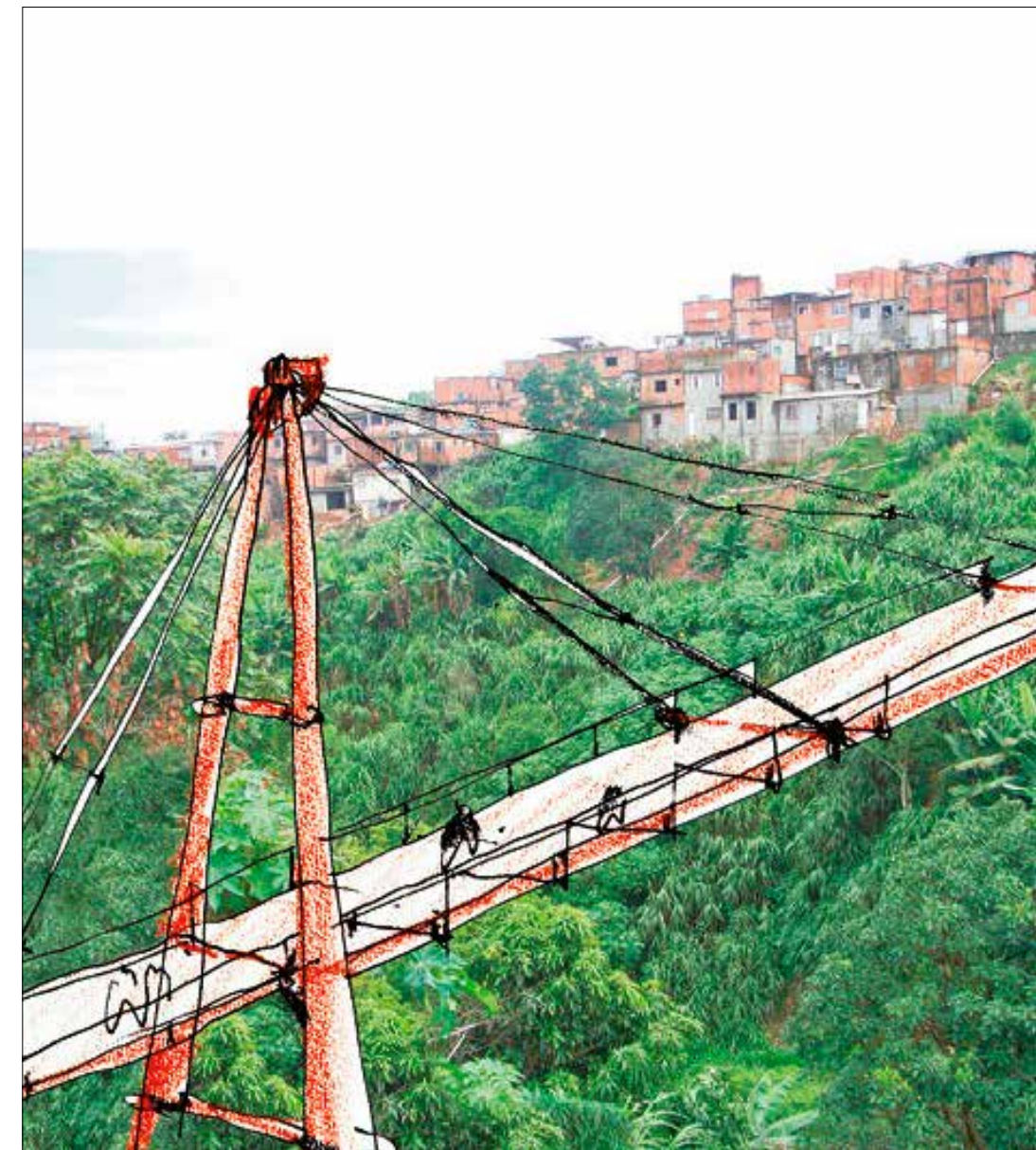
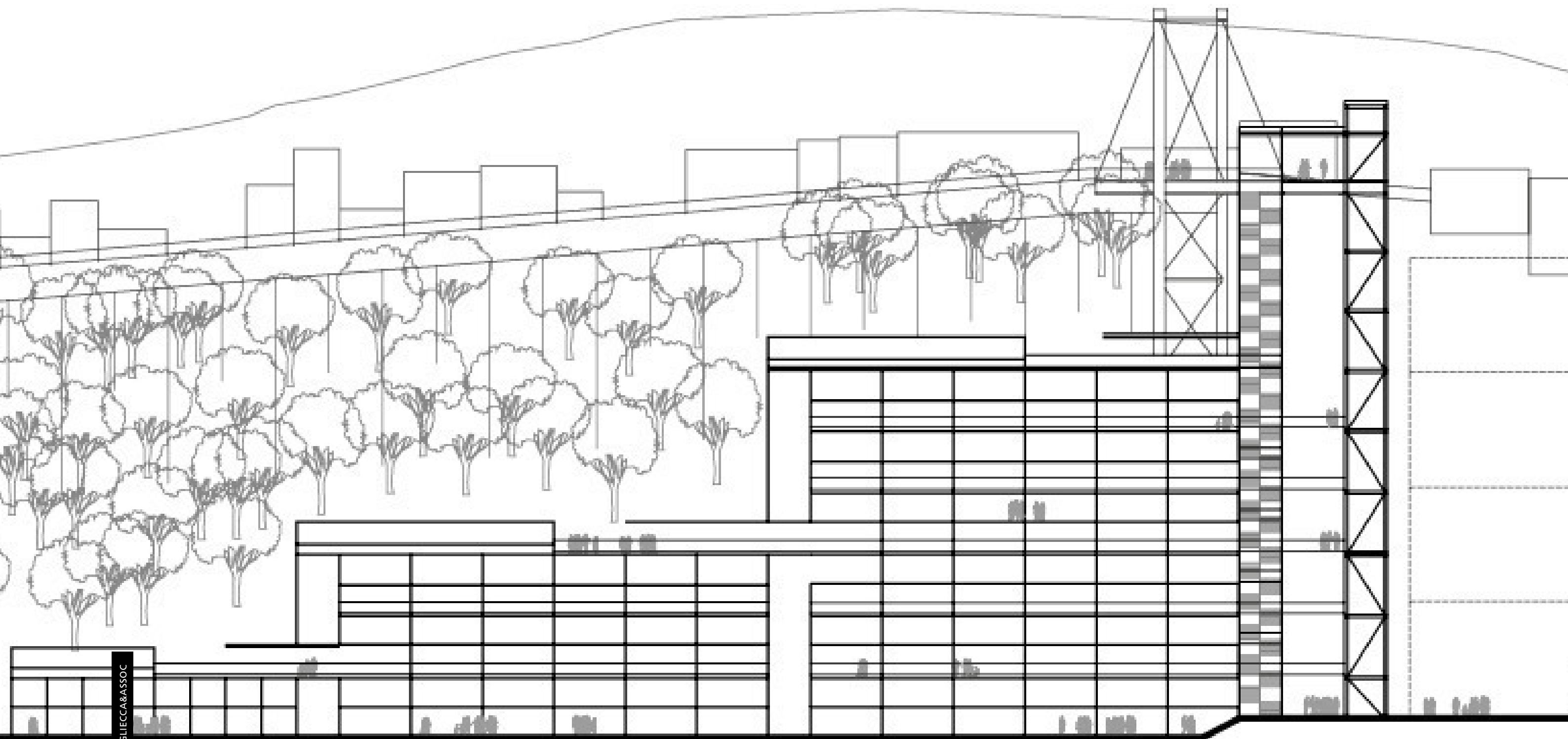


FIGURA 118

A proposta de passarela aérea é considerada para dar passagem aos moradores para outro extremo do Boulevard da Paz.
 Fonte: VIGLIECCA&ASSOC, 2010.
<https://bit.ly/3eB2mBR>. ©





BOULEVARD DA PAZ. IMAGEM: NILTHON FERNANDES

Programação e sensibilidade nas interações

Diversos e de muitas modalidades e origens são os desastres que incidem no país e no mundo. Existem os de causas naturais como os de origem geológica, hidrológica, meteorológica e climatológica e os desastres de origem biológica, tecnológica ou humana como aqueles relacionados a substâncias radioativas, a produtos perigosos, a incêndios urbanos, a obras civis, os relacionados aos transportes de passageiros e cargas não perigosas e os de origem biológica como no caso da pandemia da doença Sars-Cov-2 (surto da Covid-19). No início da escolha desse objeto para pesquisar, os deslizamentos de terra no Boulevard da Paz, mesmo sendo similar a outros tipos de desastres no seu poder destrutivo, se destacou pelo número de famílias que moram neste lugar de risco muito alto e também porque é o desastre que mais acontece frequentemente com maior número de vítimas fatais no país. Assim, ao olhar de maneira geral, foi possível destacar aquilo que está aquém dos desastres, como algo de origem conhecida e imprevisível e que causa uma descontinuidade na vida das populações, daquilo que está além, ou seja, os subsidiários como resultado dos desastres, as formas de insulamento político e a ausência da partilha econômica para uma parcela da população que não tem escolha de moradia, se não lugares arriscados como favelas ou comunidades aglomeradas em situação de riscos de desastres.

Esses agentes suplementares, distribuídos em comunidades e poder público, não são destinatários dos desastres, são participantes aleatórios que, independente de existirem ou não, são incapazes de mudar os resultados dos fenômenos que continuarão a existir por força da natureza diferenciada somente por conta da localização espacial e no momento temporal. Do mesmo modo que o vento ou o ar existem sem que seja necessário ter um destinador específico para usar ou usufruir desses benefícios naturais. Com esse raciocínio, se pode eleger os possíveis receptores dos desastres, pensando que isso talvez seja enredado a alguém, como, no primeiro momento e provisoriamente, aos destinatários.

Dessa forma, a primeira parte desses subordinados é composta pelos destinatários do acaso programado ao mesmo tempo que destinadores dos produtos culturais e digitais sobre os riscos e os desastres que atuam nos sistemas de produção de metadados e nos processos de difusão desses metadados em formato de informações estatísticas sobre prevenção, riscos e desastres. A segunda parte está contida em uma ordem de outro tipo de destinatários do acaso programado, tanto o conjunto especializado ou interessado nos desastres que consomem essas informações estatísticas quanto aqueles outros destinatários, agora do acaso motivado, que não somente absorvem essas informações, quando muito, mas experimentam os próprios desastres. Na primeira instância a manifestação em ato do fenômeno dos desastres, no segundo plano, a presença dos governos com vigilância anterior nas medições e prescrições do fenômeno e as populações que doam o corpo e suas casas ao acaso. Essa hierarquia, apesar de geral e distributiva em diferentes tipologias de desastres, demonstra a dinâmica entre o acaso programado e não programável e o acaso motivado dos desastres e sua reverberação nas sociedades que veem na ciência dos cálculos e na sorte ou nas entidades míticas, o salvaguardar do fatalismo (LANDOWSKI, 2014, p. 76-77).

Apesar de ser habitual na continuidade vivida das populações e seguir sintaticamente comprovada pelos mapas de áreas de riscos, essa situação, entretanto, nem sempre é recebida

pelos destinatários por igual nas informações matemáticas ou mesmo na atuação do desastre em ato. Os equipamentos, cartas de mapeamento, radares, satélites e demais medidores, sustentados na tecnologia, sinalizam muitas vezes o desastre pouco antes ou no ato do acontecimento. Dessa forma, a elasticidade temporal de acontecer ou estar prestes a ocorrer a manifestação do desastre, mostra e amplia a ausência de precisão temporal e por extensão espacial, porque na linha temporal oscila o momento e, por movimentação, a incidência de lugar. Assim, a atualização constante de informações coletadas pelos equipamentos tecnológicos, compartilhadas em sala de situação – onde são figurativizados mapas do país interativos em tempo real – é justificada dentro da programação de uma regularidade que vai acontecer o desastre e mesmo com centenas de equipamentos vigilantes, não se precisa o momento e o exato lugar.

A ausência de exatidão não pertencente ao fenômeno destituído de um agente motivador, passa, dessa forma, ao desempenho e, sustentado no e pelo desenvolvimento tecnológico, acaba por ressoar nas comunidades mais vulneráveis, por isso indentificadas e mapeadas como áreas de riscos. Porém, as populações que vivem em áreas de riscos são destinatárias duplamente, tanto do fenômeno que se manifesta sem endereço a uma localidade específica, quanto dos agentes governamentais que mapeiam e destinam seus alertas a essas mesmas áreas sobre os riscos de desastres. Deste modo, da regularidade programada do acaso de um lado dos agentes governamentais, o desastre assume na comunidade afetada uma aleatoriedade porque se relaciona, pela falta de um modelo de pensamento científico, ao fatalismo e, por extensão, à superstição. Entretanto, contrariamente ao destinador-mandatário do discurso ou agentes governamentais, que não sugere nenhum contrato e, por sua vez, não exige nada em troca como aquilo que se poderia fazer “‘por ele’ a fim de ganhar sua benevolência”, apenas mapeiam e trabalham somente com prescrições de ordem preventivas e, quando, muito de ordem configurada ao deslocar casas e comunidades de lugar com o auxílio da Defesa Civil (LANDOWSKI, 2014, p. 77).

Assim sendo, a manifestação em ato do fenômeno dos desastres, exige, por sua natureza incognoscível, um acaso motivado que desta vez pertence às populações atingidas pelo fenômeno destrutível que, por sua vez, recorrem a intencionalidade transcendental por meio de amuletos ou rituais marcados na religiosidade. Configurado dessa forma, esse regime de acidente se desdobra numa probabilidade matemática calculável pelos agentes governamentais e suas instituições científicas, nas palavras de Landowski (2014, p. 78-79), como “fenômeno imanente e vazio de sentido”, antes aleatório, e de outra forma, como fenômeno transcendente e impenetrável, figurativizado como fatalidade àquela comunidade. Dessa forma os desastres se distribuem de forma intangível tanto pelos sistemas matemáticos e mais ainda pelos prognósticos futuros dos que recorrem à sorte ou aos rituais imantados nas religiões (LANDOWSKI, 2014, p. 78-79).

Com esse primeiro passo, nos deslocamos para o patamar seguinte onde os desastres não deixam de existir, mas compõem o integrante principal de toda ordem que configura não somente a aleatoriedade nos riscos que reverberam nas sociedades, mas a programação e manipulação dos agentes governamentais e dos líderes comunitários até o assentimento da população que recebe esse fenômeno. Essas três instâncias, cada uma na sua ordem, determina a rotina dos técnicos e das pessoas das áreas dos riscos. Para tanto, os líderes comunitários, no seu fazer político, ou seja, no mecanismo da interobjetividade e de exterioridade, manipulam o interior de vida da comunidade no fazer da intersubjetividade e da interioridade tanto no cuidado com lugares precários da área de riscos quanto na limpeza de detritos que podem provocar deslizamentos de terra no Boulevard da Paz (LANDOWSKI, 2014, p. 21).

A manipulação desse fazer consiste no fazer persuasivo dos líderes comunitários que atuam politicamente para mobilizar a população a aceitar e a seguir agindo de forma coletiva em não amontoar entulhos e de outra forma a limpar terrenos baldios, corrigir defeitos de rachaduras nas casas

e muros e na operação do fazer ser sobre o lugar para melhorias na região e sua composição até em trazer benefícios ao bairro como energia elétrica, saneamento básico, mapeamento e capeamento asfáltico de ruas e vielas, na distribuição de cestas básicas ou de produtos eletrodomésticos aos menos favorecidos economicamente. Desta forma, o objeto Boulevard da Paz está programado na regularidade da causalidade física, com papel temático de área de riscos, para ter constante melhorias frente aos deslizamentos de terra e mais como comunidade vivente na conduta dos sujeitos que são motivados por razões não mais que de direitos de se viver plenamente sem riscos de desastres no intercâmbio de valores coletivos que são espelhados no viver em conjunto na mesma localidade (LANDOWSKI, 2014, p. 24-26).

Essa série de procedimentos, fundamentada na tentação de se viver bem e na ameaça dos riscos de desastres, adquire forma na eficiência persuasiva de valor econômico positivo e na recompensa de um lugar mais seguro com menor vítimas fatais frente aos desastres de acordo com o engajamento populacional que zela pelo bairro. O sucesso do empreendimento, comandado pelos líderes comunitários, não está somente nas promessas de bairro habitável sem riscos, mas na imagem que os líderes fazem do Boulevard da Paz com ações construtivas efetivadas com conotações positivas e na ajuda mútua de valores sustentados nas práticas coletivas de alimentação e saúde aos habitantes. Esse estatuto semiótico de sujeito, atribuído pelos manipuladores líderes comunitários, delimita o fazer dos habitantes do bairro e fazem deles agentes funcionais na medida em que esse morador age em conformidade com o plano de reconstrução do bairro e na redução de riscos de desastres em similaridade com a competência modal que lhes conferem um querer viver melhor com menor risco possível (LANDOWSKI, 2014, p. 26-27).

Essa competência modal, atributo dos sujeitos, aproxima líderes comunitários dos habitantes em crer nas promessas de melhorias por conta das instações de benefícios básicos e de minimização dos riscos de deslizamentos de terra do Boule-

vard da Paz e no saber fazer como resultado do que os líderes determinam e querem que todos participem do desenvolvimento do bairro. Esses interactantes acabam por tomar conhecimento do sistema de valores que regem esse caráter evolutivo com princípios que orientam essas melhorias, fazendo com que se mobilizem no saber fazer os tornando, também, sujeitos competentes. Essa competência, porém, está na estrutura modal deôntica, cujo predicado dever melhorar as condições de vida e segurança da comunidade, por meio de práticas preventivas e de reestrutura do lugar, sobre-determina o enunciado desse fazer. Portanto, essas modalidades de ordem volitiva subsumem diversas maneiras de articulação, como as de dimensão cognitiva na produção, como limpar ruas e terrenos, pintar muros e fazer a manutenção das casas; na manipulação ao fazer, com esses exemplos, com que outros vizinhos se mobilizam e participam das atividades de benfeitorias do bairro; e na organização de reuniões coletivas para determinar escolhas e maneiras de fazer melhor à comunidade (LANDOWSKI, 2014, p. 29).

A combinação dessas modalidades presentifica uma programação tecnológica na relação dos líderes comunitários e comunidades com os objetos que devem ser modificados, reparados ou instalados no lugar e outra programação subjacente do tipo tecnocrática que determina o modo de organização social e política que tem como fim, quando conjugadas, aproximar a comunidade de um regime de segurança com ou poucos acidentes que podem provocar a descontinuidade na vida dos que residem no bairro (LANDOWSKI, 2014, p. 32). Essas programações, apesar disso, longe de criar uma sociedade burocrática onde os sujeitos são reificados, tem como função a prática diletante de querer um lugar sempre em desenvolvimento e não ideal, uma vez que, mesmo nos conceitos de cidades inteligentes, isso está na categoria utópica. São, com efeito, destacadas duas formas de programação. A fundamentação sobre regularidades físicas, precedentes da causalidade na ausência de estrutura básica e na presença dos riscos de desastres, e a programação sustentada sobre regularidades comportamentais de ordem

social e simbólica no saber do que é preciso para que o bairro fique mais seguro e no fazer coletivo para que a comunidade se sinta segura a partir das práticas dos habitantes daquela comunidade.

Desta maneira, é possível enxergar, aquilo que Landowski (2014, p. 41) chama de motivação *stricto sensu* ou motivação crítica e motivação consensual, dois procedimentos utilizados pela comunidade para rearranjar o sentido de morar no lugar em relação aos objetos que a comunidade promove para desenvolver as práticas das pessoas e o próprio bairro. A motivação de comportamentos socialmente determinados se desenvolve onde os moradores, e não os que passam pelo lugar, vivem no Boulevard da Paz e traçam caminhos “indeterminados” para se movimentarem, ou seja, opções de trajetos imprevisíveis em um local ordenado por ruas, vias e vielas organizadas por um sistema imposto pela disposição primária de como as casas foram arranjadas na base construtora inicial de feitura da comunidade. Essas passagens ou acessos continuam heterogêneos aos sistemas uma vez que as pessoas que habitam o bairro, ainda em sucessiva construção, se entranham ao esboçar, pela diversidade de lugares “desconhecidos”, as astúcias de diferentes desejos e interesses. Desta forma, essas distintas mobilidades e não a formalidade própria, geralmente feitas caminhando e poucas vezes de bicicleta, constituem-se aquilo que é usado, configurando, em síntese, uma conquista espacial sobre a temporalidade (CERTEAU, 2012, p. 91).

Essa preeminência do espaço sobre o tempo permite, dessa forma, reunir benefícios conquistados, preparar amplificações futuras para novos trajetos e obter uma emancipação em relação à variabilidade das circunstâncias dos que desconhecem os “segredos” das trilhas reservadas aos conhecedores do bairro. É, em outras palavras, um controle da região pela visibilidade cartográfica do lugar. Assim, a ramificação do espaço permite entrever uma prática panóptica a partir de um lugar onde a visibilidade transforma o conjunto da localidade em objetos que podem ser observados e medidos.

Seria genuíno e até mesmo melhor definir o poder do saber das pessoas da comunidade por essa capacidade de transformar as incertezas da narrativa em espaços reconhecíveis. Mas é sobretudo adequado identificar nessas “estratégias” cotidianas – dentro de uma superposição de dimensão cognitiva, a dimensão pragmática – uma característica específica de saber que sustenta e ao mesmo tempo determina o poder de conquistar o lugar próprio (CERTEAU, 2012, p. 94).

Por outro lado, a motivação crítica “apta a fundamentar decisões” (LANDOWSKI, 2014, p. 41), se consolida por meio de operações sobre pessoas nos lugares. Assim, as descrições desempenham as práticas do cotidiano de uma instância mutável com vestígios de demarcação. Os líderes se transportam aos locais com o intuito de ouvir as pessoas a propósito de fronteiras contenciosas sustentadas nas falas divergentes que residem e perfazem os caminhos tortuosos do bairro. Consequentemente essas operações de fronteiras, habitualmente chamadas de contratos narrativos e composições de histórias, são elaboradas com porções extraídas de histórias pretéritas e bricoladas numa enunciação global. Neste sentido, entre as questões destacadas, distinguimos as que dizem respeito à extensionalidade, a orientação e afinidade. A descrição inicial, desta forma, tem a atribuição de autorizar ou, mais precisamente, de fundamentar as relações decisórias entre os líderes comunitários e a comunidade do bairro. É uma base no mundo invisível, sem a qual as condutas coordenadas ou permitidas pelo que há de direito dos comportamentos certos ou incertos, tranquilos ou perigosos, que representam uma certa relação entre um espaço legítimo criado por uma interação e sua exterioridade (CERTEAU, 2012, p. 191-192).

Tanto na motivação crítica quanto na motivação consensual, é plausível, de acordo com Landowski (2014, p. 42), mapear três aspectos reconhecíveis e portanto aceitáveis nas práticas de vida das pessoas que residem no Boulevard da Paz. Essas atitudes estão, naturalmente, ligadas ou não as particularidades do lugar em relação a atitudes em favor ou con-

tra ou mesmo nem uma coisa nem outra sobre a redução dos riscos de deslizamentos de terras no bairro. Assim, e talvez isso não seja distinto em muitas áreas de riscos, com a diferença de que na maioria dos casos não se encontram líderes comunitários como no Jd. Guarujá, é possível estruturar nos hábitos das pessoas cujas “regularidades de comportamento causalmente determinadas” obedecem a programações com pouco ou nenhum sentido, que são desmotivadas e sem intenção alguma de melhorar ou mesmo colaborar com o desenvolvimento de Três Marias II (LANDOWSKI, 2014, p. 42).

Recortado esse primeiro grupo de pessoas, há um conjunto na comunidade que segue outros comportamentos que, desta vez, estão relacionados com a “competência modal”. São pessoas, em conformidade com os líderes comunitários, ordenadas por uma motivação de ordem decisional, cujas “noções de programação e de causalidade” as fazem perguntar sobre suas motivações e razões para agir em conformidade com a redução dos desastres e, ao mesmo tempo, o que é melhor para o bairro (LANDOWSKI, 2014, p. 42). São, nas palavras de Landowski (2014, p. 42), o pensativo veleidoso. Entretanto, o semiótico também encontra outro tipo de população que vemos no Boulevard da Paz. É aquela que está entre os dois tipos relatados, os que obedecem a programações sem sentido daqueles com motivações de ordem decisional, são os que seguem a ordem do “semi-programado-semi-motivado”: os que abandonam as responsabilidades de melhorias do bairro e que deixam, com assentimento, que os líderes e uma pequena parcela da comunidade façam as mudanças necessárias e urgentes porque neles confiam (LANDOWSKI, 2014, p. 42).

Apesar dessas três composições serem facilmente encontradas no Boulevard da Paz, todos, desde os que fazem alguma coisa em conjunto com os líderes comunitários para mudar e desenvolver a aparência do lugar, dos que nada fazem e apenas programam suas vidas e ainda daqueles que apreciam as transformações sendo apenas testemunhas dos que se mobilizam para melhorar o lugar, estão sob a constatação de que a política não aplicada ou pelo menos desprezada às áreas de

riscos de desastres não leva em consideração o bem público coletivo, uma vez que o poder público age, neste caso, somente por força externa da comunidade. Portanto, essa manifestação política quase não atua com a instalação de serviços básicos ou de planejamento de futuras benfeitorias, nem tem a preocupação de estender esses benefícios e serviços para todas as minorias pobres da cidade, já que essa população, assim como muitas outras, não possui recursos financeiros e não mobiliza a economia municipal ou estadual e, por si só, acaba por encontrar maneiras de se auto governar deixando o “caráter pernicioso dos flagelos que assolam o lugar, a partir da discórdia e da sedição” (CÍCERO, 1965, p. 59).

Mas o que interessa especialmente, que também nos importamos, não são as pessoas que vivem naquele bairro programando suas vidas sem se importarem com os riscos, nem as que apreciam as transformações do lugar sendo apenas testemunhas dessas práticas, mas as pessoas que fazem alguma coisa em conjunto com os líderes comunitários para modificar a condição de vida delas e da comunidade, ou seja, a pequena parcela da população que se encontra, de certa forma, em um “regime de interação por ajustamento” (LANDOWSKI, 2014, p. 47). De outra forma, essa porção competente da comunidade do bairro, em conjunto com os líderes comunitários, se ajusta de acordo com a variação das práticas que se apresentam para reduzir os riscos não pela comunicação, mas por meio do contato “contagioso” na esfera da união ou “de uma dinâmica interacional”, ou seja, de “relações de interação [que] tomam a forma de ajustamentos recíprocos” (LANDOWSKI, 2014b, p. 18). Como resultado, esses interactantes, pessoas de “boa vontade” e líderes comunitários, a partir de uma interação igualitária onde as duas partes sistematizam suas dinâmicas de ajudas mútuas, por meio de um fazer conjunto em favor do bairro, colocam como timoneiro a competência modal, ou melhor, como diz Landowski (2014, p. 50), a competência estésica.

Diferente de um ou outro manipular um dos lados dessa parcela entre líderes e pessoas da comunidade, esses sujeitos es-

tão alinhados entre si como corpos sensíveis em uma interação para um fazer em conjunto a manutenção ou a construção do Boulevard da Paz que mais se aproxima e, além ou aquém do fazer crer, de um fazer sentir entre sensibilidades. Sentindo que se ajudam reciprocamente, quer seja nas dificuldades diante da construção do encanamento do sistema de água e esgoto ao superar algum obstáculo como a limpeza das ruas empoeiradas em razão do calor ou enlameadas por conta das chuvas. Ao se deixarem se contagiar e se levarem ao contato direto entre “corpos que sentem e corpos sentidos” esses sujeitos são, muitas vezes, dominados pelas angustias do trabalho laborioso e ao mesmo tempo perseverante que demanda toda grande construção que não é imediata, mas lenta e constante, exigindo de ambos paciência não só para executar a função, mas, mais ainda!, para apaziguar a população residente restante que, no lugar de ajudar, passa a se incomodar com a sujeira ou mesmo atrapalhar o desenvolvimento geral da reforma do bairro (LANDOWSKI, 2014, p. 51).

Entretanto, essa constante reforma e reestruturação do Boulevard da Paz não está restrita, logicamente, apenas aos serviços de instalação de saneamento básico de água e esgoto ou de energia elétrica. Se estende em pavimento asfáltico, muros de arrimo, reformas de ruas, levantamento e pintura de muros, fundação de casas e ainda estrutura de carpintaria nos telhados, bem como a reposição ou instalação de calhas etc. Toda essa mão de obra é, às vezes, efetuada por empresas contratadas da prefeitura de São Paulo e outras vezes feitas pelos próprios moradores. Tanto o grupo de homens especialistas em construção civil quanto o conjunto de moradores do Jd. Guarujá, experimentam, especialmente, as sensações sensíveis de tal maneira que podem entrever o início e a duração da obra com certa satisfação depois de terminar o trabalho. Porém, entre o primeiro e o segundo grupo, os que experimentam maior contentamento são os que moram na área porque vão usufruir do resultado do empreendimento. Nessa condição, podemos pontuar o que Landowski (2014, p. 51) chama de “duas formas de sensibilidade”.

A primeira delas é a sensibilidade perceptiva que moradores e empreiteiros vivenciam pelas transformações inteligíveis do mundo natural. Essa sensibilidade está ligada a eles próprios enquanto presenças de corpo em relação aos objetos do mundo imantados nas obras. Desta maneira, eles sentem as gradações internas dos corpos e as externas do mundo extrínseco possibilitando a eles interpretar a totalidade das consequências de continuidade como resultado de sensações distintas que fazem sentido. A segunda forma, é a sensibilidade reativa onde esses sujeitos, munidos de pás, enxadas, alicates, furadeiras, tratores, caminhões etc., constroem, reformam, ajustam ou arrumam partes de lugares do Boulevard da Paz que, dessa forma, acabam por minimizar os riscos de deslizamentos de terra e, em consequência disso, desenvolvem o bairro em direção ao mais cabal possível.

Essa competência estética é concedida pelas transformações inteligíveis do mundo natural e pelo manuseio de objetos e materiais que, mesmo inanimados, são utilizados e dão sentido. São instrumentos que perfazem com habilidade do empreiteiro necessitando de certa criatividade na bricolagem para os que os conhecem na prática a interação do trabalho e também pelo prazer de construir algo utilitário à população sustentado, nas palavras de Landowski (2014, p. 52), nas “relações de ajustamento gratificantes, geradoras de sentido e de valor”.

Por outro lado, apesar do sentido e valor serem construídos na sensibilidade reativa, essa forma de sensibilidade se aproxima um pouco da programação, por conta da fisionomia contratual proveniente de uma regularidade causal. Independente dessas ferramentas e matérias possuírem algum mecanismo não mais evoluído do que a eletromecânica, no caso de tratores, caminhões, furadeiras etc., mostra que a distância entre o ajustamento “sensível” e a programação não é tão desmedida. Deste modo, essa observação, por mais rudimentar que seja, pode, em conjunto com a sensibilidade perceptiva de ordem decisional, manifestar a habilidade dos sujeitos aptos a perceber e interpretar as informações

do mundo exterior enquanto o sujeito está “modalmente competente para lhe atribuir sentido” (LANDOWSKI, 2014, p. 53). Esses sujeitos, buscam, mesmo tateando ligeiramente a programação na regularidade causal, uma realização recíproca naquilo que em conjunto constroem no bairro. Com a diferença, já pontuada, entre os que moram naquele lugar daqueles que apenas trabalham para a Prefeitura de São Paulo. Assim, ambos fazem desse desenvolvimento construtivo uma interação recompensadora que produz sentido e valores (LANDOWSKI, 2014, p. 54).

Interações das práticas

Se de um lado vimos que a construção e/ou reconstrução do bairro é regida pelas sensibilidades perceptiva e reativa no momento onde líderes comunitários, empreiteiros e comunidades confeccionam o bairro, do outro lado temos o momento iminente do desastre ou do acidente. É por conta desse incidendo que são motivadas as sensibilidades e, por extensão, o ajustamento de parte da comunidade vivente do Boulevard da Paz. O desenho das dinâmicas está destacado exatamente como configurado por Landowski (2014, p. 81), em um percurso contínuo de dois momentos: o primeiro, quando a área de acidente ou de deslizamento de terra segue à manipulação e alcança temporariamente a programação, onde predominam o ordenamento, a permanência e a contiguidade, considerado como princípio e o segundo tempo, em ordem inversa, da programação ao ajustamento e do ajustamento ao regime do acaso e do acidente (LANDOWSKI, 2014, p. 81).

Desse modelo, podemos criar uma imagem do percurso dos sujeitos dentro ou no momento exato dos deslizamentos de terra. Não como se o bairro inteiro viesse abaixo ou escorregasse com as mais de 300 famílias com pessoas, casas e demais objetos, mas em uma ou mais residências como acontece frequentemente em dias de chuvas intensas em um pe-

ríodo um pouco mais prolongado. Desse exemplo, podemos extrair mais duas imagens: uma que a comunidade responsabiliza os órgãos governamentais pela negligência de não estruturar ou mesmo de não socorrer as vítimas do momento dos desastres e outra respaldada nas forças da natureza como responsáveis pela calamidade. A primeira, mais evidente e incontestavelmente culpada pela desconsideração diante dos menos favorecidos economicamente e a segunda imagem proveniente da natureza ou mesmo de um ser divino ou ainda de algum santo ou espírito que não cuida da comunidade. Apesar de inquestionável que o governo, seja municipal, estadual ou federal não se importe ou pelo menos se interessa pouco pelas comunidades pobres, muitas pessoas acreditam que a responsabilidade está na segunda imagem. Ou ainda na combinação das duas imagens: governos e forças naturais, divinas ou espirituais.

A primeira opção, dos órgãos governamentais, fica restrita aos tipos de governos como os partidos eleitos e que regem a sociedade brasileira em âmbito federal na figura da Defesa e Proteção Civil e mais precisamente na esfera municipal, a paulistana nas Regionais da Prefeitura e a segunda alternativa está na ordem das denominações religiosas, não somente as que estão instaladas na comunidade de Três Marias II, como as católicas, evangélicas, neopentecostais, pentecostais, animistas e até as espíritas, mas na crença que subsiste nas pessoas independente da condição espacial de se viver em qualquer parte do mundo. Sendo que para algumas pessoas a solução está em escolher um governo mais equitativo e para outras, rezar, orar, crer em uma figura mítica de um destinador ou até aceitar sua condição lamentável de vítima dos deslizamentos de acordo com aquilo que a natureza deseja ou ainda conforme os espíritos determinam (LANDOWSKI, 2014, p. 82).

Porém, tanto governos quanto forças naturais, divinas ou espirituais, reais ou não, fazendo o sujeito vítima do desastre crer ou desacreditar, independente de estar seguro ou inseguro, a vida, se não a perder no deslizamento de terra,

vai continuar a ter sentido, mesmo que a fatalidade reduza esse sentimento ou até mesmo traga uma certa noção sem sentido carregada pela fatalidade. Desta forma, ainda que a ausência de crença na natureza, na figura mítica ou no governo seja patente em algumas pessoas, a imagem do manipulador vai continuar existindo porque não depende de crença alguma, afinal não é preciso existir alguém em uma área de riscos para que as chuvas se precipitem e incidem sobre terrenos escorregadios que deslizam. O manipulador, seja a natureza, governos ou figuras mitológicas, sempre vai existir independente se a confiança nessas imagens ou seres aumentar, diminuir, extinguir ou ainda se houver a vontade humana em querer mudar o quadro do destino, afinal trata-se de uma área mapeada publicamente como de riscos de desastres (LANDOWSKI, 2014, p. 82).

Desta forma, cabe ao sujeito vítima do desastre modificar esse quadro, mudando de lugar ou transformando a localidade de área de risco de nível quatro para um nível mais baixo ou, na melhor das hipóteses, para risco zero. Ao longo desses cinco anos de pesquisa, aos poucos a segurança de morar no Boulevard da Paz aumentou cada vez mais na medida em que casas mais problemáticas ou mais arriscadas de desabamento foram desapropriadas e famílias inteiras mudaram para outro lugar mais seguro na mesma comunidade ou em outra localidade próxima do Jd. Guarujá. Isso aconteceu e ainda ocorre ao mesmo tempo que a área foi e continua sendo reestruturada ou reformada para suportar chuvas mais fortes com maior tempo. A partir dessas práticas, graças aos líderes comunitários com o apoio e ajuda de uma parcela da comunidade, o bairro está caminhando, sem ter chegado ainda em uma configuração totalmente segura, mas mais positiva, da manipulação da zona do acaso para, paulatinamente, ser substituída pela programação (LANDOWSKI, 2014, p. 82).

A imagem do manipulador continua existindo nos governos, nas forças da natureza, nas divindades míticas ou espirituais e o morador, que aos poucos deixa de ser vítima para se tornar alguém que se programa ao melhorar e desenvolver o

seu cotidiano no Boulevard da Paz, toma outra perspectiva, não mais aquela do manipulado ou a de depender de um manipulador para recorrer no hora do desastre, porque agora faz sua própria programação de situação de vida no bairro. E, uma vez atingida essa etapa, transitando de um estágio a outro, esse sujeito-morador está preparado para chegar ao território das “programações causais e positivas” (LANDOWSKI, 2014, p. 83). Entretanto, entre um estágio e outro, o sujeito-vítima que depois se converte em sujeito-morador, destituído da fatalidade dos deslizamentos, não pode, nem por um momento se acomodar, uma vez que a transição de uma etapa a outra não é fixa e nunca fica estacionada em uma posição porque a área não está totalmente acabada ou segura. O lugar continua sendo, na melhor das hipóteses, pouco arriscado. E muitas vezes, bastante arriscado.

De outra forma, sujeito-vítima em um estágio e sujeito-morador em outro, são modalidades que a maioria que reside no Jd. Guarujá deve ter a competência de adquirir ou pelo menos de conhecer ou saber sobre o mecanismo de funcionamento dos deslizamentos de terra. Afinal, é notório naquele lugar essas ocorrências. Antes e depois do mapeamento de áreas de riscos de desastres feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas ou pelo Instituto Geológico, a população já possuía conhecimento do risco de morar naquela região. Assim, a programação não reside apenas em “recorrer aos remédios fornecidos pela ciência”, como diz Landowski (2014, p. 83), nem em buscar ajuda do governo Municipal e muito menos dos governos Estadual e Federal, mas na própria comunidade onde esses sujeitos fazem parte. De uma certa maneira, essa comunidade está prevenida caso haja qualquer tipo de fatalidade dessa proporção. Na falta de alguma ajuda externa, quer seja do município ou mesmo da Defesa e Proteção Civil, as pessoas do Boulevard da Paz, sensibilizadas com inúmeros deslizamentos de terra que afligiram e continuam a atormentar diversas famílias ao longo dos anos, acabaram adquirindo experiência em se mobilizarem para socorrer as vítimas dos desastres.

Essa assistência não é da ordem da obrigatoriedade, mas da prescrição da caridade, ou seja, de uma generosidade beirando o altruísmo dos que passaram ou viram alguma família passar por essa experiência desafortunada de perder todos os bens móveis, lembranças da história familiar e, quando muito, perder um parente junto da avalanche de destroços. Dado essas circunstâncias, uma parcela da população do Boulevard da Paz se mobiliza para, em conjunto, socorrer a vítima ou as vítimas dos desastres. Alguns chamam o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ou a Polícia Militar, outros abrigam as pessoas na sua casa e o restante ajuda como pode, doando móveis, eletrodomésticos, alimentos e até mão de obra para a reconstrução da casa perdida nos deslizamentos. Essa reconstrução, estimulada pela comunidade, geralmente ocorre logo após o evento. Depois de tudo voltar ao que era antes ou no mínimo próximo do que era, a vida recomeça com casa e móveis doados pelos vizinhos. Porém, o que para muitos o retorno da ordem na vida com método e planejamento diário pode ser fastidioso, para o sujeito-vítima, convertido em sujeito-morador, é desejável. Aquilo que a maioria quer fugir, como o “vazio da alma”, a chateação associada ao ramerrame diário, entediante e remansado, o morador de Três Marias II não somente almeja, mas até por falta de opção prefere, pelo simples fato de ser melhor do que a surpresa desventurada dos desastres (LANDOWSKI, 2014, p. 83).

Porém, trocar o dia a dia tedioso pela segurança da programação no princípio de uma regularidade ultra regrada – essa mesma que Landowski (2014, p. 84) chama de “patologia delirante” –, para os que moram em área de riscos de desastres, não é tão fácil ou simples, mesmo que isso não seja possível, como para a maioria que vive em uma área sem riscos ou pelo menos com risco próximo do nível um, de acordo com classificação geral do IPT. Desta forma, se de um lado, a programação é interrompida quando o sujeito comum não sustenta mais uma vida completamente programada, do outro, morar em uma região que a qualquer momento de chuva forte pode vir abaixo, determina duplamente o fim dessa programação: uma obsessiva “praxeológica de classificação,

de higiene, de precedência, de procedimento etc.”, como menciona Landowski (2014, p. 84), e outra apreensiva, onde o simples escurecer das nuvens acende um sinal de alerta de desastres na cabeça dos moradores do Boulevard da Paz.

A programação se desvanece pela obsessão e apreensão e as regularidades que o sujeito se impõe acabam definindo suas práticas diárias no bairro. Um pouco mais leves, essas práticas, que transitam de uma vida completamente programada referentes aos cuidados individuais e agora coletivos deve, para não iniciar ou colaborar com os desastres naquilo que mencionamos sobre acúmulo de água ou despejos de lixo, emergir em uma outra forma de viver, agora mais pertinente e interativa no regime do ajustamento. Essa transição, que conduz o sujeito de um regime a outro, porém, desenha uma recursividade nas relações entre essas unidades complexas colocadas em importância. Em outros termos, o objeto de fazer do líder comunitário, que zela pela comunidade, é passado para alguns moradores que podem, por sua vez, ser repassado para alguém, ou seja, sujeitos-moradores manipulados pelos líderes comunitários que manipulam outras pessoas para, por exemplo, limpar um terreno baldio cheio de entulho, a lixeira que transborda de resíduos ou então fazer com que um outro morador ou moradora pinte o muro coletivo de uma rua do bairro. E, por extensão ou não, esses manipulados, por sua vez, podem manipular, cada um, mais outras pessoas para fazer o trabalho ou simplesmente ajudar a completar a tarefa (LANDOWSKI, 2014, p. 89).

Essas práticas manipulatórias significativas de início com o apanágio de zelar para uma comunidade limpa e organizada acabam por se complexificar nas relações intersubjetivas uma vez que tanto líderes manipuladores que ordenam o cuidado do lugar quanto moradores manipulados pelas práticas diárias e costumeiras, perfazem ou condicionam um funcionamento para outro regime fundado na regularidade, o da programação. Assim, essas práticas, de regularidade simbólicas, por serem observadas e praticadas por alguns acabam, por um certo contágio, passando para uma regularidade cau-

sal, sendo praticadas por muitas pessoas que não foram no princípio eleitas pelos manipuladores primários ou secundários. De livre e espontânea vontade, alguns moradores, nesse percurso, cujo papel temático é vigiar o bairro organizado, se propõem a também agir de acordo com os manipulados e, de forma programada, limpam ou melhor, zelam com esmero para que locais antes entulhados ou sujos, fiquem limpos e organizados (LANDOWSKI, 2014, p. 80, 89-90).

No oposto, a falta de probabilidade de fazer com que outros moradores obedeçam ou sigam os preceitos instituídos pelos líderes comunitários para manter o bairro organizado, porque não alcançam um acordo sobre o valor dos valores para, aos poucos subir a condição do bairro para um nível aceitável de riscos de desastres, faz irromper uma fissura maior do que aquelas instaladas nas casas e muros que denunciam os riscos de deslizamentos de terras, uma vez que essa incisão coloca um obstáculo na condição da natureza das relações interpessoais e, desta forma, produz circunstâncias que possibilitam passar para outro regime de interação. Essas ponderações, apesar disso, não somente nos conduzem a uma forma instituída entre as fronteiras de operar, ou seja, ser, de certa forma, beligerante ou, em um caso menos ríspido e mais aceitável, de manipular, tratar as relações pessoais pela conversação ou pela negociação, elemento último fundamental em um lugar onde operam sujeitos e antissujeitos com interesses muito diversos um dos outros (LANDOWSKI, 2014, p. 94-95).

Estas relações pelas conversações e negociações são marcadas por diferentes tipos de espaços consubstanciados no mesmo lugar. A primeira parte pertencendo aos líderes comunitários que empreendem negociações internas com a comunidade e externas com governos e empresas privadas para reduzir os riscos e melhorar a condição das pessoas no ambiente do Boulevard da Paz. A segunda parte, pelos líderes religiosos que, do lado oposto do mundo material, constroem uma esperança na espiritualidade dos crentes para os evangélicos, dos fieis para os católicos e de outras pessoas que creem

nos espíritos nas diferentes denominações ao ofertarem uma vida além morte. A terceira parte, pelos líderes do tráfico que, entre uma parte e outra, apresentam um mundo de ilusão aquém da política e além da religiosidade ao oferecer diferentes tipos de entorpecentes para os que se interessam, tanto aos que vivem no bairro quanto aos que visitam e moram em outras localidades da cidade.

Apesar da terceira liderança ser velada, porque transita de forma ilícita na comunidade do Boulevard da Paz, todas as três compõem as decisões do bairro. Não trabalham juntas, mas simultaneamente, como se fossem parte de uma mesma empresa que possui produtos que não dependem um do outro para existir, mas que desaguardam nas fronteiras que podemos designar de interação. Segundo Landowski (2014, p. 95), todas as esferas de atividades, “passando pela conversa”, pressupõe uma dinâmica entre dois atores “dos quais ao menos um dos dois ‘age’ sobre o outro” nos quatro regimes: programação, manipulação, acidente e ajustamento. Entretanto, nenhuma dessas três lideranças impõe à comunidade qualquer obrigatoriedade, tudo que as pessoas do Boulevard da Paz escolhem é por livre arbítrio, portanto, estamos falando de “regimes de sentido e de interação” de escolhas (LANDOWSKI, 2014, p. 95).

Desta forma, na troca de conversa programada, cada liderança demarca uma fronteira não física, mas cognitiva para ser trabalhada conforme interesses mútuos entre sujeitos-líderes e sujeitos-moradores. Apesar de não existir um limite espacial onde se deva transitar, sendo livre o acesso a todos da comunidade, é notório que a maioria saiba onde ficam os lugares na política, a Associação Mulheres do Boulevard, na religião, as igrejas pentecostais, neopentecostais, católicas e os terreiros de umbandas ou quimbandas, bem como onde fica a distribuição de drogas do comércio do tráfico.

Assim, na manipulação, o fazer persuasivo, no momento em que alcança seu fim ao modificar a “competência modal do interlocutor”, com diz Landowski (2014, p. 95), está

sustentado no interesse dos líderes em cativar o morador nas modalidades do seu querer e do seu poder-fazer. Assim sendo, os líderes dos três poderes do bairro podem cativar, repudiar, associar ou recrutar o morador para auxiliar na construção e/ou reconstrução do bairro no aspecto da política. Na religiosidade, pode chamar a participar nas doações onde existe ou não díizimos ou na comunhão em oração nas diferentes denominações religiosas nos cultos, ou ainda no jogral das missas ou na batucada e nas cantorias nos terreiros. Na liderança do tráfico, o morador pode, se recrutado, a comercializar e trabalhar nas bocas, biqueiras ou bocadas escolhendo entre ser gerente, segurança, “fumaça” ou “aviõezinho” ou ainda contribuir com o lucro, consumindo diferentes tipos de drogas³².

No regime do acidente, neste caso, de desastre ou de deslizamento de terra, a incursão do sentido ou daquilo que não provoca sentido algum é, nas palavras de Landowski (2014, p. 95), “tão perturbadora que o sujeito se encontra estupefato ou extasiado e, em todo caso, desamparado”. A partir dessa configuração, se reparte os que sentem na pele os desastres daqueles que presenciam o evento como testemunha ocular dos que nada sentem porque não viram e estão longe da ocorrência. Mas nenhum desses públicos e mais ainda os

32) Alto escalão são traficantes de maior hierarquia que ficam posicionados sobre lages e barracos, onde podem se proteger melhor e atirar em caso de tentativa de invasão. Boca, biqueira ou bocada são os pontos onde vendem as drogas e geralmente ficam perto de riachos, esgotos ou barrancos que dificultam a chegada da polícia. Em uma mesma favela, podem existir várias bocas e nem toda a droga fica ali, mas em barracos conhecidos como “paiol” que são usados para armazenamento de grandes quantidades de drogas e da munição da quadrilha. Os gerentes das bocas são responsáveis pela chegada da droga e pela contratação do pessoal. É ele que comanda toda a operação dentro da favela e, por isso, é sempre alguém de muita confiança do dono da boca. Vapor são os que vendem as drogas e lida diretamente com os viciados ou usuários. Aviõezinhos são garotos que levam a droga da boca para os usuários mais comuns. Os seguranças protegem os arredores da boca da polícia e de traficantes rivais. Eles usam *walkie talkie* e tem armas próprias para combate a curta distância. Para saber mais, acesse: <https://bit.ly/3jJDMvL>.

que sofreram com o episódio, estão, portanto, livres de ter algum tipo de sentimento a respeito dessa fatalidade. Mais ainda quando isso provoca a morte de alguém. Para esclarecer melhor, separamos o sentimento do sentido porque para muitos não faz sentido um deslizamento de terra, mas diferente do sentimento onde todos podem expressar algo sobre fenômenos dessa natureza. No caso particular do Boulevard da Paz, faz sentido para todos e o sentimento que aflora primeiro é de revolta e depois de comoção coletiva que inicia um movimento de ajuda e altruísmo por parte da maioria da comunidade aos que tiveram a casa destronada pelo deslizamento. A mobilização para reconstruir a casa parte de todos que são coordenados pelos líderes comunitários em conjunto com os líderes religiosos e do tráfico que mobilizam e organizam a comunidade para auxiliar tanto no socorro das vítimas quanto na reconstrução da casa derrubada.

Agora, sob o regime do ajustamento, todos os líderes e parte da comunidade adaptam-se ao movimento de ajuda recíproca às vítimas do desastre. Como em uma dança coletiva, cada um faz alguma coisa para socorrer os que sofreram ao deslizamento de terra. Primeiro, chamam o Samu, Bombeiros, Polícia Militar ou Defesa e Proteção Civil para socorrer as vítimas. Depois, quando não há vítimas fatais, algumas pessoas das vizinhanças próximas abrigam as vítimas desabrigadas em suas casas, dão assistência, alimentação e cuidados. Nesse ínterim, homens munidos de pás, enxadas, carrinhos de mão se reúnem para tirar os destroços e limpar o terreno onde a casa ou as casas foram destruídas. Por sua vez, outros se mobilizam para fazer os alicerces da nova casa que será construída no lugar daquela destruída, fazem a base com concreto e estrutura de vergalhões. Com os materiais como cimento, areia, pedras e madeiras, levantam paredes, esquadriham os cômodos e colocam o telhado. Depois vem os móveis e os eletrodomésticos. Tudo doado pela comunidade, desde mão de obra, materiais até ajuda humanitária.

Em vista disso, o modo como sujeitos agem em função da interação das partes diversificam de tal maneira que, mesmo existindo quatro regimes, não é possível, porém, instituir um instância fixa para cada um deles pelo fato de que as interações oscilam e transitam de um regime a outro. Na conversa programada, por exemplo, apesar da continuidade, dentro da constelação da prudência, cada liderança tem seu lugar e nada impede do sujeito-morador mudar de ideia quanto aquilo que foi antecipadamente programado. Por isso está fundamentado em um regime de sentido, determinado de insignificante, em uma regularidade ora simbólica e às vezes causal. De forma similar, na manipulação, o fazer querer pode ser modificado na medida em que o morador decide não mais querer ser cativado ou recrutado por nenhum dos líderes que determinam os caminhos da maioria da comunidade. Porque nem todos estão sob as ordens das três lideranças, muitas vezes, algum sujeito está ao léu, sem se importar com política, religião ou tráfico. Também na constelação da aventura, nos regimes do acidente ou do ajustamento, outros não se importam ou se preocupam muito pouco com os deslizamentos de terra e nada fazem ou ainda são insensíveis quanto a mobilização humanitária que muitos aderem. Desta forma, apesar da maioria estar suscetível a transitar de um regime a outro, existem pessoas que guardam suas próprias condutas, sem precisar de outrem para fazer parte de um regime ou outro (LANDOWSKI, 2014, p. 95).

Imprevisto dos deslizamentos de terra

Os deslizamentos de terra são um fenômeno que ocorrem por uma série de elementos combinados, a fraca sustentação do solo, a precipitação, intensidade e duração das chuvas fortes e a instalação de casas em terrenos conhecidos como áreas de riscos que, nesse caso do Boulevard da Paz, está na categoria de muito alto risco de deslizamentos. Ape-

sar de ser um acontecimento programado, é imprevisível porque não se sabe quando isso pode ocorrer. Ainda, é do conhecimento de todos da comunidade que na incidência de chuvas duradouras fazem com que algumas casas cedam aos terrenos escorregadios. São ocorrências que, mesmo não havendo ninguém morando naquela região, vão acontecer de qualquer forma, pois trata-se de desastres naturais até que seja ocupado por alguém que, dessa forma, torna-se um desastre que poderia ser evitado tanto pelos órgãos governamentais que possuem o poder e a condição para mudar a comunidade do bairro quanto das próprias pessoas que poderiam não mais morar naquela região. Mas também é notória a situação econômica de quase todos que, sem condições financeiras para morar em um lugar sem risco algum, acabam residindo em áreas de riscos de desastres.

Os deslizamentos de terra, dessa forma, é a interseção dos trajetos do desastre e do percurso da vítima que convergem para um mesmo ponto com prejuízo aos atingidos. Exceto quando ocorre, não há relação alguma entre as vítimas e os deslizamentos pois trata-se da lei do acaso, sem que alguém ou algo determinasse o início do fenômeno. É natural o mapeamento da área fragilizada do terreno em associação a precipitação das chuvas, porém, na maioria das vezes e apesar de tudo estar prefigurado, os deslizamentos não ocorrem toda vez que há chuvas. Assim, e apesar das informações certas, não determinam com precisão espacial e muito menos no momento temporal quando um deslizamento de terra vai ocorrer. Se fosse diferente, não iria existir escorregamentos com danos materiais e muito menos com vítimas fatais. Porque nem o acidente na figura dos desastres ou as vítimas nas pessoas se ligam um ao outro se o acontecimento não acontece (LANDOWSKI, 2014, p, 98).

É uma relação recíproca dos desastres com as vítimas onde os parceiros, vítimas e desastres, estão implicados no processo interativo como simples co-incidentes, porque o acaso, nessas circunstâncias é, por hipótese, o único elemento que justifica esse fenômeno exterior em relação as coisas inani-

madadas, cuja lei da natureza independe de qualquer manipulação ou previsão que possa antever a ação em sobrevir o momento e o local exatos dos deslizamentos de terra como uma inter-ação que Landowski (2014, p. 99) qualifica “de risco autorreferencial”.

Todos que vão morar ou residem no Boulevard da Paz não sabem dos riscos? Mesmo que não haja saída para melhorar a condição financeira e escolher um lugar melhor para viver, as pessoas não sabem dos riscos de desastres e dos riscos de criminalidade? As escolhas dessas famílias, ainda que tenham uma saída para morar em outra comunidade, não são, como diz Landowski (2014, p. 101), escolhas programadas? ou “preferências estrategicamente condicionadas?” Cabe uma reflexão mais profunda em todas as instâncias de pessoas físicas e jurídicas que em conjunto são responsáveis direta ou indiretamente pelos riscos de desastres não somente no Boulevard da Paz, Três Marias II ou Jd. Guaruja, como é conhecido, mas nas centenas de áreas de riscos de desastres no Brasil e no mundo. Riscos de deslizamentos de terra, geada, enchente, enxurrada etc., para não falar dos riscos de desastres tecnológicos como em Mariana ou biológicos como da Covid19 que sempre existiram e vão continuar a existir. Uns que podem ser evitados e outros claramente inevitáveis.

A proposta de nomeação das ruas para o “novo” bairro do Boulevard da Paz foi escolhido pela comunidade entre nomes de flores ou nomes de pessoas. Em votação e por unanimidade, a comunidade preferiu as flores. Fonte: Consórcio SRV, 2016.

[illegible]

MOVES	400
COMPLEMENTOS	0
TERRENO VAGO	0
MOVES VAGO	0
CONSTRUÇÕES	0

LIMITE DO NÚCLEO	
---	REDE PVC DN 150mm PROJETADA
---	REDE PVC DN 75mm PROJETADA
---	REDE PEAD DN 32mm PROJETADA
---	REDE PVC DN 150mm EXISTENTE
---	REDE PVC DN 125mm EXISTENTE
---	REDE PVC DN 75mm EXISTENTE
---	REDE PVC DN 50mm EXISTENTE
---	REDE PEAD DN 32mm EXISTENTE



12/04/2014

03 - Boulevard da Paz

Implantação de rede de distribuição de água.

az	W DES	88
	PL	102
	REV	5
	TOTAL	1,000



Referências



Referências

AFONSO, R. A.; SILVA, W. M.; TOMAS, G. H.; ALVARO, A.; GARCIA, C. **Br-SCMM: Modelo Brasileiro de Maturidade para Cidades Inteligentes**. UFPE-CIn; UFAL-AraComp; UFSCar-DComp, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3HxfAgF>. Acesso em: 23 dez. 2018.

AVICENNE. Directives et Remarques. A. M. Goichon, p. 323. In: SOUSA, M. C. As faculdades imaginativa e estimativa. **Outramargem**: revista de filosofia, Belo Horizonte, n. 4, 1º semestre 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2wolXCb>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BALDUS, H.; WILLENS, E. **Dicionário de Etnologia e Sociologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

BARBOSA, A. L. **Pequeno vocabulário Tupi-Português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951. Disponível em: <https://bit.ly/3sWMWAJ>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BECK, U. A política na sociedade de risco. (1991). **Ideias** - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. n. 1, nova série, 2º semestre (2010). Tradução Estevão Bosco. Campinas, São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/2l2nLGN>. Acesso em: 13 set. 2015.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRANCO, M. T. C., FONSECA, R. B. M., BRANDÃO DA SILVA, L. J. R. O. Caracterização geológico-geotécnica da favela Bela Vista da Pichuna, ilha do governador, Rio de Janeiro e proposta de mitigação do risco existente. **15º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental**. Bento Gonçalves, RS, outubro, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2FWkoLx>. Acesso em: 19 mai. 2017.

BERARDI, M. H. P. Santo Amaro. Volume 4, 2.ª ed. In: **História dos bairros de São Paulo**. Prefeitura de São Paulo: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1981.

BÍBLIA. Marcos 16:1. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução João Ferreira de Almeida. 2.ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1979.

BOGDASHINA, O. **Sensory perceptual issues in autism and Asperger Syndrome: different sensory experiences, different perceptual worlds**. Jessica Kingsley Publishers, 2003.

BRADLEY, J.; BARBIER, J.; HANDLE, D. **Embracing the Internet of Everything To Capture Your Share of \$14.4 Trillion**. More Relevant, Valuable Connections Will Improve Innovation, Productivity, Efficiency & Customer Experience. Cisco, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2WjBMpB>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. Portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978 NR-5. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. In: **Segurança e medicina do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 489 p. (Manuais de legislação, 16). Disponível em: <https://bit.ly/30JiaPq>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Curso de formação em Defesa Civil: construindo comunidades mais seguras. **Curso à distância - Guia do estudante**. 2. ed. Brasília: MI, 2005. 135p. Disponível em: <https://bit.ly/3HBTUzS>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: **Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas**, 2008, p. 19. Disponível em: <https://bit.ly/30DtGMO>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BRASIL. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. **Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Comunicação de riscos e de desastres**. Curso a distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3HBTUzS>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. **Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Anuário brasileiro de desastres naturais: 2013**. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Brasília: CENAD, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3HBTUzS>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. **Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 2015**. Centro Nacional de Gerenciamento de

Riscos e Desastres. Brasília: CENAD, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3HBTUzS>. Acesso em: 23 mar. 2019.

CARIDADE. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/caridade/>. Acesso em: 28 dez. 2021.

CAVEDON, F. S.; VIEIRA, R. S. Conexões entre desastres ecológicos, vulnerabilidade ambiental e direitos humanos: novas perspectivas. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 2, p. 179-206, jan. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2t8tV1l>. Acesso em: 21 jan. 2020.

CEPED UFSC. **Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Gestão de riscos de desastres**. Texto Janaina Rocha Furtado. Florianópolis: CEPED UFSC, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2QOxrXZ>. Acesso em: 11 out. 2019.

CEPED UFSC. **Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres Universidade da Federal de Santa Catarina**. Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil: 1995-2014. Florianópolis: CEPED UFSC, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3HGyvFF>. Acesso em: 28 out. 2019.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

CÍCERO, M. T. **Dos deveres**. Tradução João Mendes Neto. São Paulo: Editora Saraiva, 1965.

CISCO. Dubai: **The Smart City, 2005**. Disponível em: <https://bit.ly/2LKlTom>. Acesso em: 23 mar. 2019.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Observatório dos Desastres. Calamidades causadas por desastres afetam os municípios brasileiros**. Estudos Técnicos/CNM, volume 10, julho 2018. Disponível em <https://bit.ly/2YWUVxs>. Acesso 4 dez 2019.

COBRADE. **Classificação e codificação brasileira de desastres**. [2012]. Disponível em: <https://bit.ly/3CFQsRi>. Acesso em: 18 dez. 2019.

COHEN, B. **The Top 10 Smart Cities On The Planet**. Crunching a list of variables about innovation and sustainability, we rank the world's smartest cities, from New York to Hong Kong (and with an unexpected winner), 2012. Disponível em: <https://bit.ly/30DmT5T>. Acesso em: 28 mar. 2019.

COHEN, B. **The 8 Smartest Cities In Latin America**. Which cities in the region are leading the way toward becoming urban centers of innovation and using technology and civic policy to create better lives for their citizens?, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/30BZrp8>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU. **Direitos humanos e extrema pobreza**. 2007. (A/HRC/RES/2/2). Disponível em: <https://bit.ly/37zNwqn>. Acesso em: 19 jan. 2020.

CONNECTED SMART CITIES. **Ranking Connected Smart Cities**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2JzgrBN>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CORTEN, A. O pentecostalismo transnacionalizado no contexto teológico-político. **Horizonte antropológico**. Tradução Alessandra Lima de Neves. Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 149-160, Julho 2001. Disponível em: <https://bit.ly/36gBMYr>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CRED – Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. **The Human Cost of Weather Related Disasters 2019**. Belgium: School of Public Health, 2019. Disponível em: <https://www.cred.be/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, Dec. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/36KZqMM>. Acesso em: 31 jan. 2020.

DOOLEY, R. A. **Léxico Guaraní: dialeto Mbyá**. Curitiba: Secretaria do Estado de Educação do Paraná, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3sFwN2u>. Acesso em: 28 dez. 2021.

DORRA, R. Perspectiva da semiótica. Tradução Ana Claudia de Oliveira. In: GREIMAS, A. J. **Da imperfeição**. São Paulo: Hacker editores, 2002.

DW (Mundo). As diferentes fases da imigração alemã no Brasil. **DW**, online, 2004, 10 maio 2004. Alemanha, p. 1-30. Disponível em: <https://p.dw.com/p/50y7>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DE REDUÇÃO DE DESASTRES – EIRD/ONU. **Vivir con el riesgo: informe mundial sobre iniciativas para La reducción de desastres**. Nações Unidas (EIRD/ONU): Secretaria Interinstitucional de La EIRD, 2004.

ETIMOLOGIA (Brasil). **Virtude**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://etimologia.com.br/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

FABBRI, P. Introdução. Tradução Ana Claudia de Oliveira. In: GREIMAS, A. J. **Da imperfeição**. São Paulo: Hacker editores, 2002.

FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa**. Tradução Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

FORBUS, K. D. **Qualitative process theory**. The Artificial Intelligence Laboratory, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 20003. Disponível em: <https://bit.ly/2YfbfqW>. Acesso em: 6 abr. 2019.

FUJISAWA SST COUNCIL. **Bringing the energy to life**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/30alT41>. Acesso em: 15 fev. 2019.

GARANHUNS, V. **Capela do Socorro: a história que o povo conta**. Itapeverica da Serra: Publicação independente, 1995.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GITEL, M. **IBM pretende ampliar projeto de Cidades Inteligentes referência no Rio de Janeiro, 2012**. Disponível em: <https://glo.bo/3FylAnm>. Acesso em: 3 fev. 2019.

GREIMAS, A. J. **Semiótica e ciências sociais**. Tradução Álvaro Lorancini e Sandra Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1981.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. 2ª ed., Tradução Alceu Dias Lima, Diana Luz Pessoa de Barros, Eduardo Peñuela Cañizal, Edward Lopes, Ignacio Assis da Silva, Maria José Castagnetti e Tieko Yamaguchi Miyazaki. São Paulo: Contexto, 2013.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II: ensaios semióticos**. Tradução Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: EDUSP/Nankim, 2014.

GREIMAS, A. J. **Da imperfeição**. Tradução Ana Claudia de Oliveira. 2ª ed., São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

GOMES, E. R. B.; CAVALCANTE, A. C. S. Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas de enchente em Teresina-PI. **Psicologia & Sociedade**, 24(3), 720-728. (2012). Disponível em: <https://bit.ly/3cxMuzr>. Acesso em: 20 mai. 2017.

GOVERNO ESTADUAL. **Decreto nº 6.983, de 22 de fevereiro de 1935.** Extinção do município de Santo Amaro: Território passa a fazer parte do município da Capital. São Paulo: Alesp: 1935. Disponível em: <https://bit.ly/3bAuCCL>. Acesso em: 5 jan. 2019.

GUBBI, J.; BUYYA, R.; MARUSIC, PALANISWAMI, S. Internet of Things (IoT): A vision, architectural elements, and future directions. **Journal Future Generation Computer Systems** 29, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2Z4ULrv>. Acesso em: 5 jan. 2019.

GUIMARÃES, M. P. P. S. Nível fundamental: do quadrado semiótico à sua estrutura elíptica. Aula 3. In: **Curso de formação e aprofundamento em Semiótica: a teoria semiótica de A. J. Greimas e seus desenvolvimentos na sociossemiótica de E. Landowski.** PUC-SP: COS|CPS: agosto, 2020.

GUIVANT, J. S. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia, 2001.** Disponível em: <https://bit.ly/30F6fT5>. Acesso em: 3 out. 2017.

GUSANO, C. A origem das palavras. Berlim: **Revista da Babel**, 2016. 1 p. Disponível em: <https://bit.ly/33dSL1S>. Acesso em: 29 nov. 2021.

GRUPO QUALITY. **Rede de solidariedade: como ajudar os mais vulneráveis durante a pandemia.** Saiba como ajudar as diversas redes de solidariedade durante a pandemia do coronavírus. Rio de Janeiro. 8 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3n743ee>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HOYOS-ANDRADE, R. E. Is there a text in this class? Comentário ao texto de Stanley Fish. In: **Alfa: Revista de Linguística.** São Paulo, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/3DExWd9>. Acesso em: 13 nov. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais e municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População em áreas de risco no Brasil. In: **População em áreas de risco no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2v5NUhX>. Acesso em: 21 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira. In: **Governo Federal (Brasil).** Brasília, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ecnzkb>. Acesso em: 17 jun. 2020.

IBM. **Smarter Cities.** New York, 2009. Disponível em: <https://ibm.co/2lbZVeT>. Acesso em: 17 fev. 2019.

IBM. **Cidades mais inteligentes: o insight para identificar, transformar e progredir.** São Paulo, 2016. Disponível em: <https://ibm.co/19QLzYx>. Acesso em: 19 fev. 2019.

IPT. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Análise de riscos geológicos e geotécnicos dos bairros Cota 95/100, 200 e 400 no município de Cubatão, SP.** Relatório técnico nº 97 082-205 de outubro de 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2wqiqDu>. Acesso em: 18 mai. 2017.

IPT. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Análise e mapeamento de riscos associados a escorregamentos em áreas de encostas e a solapamentos de margens de córregos em favelas do município de São Paulo - Subprefeitura de M'Boi Mirim.** Relatório Técnico nº 118.650-205 de setembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3FwB1wl>. Acesso em: 18 fev. 2018.

KOGA, D. São Paulo: dinâmica e governo intraurbano. In: SPOSATI, A.; KOGA, D. **São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

KOGA, D. São Paulo: entre tipologias territoriais e trajetórias sociais. In: SPOSATI, A.; KOGA, D. **São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica.** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: EDUC: Pontes, 1992.

LANDOWSKI, E. O olhar comprometido. **Galáxia**, São Paulo, n.2, 2001.

LANDOWSKI, E. De l'Imperfection: o livro do qual se fala. In: GREIMAS, A. J. **Da imperfeição.** Tradução Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Hacker editores, 2002.

LANDOWSKI, E. **Presenças do outro: ensaios de sociossemiótica II.** Tradução Mary Amazonas, São Paulo: Perspectiva, 2012.

LANDOWSKI, E. **As interações arriscadas.** Tradução Luiza Helena da Silva. São Paulo: Estação das Letras e das Cores e Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2014.

LANDOWSKI, E. Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido. **Galáxia**, (São Paulo, Online), n. 27, p. 10-20, jun. 2014b. Disponível em: <https://bit.ly/37JstC0>. Acesso em: 31 jan. 2020.

LANDOWSKI, E. **Pasiones sin nombre. Ensayos de sociosemiótica.** Traducción: Desiderio Blanco. Lima: Universidad de Lima, 2015.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência.** Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1993.

LIMA, J. N. de A. **Defesa civil na escola.** Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/39HuPTb>. Acesso em: 3 dez. 2019.

MADDEN, M.; FOX, S. **Riding the Waves of “Web 2.0”: More than a buzzword, but still not easily defined.** Pew Internet Project, São Francisco, EUA, p. 1-6, 5 out. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2uQInNk>. Acesso em: 31 jan. 2020.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. *et al.* (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARQUES, O. A. V. *et al.* Os répteis do município de São Paulo: diversidade e ecologia da fauna pretérita e atual. **Biota Neotrópica.** Campinas, v. 9, n. 2, p. 139-150. Junho 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2QRvFFm>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MARTINELLI, M. Estado de São Paulo: aspectos da natureza. **Cofins** [Online] Revista franco-brasileira de geografia, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2QdoTI9>. Acesso em: 6 dez. 2018.

MARTINS, J. S. *apud* PAIVA, O. C. **Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930 a 1950.** Doutorado - Departamento de História, FFLCH-USP. São Paulo, 2000.

MARTINS, C. H. B. A sociedade de risco: visões sobre a iminência da crise ambiental global na teoria social contemporânea. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 233-248, abr. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2Z4XpNX>. Acesso em: 19 mai. 2017.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MESTIERI, G. Serra culpa “natureza que se rebela” por enchente em São Paulo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 set. 2009. Cotidiano, p. 1-10. Disponível em: <https://bit.ly/37v9evy>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Capacitação em Mapeamento e Gerenciamento de Risco.** Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisa sobre Desastres, 2017, p. 88. Disponível em: <https://bit.ly/2A99kuT>. Acesso em: 13 ago. 2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa e Proteção Civil. **Glossário de Defesa Civil. Estudos de Riscos e Medicina de Desastres.** 2ª ed. Revista e Ampliada. Antônio Luiz Coimbra de Castro. Brasília, 1998, p. 147. Disponível em: <https://bit.ly/2uFzaWR>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Habitação e urbanismo: direito à moradia.** Curitiba, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Web95q>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MIRANDA, M. E. **Meio ambiente e habitação popular: o caso do Cantinho do Céu.** Doutorado - Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo, 2002.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2NMD3Qx>. Acesso em: 21 jan. 2020.

MORAES, P. R. **A península do Riacho Grande: uma abordagem geográfica na análise ambiental.** Mestrado - Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo, 1994.

NUNES, E. O. **A gramática política do Brasil.** Clientelismo e insulamento burocrático. São Paulo: Garamond, 2017.

OGURA, A. T. Análise de riscos geológicos em planos preventivos de defesa civil. In: BITAR, O. Y. (Coord.). **Curso de geologia aplicada ao meio ambiente.** São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE) e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), 1995. cap. 4-5, p. 203-215.

OGURA, A. T.; YOSHIKAWA, N. K.; GOMES, L. A.; MIRANDOLA, F. A.; ALAMEDDINE, N. Programa de recuperação socioambiental da Serra do Mar: mapeamento de risco de escorregamentos nos bairros Cota, município de Cubatão. In: **Conferência Brasileira de Estabilidade de Encostas**, 5., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: ABMS, 2009. v.2, p.231-236. 8 p. (IPT. Comunicação Técnica 168750). Disponível em: <https://bit.ly/3qVzbBd>. Acesso em: 19 mai. 2017.

OGURA, A. T. *et al.* **Programa de recuperação socioambiental da Serra do Mar: mapeamento de risco de escorregamentos nos Bairros Cota, município de Cubatão, SP.** Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), São Paulo, p. 1-8, 20 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3qVzbBd>. Acesso em: 5 set. 2018.

OLIVEIRA, A. C. de. A plástica sensível da expressão sincrética e enunciação global. In: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. (Orgs.). **Linguagens na comunicação. Desenvolvimentos de semiótica sincrética.** São Paulo, Estação das Letras e Cores e Edição do CPS, 2009.

OLIVEIRA, A. C. de. As interações discursivas. In: OLIVEIRA, A. C. de (Ed.). **As interações sensíveis. Ensaio de sociosemiótica a partir da obra de Eric Landowski.** São Paulo: CPS e Estação das Letras e das Cores, 2013.

OLIVEIRA, F. **Entrevista dada à Revista Vintém.** São Paulo, Editora Hedra, ano 2, n. 3, 2000.

ONU. L'Observatoire des situations de déplacement interne (IDMC). Genebra: ONU, 2019. **Atlas.** Disponível em: <https://bit.ly/3FxU5u7>. Acesso em: 29 out. 2019.

ONU (Brasil). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil.** São Paulo: PrimaPagina, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3cyQ8ZH>. Acesso em: 21 jan. 2020.

ONU (Brasil). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).** Brasil. Brasília: ONU, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3cyQ8ZH>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ONU (Global). UNDRR. **Terminologia RRD:** Centro de Información. Genebra, Suíça: ONU, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3G7SoEC>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PEDRO, A. P. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion: Revista de Filosofia**, vol. 55 nº 130, Belo Horizonte, 2014. In: LAVELLE, L. *Traité des valeurs. Théorie générale de la valeur.* Tome I. Paris: PUF, 1951. Disponível em: <https://bit.ly/2Il62tr>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PINHEIRO, J. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PINTO, N. L. S.; HOLTZ, A. C. T.; MARTINS, J. A.; GOMIDE, F. L. S. **Hidrologia básica.** São Paulo: Edgard Blücher, 1976.

PONCIANO, L. **Bairros paulistanos de A a Z.** 2.^a edição. São Paulo: SENAC, 2001.

PORTES, R. **Fundamentos de arquitetura: revisão de conteúdo.** Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2HriNRC>. Acesso em: 4 dez. 2018.

PRADO, E. **A Internet das coisas terá um papel fundamental nas Cidades Inteligentes.** 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2WzXH97>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Municipal. **A história de M'Boi Mirim – Jardim Ângela e Jardim São Luis – está diretamente ligada ao desenvolvimento de Santo Amaro.** 1. [2/3/2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2vojFjG>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Centro de Operações Prefeitura do Rio.** 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2VixlRS>. Acesso em: 5 abr. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e bases da educação nacional. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília: DOU, ano 1996, v. 1, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2tCpkVu>. Acesso em: 3 dez. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.** Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Brasília: DOU, ano 2012, v. 1, 10 abr. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2rZ6FCJ>. Acesso em: 3 dez. 2019.

PSTU-SP. **São Paulo: a culpa não é da chuva, é dos governos!** Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, São Paulo, 12 mar. 2019. Editorial, p. 1-2. Disponível em: <https://bit.ly/30VjVp7>. Acesso em: 22 jan. 2020.

RBCIH. Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas. **Brasil 2030: cidades inteligentes e humanas, 2016.** Disponível em: <https://bit.ly/2wjS17n>. Acesso em: 12 jan. 2019.

REEVES, H. Imagens de ação na física. In: BESSIS, H. *et al.* **A ciência e o imaginário.** Tradução Ivo Martinazzo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

REIS, C. M. M. **Fundamentos da geologia**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2HwWPf4>. Acesso em: 16 out. 2018.

ROLNIK, R. *apud* PAIVA, O. C. **Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930 a 1950**. Doutorado - Departamento de História, FFLCH-USP. São Paulo, 2000).

ROMPIMENTO de barragem em Mariana. In: **Wikipédia: Enciclopédia livre**. 1. ed. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Qs3exz>. Acesso em: 9 dez. 2019.

ROMPIMENTO de barragem em Brumadinho. In: **Wikipédia: Enciclopédia livre**. 1. ed. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2rYDNud>. Acesso em: 9 dez. 2019.

SAMPAIO-SILVA, O. O antropólogo Herbert Baldus. **Antropologia**, São Paulo, v.43, n.2, p. 23-79, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012000000200004>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SANDMAN, P.; WEINSTEIN N.; HALLMAN, W. Communications to reduce risk underestimation and overestimation. In: **Risk Decision and Policy. Review of a series of studies, most dealing with radon, that compares various techniques for communicating risk, 1998**. Disponível em: <https://bit.ly/2FVknOk>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. R. Geografia humana dos bairros de colônia paulista e ilha do Bororé (Distritos de Parelheiros e Grajaú). In: MARTINS, R. **Apa Bororé: subsídios à implantação, praticando Geografia com a teoria do Geossistemas**. São Paulo: FFLCH-USP, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3oKurM6>. Acesso em: 23 mai. 2018.

SÃO PAULO. **Lei Estadual nº 1.172/76**. São Paulo, 1976. SÃO PAULO (município). Disponível em: <https://bit.ly/3DIDaVu>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras. **Mapeamento é uma importante ferramenta para redução das áreas de risco**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3nBXtye>. Acesso em: 14 mai. 2017.

SHAPIRO, J. M. Smart Cities: Quality of Life, Productivity, and the Growth Effects of Human Capital. In: **The Review of Economics and Statistics**, 2006, vol. 88, n. 2. Disponível em: <https://bit.ly/3FxUUmH>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SMEDLEY, T. **Smart cities: adapting the concept for the global south, 2013**. Disponível em: <https://bit.ly/1gcDjzq>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SOARES, R. M. **Hierarquia das Leis. Santa Catarina**, 11 jul. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2VyeiZt>. Acesso em: 23 out. 2018.

SPINK, M. J. P. **Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades sociambientais**. São Paulo: EDUC, 2018.

SPOSATI, A. **Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americana na paisagem entre o segundo e terceiro milênio**. Comunicação apresentada no VII Congreso Internacional Del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, 8 a 11 de outubro de 2002.

SPOSATI, A. São Paulo: dinâmica e governo intraurbano. In: SPOSATI, A.; KOGA, D. **São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

TORRES, M. C. T. M. Ibirapuera. In: **História dos bairros de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1977.

TORRES, H. A fronteira paulistana. In: MARQUES, E.; TORRES, A. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

UFSC. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. **Capacitação dos gestores de Defesa Civil para uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID**. Florianópolis: CAD UFSC, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3oLRXrZ>. Acesso em: 15 jun. 2018.

UNISDR – Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas. **Marco de Ação de Hyogo 2005-2015**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/30QdZln>. Acesso em: 20 abr. 2017.

UNISDR – Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas. **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3DBuVKP>. Acesso em: 20 abr. 2017.

UNISDR. **Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction Making Development Sustainable: the future of disaster risk management**. Genebra: UNISDR, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3nB9ofw>. Acesso em: 27 jan. 2018.

UNISDR. The United Nations Office for Disaster Risk Reduction. **Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction**. Making Development Sustainable: The Future of Disaster Risk Management, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2UehKJ7>. Acesso em: 23 nov. 2018.

VAREJÃO-SILVA. M. A. **Meteorologia e climatologia**. Brasília, Instituto Nacional de Meteorologia, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3HFpXyT>. Acesso em: 21 out. 2018.

VEYSSEYRE, S. **Estudo de caso: as regras tácitas da construção nas favelas**. Brasil, 22 maio 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2YJdQtB>. Acesso em: 6 nov. 2018.

WILLIAMSON, G. G., ANZALONE, M. E.; HANFT, B. E. **Assessment of Sensory Processing, Praxis, and Motor Performance**. ICDL Clinical Practice Guidelines, 2000, p. 97.

ZENHA, E. **A vila de Santo Amaro**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.



